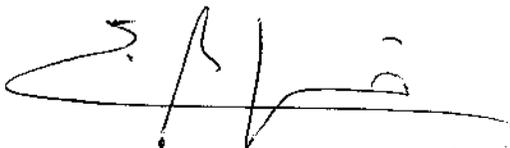


AIDA C. G. VERDUGO LAZO

NUPCIALIDADE EM SAO PAULO: UM ESTUDO POR CORTE E COORTE

Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de Ciências Sociais do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP).

Este exemplar corresponde à redação final da tese defendida e aprovada pela Comissão Julgadora, em 27/08/1991.



Elza S. Berquó

Orientadora: Dra. Elza S. Berquó
Diretora do Núcleo de Estudos de População (NEPO-UNICAMP)
e Professora Colaboradora do Depto. de Ciências Sociais do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da UNICAMP.

V584n

14771/BC

CAMPINAS

1991

UNICAMP
BIBLIOTECA GERAL

Para Alfonso, Moira e Diego,
pelo carinho e compreensão.

AGRADECIMENTOS

Este trabalho não teria sido possível sem a colaboração direta ou indireta de diversas pessoas e instituições, às quais quero expressar meus agradecimentos.

À Dra. Elza Berquó, pela sua orientação, apoio e exemplo de seriedade e envolvimento na atividade científica.

Aos professores Neide Patarra, Daniel Hogan e Ralph Hakkert, pela iniciação no campo da Demografia.

A Carlos Eugenio de Carvalho Ferreira, pela cessão dos dados. A José Ferreira de Carvalho, pela sua colaboração em momentos decisivos do trabalho computacional. A Círcia Wada, Edward E. Telles, Eugenia R. Charnet, Luciana J.L. Hsiek, Regina C.C.P. Morán e Reinaldo Charnet, pelas úteis discussões. A Alfonso Rodríguez Arias, pelos esclarecimentos sobre a PNAD.

Aos amigos e colegas do NEPO, pela força e fé nesta longa jornada. Aos colegas do Depto. de Estatística que acreditaram e apoiaram o meu trabalho.

Aos colegas da biblioteca do IMECC e, em especial, a sua chefe, Mariilda de Oliveira, pelo apoio e eficiente trabalho.

Aos colegas do setor da gráfica e aos outros setores administrativos do IMECC que, de uma forma ou outra, colaboraram com o desenvolvimento deste trabalho.

Ao Centro de Computação da UNICAMP, através de seu serviço de apoio ao usuário e, em particular, a Ana Cristina C. Drummond, Maria Cristina Usami e Ricardo Küsel.

À Fundação de Apoio ao Ensino e Pesquisa da UNICAMP (FAEP), pelo apoio financeiro recebido.

Ao Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq), pelas bolsas de Iniciação Científica que me permitiram contar com a colaboração das seguintes alunas: Maria Virginia Ortiz, Luciana Jia Lin Hsiek, Ana Paula Hubert, Helena Hiromi Utsumi e Rissa Ota.

Finalmente, quero agradecer à professora Maria José Baltar, pela paciência e cuidado com que corrigiu meu "portunhol". O que restou, é da minha inteira responsabilidade.

S U M Á R I O

	Páginas
Lista de Tabelas	i
Lista de Gráficos	vi
CAPÍTULO I - INTRODUÇÃO: REVISÃO DOS ESTUDOS CONTEMPORÂNEOS SOBRE NUPCIALIDADE	1
1.1 - A Situação dos Estudos nos Países mais Desenvolvidos	1
1.2 - A Situação dos Estudos nos Países em Desenvolvimento, com Destaque para a América Latina e Caribe	34
1.3 - A Situação dos Estudos no Brasil	47
CAPÍTULO II - ASPECTOS METODOLÓGICOS	78
2.1 - A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD)	78
2.1.1 - Aspectos Gerais	78
2.1.2 - A Escolha do Trabalho Direto com os Dados da Amostra	80
2.1.3 - Sobre a Precisão das Estimativas	82
2.1.4 - Principais Restrições da Informação sobre Nupcialidade	84
2.1.5 - A Seleção das Variáveis	86
2.1.6 - Os Dados	86
2.1.7 - Análise de Consistência dos Dados e Correções	87
2.1.8 - O Arquivo Final de Dados	90
2.2 - O Recorte Análítico	91
2.3 - Alguns Conceitos Utilizados na Análise de Sobrevivência	93
2.3.1 - Conceitos Gerais	93
2.3.2 - As Censuras	98
2.3.3 - O Teste de Wilcoxon	100

2.4 - Algumas Medidas de Endogamia Utilizadas	102
2.4.1 - Principais Taxas de Endogamia	102
2.4.2 - O Índice de Endogamia <i>Kappa</i> e um Teste de Comparação	103
2.4.3 - O Uso de um Método de Padronização	105
 CAPITULO III - O INICIO DAS UNIÕES	 108
3.1 - Introdução	108
3.2 - A Idade ao Casar	110
3.2.1 - Análise Transversal	111
3.2.2 - Análise Longitudinal	122
3.3 - Diferença de Idade entre os Cônjuges.	139
3.3.1 - Análise Transversal	140
3.3.2 - Análise Longitudinal	153
3.4 - Os Tipos de União	156
3.4.1 - Análise Transversal	157
3.4.2 - Análise Longitudinal	163
 CAPITULO IV - CARACTERISTICAS ENDOGAMICAS DOS CASAIS	
4.1 - Introdução	173
4.2 - Homogamia e Instrução	174
4.2.1 - Análise Transversal	174
4.2.2 - Análise Longitudinal	185
 CAPITULO V - O TERMINO DAS UNIÕES	
5.1 - Introdução	196
5.2 - Análise Transversal	197
5.3 - Análise Longitudinal	209
 CAPITULO VI - RESUMINDO OS RESULTADOS	 218
 ANEXO I - Questionário do Suplemento de Fecundidade e Nupcialidade da PNAD-84	 223

ANEXO II	- Lista de Variáveis Incluídas no Arquivo Final	
	NUP1	225
ANEXO III	- Lista de Variáveis Incluídas no Arquivo Final	
	CASAL1	226
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	227

LISTA DE TABELAS

TABELA	TITULO	PAGINA
1.1	Idade Média ao Casar (SMAM) e Proporção de Celibatários (PNMD), por sexo, para alguns países do mundo. Anos próximos a 1960 e 1980.	4
1.2	Taxa Total de Primeiros Casamentos (TTPC), por sexo, para alguns países da Europa. Anos 1965, 1970, 1975, 1980 e 1985.	17
1.3	Taxa de Divórcio Total (TDI). Alguns países da Europa. Anos 1965, 1970, 1975, 1980 e 1985.	20
1.4	Proporção de mulheres unidas por tipo de de união e faixa etária. Alguns países da Europa. 1975 e 1981.	24
1.5	Características da nupcialidade feminina na Austrália (1971), na Bélgica (1970/71) e nos Estados Unidos (1970).	32
1.6	Proporção dos anos reprodutivos das mulheres vividos nos diferentes estados conjugais. Países incluídos na Pesquisa Mundial de Fecundidade (WFS).	37
1.7	Proporção de anos reprodutivos das mulheres vividos nos diferentes estados conjugais. Brasil, 1970 e 1980.	38
1.8	Distribuição da diferença de idade entre os cônjuges. Países incluídos na Pesquisa Mundial de Fecundidade.	40
1.9	Porcentagem de mulheres entre 15 e 49 anos em união consensual, das mulheres em algum tipo de união. Alguns países da América Latina e Caribe. Anos próximos a 1960, 1970 e 1980.	44
1.10	Distribuição das mulheres alguma vez unidas, segundo o tipo de primeira união, para três coortes de casamento: A (até 1960), B (1961-1970) e C (1971-1976); para cinco contextos urbanos e quatro contextos rurais. Brasil.	62
1.11	Idade média à primeira união (SMAM) e celibato definitivo (PNMD) para homens e mulheres, segundo a cor. Brasil 1960 e 1980.	65

1.12	Taxa geral de endogamia (TGE) e taxas marginais médias de endogamia (TMME), por cor. Dados originais e dados padronizados. Brasil, 1980.	68
1.13	Distribuição dos casais segundo a idade dos cônjuges, por cor, para algumas Unidades da Federação. 1980.	70
1.14	Esperança de vida feminina aos 15 anos, decomposta por estado conjugal, considerando grupos de cor. Fase Pós-Transição. Brasil.	74
1.15	Esperança de vida feminina aos 15 anos, decomposta por estado conjugal, considerando grupos de cor. Fase de Transição. Brasil	74
2.1	Distribuição da variável peso-pessoa das mulheres entre 15 e 54 anos, incluídas na PNAD-84. Estado de São Paulo, 1984.	80
2.2	Distribuição da população feminina de 15 a 54 anos alguma vez unida, por tipo de união, na primeira união. Dados da PNAD com e sem expansão. Estado de São Paulo, 1984.	81
2.3	Proporção de primeiras uniões que terminaram, por grupos de cor da mulher. Dados da PNAD, com e sem expansão. Estado de São Paulo, 1984.	82
3.1	Idade da mulher ao início da primeira união, por tipo de união. Estado de São Paulo, 1984.	112
3.2	Idade da mulher ao início da primeira união, por cor. Estado de São Paulo, 1984.	114
3.3	Idade da mulher ao início da primeira união, por nível de instrução. Estado de São Paulo, 1984.	118
3.4	Idade média ao casar, por cor e instrução. Estado de São Paulo, 1984.	121
3.5	Idade Mediana ao casar das coortes de mulheres nascidas nas décadas de 1930, 1940 e 1950. Estado de São Paulo, 1984.	132
3.6	Diferença de idade entre os cônjuges. Medidas resumo por cor. Estado de São Paulo, 1984.	146
3.7	Diferença de idade entre os cônjuges. Medidas resumo por grupos de instrução da mulher. Estado de São Paulo, 1984.	149

3.8	Diferença de idade entre os cônjuges. Medidas resumo por tipos de união. Estado de São Paulo, 1984.	153
3.9	Tipos de união na primeira união da mulher, por cor. Estado de São Paulo, 1984.	159
3.10	Tipos de união na primeira união da mulher, por grupos de instrução. Estado de São Paulo, 1984.	161
3.11	Distribuição dos tipos de união, na primeira união da mulher, por cor e nível de instrução. Estado de São Paulo, 1984.	162
3.12	Distribuição média dos tipos de união, por coorte de nascimento da mulher (década de 1930, 1940 e 1950), para uniões iniciadas até os 24 anos. Estado de São Paulo, 1984.	166
3.13	Distribuição média dos tipos de união, por coorte de nascimento da mulher (década de 1930, 1940 e 1950), para uniões iniciadas até os 24 anos, por cor. Estado de São Paulo, 1984.	168
3.14	Distribuição média dos tipos de união, por coorte de nascimento da mulher (década de 1930, 1940 e 1950), para uniões iniciadas até os 24 anos, por nível de instrução. Estado de São Paulo, 1984.	171
4.1	Número de casais por anos de estudo dos cônjuges. Estado de São Paulo, 1984.	175
4.2	Endogamia por anos de estudo, segundo a cor da mulher. Estado de São Paulo, 1984.	178
4.3.a	Distribuição do nível de instrução dos casais, pela cor da mulher. Estado de São Paulo, 1984.	178
4.3.b	Distribuição do nível de instrução dos casais, pela cor da mulher. (Em porcentagem) Estado de São Paulo, 1984.	178
4.4	Endogamia por anos de estudo, segundo a cor da mulher. (Dados padronizados e em porcentagem) Estado de São Paulo, 1984.	180
4.5	Endogamia por anos de estudo, segundo o tipo de união. Estado de São Paulo, 1984.	181
4.6	Distribuição do nível de instrução dos casais, por tipo de união. (Em porcentagem) Estado de São Paulo, 1984.	183

4.7	Endogamia por anos de estudo segundo o tipo de união. (Dados padronizados e em porcentagem) Estado de São Paulo, 1984.	184
4.8	Endogamia por anos de estudo, segundo a coorte de nascimento da mulher. (Dados censurados) Estado de São Paulo, 1984.	185
4.9	Endogamia por anos de estudo, segundo a coorte de nascimento da mulher. (Dados censurados e padronizados) Estado de São Paulo, 1984.	187
4.10.	Distribuição do nível de instrução dos casais, por coorte de nascimento da mulher. (Dados censurados e em porcentagem) Estado de São Paulo, 1984.	187
4.11	Endogamia por anos de estudo, segundo a coorte de nascimento e cor da mulher. (Dados censurados) Estado de São Paulo, 1984.	188
4.12	Distribuição do nível de instrução dos casais, por coorte de nascimento e cor da mulher. (Dados censurados e em porcentagem) Estado de São Paulo, 1984.	189
4.13	Endogamia por anos de estudo, segundo a coorte de nascimento e cor da mulher. (Dados censurados e padronizados) Estado de São Paulo, 1984.	190
4.14	Endogamia por anos de estudo, segundo a coorte de nascimento da mulher e tipos de união. (Dados censurados) Estado de São Paulo, 1984.	191
4.15	Endogamia por anos de estudo, segundo a coorte de nascimento da mulher e tipos de união. (Dados censurados e padronizados) Estado de São Paulo, 1984.	193
5.1	Primeiras uniões que terminaram em divórcio, desquite ou separação, por tipos de união. Estado de São Paulo, 1984.	198
5.2	Duração das primeiras uniões que terminaram em divórcio, desquite ou separação, por tipo de união. Estado de São Paulo, 1984.	200
5.3	Primeiras uniões que terminaram em divórcio, desquite ou separação, por cor da mulher. Estado de São Paulo, 1984.	203

5.4	Duração das primeiras uniões que terminaram em divórcio, desquite ou separação, por cor da mulher e tipos de união. Estado de São Paulo, 1984.	205
5.5	Primeiras uniões que terminaram em divórcio, desquite ou separação, por nível de instrução da mulher. Estado de São Paulo, 1984.	206
5.6	Duração das primeiras uniões que terminaram em divórcio, desquite ou separação, por nível de instrução da mulher e tipos de união. Estado de São Paulo, 1984.	207
5.7	Número de primeiras uniões que terminaram por divórcio, desquite ou separação, por coorte de nascimento da mulher, segundo censura. Estado de São Paulo, 1984.	210
5.8	Taxas de separação, divórcio ou desquite, das coortes de mulheres das décadas de 1930, 1940 e 1950. Dados censurados. Estado de São Paulo, 1984.	211

LISTA DE GRAFICOS

GRAFICO	TITULO	PAGINA
1.1	Proporção de mulheres casadas entre 20 e 24 anos, em coortes sucessivas. Suécia.	22
1.2	Taxas de primeiros casamentos, divórcio e recasamentos de mulheres norteamericanas. 1921-1984. (Média de 3 anos)	28
1.3	Esperança de vida ao nascer e esperança de vida nos estados de solteira, casada, viúva e divorciada de mulheres australianas. 1921-1981.	29
1.4	Frequência de uniões conjugais por idade, segundo regiões da PNAD (por mil). População Feminina. Brasil, 1960, 1970 e 1978.	60
2.1	Curvas de sobrevivência.	95
2.2	Dois exemplos de curvas de densidade.	96
3.1	Distribuição da idade ao casar. Estado de São Paulo, 1984.	111
3.2	Curvas de sobrevivência no estado de solteira das mulheres brancas, pardas, pretas e amarelas, alguma vez unidas. Estado de São Paulo, 1984.	116
3.3	Curvas de sobrevivência no estado de solteira das mulheres alguma vez unidas, por nível de instrução. Estado de São Paulo, 1984.	120
3.4	Curvas de sobrevivência no estado de solteira das mulheres das coortes de 1930, 1940 e 1950. (Dados censurados) Estado de São Paulo, 1984.	123
3.5	Distribuição da idade ao casar das mulheres das coortes de 1930, 1940 e 1950. (Dados censurados) Estado de São Paulo, 1984.	125
3.6	Curvas de sobrevivência no estado de solteira das mulheres da coorte da década de 1930, por cor. (Dados censurados) Estado de São Paulo, 1984.	127
3.7	Curvas de sobrevivência no estado de solteira das mulheres da coorte da década de 1940, por cor. (Dados censurados) Estado de São Paulo, 1984.	129

3.8	Curvas de sobrevivência no estado de solteira das mulheres da coorte da década de 1950, por cor. (Dados censurados) Estado de São Paulo, 1984.	131
3.9	Curvas de sobrevivência no estado de solteira das mulheres da coorte de 1930, por nível de instrução. (Dados censurados) Estado de São Paulo, 1984.	133
3.10	Curvas de sobrevivência no estado de solteira das mulheres da coorte de 1940, por nível de instrução. (Dados censurados) Estado de São Paulo, 1984.	135
3.11	Curvas de sobrevivência no estado de solteira das mulheres da coorte de 1950, por nível de instrução. (Dados censurados) Estado de São Paulo, 1984.	136
3.12	Diferença de idade entre os cônjuges, (em anos), considerando a idade ao casar da mulher. Estado de São Paulo, 1984.	141
3.13	Diferença de idade entre os cônjuges, (em anos), considerando a idade ao casar do homem. Estado de São Paulo, 1984.	142
3.14	Diferença de idade entre os cônjuges, (em anos), considerando a idade ao casar das mulheres brancas e pardas. Estado de São Paulo, 1984.	145
3.15	Diferença de idade entre os cônjuges, (em anos), considerando a idade ao casar das mulheres com menos de 1 ano de estudo e 12 anos de estudo e mais. Estado de São Paulo, 1984.	147
3.16	Tipos de união e diferença de idade entre os cônjuges (em anos), fixada a idade ao casar da mulher. Primeiras uniões. Estado de São Paulo, 1984.	151
3.17	Diferença de idade entre os cônjuges, (em anos), considerando a idade ao casar das mulheres da coorte de 1930, 1940 e 1950. (Dados censurados) Estado de São Paulo, 1984.	154
3.18	Tipos de união segundo a idade ao casar na primeira união. Estado de São Paulo, 1984.	158

3.19	Distribuição dos tipos de união das mulheres nascidas nas décadas de 1930 e 1950, considerando sua idade ao casar. (Dados censurados) Estado de São Paulo, 1984.	164
3.20	Distribuição dos tipos de união das mulheres com até 7 anos de estudo, por década de nascimento (1930 e 1950) e por idade ao casar. Estado de São Paulo, 1984.	170
5.1	Curvas de sobrevivência das primeiras uniões que terminaram em divórcio, desquite ou separação, por razão de término. Estado de São Paulo, 1984.	202
5.2	Curvas de sobrevivência das primeiras uniões que terminaram das mulheres da coorte da década de 1930, por tipos de união. (Dados censurados) Estado de São Paulo, 1984.	213
5.3	Curvas de sobrevivência das primeiras uniões que terminaram das mulheres da coorte da década de 1940, por tipos de união. (Dados censurados) Estado de São Paulo, 1984.	214
5.4	Curvas de sobrevivência das primeiras uniões que terminaram das mulheres da coorte da década de 1950, por tipos de união. (Dados censurados) Estado de São Paulo, 1984.	215

CAPÍTULO I

INTRODUÇÃO: REVISÃO DOS ESTUDOS CONTEMPORÂNEOS SOBRE NUPCIALIDADE

Neste capítulo, apresenta-se um resumo da situação atual dos estudos sobre nupcialidade, nos países mais desenvolvidos. Posteriormente, apresentam-se alguns estudos comparativos para a América Latina e Caribe e, finalmente, destaca-se a situação dos estudos, no Brasil.

1.1 A SITUAÇÃO DOS ESTUDOS NOS PAÍSES MAIS DESENVOLVIDOS.

Tradicionalmente, o tema da nupcialidade não chamou tanto a atenção dos demógrafos como o da natalidade e o da fecundidade. Esta relativa falta de interesse se deve, em grande parte, à ausência de mudanças profundas nos padrões de nupcialidade, nos últimos dois séculos, diferentemente do que aconteceu com a fecundidade. Assim, grande parte das primeiras pesquisas sobre nupcialidade foram inspiradas na diminuição das taxas de fecundidade. Depois da Segunda Guerra Mundial, porém, não mais se negligenciam os estudos sobre casamento, particularmente aqueles dedicados aos períodos onde as normas são alteradas, seja por causas de origem econômica ou política (a crise dos anos 30, as guerras e outros), seja por causas de origem demográfica (desequilíbrio na razão de sexos, como consequência de guerras ou migrações e outros), e, mais recentemente, devido ao fenômeno do divórcio e, posteriormente, ao das uniões consensuais. (Festy, 1971)

Na análise dos padrões de união, as principais variáveis estudadas foram: a idade ao casar e a proporção de celibatários. Nesta área, destacam-se os trabalhos de Hajnal (1963), que desenvolve um método indirecto para estimar a idade média ao casar (Single Mean Age at Marriage ou SMAM), a partir de dados censais publicados, por sexo, idade e estado conjugal. Também define o celibato definitivo (Proportion Never Married ou PNMD), como a proporção de solteiros aos 50 anos. Estes conceitos têm sido largamente utilizados até o presente.

Em 1965, Hajnal publica seu importante trabalho sobre padrões de união. Baseado nos resultados da idade média ao casar (SMAM) e do celibato definitivo (PNMD) de uma série de países do mundo, define o que chamou de padrão "europeu" e "não-europeu" de união. O padrão "europeu" se caracterizaria por uma idade média ao casar "tardia" (acima de 25 anos) e uma "alta" proporção de celibato definitivo (acima de 10,0%) e corresponderia ao padrão vigente na maioria dos países da Europa Ocidental durante os 200 anos anteriores. No outro extremo, nos países onde se apresenta uma idade média ao casar "precoce" (menos de 20 anos) e casamento "universal" (taxas de celibato definitivo menores que 5,0%), Hajnal os qualifica de padrão "não-europeu" de união, e se verificaria principalmente nos países do terceiro mundo. Na situação intermediária ficaria a maioria dos países da Europa Oriental.

Posteriormente, em 1971, temos a publicação da crítica ao trabalho de Hajnal, feita por Ruth Dixon, a qual mostra que o padrão "europeu" e "não-europeu" de união, estabelecido por Hajnal, ainda é válido nos anos 80, na análise dos casamentos femininos; no caso da nupcialidade masculina, este padrão não parece tão claro, já que as diferenças entre as distintas regiões do mundo são muito pequenas. Determina, estatisticamente, que duas variáveis, a factibilidade e a valorização do casamento, são responsáveis pela maior parte da variabilidade nos padrões de

união observados no mundo, ao redor dos anos 80. Também questiona os padrões de nupcialidade femininos definidos por Hajnal, observando que, depois da 2ª Guerra Mundial, aparece uma tendência pronunciada para uniões mais "precoces" e mais "universais" na maioria dos países da Europa Ocidental, e para uniões mais "tardias" nos países do Oriente Médio e Ásia. Assim conclui que se pode esperar, no futuro, que os padrões de união convirjam para níveis intermediários, e as populações das distintas regiões do mundo se tornem mais homogêneas, quanto à idade média ao casar na primeira união e na proporção de celibato definitivo.

As expectativas de Dixon se confirmam. Analisando-se a Tabela 1.1, que compara os dados da idade média ao casar (SMAM) e da proporção de solteiros da maioria dos países considerados pela autora, para anos próximos a 1960, com os resultados para anos próximos a 1980, observa-se que a idade média ao casar tende para idades intermediárias (ao redor de 25 anos para os homens e de 22 para as mulheres), e a proporção de solteiros, após os 40 anos, parece ter diminuído.¹ Também se verifica uma homogeneização de padrões através da diminuição dos coeficientes de variabilidade destas variáveis entre os dois momentos considerados. Citando um exemplo, o coeficiente de variabilidade da idade média ao casar das mulheres cai de 0,145 (para a média geral em anos próximos a 1960, sem incluir América Latina e Caribe), para 0,118 em anos próximos a 1980.

1. É importante ressaltar que, com relação à proporção de solteiros, não foi possível obter o mesmo tipo de informação para todos os países, nos dois períodos. Assim, os dados de Dixon (1971) para anos próximos a 1960 se referem à proporção de solteiros na faixa de idade de 40 a 44 anos, e os dados disponíveis para anos próximos a 1980 se referem à proporção de solteiros definitivos (PNMD aos 50 anos. Apesar desta diferença, na medida em que a proporção de pessoas que se casam pela primeira vez após os 44 anos é muito pequena, considera-se que estes resultados fornecem alguma indicação das mudanças que podem ter ocorrido no período, com os níveis de celibato.

Tabela 1.1 Idade média ao casar (SMAM) e proporção de celibatários (PNM), por sexo, para alguns países do mundo. Anos próximos a 1960 e 1980.

Tabela 1: Idade Média ao Casar (SMAM) e Proporção de Celibatários (PNM), por sexo, para alguns países do mundo. Anos próximos a 1960 e 1980.

Região ou País	Dados Próximos Ano 1960 (1)						Dados Próximos Ano 1980 (2)					
	Ano do Censo	S. M. A. M.			% Celib. (40-44)		Ano do Censo	S. M. A. M.			% Celib. (50 anos)	
		H	M	H-M	H	M		H	M	H-M	H	M
AMERICA												
Região Norte												
Canadá	61	24,7	21,7	3,0	10,9	8,9	81	25,2	23,1	2,1	7,8	5,9
EE. UU.	60	23,3	20,8	2,7	7,3	6,1	80	25,2	23,3	1,9	6,0	4,6
Média (*)		23,4	20,7	2,7	7,6	6,3		25,2	23,3	1,9	6,1	4,7
C. V. (**)		.017	.018	.032	.138	.127		.000	.002	.031	.077	.081
Região do Caribe (a)												
Guadalupe	61	29,8	26,0	3,8	34,2	38,3	83	29,6	26,6	3,0	26,1	30,4
Jamaica (b)	60	33,1	29,3	3,8	40,8	44,7	82	30,5	28,2	2,3	37,9	30,1
Martinica	61	29,0	26,3	2,7	33,4	37,4	82	30,1	28,8	1,3	28,4	30,9
Porto Rico	60	24,6	21,6	3,0	10,2	5,5	80	24,1	22,3	1,8	7,8	5,6
Rep. Domín.	60	25,9	19,2	6,7	17,3	16,8	70	26,1	19,7	6,4	23,3	18,5
Média (*)		27,3	22,6	4,7	23,2	20,7		26,7	22,3	4,4	21,9	17,8
C. V. (**)		.119	.174	.361	.643	.722		.093	.118	.468	.505	.538
Região Central (a)												
Costa Rica	63	25,5	21,4	4,1	13,6	15,3	73	25,4	21,7	3,7	10,6	15,3
Salvador	61	25,0	18,9	6,2	17,7	24,8	71	24,7	19,0	5,7	14,9	24,1
Guatemala	64	25,0	18,9	6,1	11,4	12,9	81	23,5	20,5	3,0	5,7	6,2
Honduras	61	25,1	17,9	7,2	15,4	21,8	74	24,4	20,0	4,4	5,7	5,3
México	60	24,1	21,6	2,5	7,8	8,9	80	23,6	20,6	3,0	5,6	4,6
Nicarágua	63	24,9	18,7	6,2	14,4	15,7	71	24,6	20,2	4,4	10,3	13,6
Panamá	67	24,7	18,5	6,2	21,4	21,4	80	25,0	21,2	3,8	11,9	7,7
Média (*)		24,3	20,9	3,5	11,3	11,4		23,8	20,5	3,3	6,3	6,0
C. V. (**)		.017	.061	.474	.586	.417		.008	.018	.195	.345	.704
Região Sul (a)												
Argentina	60	26,0	23,1	2,9	15,1	13,9	80	25,3	22,9	2,4	11,6	10,1
Brasil (a)	60	25,8	22,2	3,6	8,0	9,3	80	25,3	22,6	2,7	6,1	6,1
Chile	60	26,4	23,5	2,9	15,3	15,1	82	25,7	23,6	2,1	10,5	12,4
Colômbia	64	26,5	21,4	5,1	15,9	18,5	85	24,0	20,4	3,6	7,2	8,7
Equador	62	25,1	20,7	4,4	11,7	14,3	74	24,8	21,1	3,7	9,5	11,4
Peru	61	25,8	21,7	3,9	12,1	14,4	81	25,7	22,7	3,0	7,3	8,5
Venezuela	61	25,8	18,7	7,1	20,9	24,1	81	24,8	21,2	3,6	11,2	14,7
Média (*)		25,9	22,0	3,9	11,5	12,8		25,1	22,3	2,9	7,7	9,2
C. V. (**)		.012	.047	.256	.349	.333		.019	.039	.155	.279	.200
Total de America												
Média (*)		24,5	21,2	3,3	9,7	9,5		25,0	22,4	2,6	7,0	6,9
C. V. (**)		.054	.054	.318	.493	.530		.029	.051	.295	.430	.504

(Continuação)

Região ou País	Dados Próximos						Dados Próximos					
	Ano do Censo	S. M. A. M.			% Celib. (40-44)		Ano do Censo	S. M. A. M.			% Celib. (50 anos)	
	H	M	H-M	H	M		H	M	H-M	H	M	
ASIA												
Região Leste												
Hong-Kong	81	28,1	22,3	5,8	7,4	5,9	81	28,7	25,3	3,4	8,3	2,4
Japão	80	27,3	24,7	2,6	2,0	3,0	80	28,6	26,1	3,5	2,6	4,4
Média (*)		27,3	24,6	2,7	2,2	3,1		28,6	25,1	3,5	2,8	4,3
C. V. (*)		.055	.017	.206	.433	.163		.001	.002	.006	.410	.038
Região Sudeste												
Filipinas	80	24,7	22,1	2,6	4,1	7,8	80	25,3	22,4	2,9	4,3	8,0
Malásia	87	24,0	19,3	4,7	6,2	1,4	80	26,6	23,8	3,1	3,7	2,6
Cingapura	87	26,0	20,5	5,5	7,5	4,9	80	28,4	26,2	2,2	5,0	3,5
Tailândia	80	24,7	21,9	2,8	3,0	3,1	80	24,7	22,7	2,0	2,4	3,8
Média (*)		24,6	21,7	3,0	3,9	5,0		25,3	22,7	2,5	3,5	5,0
C. V. (*)		.012	.039	.245	.280	.488		.030	.027	.185	.277	.342
Região Centro-Sul												
Índia	81	21,8	16,8	5,0	3,9	0,6	81	23,4	18,7	4,7	2,3	0,4
Irã	88	28,6	19,1	9,5	3,0	1,2	78	24,2	19,7	4,5	1,2	0,9
Faquistão	81	23,0	16,5	6,5	3,5	1,0	81	24,9	19,8	5,1	5,0	2,1
Média (*)		22,1	16,8	5,3	3,8	0,7		23,8	18,9	4,7	2,5	0,8
C. V. (*)		.036	.026	.115	.056	.260		.020	.020	.028	.345	.877
Região Sul-Oeste												
Chipre	80	24,5	22,4	2,1	4,4	5,7	78	26,3	24,2	2,1	2,3	4,8
Iraque	87	25,3	20,1	5,2	11,0	4,8	77	25,2	20,8	4,4	4,7	2,9
Israel	81	25,4	21,4	4,0	4,8	2,6	83	26,1	23,5	2,6	3,1	2,9
Jôrdania	81	24,5	20,3	4,2	4,6	2,9	81	26,9	22,6	4,2	0,2	2,7
Turquia	80	22,6	19,2	3,4	3,2	1,7	80	23,6	20,6	3,0	4,1	1,4
Média (*)		23,3	19,6	3,7	4,6	2,3		24,4	20,8	3,6	4,2	2,1
C. V. (*)		.050	.035	.188	.613	.491		.039	.023	.193	.212	.367
Total da Asia												
Média (*)		23,1	18,4	4,7	3,6	1,4		24,4	20,1	4,3	2,7	1,5
C. V. (*)		.084	.166	.260	.279	1,081		.069	.110	.187	.350	1,188

(Continuação)

Região ou País	Dados Próximos					Dados Próximos					Ano 1980 (1)		Ano 1980 (2)	
	Ano	S. M. A. M.			% Celib. (40-44)	Ano	S. M. A. M.			% Celib. (50 anos)				
	do	H	M	H-M		do	H	M	H-M		H	M		
	Censo				H	M	Censo				H	M		
EUROPA														
Região Norte														
Dinamarca	60	25,4	22,2	3,2	10,3	8,1	82	28,9	26,1	2,8	9,1	5,3		
Escócia	51	26,1	22,9	3,2	14,5	18,8	81	24,7	22,5	2,0	9,3	7,9		
Finlândia	60	25,8	22,8	3,0	11,1	13,8	80	27,1	24,6	2,5	13,3	10,8		
Inglaterra	61	24,8	21,8	3,0	10,7	9,7	81	25,4	23,1	2,3	9,2	6,1		
Irlanda	61	28,5	25,5	3,0	33,6	22,0	81	24,4	23,4	1,0	23,9	14,5		
Noruega	60	26,9	22,2	3,7	14,5	11,2	80	26,3	24,0	2,3	11,1	5,7		
Suécia	60	26,2	23,2	3,0	15,0	9,8	80	30,0	27,6	2,4	12,9	6,9		
Média (*)		25,3	22,3	3,1	12,4	11,0		26,3	24,0	2,3	10,6	6,8		
C. V. (*)		.033	.037	.052	.363	.300		.053	.063	.136	.305	.299		
Região Sul														
Espanha	60	27,9	24,7	3,2	9,7	15,5	81	26,0	23,1	2,9	9,7	9,9		
Grécia	61	26,4	24,9	3,5	9,5	8,2	81	27,6	22,5	5,1	4,9	6,7		
Iugoslávia	53	24,1	22,2	1,9	5,0	6,1	81	26,2	22,2	4,0	3,3	5,2		
Portugal	60	26,0	23,7	2,3	12,7	16,9	81	24,7	22,1	2,6	5,8	6,6		
Média (*)		26,7	23,9	2,8	8,8	12,3		26,1	22,6	3,4	6,8	8,0		
C. V. (*)		.054	.046	.224	.285	.365		.028	.019	.234	.414	.254		
Região Leste														
Bulgária	56	23,8	21,0	2,8	2,2	2,4	75	24,5	20,8	3,7	1,9	2,1		
Tcheco Esq.	61	25,0	21,2	3,8	6,1	6,2	80	24,7	21,6	3,1	5,7	3,7		
Hungria	60	24,6	20,7	3,9	5,4	7,4	80	24,8	21,0	3,8	4,7	4,1		
Romênia	56	24,8	21,1	3,7	3,5	5,0	77	24,9	21,1	3,8	2,2	3,6		
Média (*)		24,7	21,0	3,6	4,4	5,4		24,8	21,2	3,6	3,6	3,5		
C. V. (*)		.016	.008	.100	.325	.288		.006	.013	.085	.453	.178		
Região Oeste														
Alemanha	61	26,0	22,9	3,1	5,4	10,8	80	27,9	23,6	4,3	6,3	7,1		
Áustria	51	27,0	24,5	2,5	11,6	14,3	81	26,9	23,5	3,4	7,3	8,7		
Bélgica	61	24,8	22,0	2,8	9,0	9,0	81	24,8	22,4	2,4	8,1	6,0		
França	62	25,3	22,5	2,8	10,9	9,0	82	26,4	24,3	2,1	10,5	7,5		
P. Baixos	60	26,1	23,2	2,9	7,7	10,1	80	26,2	23,2	3,0	7,7	6,8		
Suíça	60	26,8	23,8	3,0	12,6	14,9	80	27,9	25,0	2,9	8,6	9,7		
Média (*)		25,8	22,8	2,9	8,4	10,3		27,0	23,8	3,2	8,2	7,3		
C. V. (*)		.021	.023	.058	.318	.015		.034	.024	.308	.225	.096		
Total da Europa														
Média (*)		25,7	22,6	3,0	8,8	10,1		26,3	23,2	3,1	7,7	6,8		
C. V. (*)		.044	.050	.143	.444	.348		.048	.055	.286	.417	.300		

(Continuação)

Região ou País	Dados Próximos			Ano 1980 (1)		Dados Próximos			Ano 1980 (2)			
	Ano do Censo	S. M. A. M.		% Celib. (40-44)		Ano do Censo	S. M. A. M.		% Celib. (50 anos)			
	H	M	H-M	H	M	H	M	H-M	H	M		
AFRICA												
Região Norte												
Argélia	48	25,4	19,8	5,6	6,7	2,6	77	25,3	21,0	4,3	1,7	0,9
Egito	60	25,8	19,7	6,1	3,2	1,8	80	26,8	21,4	5,4	1,1	1,3
Líbia	64	25,8	16,9	9,0	3,4	0,7	73	24,6	18,7	5,9	1,4	0,5
Marrocos	60	23,9	17,5	6,4	3,3	1,7	82	27,9	22,3	5,6	2,1	0,9
Tunísia	58	25,8	19,2	6,3	6,5	2,6	84	26,1	24,3	3,8	2,5	1,5
Média (*)		25,3	19,1	6,2	4,0	1,9		26,7	21,5	5,2	1,5	1,1
C. V. (*)		.031	.053	.090	.364	.213		.036	.031	.095	.286	.202
OCEANIA												
Austrália	54	25,3	21,7	3,6	12,2	9,1	81	25,7	23,5	2,2	8,2	4,2
N. Zelândia	61	25,0	21,7	3,3	9,8	7,8	81	24,9	22,7	2,2	7,4	4,7
Média (*)		25,2	21,7	3,5	11,7	8,8		25,8	23,4	2,2	8,1	4,3
C. V. (*)		.005	.000	.035	.084	.075		.012	.013	.000	.038	.044
Média Geral sem incluir América, salvo Canadá e Estados Unidos:												
Média (*)		23,9	19,8	4,1	5,6	4,3		25,0	21,3	3,7	4,2	3,0
C. V. (*)		.081	.145	.333	.575	.984		.067	.118	.317	.593	.909
Média Geral (*)		24,1	20,1	4,0	6,4	5,4		25,0	21,3	3,7	4,7	3,9
C.V. Total (*)		.080	.140	.333	.667	.972		.064	.104	.318	.677	.917

Fonte: (1) Dixon, R.B. (1971), Tab.1, p.217.

(2) United Nations (1988), Tab.8, p.66.

Notas: (*) Calculado ponderando pela população total de cada país, do censo correspondente.

(a) Não incluído nos dados de Dixon (1971).

(b) O grupo dos solteiros inclui as pessoas em união consensual.

(c) de Souza e Silva, R. (1986) Tabelas A1 e A4.

Observando os dados para as grandes regiões, podem ser destacados alguns resultados interessantes. Na Europa, a idade média ao casar dos homens e das mulheres praticamente se mantém no período que vai de 1960 a 1980, com uma leve diminuição (de menos de um ano) tendendo para 26 anos no caso dos homens e 23 anos no caso das mulheres. Com isto, a diferença de idade entre os cônjuges se mantém em 3 anos, mas seu coeficiente de variabilidade se duplica, indicando que houve mudanças dentro da região. A proporção de solteiros também parece ter se reduzido, sendo que esta tendência parece mais clara no caso das mulheres, onde a PNM_{40-44}^{60} era de 10,1% e a PNM_{50}^{80} chega a 6,8%.¹ A variabilidade dos padrões de casamento na Europa, também parece se manter: o coeficiente de variabilidade da idade média ao casar dos homens e das mulheres se eleva muito pouco, passando de 0,044 e 0,050 em anos próximos a 1960 para 0,048 e 0,055 em anos próximos a 1980, respectivamente. No caso da proporção de solteiros, o coeficiente de variabilidade mostra uma leve diminuição (de 0,444 para 0,417 nos homens e de 0,348 para 0,300 nas mulheres), mas como os dados se referem a grupos de idade diferentes (40-44 anos em anos próximos a 1960 e 50 anos em anos próximos a 1980), seria mais prudente pensar na quase manutenção dos níveis de variabilidade, no período.

Mas, dentro da região europeia, temos diferenças importantes. A região sul, que apresenta as maiores idades médias ao casar para homens e mulheres (26,7 e 23,9 para anos próximos a 1960, respectivamente), também apresenta as maiores taxas de celibatários (a exceção da região norte da Europa). A PNM_{40-44}^{60} atinge 8,8% dos homens e 12,3% das mulheres, em média. Mas estes resultados apresentam uma diminuição importante, se se comparam com os dados disponíveis para anos próximos a 1980. No caso da

1. PNM_{40-44}^{60} representa a proporção de solteiros da faixa etária 40-44 anos em anos próximos a 1960. Analogamente, PNM_{50}^{80} representa a proporção de solteiros aos 50 anos, em anos próximos a 1980.

idade média ao casar, reduz-se para 26,1 anos nos homens e para 22,6 anos nas mulheres. Também se verificaria uma redução da proporção de celibatários, atingindo mais as mulheres, o que indicaria uma tendência para a universalização do casamento na região. Os coeficientes de variabilidade também mudam: no caso da idade média ao casar, reduzem-se em mais de 50% para ambos os sexos (de 0,064 para 0,028 nos homens e de 0,046 para 0,019 nas mulheres). Mas, para a proporção de solteiros, temos uma redução somente no caso das mulheres, já que, para os homens, o coeficiente de variabilidade aumenta de 0,285 para 0,414. Estas mudanças também alteram a diferença de idade entre os cônjuges, que aumenta de 2,8 anos (em anos próximos a 1960) para 3,4 (em anos próximos a 1980), com um aumento do coeficiente de variabilidade, refletindo mudanças diferenciais dentro dos países considerados, nesta região.

Para os países ao leste da Europa que, em anos próximos a 1960, apresentavam as menores idades médias ao casar (24,7 anos para homens e 21,0 para mulheres), estes valores praticamente se mantêm em anos próximos a 1980 (24,9 e 21,1 anos para homens e mulheres, respectivamente), mantendo-se também a diferença de idade entre os cônjuges. Mas a proporção de celibatários parece ter diminuído levemente no período, novamente mostrando uma maior diminuição nas mulheres do que nos homens. Ou seja, na Europa os dados mostram uma maior universalização do casamento nas mulheres do que nos homens.

Portanto, para estas duas regiões da Europa (sul e leste), pode-se concluir que apresentam o comportamento esperado por Dixon: a convergência para um padrão de idade ao casar intermediário, casamento mais universal e menores diferenças dentro e entre as regiões consideradas.

Mas os países ao norte e oeste da Europa apresentam um comportamento inesperado na tendência da idade média ao casar.

Sendo regiões com casamento de tipo intermediário em anos próximos a 1960 (SMAM levemente superior a 25 e 22 anos, para homens e mulheres, respectivamente), poder-se-ia esperar a manutenção ou diminuição destas idades nos anos próximos a 1980, mas, ao contrário, as idades médias ao casar aumentam (quase em um ano para os homens e ao redor de 2 anos para as mulheres), com duas exceções: Áustria e Irlanda, que eram os dois países que apresentavam as maiores idades médias ao casar, em anos próximos a 1960. Esta tendência trouxe, como consequência, um aumento nos coeficientes de variabilidade que, na região norte, quase duplicou e, na região oeste, cresceu quase 50% para os homens, mas se manteve para as mulheres. Hoje, este fenômeno poderia ser explicado pela incidência das uniões consensuais nestas regiões. Na medida em que este tipo de união pode criar uma distorção na declaração do estado civil ou conjugal no momento do censo, isto afetaria diretamente o cálculo da SMAM, que acabaria super-estimando a idade média no início da primeira união. Com relação à diferença de idade entre os cônjuges, na região norte se verifica uma diminuição em todos os países da região, passando de 3,1 (em anos próximos a 1960) para 2,3 anos (em anos próximos a 1980). Já na região oeste o comportamento é diferente, pois, na maioria dos países considerados, esta diferença aumenta, mostrando um acréscimo de 0,3 anos, em média.

Do ponto de vista dos níveis do celibato, estas regiões acompanham a tendência geral da Europa, de uma maior universalização do casamento, especialmente para as mulheres. Na região norte da Europa, a PNM_{40-44}^{60} corresponde a 12,4% dos homens e 11,0% das mulheres e a PNM_{50}^{80} atinge 10,6% dos homens e 6,8% das mulheres, mostrando uma maior diferenciação por sexo no último período. A variabilidade destes resultados praticamente se mantém na região norte; e na região oeste diminui para os homens ($PNM_{40-44}^{60} = 0,318$ para $PNM_{50}^{80} = 0,225$) e aumenta para as mulheres ($PNM_{40-44}^{60} = 0,015$ para $PNM_{50}^{80} = 0,096$).

No caso dos países da Ásia que, ao nível das grandes regiões, apresentam casamento quase universal e as menores idades médias ao casar nos anos próximos a 1960 (23,1 anos para homens e 18,4 anos para mulheres), também se verificam as tendências esperadas por Dixon. A idade média ao casar é maior nos anos próximos a 1980 (24,4 anos para os homens e 20,1 anos para as mulheres) e apresentam uma redução no coeficiente de variabilidade. Mantém-se o carácter quase universal dos casamentos (2,7% e 1,5% de celibatários aos 50 anos, entre homens e mulheres, respectivamente), mas houve um leve aumento do CV. Com relação à diferença de idade entre os cônjuges, diminui em quase meio ano na média da região, e se reduz o coeficiente de variabilidade em quase 50%, indicando uma redução dos diferenciais dentro da região.

Mas existe uma exceção na Ásia, na região leste que, na Tabela 1.1, está representada por Japão e Hong-Kong. Estes dois países, com as idades médias ao casar tradicionalmente elevadas (em 1960/61 28,1 e 27,3 anos para os homens e 22,3 e 24,6 anos para as mulheres, respectivamente), chegam em 1980/81 a 28,7 e 28,6 anos para os homens e 25,3 e 25,1 anos para as mulheres, respectivamente. Ambos os países mostram um aumento na idade média ao casar de homens e mulheres, mas, no caso do Japão, este aumento foi diferencial por sexo, provocando um aumento na diferença de idade entre os cônjuges de quase um ano. Com relação aos celibatários, os dois países apresentam tendências semelhantes para os homens. Em ambos os casos a PNM aumenta. Mas, no caso das mulheres, somente o Japão mostra um aumento da PNM_{40-44}^{60} de 3,0% para PNM_{50}^{80} de 4,4%. Já no caso de Hong Kong, há uma redução de quase 50% nesta taxa (PNM_{40-44}^{60} de 5,9% para uma PNM_{50}^{80} de 2,4%).

A região norte da África, também considerada por Dixon, apresenta o comportamento esperado pela autora. Para anos próximos a 1960, a idade média ao casar estava próxima de 25 anos para os homens e 19 anos para as mulheres. Pode-se verificar que, em anos próximos a 1980, apresentam idade média ao casar superior, em mais

de um ano no caso dos homens (de 25,3 para 26,7 anos) e em mais de dois anos no caso das mulheres (de 19,1 para 21,5 anos), diminuindo a diferença de idade entre os cônjuges em 1 ano, no período considerado. Os níveis de celibato, mostraram uma maior universalização das uniões, que atingiria excepcionalmente mais os homens, já que as mulheres apresentavam casamento quase universal em anos próximos a 1960. Finalmente, os níveis de homogeneização entre os países da região se mantêm quase sem alteração, no mesmo período.

Por último, nos casos da Austrália, Nova Zelândia, Estados Unidos e Canadá, tem-se a situação particular dos Estados Unidos, que é o país que apresenta a menor idade média ao casar e a menor proporção de solteiros, deste conjunto. Em anos próximos a 1960 a idade média ao casar era de 23,3 anos para homens e 20,8 anos para mulheres, e passa para níveis intermediárias nos anos próximos a 1980 (25,2 e 23,3 anos, para homens e mulheres, respectivamente), mostrando também uma redução na diferença de idade entre os cônjuges de 0,8 anos, chegando a 1,9 anos e colocando os Estados Unidos como um dos países do mundo com menor diferença de idade entre os cônjuges. A proporção de solteiros aparentemente se reduz no período, atingindo 8,0% dos homens e 4,6% das mulheres aos 50 anos, em 1980. Os outros três países apresentam tendências semelhantes, mas dentro de um gradiente formado por Canadá, Nova Zelândia e Austrália, onde o primeiro país apresenta o padrão mais próximo dos Estados Unidos e a Austrália as maiores SMAM e PNM do grupo. Para este conjunto de países é importante destacar, também, que estes resultados podem estar afetados por problemas de declaração do estado civil ou conjugal, decorrentes do aumento das uniões consensuais nas últimas décadas.

Dixon (1971) não incluiu na sua análise a China, a U.R.S.S. e outros países socialistas da Ásia, por falta de informações. No caso dos países do Caribe, América Central e América do Sul, excluiu-os pela dificuldade na interpretação dos

dados disponíveis, devido à grande incidência das uniões consensuais. Principalmente no caso dos países do Caribe que mostram elevada idade média ao casar e elevada proporção de celibatários aos 50 anos, e onde, ainda que sejam excluídas as pessoas em uniões consensuais do grupo das solteiras, permanece o problema da declaração como solteiras de pessoas que, no passado, estiveram em união consensual. Apesar destes problemas, é de interesse incluir os dados de toda a América, no sentido de poder situar a nupcialidade do Brasil no continente sul-americano.

Levando em conta as restrições apontadas por Dixon, pode-se concluir que poucas mudanças ocorreram, no continente, com relação à idade média ao casar, no período considerado. Na região sul, que talvez seja a região com menores problemas de informação, devido à menor incidência das uniões consensuais, apresenta-se uma pequena queda na idade média ao casar dos homens, que não chega a um ano, passando de 25,9 anos, em anos próximos a 1960, para 25,1 anos, em anos próximos a 1980. E no caso das mulheres, apresenta-se um leve aumento na idade média ao casar que vai de 22,0 para 22,3 anos no período considerado, diminuindo em um ano a diferença de idade entre os cônjuges, que passa de 3,9 para 2,9 anos. Isto mostra a manutenção de um padrão intermediário de idade média ao casar, que fica ao redor dos 25,0 anos para homens e 22,5 anos para as mulheres. O continente sul-americano mostra uma redução na proporção de solteiros aos 50 anos, chegando em anos próximos a 1980 a 7,7% dos homens e 9,2% das mulheres.

Por outro lado, a região central, com dados relativamente aceitáveis, apresenta a menor idade média ao casar, em anos próximos a 1960, das regiões de América Latina e Caribe. Sua tendência para as décadas seguintes é de uma pequena redução, da ordem de meio ano, passando de 24,3 para 23,8 anos no caso dos homens e de 20,9 para 20,5 anos no caso das mulheres. A proporção de celibatários também diminui, atingindo 6,3% dos homens e 6,0% das mulheres aos 50 anos, em anos próximos a 1980.

No caso da região do Caribe, parece claro que os dados sobre idade média ao casar e proporção de solteiros têm restrições, principalmente se se considera a proporção de solteiros aos 50 anos em anos próximos a 1980, que mostram resultados muito pouco reais, (21,9% dos homens e 17,8% das mulheres), diante das informações do resto do mundo. São o resultado da alta incidência de uniões consensuais na região, que provoca sérios problemas nas informações levantadas nos censos demográficos.

Os fatores que explicam as mudanças e tendências observadas na Tabela 1.1 são de difícil análise, já que neles estão incluídos diversos aspectos que vão desde os culturais e sociais até os de ordem econômica, os quais não pretendemos abordar neste trabalho, dada sua grande complexidade e extensão. O importante é ter podido mostrar, através da breve análise destes dados, a evolução de dois aspectos da nupcialidade, a idade média ao casar e a proporção de solteiros definitivos, através das últimas décadas, tomando como ponto de partida o trabalho publicado por Dixon, em 1971, que apresenta um panorama mundial, para poder situar melhor a realidade concreta que será estudada nos capítulos seguintes.

Neste ponto é importante lembrar o segundo trabalho de Dixon nesta linha de análise, publicado em 1978, que apresenta os dois famosos contra-exemplos ao padrão "europeu" e "não-europeu" definido por Hajnal em 1965: Irlanda e Japão. O primeiro com idade média ao casar "precoce" e altas taxas de celibato definitivo; o segundo com idade média ao casar "tardia", mas casamento "universal". Na sua argumentação, Dixon levanta os problemas da factibilidade econômica do casamento, a valorização do casamento na falta de outras alternativas socio-econômicas, sobretudo para as mulheres, e o mercado matrimonial, principalmente afetado pela razão de sexos. Poder-se-ia concluir deste trabalho que estas

variáveis são importantes variáveis intermediárias, que ajudam a explicar os padrões de união presentes nas distintas regiões do mundo.

Do ponto de vista quantitativo, no entanto, é difícil ter disponíveis variáveis que permitam medir a factibilidade e valorização do casamento, no nível dos grandes agregados nacionais ou regionais, com a qualidade necessária, principalmente nos países em desenvolvimento. Um exemplo do esforço realizado neste sentido é o importante trabalho realizado por Silva (1979) ao tentar explicar o padrão de nupcialidade no Brasil, onde chega à conclusão de que "... contrariamente às expectativas baseadas nos resultados de Dixon, o desenvolvimento cronológico do casamento parece depender apenas da factibilidade dos casamentos, enquanto que a quantidade de casamentos é determinada apenas pela disponibilidade de cônjuges. Verificou-se que a valorização social do casamento não está correlacionada nem com a quantidade nem com o desenvolvimento cronológico da nupcialidade no Brasil." (Silva, 1979. p. 364)

Do ponto de vista metodológico, é importante destacar que, mais recentemente na Europa, começa-se a estudar as tendências das primeiras uniões através da taxa total de primeiros casamentos (TTPC), definida de forma análoga à taxa de fecundidade total. Esta taxa é considerada, por alguns autores, como a melhor medida de nupcialidade por período disponível para os países da Europa Ocidental (Höpflinger, 1985). Monnier, em 1990, apresenta uma série de resultados desta taxa para vários países da Europa Ocidental, no período de 1965 a 1985, e discute a validade da interpretação desta taxa: "Se estas taxas tivessem sido observadas em uma geração, sua soma representaria a frequência de primeiras uniões nesta geração. Calculada para um ano dado, onde se considera o comportamento da nupcialidade durante esse ano das diversas gerações que iniciaram uma primeira união antes dos 50

anos, esta soma é de uma interpretação delicada em função da difícil divisão a ser operada entre o que se deve às condições da época e aquelas que se devem à influência de tendências evolutivas profundas em matéria de propensão ao casamento. Enfim, devido a forma de estimação, o índice quando calculado numa geração, pode ultrapassar a unidade (ou 1000 por 1000) o que seria absurdo uma vez que não pode haver mais primeiras uniões do que o número de pessoas. Isto indicaria neste caso, calculado por anos, que os casamentos têm sido muito precoces no ano considerado e que se trata de uma tendência mais ou menos a longo prazo ou de uma recuperação de casamentos adiados. Por outro lado, uma grande precocidade nos casamentos não implica, necessariamente, que esta taxa ultrapasse a unidade." (Monnier, 1988, p.898). Na Tabela 1.2 se apresenta um resumo dos resultados de Monnier.

A Tabela 1.2 mostra que todos os países da Europa, inclusive os da Europa Oriental, foram atingidos por um movimento geral de mudança. Mas este movimento não se inicia de forma simultânea em toda a Europa. O processo parece ter sua origem na segunda metade da década de 60 nos países escandinavos e, em particular, na Suécia, onde a taxa total de primeiros casamentos femininos atinge um nível próximo de 0,650 no final dos anos 60, diferente do resto da Europa onde este nível só será atingido quase 10 anos depois (Sardon, 1986). Fora dos países escandinavos, Alemanha Ocidental, Países Baixos e Suíça destacam-se pelas baixas taxas de primeiros casamentos. A Alemanha experimentou uma queda particularmente rápida da taxa feminina, indo de 1,102 em 1965 a 0,656 em 1980. Dos outros países europeus, França e Inglaterra, por exemplo, experimentaram uma queda contínua das TIPC depois de 1970. No caso da Itália, depois que as TIPC apresentaram um incremento considerável entre 1968 e 1973, decresceram bruscamente depois de 1974 e, em 1980, atingiram níveis próximos aos da França e Inglaterra. (Höpflinger, 1985)

Tabela 1.2 Taxa total de primeiros casamentos (TIPC), por sexo, para alguns países da Europa. Anos 1965, 70, 75, 80 e 85

Países	Sexo	1965	1970	1975	1980	1985
Região Norte						
Dinamarca	Masc.	1,026	0,752	0,621	0,491	0,538
	Fem.	0,984	0,799	0,661	0,532	0,572
Finlândia	Masc.	0,959	0,896	0,638	0,608	0,552
	Fem.	0,930	0,939	0,702	0,671	0,584
Noruega	Masc.	0,921	0,922	0,755	0,615	0,532
	Fem.	0,872	0,956	0,794	0,648	0,562
Escócia	Masc.	1,112	1,055	0,899	0,786	0,741
	Fem.	1,023	1,030	0,889	0,792	0,696
Inglaterra e Gales	Masc.	1,038	1,009	0,840	0,754	0,650
	Fem.	1,002	1,040	0,876	0,761	0,661
Irlanda do Norte	Masc.	0,980	1,134	0,900	0,750	
	Fem.	0,952	1,086	0,942	0,766	
Suécia	Masc.	0,986	0,584	0,566	0,486	0,490
	Fem.	0,957	0,624	0,628	0,525	0,525
Região Sul						
Espanha	Masc.	1,008	1,030	0,949	0,749	
	Fem.	0,982	1,003	1,024	0,735	0,640
Grécia	Masc.	1,218	1,080	1,180	0,848	
	Fem.	1,185	1,056	1,158	0,875	0,870
Itália	Masc.	0,998	1,017	0,894	0,764	
	Fem.	1,024	1,007	0,931	0,765	0,698
Portugal	Masc.	1,105	1,187	1,450	0,840	
	Fem.	1,008	1,102	1,309	0,878	0,787
Região Leste						
Alemanha (Rep. Dem.)	Masc.	0,858	0,989	0,901	0,789	0,701
	Fem.	0,991	1,025	0,930	0,818	0,739
Bulgária	Masc.	0,951	0,963	0,969	0,823	0,894
	Fem.	0,893	0,976	1,010	0,981	0,939
Tcheco Eslováquia	Masc.	0,965	0,918	0,927	0,796	0,856
	Fem.	0,901	0,906	0,976	0,892	0,921
Hungria	Masc.	0,986	0,990	0,944	0,787	0,796
	Fem.	0,978	0,968	0,998	0,894	0,857
Região Oeste						
Alemanha (Rep. Fed.)	Masc.	0,913	0,896	0,734	0,644	0,585
	Fem.	1,102	0,974	0,764	0,656	0,598
Áustria	Masc.	0,923	0,854	0,731	0,690	0,590
	Fem.	0,994	0,913	0,751	0,675	0,599
Bélgica	Masc.	0,992	0,966	0,854	0,746	
	Fem.	1,002	0,981	0,888	0,775	
França	Masc.	1,013	0,915	0,822	0,689	0,531
	Fem.	0,993	0,919	0,858	0,708	0,540
Países Baixos	Masc.	1,124	1,013	0,767	0,660	0,555
	Fem.	1,130	1,062	0,827	0,683	0,574
Suíça	Masc.	0,892	0,868	0,624	0,643	0,641
	Fem.	0,897	0,829	0,650	0,659	0,663

Fonte: Monnier, A. (1990) Tab. 4, p. 929.

Análises longitudinais também deixaram em evidência a amplitude das modificações que experimentaram o calendário e a intensidade da nupcialidade, na Europa. Na maior parte dos países da Europa Ocidental, são as gerações nascidas na década de 1950 que aparecem como as precursoras de um novo comportamento caracterizado por um casamento cada vez mais tardio e cada vez menos frequente (Sardon, 1986). No caso da Suécia, estas mudanças podem-se explicar simplesmente pelo aumento da não-legalização das uniões consensuais (Trost, 1975; Höpflinger, 1985). Mas, ao mesmo tempo, há uma mudança significativa para uma maior idade ao casar (Höpflinger, 1985).

O trabalho de Dixon (1971) indicava a existência de uma relação positiva entre desenvolvimento socio-econômico e proporção de casamentos em idade mais jovem na Europa Ocidental, ao redor de 1960, sustentando a hipótese de que o casamento deveria ser mais factível nos países mais ricos de que nos mais pobres. Dados recentes, porém, revelam um padrão diferente e, nos anos 70, observa-se uma forte associação negativa entre desenvolvimento socio-econômico e taxas de nupcialidade (Höpflinger, 1985). Isto sugere que a factibilidade socio-econômica do casamento não é mais o fator principal que influencia o comportamento do casamento e que é mais provável que diferenças na valorização do casamento e o impacto de aspectos socio-culturais expliquem melhor as diferenças observadas, através da Europa Ocidental (Höpflinger, 1985).

Do ponto de vista quantitativo, este recuo do casamento legal em troca de novas formas de união, na Europa, começa a colocar sérios problemas de observação. Nestes países onde os estudos sobre nupcialidade dispunham da boa qualidade e cobertura do Registro Civil, com as novas formas de união não legalizadas serão exigidos levantamentos alternativos para acompanhar as tendências e mudanças que poderão vir a ocorrer, no futuro. De fato, que significado tem, do ponto de vista da fecundidade, a idade média ao primeiro casamento legal, se este corresponde, por

exemplo, à legalização de uma antiga união consensual onde já podem ter nascido os filhos desejados pelo casal? Ou que significarão as medidas de fecundidade legítima quando o casamento não será mais do que uma forma de união tão frequente como outras? (Sardon, 1986)

Como já foi visto, no começo deste século a Europa Ocidental acompanhou um padrão de casamento tardio e de altas taxas de celibato, o que a diferenciou do resto do mundo. Avanços nos métodos anticoncepcionais, liberaram o casamento do controle que exercia sobre a fecundidade, na primeira metade deste século. Assim, o casamento se tornou tão universal que menos de 5% do total de mulheres nascidas ao redor de 1940 permaneceria solteira por toda sua vida (Festy, 1980). Mas esta "era de ouro" do casamento também foi acompanhada por um aumento significativo no número de divórcios. Aqui, também, as mudanças apareceram primeiro nos países escandinavos: entre 1920 e 1950-60, a proporção de casamentos que terminavam em divórcio aumentou de 4% para 16% na Suécia, mas somente de 8% para 12% na Suíça e de 6% para 10% na França (Festy, 1980).

A década de 1960 marcou, em todos os países da Europa, o fim de um período de grande estabilidade do número de divórcios. A partir da década de 70, a Europa Ocidental tem-se caracterizado por um declínio nos casamentos legais e um aumento muito rápido do número de divórcios, acompanhado de uma liberalização gradual da legislação a respeito. A Tabela 1.3 permite ver a evolução de um índice sintético de divórcio, a taxa de divórcio total (TDT), análoga à taxa total de primeiros casamentos, mas que utiliza a informação de duração dos casamentos para estimar as taxas de divórcio com relação às coortes de casamento. Monnier (1990) calculou esta taxa para uma série de países da Europa, no período 1965-1985.

Tabela 1.3 Taxa de divórcio total (TDT).
 Alguns países da Europa.
 Anos 1965, 70, 75, 80 e 85. (Em %)

Países	1965	1970	1975	1980	1985
Região Norte					
Dinamarca	18,2	25,1	36,7	39,3	45,2
Finlândia	13,7	17,1	25,8	27,3	
Noruega	10,2	13,4	20,7	25,1	32,6
Escócia	5,9	10,3	18,3	25,6	34,1
Inglaterra e Gales	10,7	16,2	32,1	39,3	43,8
Suécia	17,8	23,4	49,9	42,2	45,5
Região Leste					
Bulgária	10,3	14,8	15,4	18,5	20,8
Tcheco Eslováquia	16,8	21,8	27,3	26,6	30,9
Hungria	22,7	25,0	27,7	29,4	33,3
Polónia		14,6	15,4	13,6	16,6
Região Oeste					
Alemanha (Rep. Fed.)			23,4	22,7	31,2
Áustria	14,5	18,2	19,7	26,2	30,8
Bélgica	8,2	9,6	16,1	20,8	
França	10,7	12,0	15,6	22,2	30,8
Países Baixos	7,2	11,0	20,0	25,7	34,4
Suíça	12,7	15,5	20,9	27,3	28,7

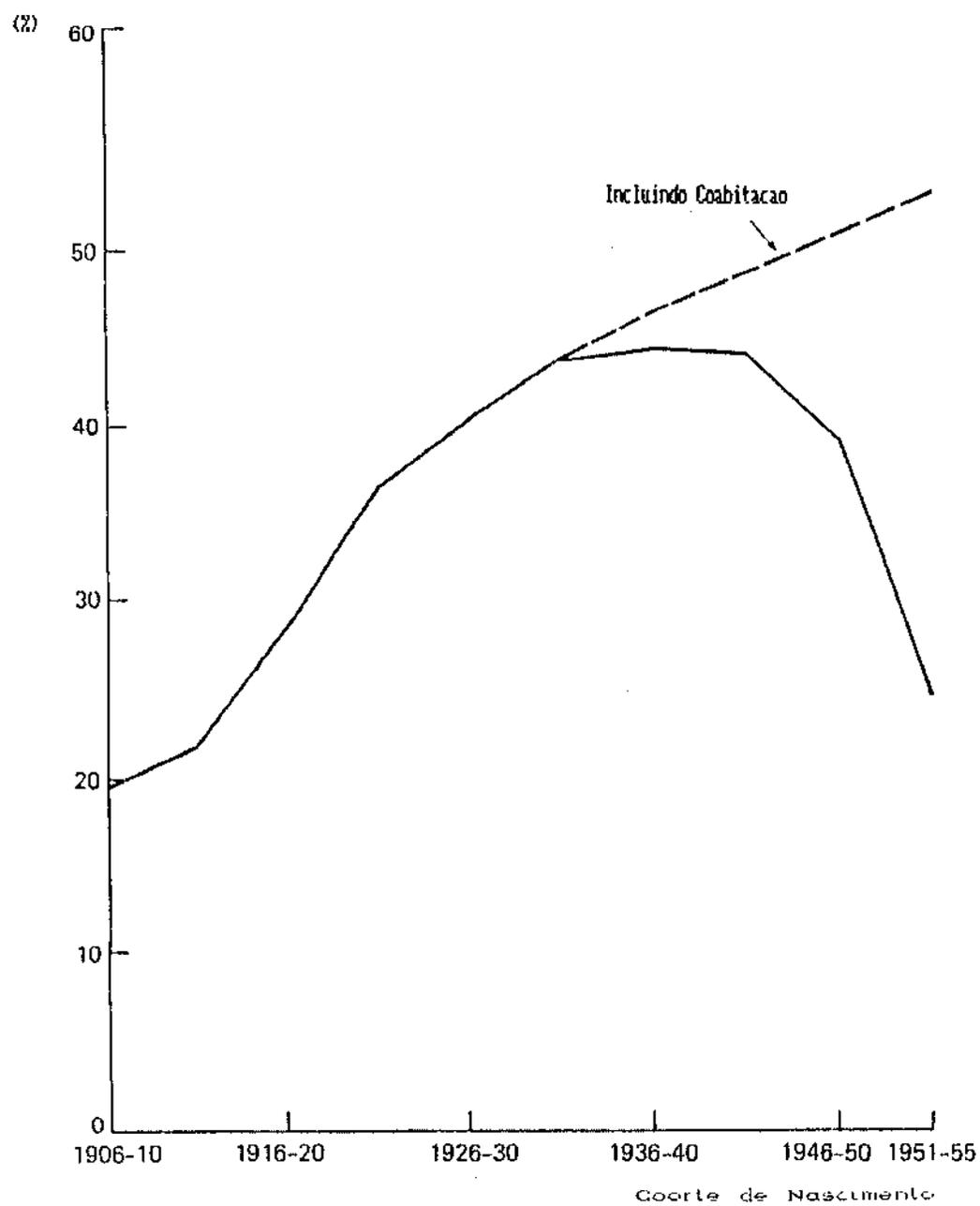
Fonte: Monnier, A. (1990), Tab.5, p.930.

Os países escandinavos, que apresentavam uma TDT em torno de 15,0% em 1965, passam para taxas que vão até 45,5 % em 1985, como no caso da Suécia. No resto da Europa, esses índices não ultrapassam a faixa dos 30,0% a 35,0%, e os países da Região Oriental ficam, em geral, com as menores TDT, em 1985. Estas diferenças de níveis da TDT entre os países da Europa, seriam consequência de aspectos culturais e, por outro lado, do sistema legal vigente. A análise da relação entre as modificações legais e a evolução do número de divórcios deixou em evidência uma relativa independência. Na maior parte dos países, as reformas legais sobre o divórcio só vieram a regulamentar uma prática pré-existente. (Festy, 1980; Sardon, 1986)

Este aumento das TDT, a partir dos anos 60, veio acompanhado, também, de uma redução dos anos de duração das uniões que terminam em divórcio. Assim, as durações médias que eram da ordem de 12 a 15 anos na Suécia, Finlândia e Dinamarca na década de 50, estabilizam-se em torno de 10 anos, na década de 70. (Festy, 1980 e Sardon, 1986)

Os efeitos destas novas tendências dos índices de casamento e divórcio já se fazem sentir, em todos os países da Europa; e o mais importante é que o número de celibatários tem aumentado entre os jovens. Isto, aparentemente, é uma mudança radical no padrão observado no período anterior, onde o casamento tendia a ser cada vez mais universal e a se iniciar cada vez mais cedo. Mas a coabitação, principalmente entre os jovens, veio a preencher a diferença entre estas duas tendências divergentes. Festy (1980) mostra, para a Suécia, a evolução da proporção de mulheres unidas (legalmente ou em coabitação) para a faixa etária de 20 a 24 anos, de coortes sucessivas de nascimento. Verifica que a tendência da união se manteve; somente varia sua composição por tipo de união. (Ver Gráfico 1.1)

Gráfico 1.1 Proporção de mulheres casadas entre 20 e 24 anos, em coortes sucessivas. Suécia.



Fonte: Festy, P. (1980), Fig.1, p.314.

Höpflinger (1985) também mostra a evolução da proporção de mulheres unidas (legalmente ou em coabitação) para as faixas etárias de 20-24, 25-29 e 30-34, entre os anos 1975 e 1981, para quatro países europeus (Dinamarca, França, Inglaterra e Suécia). Seus resultados estão reproduzidos na Tabela 1.4. Nesta tabela pode-se observar que, em todos os países e anos considerados, a união consensual tem maior peso relativo no grupo etário mais jovem (20-24 anos), do que no mais velho (30-34 anos), o que ocorre de forma inversa com a união legal. Assim, por exemplo, na Dinamarca, em 1981, temos 24% de uniões legais na faixa de 20-24 anos e 77% na faixa de 30-34 anos. Mas no caso das uniões consensuais, representam 45% na primeira faixa etária e somente 12% na última.

Com relação ao nível das uniões consensuais, pode-se ver na Tabela 1.4 a grande diferença entre os dois países escandinavos (Suécia e Dinamarca) e os dois países da região oeste da Europa (Inglaterra e França). Se, nos primeiros, as uniões consensuais ultrapassam quase 30% das uniões na faixa de 24-24 anos, nos últimos não chegam a 10%. Vale a pena destacar que os níveis das uniões consensuais na faixa de 30-34 anos dos países escandinavos, chegam a ultrapassar os níveis das faixas mais jovens da Inglaterra e da França. Nestes últimos países, deve-se levar em conta, também, a grande influência da Igreja na sociedade, como um fator que ajuda a manter os baixos níveis das uniões consensuais.

Também é interessante notar que, nos países escandinavos, a proporção de mulheres unidas cresce entre 1975 e 1981, para todas as faixas de idade consideradas, salvo a de 30-34 anos, na Suécia. No caso da Inglaterra e França, há um decréscimo em todas as faixas etárias consideradas, salvo a de 30-34 na Inglaterra, que cresce de 86% para 88%. Estes resultados são um pouco inesperados, já que, na discussão de Festy (1983), parecia claro que a tendência dessas taxas seria sempre crescente. Pode-se especular um pouco com relação à qualidade dos dados e a uma sub-declaração de uniões consensuais por motivos culturais ou sociais.

Tabela 1.4 Proporção de mulheres unidas por tipo de união e faixa etária. Alguns países da Europa. 1975 e 1981.

País	Ano	Tipo de União	Faixas Etárias					
			20-24 (%)		25-29 (%)		30-34 (%)	
Dinamarca	1975	Legal	36		74		83	
		Todas	65		84		88	
	1981	Dif.		29		10		5
		Legal	24		60		77	
		Todas	69		85		89	
		Dif.		45		25		12
Suécia	1975	Legal	24		60		76	
		Todas	53		77		84	
	1980/81	Dif.		29		17		8
		Legal	15		47		67	
		Todas	59		78		81	
		Dif.		44		31		14
França	1975	Legal	48		79		86	
		Todas	51		81		87	
	1980/81	Dif.		3		2		1
		Legal	41		73		83	
		Todas	49		78		85	
		Dif.		8		5		2
Inglaterra	1976	Legal	57		81		84	
		Todas	59		84		86	
	1980	Dif.		2		3		2
		Legal	48		76		86	
		Todas	54		81		88	
		Dif.		6		5		4

Fonte: Höpflinger, F. (1985), Tab. 5, p. 51.

É interessante observar, na Tabela 1.4, que as coortes de 20-24 ou 25-29 anos, em 1975, estarão na faixa etária 26-30 e 31-35 anos em 1981, o que fica muito próximo das faixas de idade 25-29 e 30-34 anos apresentadas na tabela; assim, pode-se ter uma boa aproximação da tendência dessas coortes de sobreviventes no transcurso desses 8 anos. Portanto, pode-se destacar o aumento da proporção de mulheres unidas da coorte de 20-24 anos, no período de 1975 para 1981, que ficou entre 20% , na Dinamarca, e 27%, na França. É importante destacar, também, que esse crescimento das uniões cai para 5% ou menos quando se observa em 1981 a coorte que em 1975 estava na faixa de 25-29 anos, ou seja, confirma-se que o ritmo de crescimento dos casamentos é mais intenso na faixa dos 20 aos 30 anos.

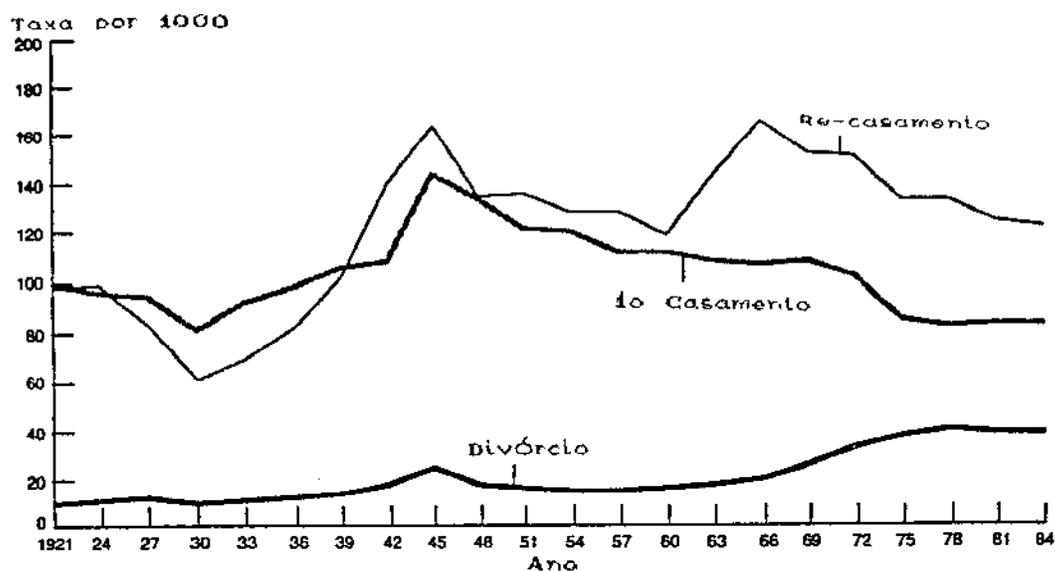
Por outro lado, se se observa a composição do crescimento das uniões entre 1975 e 1981, pode-se ver que no caso da Dinamarca e da Suécia, se o total de uniões da coorte com 20-24 anos em 1975, cresceu 20% e 25% até 1981, respectivamente; o maior crescimento correspondeu às uniões legais (24% e 23% para Dinamarca e Suécia, respectivamente), que pode representar inclusive a legalização de uniões consensuais. No caso da Dinamarca, especificamente, as uniões consensuais decrescem em 4% no mesmo período. Já no caso da França e Inglaterra, o crescimento da proporção de uniões é muito próximo entre o total de uniões e uniões legais, para a mesma coorte e período, considerados anteriormente.

Höpflinger (1985) acrescenta que a coabitação entre as mulheres jovens, também parece estar relativamente difundida na Alemanha, Áustria, Países Baixos e Suíça. Já no caso de Inglaterra e Bélgica, parece mais marginal. Na região sul da Europa, o número de jovens vivendo em união consensual é provavelmente menor, a exceção de algumas regiões da Itália e Portugal, onde as uniões consensuais têm uma certa tradição.

Em geral, pode-se concluir que atualmente, na Europa, mais pessoas vivem consensualmente antes do casamento que no passado; a duração destas uniões tem aumentado; seus diferenciais em fecundidade com as uniões legais tendem a desaparecer; e este tipo de união está mais difundido nas regiões mais desenvolvidas e urbanizadas da Escandinávia. (Höpflinger, 1985)

No caso dos Estados Unidos, um panorama geral da evolução do padrão de casamento feminino, desde o começo deste século, está visualizado em um gráfico apresentado por Norton e Moorman (1987), o qual está reproduzido no Gráfico 1.2. Considera as taxas de primeiras uniões (por mil mulheres solteiras entre 14 e 44 anos), as taxas de divórcio (por mil mulheres casadas entre 14 e 44 anos) e as taxas de recasamentos (por mil mulheres viúvas ou divorciadas entre 14 e 54 anos).

Gráfico 1.2. Taxas de primeiros casamentos, divórcios e recasamentos de mulheres norteamericanas. 1921-1984 (Média de 3 anos)



Fonte: Norton, A.J. e Moorman, J.E. (1987), Fig.1, p.5.

As taxas de primeiros casamentos apresentam a conhecida queda dos anos próximos à grande depressão de 1930. Logo vem sua recuperação e crescimento nos anos seguintes, até a Segunda Guerra

Mundial. Depois da Guerra, a taxa se recupera e mostra um salto nos primeiros anos posteriores à ela, transição que veio acompanhada do fenômeno hoje conhecido como "baby boom". A partir deste momento, a taxa de primeiros casamentos vêm caindo continuamente, chegando, nos anos 80, a taxas em torno de 110 por mil. A primeira metade dos anos 70 será um novo período de transição, quando se verifica uma queda brusca dos níveis de primeiros casamentos. Acompanha a mesma tendência já observada na Europa, como consequência da crescente incidência das uniões consensuais, principalmente entre os jovens (Glick e Spanier, 1980). E, nos anos 80, esta taxa chega aos níveis mais baixos observados em todo o período, à exceção dos valores observados nos anos próximos a 1930.

As taxas de divórcio, por outro lado, evoluíram lentamente desde 1921 até a Segunda Guerra Mundial, apresentando também uma queda na época da depressão de 30. Depois da Segunda Guerra, apresentam um aumento que acompanhou a recuperação, salto e posterior queda das taxas de primeiros casamentos. Já nos anos 50, estas taxas se estabilizam, por um período de aproximadamente 15 anos, mas em níveis levemente superiores que os apresentados antes da Segunda Guerra. Os anos 60 vão marcar o começo de um longo período de crescimento das taxas de divórcio, que somente se estabilizarão no início dos anos 80, em níveis que chegam a mais de 4 vezes o valor das taxas do início do período considerado. Estas tendências da taxa de divórcio terão uma relação com a liberalização das leis de divórcio nos Estados Unidos, que se iniciam com a conhecida "nova lei do divórcio" do estado da Califórnia, aprovada em 1970. Esta lei também teve um efeito liberalizador no resto do país, através de reformas à lei do divórcio que surgem nos demais estados na década de 70 e primeiros anos da década de 80 (Weitzman, 1986).

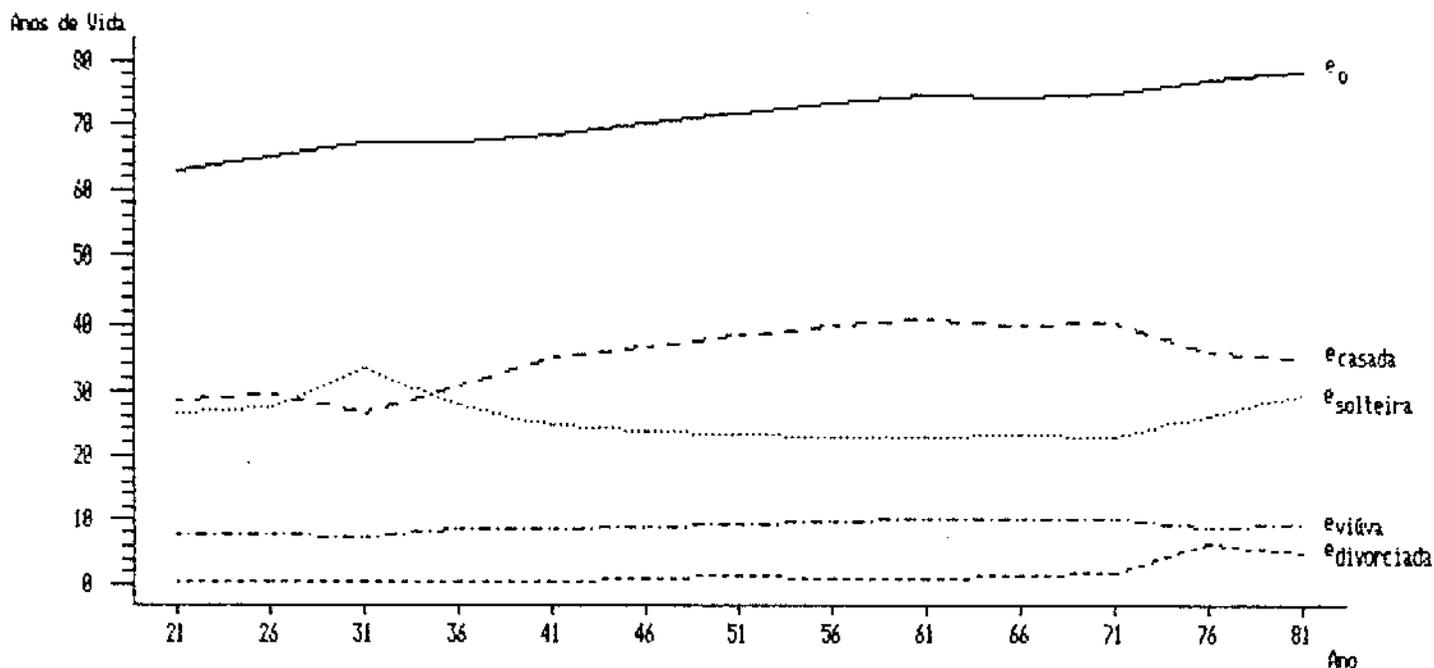
Por último, as taxas de recasamentos acompanham as tendências das taxas de primeiros casamentos, até 1960, mas com uma maior intensidade. Assim, o efeito da depressão de 30 e a retomada dos casamentos depois da Segunda Guerra Mundial, incluindo o grande número de mulheres que ficaram viúvas por causa da Guerra, parece ter aumentado a intensidade das taxas de recasamento com relação às taxas de primeiros casamentos, nos mesmos períodos. A primeira metade dos anos 60 marca uma mudança radical na tendência das taxas de recasamento, se comparadas com a tendência das taxas de primeiros casamentos: este é o único período em que as tendências de ambas as taxas divergem. Enquanto as taxas de primeiros casamentos continuam a decrescer lentamente, as taxas de recasamentos dão o último grande salto do período aqui analisado, atingindo níveis somente observados depois da Segunda Guerra Mundial. Daí em diante sua tendência tem sido decrescente e mostra uma certa estabilidade, a partir dos anos 80.

Uma análise semelhante à anterior, mas baseada em outro tipo de medida é a que realiza Krishnamoorthy (1987) para a Austrália, no período de 1921 a 1981. Considerando dados obtidos a partir de tábuas de vida de múltiplo-estado, ou seja, tábuas de vida que consideram uma forma de entrada (o nascimento) e uma forma de saída (a morte do indivíduo), mas reconhece, dentro do ciclo vital de cada indivíduo, múltiplos estados conjugais (solteiro, casado, viúvo ou divorciado) e transferências entre estes estados, Krishnamoorthy estima a esperança de vida ao nascer e a esperança de vida nos diferentes estados conjugais das mulheres australianas, no período de 1921 a 1981. A representação gráfica destes resultados estão no Gráfico 1.3.

A curva, no mais alto nível, representa a esperança de vida ao nascer (e_0) da mulher australiana, e sua evolução durante o período. As curvas, nos níveis inferiores, representam a decomposição da curva anterior, nos múltiplos estados de

existência considerados: solteira, casada, viúva e divorciada, de tal maneira que a soma das esperanças de vida nos diferentes estados corresponde a e_0 . Assim, em 1921, a esperança de vida ao nascer da mulher australiana era de 63,1 anos. Deste tempo de vida, corresponde uma esperança de vida no estado de solteira de 26,6 anos, no estado de casada 28,5 anos, no estado de viúva 7,8 anos e no estado de divorciada 0,4 anos. Já em 1981, os valores da esperança de vida ao nascer e a esperança de vida nos estados de solteira, casada, viúva e divorciada tinham evoluído para 78,4, 29,5, 34,9, 9,1 e 4,8 anos, respectivamente. É importante observar aqui que o estado de casada representa a soma dos "estados de casada", podendo incluir mais de um casamento. O caso de viuvez e divórcio é análogo.

Gráfico 1.3. Esperança de vida ao nascer e esperança de vida nos estados de solteira, casada, viúva e divorciada de mulheres australianas. 1921-1981.



Nota: Dados estimados por Krishnamoorthy (1987), Tab.1, p.74.

Analisando-se o Gráfico 1.3, pode-se verificar, como aconteceu nos Estados Unidos, o impacto que na Austrália, teve a crise econômica de 30, na nupcialidade. A esperança de vida no estado de casada cai para 28,6 anos em 1931, aumentando a esperança de vida no estado de solteira para 33,7 anos. Isto representou quase 50% da esperança de vida ao nascer, daquele ano. As décadas de 40 e 50 representam o período de universalização do casamento. A esperança de vida no estado de casada passa de 34,8 anos, em 1941 (representando 51% de e_0), para 40,5 anos, em 1961 (representando 54% de e_0). A década de 60 vai marcar a "idade de ouro" do casamento na Austrália, como foi na maioria dos países da Europa e nos Estados Unidos. Nessa década a esperança de vida no estado de casada atinge seu platô, representando quase 55% da esperança de vida ao nascer, desse período. Os dados da esperança de vida no estado de casada, da primeira metade dos anos 70, vão refletir o impacto da queda das taxas de casamento, como observado na Europa e nos Estados Unidos. Com a popularidade crescente das uniões consensuais, principalmente entre os jovens, e o conseqüente aumento da esperança de vida no estado de solteira, chega-se, em 1981, a níveis um pouco inferiores que os observados em 1930. A esperança de vida no estado de divorciada cresce lentamente durante todo o período, até o salto apresentado em 1976, que é conseqüência de uma nova lei de divórcio, mais liberalizante, promulgada em 1975 na Austrália (Krishnamoorthy, 1987). Por último, a curva da esperança de vida no estado de viúva varia pouco, já que tende a diminuir à medida que aumenta a esperança de vida ao nascer. Mas temos duas exceções: a época da crise de 30, quando aumenta a idade ao casar e diminuem as taxas de casamento, trazendo como conseqüência uma queda na esperança de vida no estado de viúva; e na época da introdução da nova lei de divórcio na Austrália, em 1975, quando a esperança de vida no estado de divorciada aumenta, provocando uma queda na esperança de vida no estado de viúva, já que viuvez e divórcio são riscos concorrentes (Krishnamoorthy, 1987).

As tábuas de vida de múltiplo-estado apresentam outras potencialidades, para a análise da nupcialidade. Em que pese o fato, já assinalado anteriormente, das grandes mudanças que vêm ocorrendo na última década quanto à nupcialidade, os dados da Tabela 1.5, referentes a 1970, são ilustrativos quanto à potencialidade metodológica das referidas tábuas. Nela estão resumidos alguns dos resultados: para os Estados Unidos (Krishnamoorthy, 1979), para a Bélgica (Willekens, Shah, Shah e Ramachandran, 1982) e para a Austrália (Krishnamoorthy, 1982).

A primeira parte da Tabela 1.5 resume o padrão dos primeiros casamentos. Nela pode-se ver que a diferença entre os três países é muito pequena. Assim, a diferença entre a proporção de mulheres alguma vez casadas não chega a 2,0%: na Austrália esta proporção é de 94,8% , nos Estados Unidos de 94,00% e na Bélgica de 93,5% . Analogamente, a proporção da esperança de vida ao nascer no estado de solteira é menor na Austrália (30,0%), seguida de perto pelos Estados Unidos (30,8%), ficando a Bélgica com uma proporção levemente superior (31,3%). Com relação à proporção da esperança de vida aos 20 anos no estado de solteira, mantém-se a ordem anterior, correspondendo 8,4% a Austrália, 7,5% aos Estados Unidos e 7,8% a Bélgica.

O segundo conjunto de dados apresentado na Tabela 1.5 se refere às mulheres casadas. Pode-se ver que os casamentos nos Estados Unidos são os menos estáveis, com uma duração esperada de 25,5 anos. Já no caso da Austrália, os casamentos, em 1971, mostram uma estabilidade quase 40% superior a dos Estados Unidos em 1970, com uma duração esperada de 36,0 anos. E, no caso da Bélgica, mostram-se quase 60% mais estáveis que nos Estados Unidos, com uma duração esperada de 40,4 anos. Com relação ao número de casamentos por mulher, os Estados Unidos apresentam, além da menor estabilidade, a maior incidência de recasamentos.

Tabela 1.5 Características da nupcialidade feminina.
Austrália (1971), Bélgica (1970/71) e
Estados Unidos (1970).

Variáveis de Nupcialidade	Austrália	Bélgica	EE. UU.
a) Padrão de Primeiros Casamentos			
Proporção alguma vez casada	0,948	0,935	0,940
Idade mediana ao casar	21,14	-	21,23
Proporção de e_0 no estado de solteira	0,303	0,313	0,308
Proporção de e_{20} no estado de solteira	0,064	0,078	0,075
b) O Estado de Casada			
Duração esperada de um casamento	36,04	40,42	25,55
Nº de casamentos por pessoa	1,12	1,01	1,43
Nº de casam. por pessoa que se casa	1,18	1,08	1,52
Proporção de e_0 no estado de casada	0,538	0,550	0,489
Proporção de e_{20} no estado de casada	0,720	0,736	0,650
c) Padrão de Viuvez			
Probab. que um casamento termine em viuvez	0,586	0,565	0,441
Proporção de pessoas morrendo viúvas	0,600	0,558	0,545
Proporção de e_0 no estado de viúva	0,134	0,119	0,134
Proporção de e_{20} no estado de viúva	0,359	0,326	0,351
d) Padrão de Divórcio			
Probab. que um casamento termine em div.	0,141	0,088	0,363
Proporção de pessoas morrendo divorciadas	0,043	0,029	0,114
Nº de divórcios por 100 primeiros casam.	16,6	9,6	55,3
Proporção de e_0 no estado de divorciada	0,025	0,018	0,069
Proporção de e_{20} no estado de divorciada	0,034	0,025	0,093
e) Padrão de Recasamentos			
Taxa de recasamento			
- de pessoas viúvas com viúvos	0,084	0,024	0,136
- de pessoas divorciadas com divorciados	0,725	0,688	0,781

Fonte: Austrália: Krishnamoorthy, S. (1982), Tab.11, p.113.
Bélgica: Willekens, F.J. et alli (1982), Tab.2-6, pp.140-141.
Estados Unidos: Krishnamoorthy, S. (1979), pp.139-154.

Assim, o número de casamentos por mulher nos Estados Unidos é de 1,43 , contra 1,12 na Austrália e 1,01 na Bélgica. Também nos Estados Unidos, a proporção da esperança de vida ao nascer no estado de casada é a menor dos 3 países: 48,9% contra 53,8% na Austrália e 55,0% na Bélgica.

Com relação ao padrão de viuvez, a Austrália é o país que apresenta a maior probabilidade de que um casamento termine em viuvez (0,586), superando a Bélgica em 3,7% e aos Estados Unidos em quase 33%. Mas, apesar dessas diferenças, a proporção de mulheres morrendo viúvas, a proporção de esperança de vida ao nascer e aos 50 anos no estado de viúva, são relativamente próximas, destacando-se a Bélgica com os menores valores.

No caso do divórcio, o padrão muda. Os Estados Unidos têm a maior probabilidade de que um casamento termine em divórcio (0,363) superando em 2,6 vezes a probabilidade da Austrália (0,141) e em 4,1 vezes a probabilidade da Bélgica (0,088). No caso da Bélgica, é importante destacar o baixo número de divórcios por primeiros casamentos (9,6%) contra 16,6% na Austrália e 55,3% nos Estados Unidos. Esses resultados da Bélgica devem estar associados à grande influência da Igreja Católica nesse país e sua posição contra o divórcio.

Por último, quanto ao padrão de recasamentos, vale a pena destacar as altas taxas de recasamentos de divorciadas com divorciados que se apresentam nos três países. Superando o 70% dos casos na Austrália e nos Estados Unidos, esta proporção fica num nível levemente inferior na Bélgica (68,8%).

Estes resultados mostram que, apesar de haver certas tendências semelhantes nos padrões de nupcialidade dos países mais desenvolvidos do mundo e, apesar das verificações à tese de Dixon, relativa a uma homogeneização de padrões, ainda permanecem diferenças importantes entre algumas regiões e países do mundo desenvolvido, que devem ser observadas com atenção para entender melhor os processos de mudança em curso.

1.2 A SITUAÇÃO DOS ESTUDOS NOS PAÍSES EM DESENVOLVIMENTO, COM DESTAQUE PARA A AMÉRICA LATINA E CARIBE.

Nesta seção serão considerados aqueles trabalhos que permitem uma comparação entre os países menos desenvolvidos do mundo, principalmente os que se referem à América Latina e ao Caribe, já que o interesse principal é poder situar o Brasil no contexto latino-americano. Apesar da vasta literatura disponível, poucos são os trabalhos que permitem atingir esse objetivo e, em alguns casos, apesar de ser possível a comparação na grande maioria dos países da região, não havia as informações correspondentes sobre o Brasil.

Os estudos sobre nupcialidade nos países menos desenvolvidos, na sua grande maioria, baseiam-se nos dados levantados na Pesquisa Mundial sobre Fecundidade (World Fertility Survey ou WFS). Essa pesquisa inicia seu trabalho de campo em 1974, dando continuidade nos anos seguintes e chegando a completar, em 1981, levantamentos em 38 países, distribuídos nas regiões menos desenvolvidas do mundo: África, Ásia, América Latina e Caribe.¹ No Brasil, não foi realizada a Pesquisa Mundial sobre Fecundidade. Na mesma época, entre 1975 e 1977, o Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP) realizou a Pesquisa Nacional de Reprodução Humana (PNRH), que tem dado subsídios para algumas pesquisas na área de nupcialidade, no país.

1. Na África os países pesquisados foram: Quênia e Lesoto, em 1977; Camarões, Senegal, Sudão e Tunísia, em 1978; Gana e Marrocos, em 1979; Egito e Costa Ivory, em 1980; e Benin e Mauritânia, em 1981. Na Ásia os países pesquisados foram: Fiji, Malásia e República de Coréia, em 1974; Bangladesh, Sri-Lanka, Paquistão e Tailândia, em 1975; Indonésia, Jordânia e Nepal, em 1976; Filipinas e República Árabe Siriana (Síria), em 1978; e Iêmen, em 1979. Na América Latina e Caribe os países pesquisados foram: Guiana, Jamaica, Panamá e República Dominicana, em 1975; Colômbia, Costa Rica e México, em 1976; Haiti, Peru, Trinidad e Tobago e Venezuela, em 1977; e Equador e Paraguai, em 1979. (Nações Unidas, 1986)

Como o principal objetivo do WFS era o estudo da fecundidade, as informações coletadas sobre nupcialidade estão quase que exclusivamente relacionadas ao casamento como determinante da exposição da mulher a relações sexuais, ou seja, refere-se ao início e término das uniões. Mas, tais dados permitem estudar alguns aspectos da nupcialidade, já que incluem informações sobre idade ao casar, tipos de união, taxas de viuvez, divórcio e recasamentos, e a proporção de pessoas alguma vez unidas. Para muitos dos países que tomaram parte no WFS, estes dados são os únicos disponíveis sobre nupcialidade, a nível nacional. Para outros, a amplitude das informações levantadas proporcionam dados de maior especificidade que aqueles obtidos em outros levantamentos, como no caso dos censos. (McDonald, 1985)

Com relação à qualidade dos dados, apesar dos esforços feitos pelo WFS com relação à precisão das informações levantados sobre nupcialidade, existem diversos problemas que devem ser considerados em qualquer análise que utilize essas informações. Em primeiro lugar, está o problema da própria definição de casamento, que varia de região para região, portanto as perguntas sobre casamento também variaram nos questionários do WFF. Nos países da América Latina e Caribe foram considerados como casamento tanto as uniões legais como as informais, e, no caso de Jamaica e Guiana, uma terceira forma de união foi incluída: união de visita (união consensual sem coabitação). No caso da Ásia, não foram incluídas perguntas sobre o tipo de união, mas, em muitos casos, foi perguntada a data do início da coabitação, assim como a data do casamento. Em três países (Fiji, Filipinas e Sri-Lanka), se a data de início da coabitação era diferente da data do casamento, a primeira era utilizada para marcar o início da união. A maioria dos relatórios do WFS consideram como equivalente todos estes tipos de união e as definições sobre o início da união, anteriormente citadas. Além dessas restrições existe o problema da não simultaneidade das pesquisas, o que acrescenta um problema adicional quando se deseja efetuar análises comparativas entre países ou regiões. (McCarthy, 1982 e Smith, 1980)

A partir dessas informações, e levando em consideração suas limitações, foram publicados muitos indicadores, hoje apresentados em forma mais global. Um exemplo deles é um índice muito simples e interessante publicado pelas Nações Unidas (1986) sobre a proporção de anos reprodutivos vividos pelas mulheres nos diferentes estados conjugais. Calcula-se de forma análoga a uma taxa de fecundidade total; assim, a porcentagem dos anos reprodutivos (de 15 a 49 anos) vividos em um estado conjugal se obtém somando as proporções correspondentes para os sete grupos quinquenais de idade e multiplicando-as por cinco. Os resultados estão apresentados na Tabela 1.6.

Analisando-se esta tabela, pode-se observar que, em média, nos países considerados, as mulheres passam aproximadamente 18,0% de sua idade reprodutiva no estado de solteira, 73,0% dentro de algum tipo de união, 5,0% no estado de divorciada ou separada e 3% no estado de viúva. Mas estes valores vão diferir bastante, a nível de cada região. Se se considera, por exemplo, a porcentagem da idade reprodutiva, no estado de solteira, estaria em torno de 22,0% na América Latina e o Caribe, 19,0% na Ásia e somente 15,0%, na África, refletindo o padrão diferencial de idade média ao casar, entre as regiões. Analogamente, se se considera a porcentagem da idade reprodutiva no estado de casada de cada uma das regiões, se tem, aproximadamente, os seguintes resultados: 67,0% na América Latina e o Caribe, 75,0% na Ásia e 77,0% na África. Nesse caso se tem o efeito combinado da proporção de celibato definitivo, do padrão de idade ao casar e, do efeito líquido dos níveis de divórcio, de separação, de viuvez e das taxas de recasamento. A América Latina e o Caribe, por exemplo, apresentam a mais baixa porcentagem da idade reprodutiva no estado de casada (67,0%), porque é a região com a mais alta proporção de celibatárias definitivas, a maior idade média ao casar, os mais altos níveis de divórcio ou separação, os menores níveis de viuvez e as maiores taxas de recasamento, das regiões consideradas. (Nações Unidas, 1986)

Tabela 1.6 Proporção de anos reprodutivos das mulheres vividos nos diferentes estados conjugais. Países incluídos na Pesquisa Mundial de Fecundidade (WFS). (Em porcentagem)

Países	Ano da Pesq.	Estado Cojugal					
		Solt.	Casada			Div. ou Sep.	Viúva
			Tot.	1ª Un.	Outras		
África							
Benin	81	10	88	69	17	2	2
Camarões	78	10	81	69	12	4	5
Egito	80	19	72	65	7	3	6
Gana	79	13	78	61	17	7	2
Costa Ivory	80	9	84	63	21	5	2
Quênia	77	14	77	71	7	4	4
Lesoto	77	15	72	70	2	4	8
Mauritânia	81	15	68	50	19	13	4
Marrocos	79	19	73	61	12	4	4
Senegal	78	9	87	62	25	3	1
Sudão	78	19	73	64	9	4	4
Tunísia	78	26	70	67	4	1	1
Média		15	77	65	12	4	4
Ásia							
Bangladesh	75	5	82	72	10	3	11
Fiji	74	20	74	64	10	3	3
Indonésia	76	16	72	48	24	6	6
Jordânia	76	20	75	72	3	1	4
Malásia	74	24	69	60	9	3	4
Nepal	76	8	84	84	0	1	7
Paquistão	75	14	80	75	4	2	4
Filipinas	78	30	68	63	3	1	2
R. de Coréia	74	24	69	68	3	2	5
Sri Lanka	75	30	63	60	3	2	5
Síria	78	22	75	72	3	1	3
Tailândia	75	24	69	61	8	4	3
Iêmen	79	8	86	71	15	3	3
Média		19	75	67	7	2	4
América Latina e Caribe							
Colômbia	76	28	61	53	8	8	3
Costa Rica	76	29	62	57	5	7	2
R. Dominicana	75	17	66	45	21	15	2
Equador	79	25	66	58	8	6	3
Guiana	75	17	73	52	21	10	-
Haiti	77	21	65	39	26	13	-
Jamaica	75	13	71	34	37	15	-
México	76	22	69	64	6	6	3
Panamá	75	21	67	50	16	11	1
Paraguai	79	25	66	57	9	9	1
Peru	77	26	66	58	7	6	2
Trin. e Tobago	77	19	72	46	26	9	-
Venezuela	77	22	64	52	12	12	2
Média		22	67	61	16	9	2
Média Geral		18	73	60	12	5	3

Fonte: United Nations (1986), Tab. 4.4, p.16.

Considerando as mulheres dentro do estado de casadas, é importante destacar as diferenças regionais quanto à proporção deste tempo vivido em uma primeira união ou em uniões subseqüentes. Como se poderia esperar, na América Latina e Caribe, dada a maior incidência de divórcios ou separações, somente em torno de 75% dos anos reprodutivos das mulheres no estado de casada é vivido em primeira união; os 25% restantes são vividos em uniões subseqüentes. No outro extremo observa-se a situação da Ásia, onde aproximadamente 90% dos anos reprodutivos no estado de casada é vivido em primeiras uniões, e somente 10% em uniões subseqüentes. Já os países da África ficam numa situação intermediária, com proporções em torno de 85% e 15% respectivamente.

Dentro da América Latina e Caribe, os países que apresentam maior porcentagem de idade reprodutiva no estado de divorciada ou separada são os países do Caribe, em geral, além de Panamá e Venezuela, com porcentagens que vão de aproximadamente 9,0% (em Trinidad e Tobago) a 15,0% (em República Dominicana). Analogamente, esses mesmos países são os que têm as maiores porcentagens de idade reprodutiva no estado de recasadas, com porcentagens que variam de aproximadamente 12,0% na Venezuela a 37,0% na Jamaica.

Para situar o Brasil nesse contexto, como o país não fez parte da pesquisa do WFS, estimaram-se alguns indicadores análogos, baseados em dados dos censos de 1970 e 1980. Os resultados estão na Tabela 1.7.

Tabela 1.7 Proporção de anos reprodutivos das mulheres vividos nos diferentes estados conjugais. Brasil, 1970 e 1980. (Em porcentagem)

Ano	Estado Conjugual				Total
	Solt.	Casada	Sep/Div/Desq.	Viúva	
1970	29,6	63,2	3,6	3,6	100,0
1980	28,4	64,9	3,7	3,0	100,0

Fonte: Censos Demográficos.

Nota: A faixa etária considerada é de 15 a 49 anos.

Apesar das restrições que se possam fazer a estes resultados, eles colocam o Brasil no grupo de países da América Latina em que as mulheres permanecem maior tempo de sua idade reprodutiva no estado de solteira (aproximadamente 29%), devido à elevada idade ao casar, ficando inclusive próximo da situação da Costa Rica. Analogamente, o Brasil seria um dos países que apresentam menor proporção no estado de casada (aproximadamente 64%), um pouco mais elevado que o caso da Costa Rica (62%), dado que, aqui, a proporção no estado de separada, divorciada ou desquitada seria dos mais baixos da região (3,6%); este valor corresponde a 7% na Costa Rica e a 9% na média da América Latina e Caribe. As menores diferenças se observam na proporção de idade reprodutiva no estado de viúva (3% no caso do Brasil, 3% na média da América Latina e Caribe) e poucas são as diferenças entre os países da região.

Outro aspecto pouco estudado sobre a nupcialidade é o que diz respeito à diferença de idade entre os cônjuges. Isto se deve, em parte, à falta de dados adequados. Casterline, Williams e McDonald (1986), considerando este fato, estudaram a diferença de idade entre os cônjuges, em 28 países em desenvolvimento, utilizando os dados levantados na Pesquisa Mundial de Fecundidade (WFS) que fornece informação sobre esta variável.

A Tabela 1.8 resume alguns resultados incluindo a diferença mediana, a distância interquartilica e a distribuição percentual para cinco grupos de diferenças (menos de 0, 0-4, 5-9, 10-14 e 15 e mais).

Tabela 1.8 Distribuição da diferença de idade entre os cônjuges. Países incluídos na Pesquisa Mundial de Fecundidade.

Países	Diferença Mediana (anos)	Diferença (em anos) (Distibr. Percentual)					Distância Inter-Quartílica
		<0	0-4	5-9	10-14	15+	
África							
Benin	6,9	2,7	26,7	35,5	16,3	18,8	8,4
Egito	6,2	2,4	31,8	38,3	17,0	10,4	6,4
Gana	7,6	1,0	22,5	37,5	19,0	20,0	8,0
Quênia	7,1	1,0	26,6	36,6	17,7	19,1	7,8
Lesoto	5,6	0,9	35,3	40,5	13,5	9,8	5,5
Mauritânia	9,8	1,4	12,8	30,6	24,6	30,5	9,7
Marrocos	6,5	2,5	30,6	35,9	17,1	13,9	7,0
Nigéria	9,7	0,5	14,2	32,5	27,1	25,6	9,1
Sudão	8,4	0,5	17,5	37,2	26,8	18,0	7,3
Média (a)	7,5	1,4	24,2	36,1	19,9	18,4	7,7
Ásia							
Bangladesh	9,1	0,2	7,8	45,3	31,9	14,8	5,6
Indonésia	4,9	8,5	35,9	38,0	12,2	5,4	5,4
Nepal	3,8	6,2	50,6	27,1	9,5	6,6	5,2
Paquistão	6,5	3,5	28,6	37,1	20,7	10,1	6,9
Filipinas	2,5	15,9	52,3	22,2	5,6	4,0	5,2
R. de Coréia	4,0	4,1	53,6	37,0	4,6	0,7	4,0
Sri Lanka	4,8	4,3	43,1	36,0	12,9	3,7	5,7
Síria	6,1	6,0	30,8	36,1	17,1	9,9	7,0
Tailândia	3,3	11,7	50,3	27,8	7,5	2,7	5,2
Iêmen	5,4	2,0	33,8	35,6	17,7	10,9	7,0
Média (a)	5,0	6,2	38,7	34,2	14,0	6,9	5,7
América Latina e Caribe							
Colômbia	4,6	10,0	39,5	30,3	12,5	7,7	6,6
Costa Rica	3,0	17,7	45,4	23,4	8,7	4,8	6,0
Haiti	4,1	7,6	47,3	28,0	10,4	6,7	5,5
Jamaica	4,1	10,4	42,7	29,9	9,7	7,3	6,0
México	3,0	11,3	52,5	25,3	7,6	3,3	5,0
Paraguai	4,0	10,8	43,5	27,5	11,9	6,3	6,3
Peru	3,8	9,7	46,2	29,7	9,6	4,8	5,9
Venezuela	4,4	9,2	42,0	28,5	11,9	8,4	6,5
Média (a)	3,9	10,8	44,9	27,8	10,3	6,2	6,0

Fonte: Casterline et alli (1986), Tabela 1, p.357.

Nota: a) Resultados não ponderados.

Esses resultados mostram a grande variabilidade que apresenta a diferença de idade entre os cônjuges, tanto dentro de cada país como entre os países considerados. Dentro de cada país, pode-se observar, por exemplo, que somente um (Coréia) apresenta uma distância interquartilica menor que 5 anos; isto reflete uma grande variabilidade intra-nacional. A variabilidade entre os países é igualmente elevada. Em 9 países, a diferença mediana de idade entre os cônjuges varia entre 4 e 5 anos. Somente 7 países apresentam uma diferença menor do que 4 anos e, em 13 deles, a diferença é maior do que 5 anos (todos os países africanos, além da Síria, Iêmen, Bangladesh e Paquistão). (Casterline et alli., 1986)

As diferenças entre países são ainda maiores quando se considera, por exemplo, a proporção de casamentos em que a mulher é mais velha do que o marido. Neste caso, destacam-se alguns países do Sudeste da Ásia (Indonésia, Tailândia e Filipinas) e os países da América Latina, onde quase 10% das esposas são mais velhas que seus maridos. Os casos extremos são Filipinas (16%) e Costa Rica (18% dos casos). (Casterline et alli., 1986)

Os países, onde a diferença de idade é pequena, caracterizam-se, na sua maioria, por um status relativamente mais elevado da mulher, quando medido através de indicadores como seu nível de instrução. Por exemplo, na América Latina, onde a participação escolar da mulher é alta, a diferença de idade entre os cônjuges, em média, é menor. No outro extremo, quando uma pequena proporção de jovens recebe qualquer tipo de instrução, como no caso dos países do norte da África (Síria, Iêmen, Paquistão e Bangladesh), a diferença de idade entre os cônjuges tende a ser maior. (Casterline et alli., 1986)

Para os autores, os dados também sugerem que a relação entre a diferença de idade entre os cônjuges e o status da mulher pode ser de menor significado, considerando-se sua associação com fatos fundamentais do sistema matrimonial e familiar, tal como a patrilinearidade. Os autores consideram que a dimensão crítica do status da mulher, nesse caso, é o status dentro do lar (ou seja, o status da mulher *vis-a-vis* com seu esposo ou outro parente), e não seu status em relação a outros fora do lar. Em sociedades patriarcais e em sociedades que se caracterizam por uma organização patrilinear de parentesco, a diferença de idade é relativamente grande e uniões onde o marido é 10 ou mais anos mais velho são, relativamente, freqüentes.

Por outro lado, os autores observam que o efeito do mercado matrimonial é de difícil simplificação, tanto através de modelos matemáticos formais, ou de análises empíricas; ele envolve uma combinação de efeitos passados como padrões de mortalidade, fecundidade e migração. Um declínio na diferença de idade entre os cônjuges pode estar proporcionando uma solução ao mercado matrimonial em desequilíbrio: ou por adiamento dos casamentos femininos, ou por adiamento dos casamentos masculinos. Por outro lado, o equilíbrio do mercado pode se reestabelecer sem afetar a diferença de idade entre os cônjuges: as mulheres podem se casar com homens de idades mais diversas, ou simplesmente não se casar; os padrões de recasamento depois da separação podem mudar; a poligamia, onde existe, pode se tornar mais freqüente; ou mudanças nos padrões de migração podem resolver o desequilíbrio. Por causa desta diversidade de soluções possíveis, modelar o impacto do mercado de casamento na diferença de idade entre os cônjuges não permite simplificações.

Com relação aos tipos de união, dados nacionais publicados por estado conjugal, dão uma visão da incidência e tendência das uniões consensuais na América Latina e Caribe, nas últimas décadas. Na Tabela 1.9 estão apresentados os resultados para dez países (Harewood, 1987). Nela podem se distinguir três grandes grupos, lembrando as categorias utilizadas por Camisa (1977): aqueles países com menos de 20% de mulheres entre 15 e 49 anos em união consensual (das mulheres em algum tipo de união), aqueles países com uma proporção que varia entre 20% e menos de 50%, e, por último, os países com mais de 50% de mulheres em união consensual. No primeiro grupo estariam Argentina, Brasil, Chile e México. No segundo grupo, Cuba, Equador, Paraguai e Peru. No terceiro grupo, Haiti e Panamá. Ou seja, os países de menor incidência de uniões consensuais seriam aqueles localizados no cone sul, salvo o caso do México; os de maior incidência de uniões consensuais se localizariam na região do Caribe, e os demais países da região se considerariam em uma situação intermediária.

Uma característica comum aos dez países considerados é a distribuição da proporção de uniões consensuais nas distintas faixas etárias. A maior proporção de uniões consensuais sempre se localiza na primeira faixa etária (15-19 anos), e a menor proporção na última faixa considerada (45-49 anos). Essa distribuição pode ser o reflexo combinado da preferência por uniões consensuais dos grupos mais jovens e de uma tendência comum de legalização das uniões consensuais, após alguns anos de convivência.

Tabela 1.9 Porcentagem de mulheres entre 15 e 49 anos em união consensual, das mulheres em algum tipo de união. Alguns países da América Latina e Caribe. Anos próximos a 1960, 1970 e 1980.

País	Ano do Censo	Total	Grupos de Idade						
			15-19	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44	45-49
Argentina	1960	8,0	20,7	11,4	8,3	7,4	6,9	6,8	8,6
	1970	10,5	27,2	14,1	11,1	10,2	9,8	9,6	7,3
	1982	13,2	49,7 ^a	18,3	13,0	11,6	11,6	10,8	9,6
Brasil	1960 ^b	6,5	8,0	6,8	6,9	6,5	6,8	6,8	6,0
	1970	7,5	11,7	8,3	7,5	7,2	7,2	6,6	6,1
	1980	12,7	22,2	15,5	13,0	11,8	11,3	10,4	9,3
Chile	1960	6,6	8,4	6,7	6,1	6,3	6,8	6,7	6,5
	1970	5,0	7,9	5,4	4,8	4,7	4,7	4,7	5,0
	1980	4,7	8,4	4,8	4,4	4,4	4,5	4,6	4,5
Cuba	1970	36,9	41,2	38,0	36,9	36,6	36,9	35,4	34,0
	1980	37,5	62,6	47,0	34,9	32,5	32,1	31,4	31,0
Equador	1962	25,0	33,4	28,4	26,2	23,8	23,6	21,4	19,6
	1974	27,4	41,4	32,4	27,2	24,7	25,1	23,1	20,9
	1982	27,9	44,4	34,3	29,1	26,4	25,7	22,4	19,4
Haiti	1971	65,9	77,0	72,2	69,3	67,0	65,1	60,8	56,9
	1982	67,3	73,4	74,5	68,8	66,8	68,5	61,5	61,1
México	1960	16,1	22,3	18,1	6,9	15,7	15,9	15,6	14,3
	1970	16,1	25,6	17,8	15,7	14,4	14,9	14,1	13,3
Panamá	1970	56,0	75,8	63,4	58,0	53,2	51,1	42,2	53,2
	1980	53,5	75,7	61,6	53,0	51,1	49,6	46,2	42,8
Paraguai	1972	24,5	34,5	31,2	28,0	24,1	22,2	19,0	16,7
	1982	22,8	32,0	27,2	24,9	22,7	20,6	17,8	15,5
Peru	1961	26,9	42,5	35,5	28,7	23,9	22,5	21,1	19,1
	1972	29,0	50,0	39,0	30,5	25,8	24,0	21,5	20,2
	1981	26,7	57,5	40,3	27,8	22,0	20,0	18,0	16,2

Fonte: Harewood, J. (1987).

Nota: (a) 14-19 anos. (b) Não incluído na tabela original. Calculado com dados do Censo do Brasil de 1960.

Outro fator importante a ser destacado, aqui, é o aumento da proporção de uniões consensuais na primeira faixa etária, observada através do tempo. Observa-se o caso extremo do Brasil onde, entre 1970 e 1980, a proporção de uniões consensuais na faixa de 15 a 19 anos aumenta quase 90%, passando de 11,7% para 22,2%; e o caso da Argentina, em que este aumento foi de quase 80%. Para o Brasil, é importante destacar, também, o grande crescimento das uniões consensuais nas outras faixas etárias. Entre 1970 e 1980, até na faixa de 45-49 anos, que é a faixa que mostra menor crescimento da porcentagem de uniões consensuais, passa de 6,1% para 9,3%, representando um crescimento de 55%. Esse nível de crescimento, que não é observado em nenhum dos outros países considerados, pode ser o reflexo de uma liberalização das formas tradicionais de união (casamento civil e casamento civil-religioso), ainda preponderantes, e a uma diminuição da influência da Igreja Católica e sua oposição a este tipo de união no país.

Também chama muita atenção, o grande crescimento de uniões consensuais nas duas primeiras faixas etárias, em Cuba. Entre 1970 e 1980, passam de 41,2% para 62,6% no grupo de 15 a 19 anos, e de 38,0% para 47,0% no grupo de 20 a 24 anos. Provavelmente as razões desse crescimento diferem muito daquelas apontadas para o caso do Brasil.

Dos dez países incluídos na Tabela 1.9, somente dois apresentam uma queda na proporção de uniões consensuais, em todas as faixas etárias, entre 1960 e 1980: Chile e Paraguai. O primeiro, que já era um país de baixa incidência de uniões consensuais, chega em 1980 a níveis inferiores a 5,0% em todas as faixas etárias, à exceção da primeira, onde o nível ainda está em

8,4%. Isto deve estar refletindo a grande influência da Igreja Católica no país e o empenho do governo militar, na última década, em manter um tipo de vida tradicional e conservador. No caso do Paraguai, apesar de se tratar de um país com níveis de união consensual intermediários, apresenta uma redução dos níveis das uniões consensuais em todas as faixas etárias, entre 1972 e 1982.

Esses resultados refletem que o Brasil, apesar de ser um país qualificado segundo o critério de Camisa (1977) como de baixa incidência de uniões consensuais, é o país que mostra as maiores modificações no período 1970/80. Isto o caracteriza como um país com padrões de união em transição e, portanto, destaca-se como um país muito interessante para futuras análises a este respeito.

Com relação às uniões de visita, comuns nos países do Caribe, Harewood (1984 e 1987) a partir dos dados do W.F.S. para Guiana, Jamaica e Trinidad-Tobago, destaca que o aumento das primeiras uniões de visita tem sido acompanhado por uma redução no número de primeiras uniões legais e, inclusive, de primeiras uniões consensuais com coabitação. O que ele observou, claramente, foi uma mudança no tipo de primeiras uniões, de consensuais com coabitação para consensuais sem coabitação, ao contrário de uma mudança de consensuais (com coabitação) para uniões legais. Esta mudança de padrão também poderia estar ocorrendo em outros países da América Latina, mas este tipo de informação ainda não está disponível para a maioria destes. (Harewood, 1987).

1.3 A SITUAÇÃO DOS ESTUDOS NO BRASIL.

Apesar do interesse crescente pelos estudos de nupcialidade no mundo desenvolvido, uma menor proporção de demógrafos tem desenvolvido este tipo de estudo nos países da América Latina e, particularmente, no Brasil. Existiam sérios problemas quanto aos dados, pela falta de informações e falta de comparabilidade das séries disponíveis, uma vez que, na prática, só se contava com a escassa informação dos censos demográficos e algumas séries do Registro Civil. Mas entre os pesquisadores que têm trabalhado nesta área, importantes resultados foram conseguidos, apesar das limitações já citadas, os quais serão destacados a seguir.

Um primeiro auxílio a este trabalho é a exaustiva revisão da situação dos estudos de nupcialidade no Brasil realizada por Altmann (1981), até finais da década de 70. Destaca, em primeiro lugar, o trabalho pioneiro de Mortara (1948) que, utilizando os resultados do censo de 1940, propõe uma estimativa indireta da taxa de nupcialidade geral e a construção de uma tábua de nupcialidade feminina, para primeiros casamentos. Infelizmente esses trabalhos não tiveram continuidade nos censos seguintes e, somente no fim da década de 70, o tema é retomado por Monteiro (1979), o qual constroi uma série de tábuas de nupcialidade para o período 1940-1970, para o país e os estados.¹

Altmann (1981) também enfatiza as variações das categorias de estado civil nos censos, as quais, até o censo de 50, estiveram destinadas a captar muito mais as situações de "direito", enquanto que, a partir do censo de 60, a preocupação passa a ser a captação das situações de fato.²

1. Estes resultados, incluídos na Tese de Mestrado do autor, não chegaram a ser publicados, o que os torna de difícil acesso.

2. Discussões neste sentido já tinham sido realizadas por Levy e Oliveira (1977), como citado pela autora.

Com isto, a autora conclui: "No período que vai desde os primeiros estudos de nupcialidade feitos por Mortara em 1948, até o aproveitamento dos dados censitários de 1970, muito pouco foi estudado a respeito do nível e dos padrões de nupcialidade para o país." (Altmann, 1981, p.11)

Mas a década de 70 marca o início de um lento e progressivo interesse por esta área, no Brasil. Entre os fatos importantes citados por Goldani (1981), pode-se destacar o trabalho de Levy e Oliveira (1977), realizado com base na Pesquisa sobre Reprodução Humana no Distrito de São Paulo.¹ Estes dados mostraram que somente 29% das mulheres incluídas na amostra tinham nascido em São Paulo-Capital, e o restante tinha chegado por volta dos 18 anos. Em função disso, as autoras se interessaram em testar certas hipóteses sobre tipos de união, idade ao casar e padrões de endogamia, levantadas a partir de dados disponíveis nos censos. Para isto, definiram certas categorias de origem, levando em consideração a região de nascimento, local de criação (rural, urbano ou ambos) e local de formação da família (união iniciada na capital ou fora).

Para os tipos de união, as autoras verificaram que, para as uniões iniciadas na Capital, a maior frequência corresponde às de tipo civil-religioso. Para as uniões iniciadas fora da capital, de imigrantes das regiões Norte, Nordeste, Centro-Oeste e Leste (NNECOL), iniciadas na região rural ou rural/urbana, a maior frequência é de uniões só religiosas. A união só civil não apresentou tendências tão nítidas e, para a união "livre", verificaram que, controlando o local de criação e formação da família, a tendência é de proporções sempre maiores para as mulheres originárias da região NNECOL, quando comparadas às do Sul.

1. A amostra da Pesquisa sobre Reprodução Humana no Distrito de São Paulo, estava constituída de 3.009 mulheres de 15 a 49 anos, residentes no município de São Paulo em 1965.

Na análise da idade ao casar, as autoras verificaram importantes resultados como a tendência das imigrantes que vêm para a Capital se casarem mais tarde que as mesmas imigrantes que já vêm casadas (22,1 e 20,1 anos em média, respectivamente). Também, se considerado o local de criação, a idade média ao casar de cada grupo corresponde aos seguintes resultados: rural (20,9), rural/urbana (21,3), urbana (21,5), capital (21,8) e estrangeiras (22,1) anos. Com relação à região de nascimento, as mulheres da região NNECOL apresentaram uma idade média ao casar de 20,9 anos, e as da região Sul 21,5. Por último, com relação aos tipos de união, a análise da variância realizada pelas autoras para dados agrupados não acusou diferenças significativas quanto à idade média ao casar por tipos de união. As mulheres que se casam no civil-religioso e só no civil o fazem, em média, aos 21,3 e 21,2 anos, respectivamente. E aquelas que se unem só no religioso ou em união "livre", o fazem em média aos 20,0 e 20,5 anos, respectivamente.

Ao estudarem o padrão endogâmico dos casais, as autoras consideraram o local de nascimento e de socialização, o nível de instrução e a idade dos cônjuges. Considerando o local de nascimento e de socialização dos cônjuges (rural, rural/urbano e urbano), do total de casais em estudo, 74,3% são homogâmicos, o que hoje se define como taxa geral de endogamia. As autoras levantam a hipótese de que este resultado seria consequência da concentração espacial restrita a determinados bairros e zonas da cidade de São Paulo, que facilitaria a ocorrência deste tipo de união. Com o objetivo de explicitar uma possível mudança dos padrões de casamento no tempo, foram consideradas duas coortes: uma que incluía mulheres de 15 a 25 anos e, outra, mulheres de 40 a 49 anos. Os resultados evidenciaram um mesmo padrão geral de homogamia. Portanto, se se considera um gradiente de "status" social formado pelas origens rural, rural/urbana e urbana, as autoras concluem que, no caso da mulher paulistana, o casamento não aparece como veículo de mobilidade social.

Considerando o nível de instrução dos casais, as autoras constataam que as mulheres tendem a se casar em maior proporção com homens que atingiram, pelo menos, o seu mesmo nível de instrução. Considerando dez categorias de instrução, cerca de 37% das mulheres estão unidas a homens com seu mesmo nível de instrução, e esta proporção se eleva para 81% se se considera também os homens com maior instrução do que elas. Ao compararem, novamente, duas coortes de mulheres (análogas ao caso anterior), não verificaram diferenças estatisticamente significativas, mas a coorte mais jovem acentua o padrão geral de escolha encontrado.

Finalmente, considerando a homogamia dos casais por idade dos cônjuges, as autoras verificaram que 41,1% dos casais têm suas idades na mesma faixa etária e 54,5% são casais em que o marido está em uma faixa etária superior à esposa. A proporção de casais em que a mulher se encontra em uma faixa de idade superior à do seu marido é bastante reduzida (4,4%). As autoras também comentam que em uma sociedade como a paulistana, a pesar das transformações ocorridas, vigora um sistema normativo que atribui ao homem um papel de superioridade com relação à mulher. Mas a partir de determinada idade, com a diminuição das possibilidades de casamento da mulher com homens mais velhos, parece haver um enfraquecimento do poder de compulsão da norma social, tendo a mulher que ampliar a faixa de idade dos homens dentro da qual possa escolher ou encontrar um possível marido. E esse padrão poderia ser alterado também de acordo com as condições sociais e econômicas das pessoas. É o caso das mulheres analfabetas que mostraram se casar, em maior proporção, com homens de idade inferior à sua do que as mulheres de curso primário e de outros cursos. Pode-se supor, portanto, que os condicionantes do casamento se dão de forma diferente segundo a posição que a mulher ocupa no sistema de estratificação social.

Com o objetivo de localizar o Brasil no esquema analítico de Dixon (1971), Silva (1979) e Albuquerque, Martins e Dias (1981) fornecem uma descrição do padrão brasileiro de casamento de 1940 a 1970, que constitui um ponto de partida para a compreensão dos padrões de nupcialidade, no Brasil. Apresentam uma evolução da proporção de solteiras de 20-24 anos e de 40-44 anos, e da idade média à primeira união das mulheres, por estado, além de considerações sobre o tipo de união.

O primeiro trabalho, comentado brevemente na seção 1.1, mostrou que o Brasil, em 1970, podia ser caracterizado como uma área de casamento tardio (SMAM de 28,2 e 23,0 anos para homens e mulheres, respectivamente) e com uma incidência relativamente alta de celibato (PNM (40-44) de 8,8% e 9,7% para homens e mulheres, respectivamente). Isto representava um padrão de nupcialidade muito semelhante ao prevaescente na Europa ocidental, com incidência de celibato mais elevado que todos os países de língua inglesa, da Europa oriental e mesmo que a França, Bélgica, Dinamarca e Noruega.

Neste mesmo trabalho, Silva aponta como uma das características mais marcantes dos dados brasileiros de nupcialidade, a elevada proporção de mulheres solteiras com filhos (4,5% tinham pelo menos um filho, em 1970). E esta proporção cresce rapidamente com a idade, variando de 0,8% no grupo etário 15-19 anos, para 18,9% nas idades 45-49 anos e atingindo um máximo de 24,5% no grupo de 50-54 anos de idade. Isto dá idéia dos erros de classificação de estado conjugal no censo, uma vez que, parte destas mulheres, podem estar ou ter estado, pelo menos uma vez, envolvidas numa união regular ou estável, e que se declararam (ou foram declaradas) como solteiras porque não estão (ou estiveram) "casadas". Para tentar controlar esta fonte de erro, Silva reestima os parâmetros de nupcialidade anteriores, mas a reanálise dos padrões de nupcialidade sugeriu que havia apenas uma mudança

muito pequena, tanto na idade média ao casar como na incidência de celibato na população feminina. A idade ao casar tendendo a subir e a proporção de solteiras tendendo a diminuir. Entretanto, dado que as mudanças estimadas foram tão pequenas e os problemas de estimativa tão substanciais, a caracterização da nupcialidade feminina no Brasil como relativamente estável ao longo de todo o período 1940 -1970, é provavelmente satisfatória.

Ao analisar as diferenças espaciais na nupcialidade feminina no Brasil, o autor destaca que a SMAM, baseada na população solteira sem filhos, não apresenta variações particularmente grandes. Indo de um mínimo de 21,1 anos para o Paraná até um máximo de 24,5 anos para a Paraíba, esses valores são altos segundo qualquer padrão internacional. Por outro lado, a incidência de celibato feminino, medido através da PNM na faixa de 50-54 anos, é também relativamente alta, variando entre um mínimo de 2,5% para o estado de Goiás a um máximo de 9,4% para a Paraíba.

Para analisar as diferenças espaciais, o autor utiliza novamente o esquema proposto por Dixon, para a explicação de variações interculturais na idade ao casar e no celibato. Os indicadores utilizados por Silva para as variáveis básicas empregadas por Dixon foram: para a disponibilidade de cônjuges, a razão de sexos; para a factibilidade do casamento, a renda *per capita* do estado, percentual de população com residência urbana, percentual da força de trabalho masculina empregada na agricultura e taxa de desemprego; e para a valoração do casamento, razão criança/mulher, porcentagem de mulheres adultas empregadas e a taxa de alfabetização na população feminina. Os resultados dessa análise mostraram um forte contraste entre os resultados de Dixon e os de Silva para os estados brasileiros. Enquanto o primeiro conclui que, de um modo geral, a elevada idade ao casar e o celibato estão mais correlacionados com indicadores de valoração

do casamento do que com a factibilidade e, menos ainda, com a disponibilidade; Silva conclui que o desenvolvimento cronológico do casamento parece estar associado mais estreitamente às condições econômicas facilitadoras do casamento, a intensidade das uniões está estreitamente associada à disponibilidade de parceiros, e a valoração do casamento parece não estar associada nem ao desenvolvimento cronológico nem à intensidade das uniões.

Estes resultados, tão divergentes dos resultados de Dixon, levantaram várias críticas, principalmente apontando para os indicadores utilizados por Silva. Mas avaliações posteriores destacam que estes resultados deveriam ser interpretados muito mais pelas especificidades do contexto brasileiro, do que pela deficiência dos indicadores, como fora apontado. Altmann e Wong (1981) comentaram: "Basta questionar quais são as alternativas sociais e institucionais ao casamento e à procriação para a mulher brasileira, para que se compreenda porque a valoração do casamento não guarda relação nem com a quantidade, nem com a idade das uniões, no Brasil. Assim também, em função das condições sócio-culturais da mulher, parece bastante coerente o fato dela casar tão logo lhe favoreça o mercado matrimonial, e só adiar o casamento por falta de condições econômicas.

Por outro lado, o trabalho de Albuquerque, Martins e Dias (1981) teve, dentre seus objetivos, a tentativa de explicação do comportamento da proporção de solteiras de 20-24 anos (Y1) e a proporção de solteiras de 40-44 anos (Y2), nas diferentes Unidades da Federação, para os anos de 1940, 1950, 1960 e 1970. Utilizando um esquema de análise análogo ao proposto por Dixon e utilizado por Silva, tentaram construir modelos de regressão múltipla considerando separadamente as proporções de solteiras indicadas inicialmente (Y1 e Y2), como variáveis dependentes e a conseqüente seleção de variáveis que poderiam ser consideradas como

independentes. Após a análise dos resultados obtidos através dos modelos de regressão para os quatro anos, observaram que, dentro de cada um, havia uma variação muito grande da tendência de Y1 e Y2, consequência das flutuações existentes entre as Unidades da Federação, em cada ano. Dada a dificuldade de formar padrões que caracterizassem o comportamento da proporção de solteiras aos 20-24 e 40-44 anos, pelas várias Unidades da Federação, para cada ano, resolveram juntar todas as informações disponíveis para os quatro censos, relativas às Unidades da Federação, sendo então, detectada a existência de padrões bem definidos, formados por estados, mas não necessariamente igualmente datados. Seus resultados acabaram sendo de difícil interpretação, dado o objetivo inicial de analisar os diferenciais regionais do padrão de nupcialidade brasileiro, no período 1940-1970.

Com relação às características recentes do estado conjugal, os autores fazem uma análise exaustiva dos dados disponíveis nos censos de 1960 e 1970, segundo as Unidades da Federação. Os autores observam que se verifica uma diminuição da união somente religiosa, em consequência do aumento ocorrido, durante a década, das uniões de tipo civil-religioso e somente civil. A maior incidência de uniões somente religiosas ainda é uma característica marcante dos estados das regiões Norte e Nordeste, apesar de que, em 1970, passou a predominar a união civil-religiosa na quase totalidade dos estados daquelas regiões. Já em São Paulo, Minas Gerais e nos estados da região Sul, prevalecia a união civil-religiosa, sendo que mais de 70% das mulheres de 15 anos e mais, envolvidas em algum tipo de união, encontravam-se nesta categoria. Com relação à união de tipo só civil, são os estados das regiões Sudeste e Centro-Oeste que apresentam as maiores proporções, relativamente aos valores observados nas demais regiões do país. E os autores concluem que, apesar dos diferenciais regionais por tipo de união, a característica mais marcante, na década de 60, foi o aumento das uniões legais.

Posteriormente, vem o trabalho de Souza (1986), que, nesta mesma linha de análise, atualiza a discussão considerando o panorama da nupcialidade brasileira no período 1960-1980. Com relação aos tipos de união, a autora destaca o papel de liderança que tem ocupado as regiões urbanas nas mudanças observadas no período. Com respeito à diferença de idade entre os cônjuges, a autora observa que, tanto nas áreas urbana como rural, embora os homens tendam a se casar com idades, em média, superiores às das mulheres, essa defasagem de idade torna-se cada vez menos acentuada. Ou seja, aponta para uma tendência declinante nas diferenças na idade ao casar, entre homens e mulheres, no decorrer do período 1960-1980.

Souza (1986) analisa o padrão de nupcialidade brasileiro através da tipologia de Dixon (1971), considerando a proporção de solteiros (as) nas faixas de 20-24 e de 40-44 anos. As informações para 1980 permitiram concluir que o padrão vigente de nupcialidade feminina, com respeito aos padrões mundiais, é predominantemente de idade intermediária e celibato intermediário-alto. Para a nupcialidade masculina, ela é predominantemente de idade intermediária-baixa e celibato intermediário.

Na análise dos diferenciais de nupcialidade, Souza utiliza um modelo de regressão linear múltipla. Ela conclui que as variações do comportamento nupcial feminino, tempo e prevalência são explicados, fundamentalmente, em função das questões de migração, razão de sexo e religião. E ao analisar os fatores disponibilidade e factibilidade do casamento, ela conclui que, em 1980, o fator factibilidade aparece com mais força, o qual é explicado pela generalização dos hábitos de consumo, principalmente, da sociedade urbana.

As imigrações e a nupcialidade também constituíram temas de análise dos dados censitários de 1970. Utilizando indicadores como idade média ao casar, precocidade nupcial (proporção de não solteiros na faixa 15-24 anos) e intensidade nupcial (proporção de solteiros na faixa 40-49 anos), Castro e outros (1977) procuram traçar os padrões de nupcialidade para migrantes recentes, nas regiões metropolitanas do país. Considerando três tipos de fluxos migratórios (intra-estadual, intra-regional e inter-regional), as autoras afirmam que cada um dos tipos de fluxo apresentariam padrões de nupcialidade particulares, afetando também, diferencialmente, as áreas de destino. Os migrantes recentes estariam refletindo padrões não adquiridos no lugar de estada, mas relacionados às histórias de vida dos mesmos, e que os padrões dominantes não são necessariamente os do lugar de origem.

Neste período também se conta com a contribuição de Monteiro (1977) que, através da exploração sistemática dos censos de 1950 a 1970, apresenta um quadro bastante completo da nupcialidade no referido período. Utilizando indicadores clássicos da nupcialidade (SMAM e PNMD) e controlando variáveis como situação de domicílio, características raciais e nível de escolaridade, o autor detalha a situação para o país como um todo e para os estados da Federação. Entre as contribuições metodológicas importantes deste trabalho, pode-se citar a série de tábuas de nupcialidade para o país e os estados. As tábuas de nupcialidade, construídas a partir de solteiros por características urbana-rural e características raciais, mostraram que a nupcialidade brasileira, ao longo do período 1940-1970, sofreu variações pouco importantes, valendo, como ressalva, a possível alteração no calendário entre 1960 e 1970. Os diferenciais da nupcialidade, segundo características raciais e situação de domicílio, para o Brasil, revelaram que são as populações de raça branca que se casam mais cedo, seguidas das populações mestiças, ficando,

portanto, as populações negras e amarelas como as de casamento mais tardio. Quanto à intensidade da nupcialidade, as populações negras e mestiças apresentam elevada proporção de solteiros aos 50 anos. No outro extremo, encontra-se a população amarela, com as mais baixas proporções de solteiros; a população branca apresenta níveis intermediários.

O autor também estudou as informações fornecidas durante o processo de separação legal no Brasil. Ele observa que, se o número de separações aumenta sensivelmente no período estudado, a ruptura legal de casamentos permaneceu um privilégio de casais cujo marido trabalha, sobretudo, no setor terciário, e a esposa em atividades domésticas. O autor também constata uma diminuição na duração das uniões que terminam com separação, no período estudado.

Ao concluir o trabalho, Monteiro enfatiza que toda a análise demográfica depende, em última instância, da qualidade dos dados de base, por isso a análise demográfica da nupcialidade brasileira está condicionada à deficiência dos dados utilizados. Destaca, também, que o calendário e a intensidade da nupcialidade brasileira não apresentam mudanças importantes de um censo a outro, seja a nível nacional ou a nível regional, observando-se, tão somente, uma ligeira elevação do calendário, entre 1960 e 1970, e um decréscimo bem nítido dos diferenciais de idade entre os cônjuges. Por último que, ao controlar as características dos casais por situação de domicílio (rural e urbano), características raciais e diferenças regionais, é que se revelam as diferenças de comportamento, tanto nas idades médias à primeira união como no celibato definitivo.

No final dos anos 70, tem-se a importante contribuição de Madeira (1978), que analisa a evolução da idade média ao casar no estado de São Paulo sob a perspectiva histórica-estrutural. Observa que os padrões de nupcialidade em São Paulo, especialmente os da capital, foram extremamente sensíveis à forma de crescimento paulista: a migração e os câmbios em suas características básicas. Também destaca que as mudanças da função da unidade doméstica no capitalismo, por uma elaboração ideológica, reservou à mulher, primordialmente, a produção de valores de uso ao homem, a produção de bens e serviços, a qual requer especialização. Com isto, a mulher estaria socialmente apta para o casamento, antes que o homem. Posteriormente, a extensão do trabalho assalariado a um grande número de mulheres, cujas rendas podem ser somadas às do marido, torna-as novamente aptas precocemente ao casamento, estreitando as diferenças de idade entre os cônjuges. Assim, parece evidente que as diferenças de idade "ideal" de casamento entre as classes sociais estão associadas aos diferentes significados do trabalho da mulher para cada classe. E, em última instância, a organização social não modela só a forma final que adquirem as famílias, mas interfere nos processos de formação, duração e dissolução das mesmas, ou seja, nas variáveis de nupcialidade.

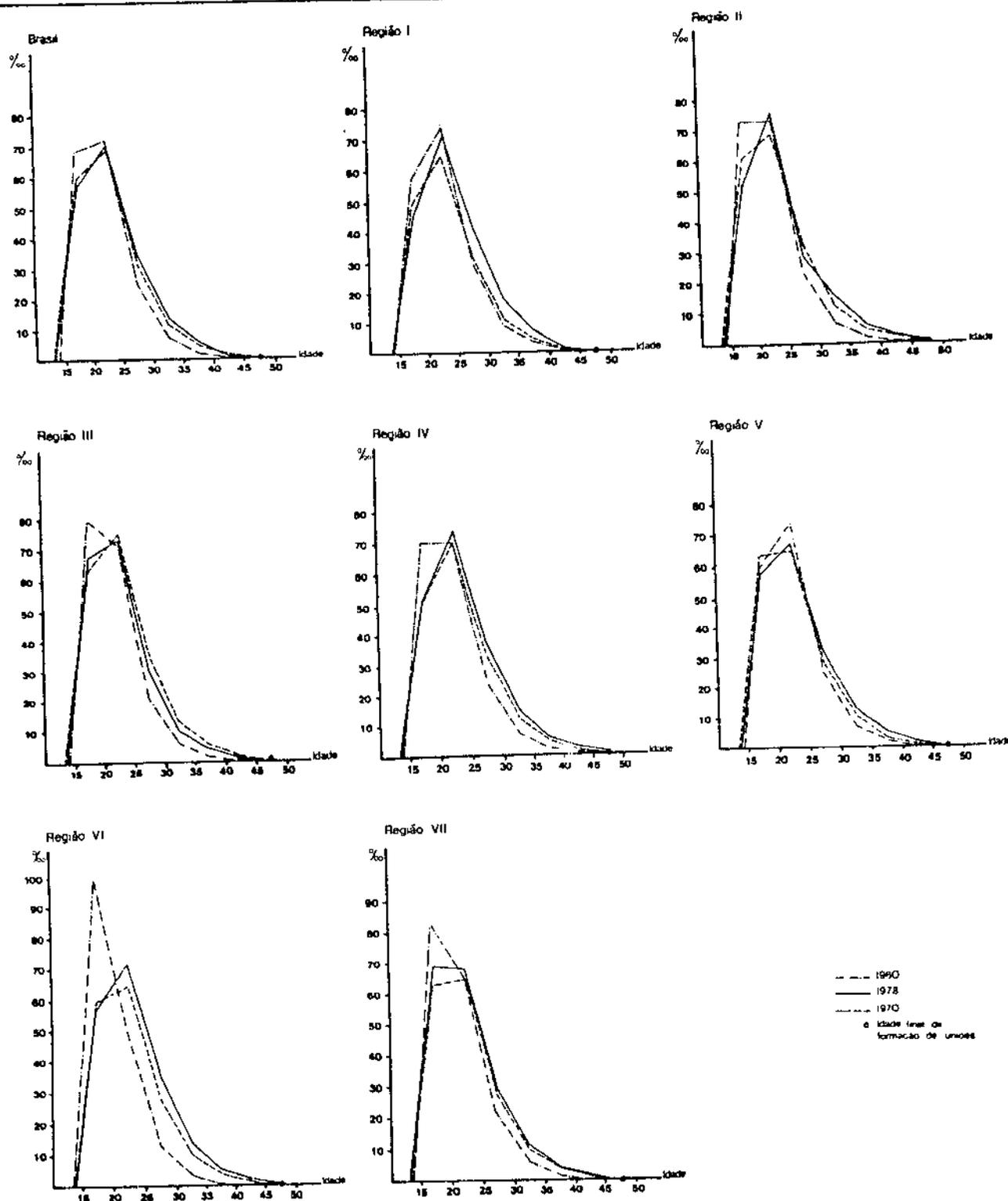
No início da década de 80, Altmann e Wong (1981) apresentam uma nova revisão e atualização dos padrões e tendências da nupcialidade no Brasil, no contexto dos estudos de família. Considerando que, do ponto de vista dinâmico, o ciclo vital da família inicia-se através da união do casal, prossegue com o nascimento dos filhos, até que estes deixem a família, e termina com a dissolução da união por morte de um dos cônjuges; as variáveis de nupcialidade são fatores importantes para determinar o desenvolvimento e o conteúdo dos ciclos vitais. Nesta

perspectiva, e incorporando os resultados da PNAD-78, as autoras acabam dando maior ênfase à idade ao casar, aos tipos de união e às dissoluções de uniões no período estudado.

Na análise da idade ao casar, as autoras incorporam o método de Coale (1971), que permite estimar a idade de ingresso, formação e término da união. As estruturas por idade da nupcialidade, para o país e as regiões da PNAD nos anos 1960, 1970 e 1978, serviram para reafirmar as mudanças no calendário da nupcialidade brasileira entre 1960-1970, assinaladas por outros autores. As curvas de frequência de casamentos para as regiões permitiu-lhes afirmar, também, que as mudanças de comportamento para o país são reflexo do que ocorre com as regiões II (Estado de São Paulo), III (Sul), IV (Minas Gerais e Espírito Santo) e VI (Distrito Federal). (Ver Gráfico 1.4)

Entre as principais conclusões a que chegam as autoras, deve-se destacar o esforço explicativo das tendências já observadas anteriormente. Afirmam que, a compreensão das alterações nos níveis e padrões da nupcialidade, se encontra em boa parte nos resultados dos diferenciais rurais e urbanos na idade ao casar que, em 1976 por exemplo, chegam a ser de 1,7 anos a mais, na região urbana. A esta característica, uma das mais marcantes da nupcialidade brasileira, associam-se necessariamente os fenômenos das migrações campo-cidade e a urbanização, com tudo que esta implica em termos de novas relações de trabalho e pessoais.

Gráfico 1.4 Frequência de uniões conjugais por idade, segundo regiões da PNAD (por mil), População Feminina. Brasil, 1960, 1970 e 1978.



Fonte: Altmann, A.M.G. e Wong, L.R. (1981), Gráfico 1, p.373-374.

No momento em que se evidencia o aumento das uniões consensuais no Brasil, surge o interesse de alguns pesquisadores para analisar esta nova tendência. É o caso da importante contribuição de Berquó e Loyola (1984) que, utilizando os dados da Pesquisa Nacional de Reprodução Humana (PNRH)¹ realizada entre 1975 a 1977, além dos dados do censo de 1960 e 1970 e a PNAD 1978 e 1978, analisam a evolução dos diferentes tipos de união conjugal no Brasil.

No sentido de melhor compreender as tendências recentes das estratégias matrimoniais, as autoras enfatizam, no seu trabalho, a análise das informações levantadas na PNRH. A primeira constatação importante foi a verificação de que, no conjunto dos nove contextos considerados na amostra, dos indivíduos em união conjugal (2.234 pessoas), 88% estão na sua primeira união, 10% em segunda união e 2% em terceira união.² Do grupo em primeira união, 71% estavam em união legal e, dos 30% restantes, metade em união só religiosa e metade em união livre. Destacando a elevada proporção de primeiras uniões livres, as autoras analisam a época de início destas uniões (até 1960, entre 1961 e 1970, e após 1970). Os dados revelaram que, de fato, as uniões consensuais são mais recentes e correspondem a 21% das uniões iniciadas após 1970. No caso das uniões legais, não se alterou a preferência por este tipo de união no tempo. E as uniões só religiosas são as que foram perdendo sua posição relativa, passando de 18% das uniões mais antigas para 7,3% das uniões mais recentes.

1. A Pesquisa Nacional de Reprodução Humana (PNRH) realizada pelo Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP), entre 1975 e 1977 cobriu nove contextos situados em seis estados (São Paulo, Pernambuco, Piauí, Pará, Espírito Santo e Rio Grande do Sul), incluindo cinco áreas urbanas e quatro rurais.

2. É importante destacar que os indivíduos entrevistados na PNRH são homens, mulheres ou casais. Com relação ao número de uniões, as autoras consideraram até três uniões, já que uma fração negligenciável ultrapassou este número.

Analisando as mudanças nos tipo de união por região (rural e urbana) nos nove contextos da PNRH e pela época do casamento, as autoras verificam que as maiores modificações ocorrem com relação às uniões só religiosas (ver Tabela 1.10). No contexto urbano, das uniões iniciadas até 1960, 14% eram só religiosas, mas para as uniões iniciadas após 1970, somente 3% corresponde a este tipo de união. As uniões legais flutuam em torno de 75% e as uniões livres se duplicam no período, passando de 10,5% para 21,5%. Nas áreas rurais, de modo diferente do contexto urbano, as uniões legais apresentam um leve declínio, partindo de uma proporção de 64% das uniões iniciadas até 1960, só representam 60% das uniões iniciadas entre 1971-1976. Por outro lado, a queda relativa da proporção de uniões só religiosas foi muito menor do que no caso urbano. Diminuem de 25% a 14% no período, atingindo agora o nível que o contexto urbano apresentava para casamentos iniciados 15 anos antes. Em compensação cresceu bastante, e mais do que nos contextos urbanos, a participação das uniões livres, chegando a 26% para as uniões mais recentes.

Tabela 1.10 Distribuição das mulheres alguma vez unidas, segundo o tipo de primeira união, para três coortes de casamento: A (até 1960), B (1961-1970) e C (1971-1976); para cinco contextos urbanos e quatro contextos rurais.
Brasil.

Tipo de Primeira União	Contextos Urbanos				Contextos Rurais			
	Coortes de Casamento				Coortes de Casamento			
	A	B	C	Tot.	A	B	C	Tot.
Só Relig.	14,0	6,0	2,6	9,6	25,2	26,6	13,8	23,4
Civ/Rel e Só Civil	75,3	78,1	75,9	76,3	64,2	61,9	59,8	62,7
Livre	10,5	15,7	21,5	14,2	10,4	11,2	26,2	13,8
Total de Mulheres	625	348	299	1.202	292	221	152	765
(%)	52,0	28,9	19,1	100,0	51,2	28,9	19,9	100,0

Fonte: Berquó, E. e Loyola, M.A. (1984), Tab. 7, p.68.

Com relação à opinião dos entrevistados sobre as vantagens e desvantagens dos tipos de união, a PNRH acrescenta uma rica informação, do ponto de vista qualitativo, a qual pode ser resumida nos seguintes pontos:

- Em todos os contextos estudados, as pessoas entrevistadas (homens e mulheres) acham o casamento civil mais vantajoso para as mulheres e as uniões livres mais vantajosas para os homens.
- O casamento civil é considerado vantajoso porque fornece segurança econômica e psicológica à família, ao cônjuge e aos filhos, além de lhes outorgar legitimação social e proteção legal.
- Mas as "obrigações materiais" ocupam um dos lugares mais importantes entre as desvantagens do casamento civil, para o homem. A "dificuldade" na dissolução do casamento legal é uma desvantagem considerada importante, para ambos os sexos.
- Com relação ao casamento religioso, as opiniões apontavam para a legitimação da união como a maior vantagem e a insegurança material decorrente da ausência de vínculo legal, como sua principal desvantagem.
- Para os homens, a união livre é considerada vantajosa pela possibilidade de "troca de companheira" e a liberação de compromissos econômicos; e, tanto para homens como para mulheres, existiria uma vantagem de ordem emocional.
- Por outro lado, são apontadas como as maiores desvantagens das uniões livres, a instabilidade da união e a falta de proteção, segurança e legitimação social.

As autoras concluem que, grosso modo, tudo indica que o fator segurança econômica e emocional é o ponto nevrálgico das uniões entre os sexos, e que os casamentos civis e religiosos são ainda a melhor forma de obtê-lo. Mas ambos supõem a dependência econômica da mulher e a indissolubilidade dos laços matrimoniais, elementos que, se não são de fato contestados pela situação objetiva da maioria dos casais, o são em termos potenciais, deixando em aberto a possibilidade de novos arranjos, dos quais,

salvo alterações importantes na legislação civil ou nas diretrizes religiosas, as uniões livres continuarão a ser o melhor exemplo.

Com relação à opinião dos entrevistados da PNRH sobre a separação, a indagação foi feita através da seguinte pergunta: -"no caso do casamento não estar indo bem, o que você acha que os cônjuges devem fazer?". As autoras comentam que "Se acreditamos que a força da tradição, sobretudo no que se refere à indissolubilidade dos laços matrimoniais, é ainda muito forte no país, temos que constatar que, ao mesmo nível de retórica, poderosas mudanças estão ocorrendo no âmbito dos valores que até então "cimentavam" a família brasileira. ... os resultados ... indicam muito claramente que em todos os contextos estudados, de norte a sul do país, uma proporção extremamente significativa de pessoas (em torno de 50%) acha que o casal deve separar-se se o casamento não estiver indo bem." (Berquó e Loyola, 1984, p.47-48)

Finalmente, é importante destacar a afirmação das autoras sobre as características socio-econômicas das pessoas envolvidas em união consensual: " ... , embora uniões consensuais sejam encontradas em todos os estratos socio-econômicos, elas tendem a predominar, ao contrário das uniões legais que predominam nos estratos economicamente mais elevados e mais escolarizados, em segmentos globalmente menos favorecidos que se encontram em melhores condições do que aqueles que predominam as uniões só religiosas." (Berquó e Loyola, 1984, p.54)

Na segunda metade dos anos 80, depois de um período de 20 anos sem informação sobre os grupos de cor da população, já que o censo de 1970 não incluiu esta variável, a publicação dos dados definitivos do censo de 1980 e a proximidade do centenário da abolição da escravatura no Brasil (1988) trouxe uma importante influência nos trabalhos dos demógrafos, no sentido de que um maior número de pesquisadores agregassem, a seus temas de

interesse, a perspectiva da origem racial de suas populações objeto de estudo. A área de nupcialidade não ficou alheia a esta preocupação e tem-se importantes trabalhos desenvolvidos neste período (Berquó, 1987; Silva, 1987; Bercovich, 1988; José, 1988; Lazo, 1988; e outros) aos quais serão feitas algumas referências específicas.

Nesta linha de preocupação, Berquó (1987) estuda o calendário e a intensidade da nupcialidade por grupos de cor. Considerando que, no Brasil, tem-se alterado muito pouco o calendário e a intensidade da nupcialidade, tanto para os homens como para as mulheres, nas últimas décadas, quando se consideram as subpopulações branca, parda e preta, surgem algumas características bastante significativas. A autora destaca, nesta análise que, partindo de dados do censo de 1980, a subpopulação preta, na qual mulheres e homens se casam mais tardiamente e com menor intensidade que brancos e pardos, o celibato feminino é acentuadamente maior do que o masculino (ver Tabela 1.11). Berquó destaca, também, a regularidade na diferença de idade ao casar entre homens e mulheres, para as três subpopulações e que se mantém em praticamente três anos.

Tabela 1.11 Idade média à primeira união (SMAM) e celibato definitivo (PNM) para homens e mulheres, segundo a cor. Brasil 1980 e 1950.

Cor	Ano 1980					Ano 1950 (a)				
	Mulheres		Homens		Dif. na SMAM	Mulheres		Homens		Dif. na SMAM
	SMAM	PNM	SMAM	PNM		SMAM	PNM	SMAM	PNM	
Branca	22,7	7,7	25,7	5,5	3,0	22,4	9,5	26,2	8,2	3,8
Parda	22,5	8,0	25,4	5,2	2,9	22,8	17,1	26,7	12,9	3,9
Preta	23,4	13,4	26,3	7,8	3,1	23,6	23,4	27,0	16,3	3,4

Fonte: Berquó, E. (1987), Tabelas 4 e 5, p. 16-17.

Nota: a) Em Monteiro, R.J. (1979).

Os dados de 1980, comparados com os dados de Monteiro (1979) para 1950, mostram uma situação de estabilidade nos últimos trinta anos, com relação às mulheres. Já para os homens, a idade ao casar se reduziu, e de forma mais acentuada para os pardos. Grande alteração se verificou na intensidade da nupcialidade. Em 1950, o celibato feminino era extremamente elevado para as pardas e pretas, representando para as primeiras mais do dobro daquele verificado em 1980. O gradiente era bem claro, com maior intensidade de casamentos para brancas, seguidas pelas pardas, com as pretas em último lugar. A redução que se deu no celibato, para os três grupos, foi muito menos intensa para as brancas.

Berquó também observa que, apesar da disponibilidade de parceiros de ambos os sexos seja apenas um dentre muitos dos fatores que podem influenciar o nível de celibato em sociedades tipicamente monogâmicas, vale a pena observar que a razão de sexos, em 1980, para brancos era 0,963, para pretos 1,016 e para pardos 1,018. Deste ponto de vista, a autora observa que é de se estranhar que justamente as mulheres pretas, que contam com um excedente de homens pretos, acabem por ter menores chances de encontrar parceiros para se casar. Mas o excesso de mulheres na subpopulação branca deve levá-las a competir, com sucesso, com as pardas e pretas, no mercado matrimonial.

Com relação aos tipos de união por grupos de cor, Berquó resume a situação no período analisado dizendo que, em 1960, as uniões legalizadas (civil-religiosa e só civil) representavam 84,1%, 53,5% e 56,5%, para brancas, pardas e pretas, respectivamente; e estes níveis passaram para 87,9%, 70,8% e 66,6%, em 1980, mostrando que foi no grupo das pardas que se deu o maior aumento. Além disso, em 1960, a união só religiosa era a maior responsável pelo alto índice das uniões não legalizadas, lugar ocupado pelas uniões consensuais, em 1980.

Nesta linha de preocupação, Berquó (1987) e Silva (1987) estudam a endogamia dos casais, no Brasil, por grupos de cor, baseados no censo de 1980. Utilizando a classificação racial do IBGE, Berquó considerou os grupos branco, pardo e preto, e Silva incluiu também o grupo amarelo. Ambos autores chegam a resultados muito próximos, destacando uma taxa geral de endogamia (T.G.E.) da ordem de 80%, ou seja, somente em 20% dos casos a mulher e o marido não pertencem ao mesmo grupo de cor.

Considerando as uniões exogâmicas, ambos autores verificam uma predominância de casamentos em que a mulher é mais clara do que o marido (aproximadamente 12% dos casos) contra os 8% restantes em que o marido é mais claro que a mulher. Também ressaltam que o nível de endogamia por grupo de cor é diferencial, destacando-se os brancos com as maiores taxas de endogamia e os grupos minoritários (preto e amarelo) com as menores taxas.

A existência de diferenciais demográficos entre os grupos de cor, levou Silva a se colocar a questão de qual seria o padrão de casamento, na ausência desses diferenciais, já que, além de serem grupos numericamente desiguais, há desequilíbrio na razão de sexos por cor. Ou seja, se a distribuição dos grupos por cor e sexo fossem iguais, qual seria a magnitude relativa do casamento endogâmico dentro de cada grupo? Aplicando um método de ajuste proporcional iterativo, Silva chega a resultados ajustados muito próximos dos originais quando somente considera a taxa geral de endogamia. Ela se eleva de 79% para 82% na tabela de casamento padronizada. Os resultados se apresentam muito diferentes quando se consideram as taxas marginais originais e padronizada. (Ver Tabela 1.12)

Tabela 1.12 Taxa geral de endogamia (TGE) e taxas marginais médias de endogamia (TMME), por cor. Dados originais e dados padronizados. Brasil, 1980.

Grupos de Cor	T. M. M. E.		Diferença
	Dados Originais	Dados Padronizados	
Branco	82,2	77,9	-4,3
Amarelo	70,0	96,0	26,0
Pardo	78,2	71,2	-7,0
Preto	56,6	83,2	26,6
Total	79,0	82,0	3,0

Fonte: Silva, N. do V. (1987), Tab. 8 e 10, p.73-74.

Por um lado, as taxas marginais médias de endogamia (TMME) se reduzem nos grupos majoritários (brancos e pardos). Esta redução é de 4% no caso de brancos (passando de 82% na tabela de casamento original para 78% na tabela padronizada) e de 7% no grupo pardo (reduzindo-se de 78% para 71%, entre as duas tabelas). Nos grupos minoritários (preto e amarelo), ao contrário, as taxas marginais médias de endogamia aumentam em mais de 25%. No caso de pretos, a TMME, que era de 57% na tabela original, passa a ser de 83% na tabela padronizada e, no grupo amarelo, este aumento vai de 70% para 96%.

Isto mostra a grande influência que exerce o tamanho dos grupos considerados e o desequilíbrio de sexos, por categoria, sobre o padrão homogâmico de uma população. Ou seja, os grupos minoritários, preto e amarelo, têm uma endogamia intrínseca muito maior que brancos e pardos. Essa endogamia, entretanto, não se manifesta nos dados originais, pela sua "desvantagem" numérica frente a pardos e brancos. Acrescente-se a isto outros problemas que podem aparecer no mercado matrimonial, como o desequilíbrio de sexos por faixas etárias e o aprofundamento deste desequilíbrio, dada a preferência tradicional dos homens se unirem a mulheres alguns anos mais jovens do que eles.

No que diz respeito ao casamento exogâmico, os resultados padronizados por Silva mostram a permanência do padrão dos dados originais, ou seja, uma predominância de casos em que a mulher é mais clara que seu cônjuge, confirmando um comportamento diferencial entre homens e mulheres, no que diz respeito à seletividade marital por cor. Isto coloca as mulheres negras na situação mais desfavorável do mercado matrimonial, já notada por Berquó (1987).

Silva também examinou a hipótese de que, nos casamentos envolvendo homens mais escuros e mulheres mais claras, pudesse existir uma "compensação", o homem estando em posição mais elevada que a mulher em outras dimensões de status. Para examinar esta questão, o autor considerou dados relativos à educação dos cônjuges. Seus resultados mostram que para todas as combinações de cor, e considerando cinco níveis de escolaridade (sem instrução, primário, secundário, colegial e universitário), há uma grande predominância de casais com nível de escolaridade equilibrado.

Similarmente, Silva verificou que, para quase todos os tipos de casais, há uma maior ocorrência de homens mais educados do que suas esposas, mesmo naqueles casos em que a esposa é mais escura do que o marido. No caso dos casais em que a mulher é mais escura do que o marido, também não parece haver nenhum padrão compensatório. O autor conclui que "...não há nada que nos permita afirmar com segurança algo como 'quanto maior a diferença de cor, maior a diferença educacional entre os cônjuges', nem mesmo para o caso de casais com o homem mais escuro do que a mulher."

O trabalho de Berquó, por outro lado, destaca algumas diferenças regionais nas taxas gerais de endogamia por cor. Considerando quatro estados (Bahia, Minas Gerais, São Paulo e Rio Grande do Sul), comenta que eles formam um verdadeiro gradiente quanto à incidência de casamentos endogâmicos, sendo estes menos

freqüentes na Bahia (76,5%) e muito intensos no Rio Grande do Sul (94,1%). Destaca que a Bahia se constitui num ambiente mais aberto à exogamia, testemunhado pelo altíssimo contingente de pardos, em contraposição ao Rio Grande do Sul, onde a população é predominantemente branca.

A autora também inclui, na sua análise, o comportamento homogâmico por idade ao casar, nos distintos grupos de cor. Verifica que é dentre os brancos que a norma social tradicional se revela mais acentuada, pois em apenas 8% das uniões a mulher é mais velha do que o marido. No outro extremo fica o grupo preto, onde esta proporção atinge seu maior valor (13%). Este padrão se mantém nas regiões consideradas, mas seus níveis são relativamente diferentes: Bahia e Minas Gerais mostram uma maior obediência ao padrão tradicional do que São Paulo e Rio Grande do Sul. (Ver Tabela 1.13)

Tabela 1.13 Distribuição dos casais segundo a idade dos cônjuges, por cor, para algumas Unidades da Federação. 1980

Grupos de Cor	Idade dos Cônjuges	Unidades da Federação			
		S. Paulo	M. Gerais	Bahia	R.G. do Sul
Branca	Mulh. > Hom.	7,7	6,8	7,1	8,6
	Mulh. = Hom.	34,1	28,9	27,2	34,5
	Mulh. < Hom.	58,2	64,3	65,6	56,9
Parda	Mulh. > Hom.	10,4	8,5	9,1	11,7
	Mulh. = Hom.	30,9	27,7	26,7	29,1
	Mulh. < Hom.	58,6	63,8	64,2	59,3
Preta	Mulh. > Hom.	13,5	11,3	12,2	16,1
	Mulh. = Hom.	31,4	29,6	28,1	28,6
	Mulh. < Hom.	55,2	59,1	59,7	55,3

Fonte: Berquó, E. (1987), Tab.15, p.42.

Nota: a) A idade dos cônjuges se refere aos grupos quinquenais de idade. Assim, por exemplo, "Mulh.=Hom." significa que marido e mulher estão na mesma faixa etária.

Berquó também agrega uma análise da endogamia por idade ao casar, por coorte. Partindo do suposto que as pessoas casadas e mais velhas teriam-se casado há mais tempo, e que os sobreviventes casados não apresentariam seletividade quanto à idade com que se casaram, a autora verifica que, nas coortes mais jovens, há uma maior proporção de uniões endogâmicas (por faixa etária) e uma maior proporção de uniões exogâmicas em que a mulher é mais velha do que o marido, se comparadas com as coortes mais velhas. Isto estaria mostrando uma nova tendência mais liberalizante com relação à pauta tradicional dos homens serem alguns anos mais velhos do que suas esposas.

Nesta linha de estudos sobre endogamia, Berquó e Loyola (1987) avançam no estudo da homogamia, analisando uma amostra de quatro localidades do estado de São Paulo: Rio Claro, São Caetano do Sul, Avaré e Itararé. Chegam a alguns resultados interessantes como a verificação de uma diminuição do intervalo de idade entre os cônjuges, nas cidades mais industrializadas e urbanizadas (Rio Claro e, sobretudo, São Caetano do Sul), ou seja, uma endogamia por idade mais acentuada.

As autoras também conseguiram detectar, em todas as localidades estudadas, uma tendência à endogamia relativamente acentuada entre certas categorias profissionais e uma tendência geral para casamentos entre ocupações, de natureza e socialmente, próximas. Dentre os casamentos exogâmicos, detectam uma maior propensão para casamentos, ao menos teoricamente, "para baixo" para os homens e "para cima" para as mulheres.

Também nas quatro localidades estudadas, as autoras observam uma alta endogamia por região geográfica, situação urbana/rural e país de nascimento dos casais, onde as TGE superam 84,0%.

Por último, as autoras também analisaram a homogamia dos casais das quatro localidades, por nível de instrução. Observaram que, se os casamentos não chegam a apresentar taxas de endogamia tão elevadas como no caso anterior (a TGE por instrução é 45,4% em média), os casamentos exogâmicos tendem a se concentrar em níveis de escolaridade muito próximos. As autoras também detectam uma relativa progressão de nível de escolaridade entre as gerações, confirmando uma tendência crescente para que os filhos, em geral, tenham uma escolaridade relativamente superior à de seus pais.

Examinando os casamentos por nível de escolaridade e sexo, as autoras também verificam que, em todas as localidades estudadas, os homens casam-se em maiores proporções com mulheres de nível de escolaridade inferior ao seu, enquanto que, com as mulheres, ocorre o contrário, indicando que estas possuem maiores chances de mobilidade social, via casamento, do que os homens.

A mais recente contribuição para os estudos de nupcialidade no Brasil, foi feita por Goldani (1989) com a aplicação das tábuas de vida de múltiplo-estado (ou tábuas de vida de situação marital) às histórias de uniões da PNAD-84. Estes resultados são parte de um estudo mais amplo sobre a transição da família no Brasil, que inclui o uso de tábuas de vida de situação familiar, uma extensão das tábuas de vida anteriormente citadas. A análise se refere a duas coortes: uma coorte real, que corresponde às mulheres nascidas na década de 30 e representariam o que a autora chamou de fase de transição; e outra coorte sintética que corresponde às mulheres de 15 a 54 anos na data da entrevista, e representariam uma fase de pós-transição.

Na Tabela 1.14, pode-se verificar que uma mulher que sobreviveu até os 15 anos de idade, tem uma esperança de vida de mais 52 anos ($e_{15} = 52$ anos), sob as condições de mortalidade

vigentes no Brasil, no período 1980/84. Durante este período, a mulher (que apresenta o percurso da situação marital durante a fase pós-transição), poderia esperar viver no estado de casada 29 anos e no de solteira 10. Para os anos restantes, a mesma mulher poderia esperar viver 7 anos no estado de separada e 6 como viúva.

A comparação da coorte sintética (pós-transição) com coortes mais antigas, mostra que a coorte atual (pós-transição) permanece mais tempo em todos os estados conjugais. Contudo, o aumento tem sido maior no estado de separada, que passa de uma proporção de 7% para 13% da coorte da transição para a pós-transição. O tempo no estado de solteira e viúva não se alterou proporcionalmente (nas duas coortes corresponde a 20% e 12%, respectivamente), e o tempo no estado de casada diminui de 61% para 55%, no período considerado (ver Tabelas 1.14 e 1.15).

Assim, a autora conclui que, apesar do grande incremento na esperança de vida da mulher com o declínio da mortalidade que lhe permitiria permanecer um maior número de anos no estado de casada, somente parte deste incremento potencial tem sido concretizado, no Brasil.

A autora também acrescenta que a esperança de vida nos distintos estados conjugais apresenta diferenciais por cor. Considerando os grupos branco, pardo e preto, destaca que, para os dois momentos transição e pós-transição, são as mulheres brancas que tendem a permanecer casadas mais tempo que pardas e pretas. Uma mulher branca que sobrevive aos 15 anos de idade, na fase de transição esperaria viver 29 anos casada, comparada com 22 anos para pardas e 19 anos para pretas. Ao longo do tempo, os diferenciais aumentam, já que, na fase pós-transição, as mulheres brancas ganham mais 4 anos neste estado e pardas e pretas somente 3.

Tabela 1.14 Esperança de vida feminina aos 15 anos, decomposta por estado conjugal, considerando a cor. Fase Pós-Transição Brasil.

Grupos de Cor		e_{15}	e_{casada}	$e_{solt.}$	$e_{viúva}$	$e_{separada}$
Branco	Anos	56,4	32,9	10,0	6,7	6,8
	(%)	100,0	58,3	17,7	12,0	12,0
Pardo	Anos	48,7	25,4	9,7	6,1	7,5
	(%)	100,0	52,1	20,0	12,5	15,4
Preto	Anos	48,7	21,5	11,7	6,4	9,1
	(%)	100,0	44,1	24,0	13,2	18,7
Total	Anos	51,9	28,6	10,5	6,1	6,8
	(%)	100,0	55,1	20,2	11,7	13,0

Fonte: Goldani, A.M. (1989) Tab. 10.1, p.245.

Tabela 1.15 Esperança de vida feminina aos 15 anos, decomposta por estado conjugal, considerando a cor. Fase de Transição Brasil.

Grupos de Cor		e_{15}	e_{casada}	$e_{solt.}$	$e_{viúva}$	$e_{separada}$
Branco	Anos	44,6	28,9	7,9	4,9	2,9
	(%)	100,0	64,7	17,8	11,0	6,5
Pardo	Anos	37,7	22,3	6,9	4,9	3,5
	(%)	100,0	59,2	18,3	13,0	9,4
Preto	Anos	37,7	18,8	8,5	4,1	6,2
	(%)	100,0	49,9	23,7	10,9	16,5
Total	Anos	40,8	24,7	8,2	5,0	2,9
	(%)	100,0	60,6	20,0	12,3	7,1

Fonte: Goldani, A.M. (1989) Tab. 10.2, p.246.

A diferença de oito anos na esperança de vida de brancas e não-brancas, em parte explica as diferenças raciais nos tempos vividos no estado de casada. Mas as diferenças nos padrões de união, por cor, também é outro aspecto importante. Isto é reforçado pelo fato de que mulheres pardas e pretas têm a mesma mortalidade, mas as primeiras permanecem mais tempo no estado de casadas, tanto na fase de transição como de pós-transição (ver Tabelas 1.14 e 1.15). O número de anos vividos no estado de viúva ou separada, para mulheres brancas, mudou de 8 para 14, enquanto que, para pardas, foi de 8 para 13 e, para pretas, de 10 para 15. Portanto, há um aumento semelhante na quantidade de anos vividos no estado de viúva ou separada e as diferenças raciais permanecem no tempo.

A partir desses resultados, Goldani conclui que o principal fator que influi no aumento dos anos vividos no estado de casada, para as mulheres de todas as raças, é a mortalidade. A queda da mortalidade é mais importante que os padrões de união, quanto ao tempo que as mulheres brasileiras vivem no estado de casadas. Estes achados reforçam a perspectiva da autora que o tempo vivido nos distintos estados conjugais são melhores indicadores das relações entre a família e as mudanças demográficas.

O presente trabalho se baseia também, nas histórias de uniões da PNAD-84 da população que à época residia no estado de São Paulo. Além de um enfoque transversal, o estudo destaca uma análise baseada em três coortes reais de mulheres, correspondentes às gerações nascidas nas décadas de 1930, 1940 e 1950. A primeira coorte se refere à geração mais velha incluída na amostra, e a coorte de 50 é a mais jovem que pode ser analisada, já que, todas as mulheres desta tinham pelo menos 24 anos no momento da entrevista, atingindo assim uma idade em que mais de 50% delas já

se teriam unido, garantindo um número suficientemente grande de casos para serem analisados. A coorte de 50 é de grande interesse também, já que os estudos realizados na Europa apontam para esta coorte como a precursora de um novo comportamento nos padrões de casamento.

As análises serão sempre iniciadas com o estudo da coorte sintética observada no momento da entrevista, na qual se pretende identificar certos padrões e diferenciais das variáveis da nupcialidade consideradas.

Neste estudo serão abordados diversos aspectos sobre a nupcialidade, como idade ao casar, diferença de idade entre os cônjuges e tipos de união. Estas variáveis serão estudadas pela primeira vez, em forma direta, a nível do estado. Estas variáveis também serão observadas por grupos de cor, dado que a literatura já mostrou que existem diferenças entre eles. Os grupos de cor, neste caso, somente referem-se às mulheres, já que é a única informação sobre cor disponível na pesquisa.

Por outro lado, será considerada a relação nupcialidade e escolaridade e, neste ponto, é importante lembrar o trabalho de Monteiro (1977). Ao estudar a correlação entre estas duas variáveis, considera a idade média à primeira união e a proporção de solteiros no grupo de 20-24 anos e, para representar o nível de escolaridade, seleciona a proporção de população alfabetizada de 20-24 anos e a proporção de estudantes ou pessoas com curso secundário completo. Os coeficientes de correlação encontrados não foram suficientemente elevados para assegurar uma boa explicação das mudanças do calendário da nupcialidade brasileira, através das mudanças ocorridas na escolaridade. Isto sugere um estudo entre estas duas variáveis ampliando o número de categorias de instrução. Esta análise será incluída no estudo, já que se dispõe desta informação em forma detalhada na pesquisa.

Em um segundo momento serão consideradas as características endogâmicas dos casais, relativas a seus níveis de instrução. Esta análise será realizada exclusivamente para casais atualmente em união, já que para as uniões que terminaram, não se dispõe da informação por instrução do cônjuge.

Finalmente serão estudadas as uniões que terminaram, enfatizando a análise daquelas que terminaram por divórcio, desquite ou separação.

CAPÍTULO II

ASPECTOS METODOLÓGICOS

Neste capítulo serão tratados aspectos metodológicos associados à fonte de dados, recorte analítico geral e enfoques estatísticos específicos.

2.1 A PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS (PNAD)

2.1.1 Aspectos Gerais

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) destina-se a coletar de forma sistemática, através de uma amostra probabilística de domicílios, informações sobre a situação e características demográficas e sócio-econômicas da mão-de-obra, para fins de planejamento e pesquisa, durante os períodos inter-censitários. A PNAD também tem aberto a possibilidade de pesquisar com maior profundidade temas mais específicos, através de um questionário adicional ou suplemento. Esse foi o caso do suplemento sobre nupcialidade e fecundidade, aplicado na PNAD de 1984, onde se aprofundaram esses dois temas, através do levantamento de histórias de uniões e histórias de nascimento, das mulheres entre 15 e 54 anos.

No caso das histórias de uniões, as principais variáveis levantadas se referem à idade ao casar da mulher e seu cônjuge, data de início da união, tipo de união, sua duração e razão do término. Informações análogas foram levantadas, no caso de recasamentos. (Ver Anexo 1)

A amostra utilizada pela PNAD tem como base uma amostra probabilística selecionada em três etapas sequenciais: 1ª municípios, 2ª setores censitários e 3ª domicílios (particulares e coletivos), de modo a garantir uma igual probabilidade de seleção final para cada domicílio, dentro de uma mesma região. A seleção da 1ª e 2ª etapas se realiza com probabilidade proporcional ao tamanho, tomando como base a variável população residente do censo demográfico. A seleção dos domicílios dentro dos setores previamente selecionados (3ª etapa) se realiza por fração de amostragem variável por setor, para poder garantir igual probabilidade de seleção final, para cada domicílio da região. Listagens atualizadas de domicílios e pessoas nos setores censitários, complementados com a incorporação de novas construções em conjuntos de 30 ou mais unidades domiciliares, constituem trabalho permanente do corpo técnico e de campo da PNAD. (Arias, 1985)

As frações de amostragem, por região, têm-se modificado no tempo, primeiro para poder obter resultados a nível de cada área metropolitana e, mais recentemente, para obter os resultados a nível de cada Estado. Essas modificações e a ampliação da cobertura geográfica da PNAD, já que inicialmente ficaram excluídas as regiões Norte e Centro-Oeste, têm ocasionado uma expansão considerável no tamanho da amostra de domicílios pesquisados, nos últimos anos. Em 1976, o tamanho da amostra nacional foi de 78.273 domicílios particulares e, em 1984, atingiu 142.226. Dessa forma, os erros amostrais associados às estimativas nacionais e regionais têm-se reduzido significativamente. Do mesmo modo, a atenção progressiva dada à preparação e estrutura de um corpo técnico estável para a execução dos trabalhos de campo, representa uma garantia de que, na coleta dos dados, existe um alto padrão de competência. (Arias, 1985)

A PNAD-84 do estado de São Paulo contou com uma amostra probabilística de 19.915 domicílios, distribuídos da seguinte maneira: 9.929 na região metropolitana (96,6% dos quais se localizam na região urbana e 3,4% na região rural) e 9.986 na região não metropolitana (83,8% dos quais na região urbana e 16,2% na região rural).

A data de referência da pesquisa para as características individuais foi 29 de setembro de 1984.

2.1.2 A Escolha do Trabalho Direto com os Dados da Amostra.

Dada a necessidade de aplicação de algumas técnicas estatísticas na análise dos dados, havia necessidade da informação a nível de amostra e não de dados expandidos, como se costuma trabalhar, em geral, com a PNAD. Para tanto, estudou-se, em primeiro lugar, a distribuição da variável peso-pessoa (ou o inverso da fração amostral), que se utiliza para expandir a amostra. Para a população em estudo (mulheres residentes no estado de São Paulo em 1984, com idades entre 15 e 54 anos), esta variável assume os seguintes valores para as áreas metropolitana e não metropolitana.

Tabela 2.1 Distribuição da variável peso-pessoa das mulheres entre 15 e 54 anos, incluídas na PNAD-84. Estado de São Paulo, 1984.

Área	Peso-pessoa					Total
	415	416	417	427	428	
Metropolitana	-	-	-	7.593	2.463	10.056
Não Metropol.	895	7.494	860	-	-	9.249
Total	895	7.494	860	7.593	2.463	19.305

Fonte: Fita de dados da PNAD-84. Estado de São Paulo.

A tabela anterior mostra que o fator de expansão peso-pessoa praticamente se concentra em dois valores: 416 e 427, o que corresponde a quase 80% das mulheres entre 15 e 54 anos.

Dentro de cada área, há pequenas variações na distribuição do peso-pessoa por grupos de idade; portanto, dada a pequena diferença entre eles, decidiu-se trabalhar diretamente com os dados da amostra, o que, em termos de distribuição da variável peso-pessoa, significa que está-se dando o mesmo peso a todas as mulheres consideradas na amostra.

Essa modificação, certamente, estará introduzindo um novo erro nas estimativas, mas diante da magnitude de outras fontes de erro, pareceu um erro tolerável.

Feitas algumas comparações entre a distribuição dos resultados com os dados amostrais sem expansão e com os dados expandidos, verificou-se que as diferenças não chegam a ultrapassar 3%. A seguir se apresentam alguns exemplos.

Tabela 2.2 Distribuição da população feminina de 15 a 54 anos alguma vez unida, por tipo de união, na primeira união. Dados da PNAD com e sem expansão. Estado de São Paulo, 1984.

Tipo de União	Dados da PNAD			
	Sem Expansão		Expandidos	
	Total	(%)	Total	(%)
Cív/Rel.	9.353	71,1	3.940.933	71,1
Civil	2.253	17,2	951.603	17,2
Relig.	326	2,5	137.850	2,5
Consens.	1.214	9,4	513.449	9,3
Total	13.146	100,0	5.543.835	100,0

Fonte: Fita de dados da PNAD-84. Estado de São Paulo.

Tabela 2.3 Proporção de primeiras uniões que terminaram, por grupos de cor da mulher. Dados da PNAD, com e sem expansão. Estado de São Paulo, 1984.

Grupos de Cor	Dados da PNAD					
	Sem Expansão			Expandidos		
	Primeiras Uniões			Primeiras Uniões		
	Total	Terminadas	(%)	Total	Terminadas	(%)
Branco	9.636	1.559	16,2	4.060.885	657.924	16,2
Pardo	2.606	607	23,3	1.101.157	256.673	23,3
Preto	632	215	34,0	267.011	90.932	34,0
Amarelo	271	26	9,6	114.782	11.010	9,6
Total	13.146	2.407	18,3	5.543.835	1.016.539	18,3

Fonte: Fitas de dados da PNAD-84. Estado de São Paulo.

Assim se concluiu que, nesse caso, a forma mais adequada de trabalhar seria diretamente com os dados da amostra, sem considerar o fator de expansão dos mesmos.

2.1.3 Sobre a Precisão das Estimativas¹

Em pesquisas de múltiplos propósitos e de grande abrangência em termos de extensão territorial, como é o caso da PNAD, torna-se praticamente impossível isolar e calcular os erros provenientes das diversas fontes: erros amostrais e erros não amostrais. Dentro dos erros amostrais, devido ao processo de expansão da amostra proposto pela PNAD, que utiliza estimadores de razão e cuja variável independente é a projeção da população residente, o cálculo do erro de amostragem deve levar em consideração duas fontes de variação: uma proveniente do modelo de seleção dos domicílios para a amostra e o outro, do modelo matemático utilizado para projetar a população.

1. Baseado nas seguintes publicações do IBGE: Metodologia da PNAD na Década de 70 e PNAD-84, Vol.8, Tomo 5, 1985.

Mas o modelo de regressão ajustado, que permite obter um valor aproximado dos coeficientes de variação associados às estimativas, só leva em consideração o erro proveniente do modelo de seleção dos domicílios e não inclui os erros provenientes do modelo matemático utilizado para a projeção da população.

O modelo de regressão ajustado é da forma $y = A x^B$, onde x corresponde ao valor da estimativa e y ao respectivo coeficiente de variação (ou o quociente entre o erro padrão da estimativa e a própria estimativa). No caso dos dados que serão utilizados neste trabalho, por se tratarem de estimativas de características de pessoas no total do estado, os valores dos coeficientes de regressão são: $A = 1.112,5975$ e $B = -0,4290$. Estes valores dos coeficientes são calculados supondo que x é uma estimativa baseada em dados expandidos. Para adaptá-los ao presente caso, em que se utiliza diretamente os dados da amostra, esses parâmetros serão recalculados.

Utilizando-se o valor médio do fator de expansão da amostra (a média da variável peso-pessoa), recalcula-se o valor de A da equação de regressão, que ficou definida como $y = C z^B$, onde z corresponde ao valor da estimativa direta da amostra e $C = 83,1915$ corresponde ao produto $A 422^B$, onde 422 é a média da variável peso-pessoa.

Assim, por exemplo, no Capítulo 3, Tabela 3.3, se indica que 922 mulheres, entre 15 e 54 anos de idade, têm 12 anos de estudo ou mais, na amostra. Esse resultado pode ter um coeficiente de variabilidade (y) da seguinte ordem:

$$y = C z^B = 83,1915 \times 922^{-0,4290} = 4,45\%$$

Do ponto de vista estatístico é recomendável que o coeficiente de variabilidade seja menor que 5%, como no caso do exemplo anterior, para garantir um nível de precisão razoável para as estimativas. Assim, por exemplo, características analisadas para subgrupos da população, inferiores a 140 pessoas, podem incorporar um coeficiente de variabilidade superior a 10%.

Cabe destacar, aqui, que técnicos do IBGE achavam que o coeficiente de variabilidade da amostra estava muito subestimado, dado o aumento crescente do tamanho da amostra nos últimos anos, como foi dito anteriormente. Esse fato, além de restrições orçamentárias e técnicas, levaram o IBGE a decidir aumentar em 50% a fração final de amostragem para cada domicílio da PNAD, a partir de 1986. Assim, a fração amostral de 1/400 que vinha sendo utilizada para o estado de São Paulo, nos anos 80, passou para 1/800, em 1989. Observados os coeficientes de variação para São Paulo, se verifica que eles aumentaram muito pouco para 1986, com relação a 1984, apesar da redução de quase 50% do tamanho da amostra. Isso permite trabalhar mais tranquilamente com os dados amostrais da PNAD-84.

2.1.4 Principais Restrições da Informação sobre Nupcialidade.

As principais restrições que podem ser apontadas para os dados disponíveis na PNAD-84 são as seguintes:

1- A pesquisa dirige-se exclusivamente às mulheres. Importantes informações relativas aos homens, como número de uniões, ordem da união do homem e não somente a da mulher, mostraram ser lacunas consideráveis. Aparentemente serão preenchidas no futuro, com a ampliação das perguntas sobre nupcialidade, no questionário da amostra do censo de 1991.

2- As informações sobre o início das uniões não estão localizadas geograficamente. Em qualquer região do Brasil, com a importância dos movimentos migratórios, não se poderia ter deixado de fora essa indagação. Principalmente no caso do estado de São Paulo, a falta dessa informação restringiu significativamente a análise.

3- Semelhante ao problema anterior, não se tem informação de outras características individuais e familiares das mulheres ou seus cônjuges, ao início da união. Dados como situação de atividade (economicamente ativa(o) ou não), nível de instrução e situação econômica familiar, não foram levantados.

Portanto, somente para as uniões mais recentes poder-se-ia assumir que certas características individuais declaradas na entrevista, seriam muito próximas daquelas do momento do início da união.

Por esse motivo, no contexto mais amplo deste estudo, aprofundam-se somente dois aspectos vinculados às características individuais: o nível de instrução da mulher e os grupos raciais. No primeiro caso, estar-se-ia supondo que o nível de instrução da mulher não teria sofrido modificações significativas entre o momento do início da união e a data da entrevista. No caso do grupo racial ou de cor ao qual pertence a mulher, referir-se-ia às categorias definidas pelo IBGE e que são quatro: branca, parda, preta e amarela. Essas categorias têm recebido algumas críticas, mas, para este estudo, considerou-se que, apesar das restrições, seriam de utilidade para ter, pelo menos, uma primeira idéia sobre as possíveis semelhanças ou diferenças na nupcialidade dos grupos assim definidos.

2.1.5 A Seleção das Variáveis

As variáveis selecionadas para o projeto, além de incluir todas as variáveis relativas às histórias de uniões, incluíram as variáveis grupos de cor da mulher e anos de estudo. No caso dos cônjuges, a informação sobre grupos de cor não foi levantada. No levantamento, foram discriminados os seguintes grupos: branco, preto, amarelo e pardo (mulata, mestiça índia, cabocla, etc.) Com relação ao nível de instrução, só se dispõe de informação no caso de casais atualmente em união, que se pode obter do corpo básico da pesquisa. Para as uniões que terminaram, não se dispõe dessa informação, sobre o marido. As variáveis incluídas nos arquivos finais do trabalho estão incluídas nos Anexos 2 e 3.

2.1.6 Os Dados

Os dados da pesquisa utilizados estavam disponíveis numa fita IBM, contendo 154.235 registros, com mais de 300 variáveis sobre domicílio, pessoas, fecundidade e nupcialidade, numa versão preliminar liberada pelo IBGE, em 1987.

Como era de interesse utilizar na análise dos dados o "software" SAS (Statistical Analysis System), disponível no computador da UNICAMP, o arquivo de dados foi transformado de um arquivo texto (arquivo externo) para um arquivo SAS. O arquivo principal ficou dividido em três sub-arquivos: um arquivo que contém somente as variáveis e dados de domicílio (DOMICI1), um arquivo que contém somente as variáveis e dados das pessoas residentes no domicílio (PESSOA1), e um arquivo que contém as variáveis e dados sobre nupcialidade das mulheres de 15 a 54 anos (NUP1). Mas os três arquivos poderiam ser acoplados através de duas variáveis adicionais, criadas para esse fim e incluídas em cada um dos três arquivos. A primeira variável (CHAV1) identifica o domicílio e a segunda (CHAV2) identifica as pessoas dentro do domicílio. Isso permitiu reduzir consideravelmente o tamanho do arquivo original e facilitou seu manuseio.

O arquivo de dados NUP1 contém, além das variáveis indicadas no item II.1.5, algumas outras variáveis criadas para facilitar a análise. É o caso das variáveis tipo "Date" do SAS, que convertem qualquer data a um valor data SAS, que corresponde ao tempo transcorrido entre aquela data e o dia 01.01.1960. Isso facilita consideravelmente o trabalho de cálculo de tempos, como a idade ao casar da mulher, já que somente se dispunha das datas de nascimento e de início da união.

2.1.7 Análise de Consistência dos Dados e Correções

Como citado anteriormente, trabalhou-se com uma versão preliminar da PNAD-84, adquirida em 1987, para a qual o IBGE ainda não tinha completado o plano de crítica. Nesse ano, tinha sido criada uma comissão interna do IBGE, para avaliar a situação do suplemento de nupcialidade e fecundidade dessa pesquisa e formular um plano de equacionamento dos impasses existentes.

Na reunião sobre as PNADs 80, organizada pela Associação Brasileira de Estudos Populacionais (ABEP), em 1988, Oliveira e Simões (membros do IBGE), apresentaram a situação da PNAD-84 naquele momento. Destacaram que as principais questões pendentes diziam respeito a acertos indispensáveis em algumas críticas referentes à compatibilidade entre a idade da mãe com a do primeiro filho e idade da mulher com o início da primeira união, e a frequência de dados ignorados no registro de datas de nascimentos e falecimentos (nas histórias de nascimento) e nas datas e tempo de duração das uniões (nas histórias de uniões). Uma dificuldade adicional, para a ocorrência dos problemas eventualmente existentes, estava ligada ao fato de que uma parte dos questionários preenchidos, em torno de 30%, tinham sido alienados no ano de 1986, quando se julgava que estavam concluídos os procedimentos de crítica automática. (Oliveira e Simões, 1988)

Em relação à compatibilidade entre a idade da mãe com a do primeiro filho e idade da mulher com o início da primeira união, o IBGE verificou que as frequências de casos de incompatibilidade eram bastante baixas, quase sempre inferiores a 1%. No caso específico do estado de São Paulo, essas porcentagens representam 0,03% no caso de incompatibilidade da idade da mãe e 0,04% no caso da idade da mulher ao início da primeira união. Em vista disso, o IBGE decidiu eliminar os casos de incompatibilidade da amostra (Oliveira e Simões, 1988). Na fita disponível, verificaram-se os mesmos resultados e o critério de eliminar os casos de incompatibilidade já tinha sido adotado.

Oliveira e Simões também destacaram que, em relação às histórias de uniões, as informações demonstraram boa qualidade quando a união atual é a primeira, bem como quando a informação se refere à primeira união para as mulheres que tiveram mais de uma união. Mas, a partir da segunda união, as proporções de idades ignoradas tendem a subir consideravelmente, em diversos estados, motivo pelo qual as tabelas previstas para divulgação, pelo IBGE, centraram-se no estudo das primeiras uniões. No caso específico do estado de São Paulo, verificou-se que a proporção de dados ignorados na data da primeira união, em relação ao total de uniões, chegava apenas a 0,02% e, no caso de segundas uniões, essa proporção era de 0,47% (Oliveira e Simões, 1988). Esses resultados também foram encontrados nos dados disponíveis para São Paulo, os quais permitem trabalhar sem esse problema.

Na análise da informação disponível, foram detectados outros problemas. A variável número de uniões aparecia em branco, tanto no caso de mulheres solteiras como no caso de mulheres que tiveram uma única união e esta união ainda não terminara. Assumia o valor 1 somente no caso de mulheres que tiveram uma única união, se esta união já tinha terminado. Para os casos de mulheres que estavam numa segunda união ou já a tinham terminado, a variável número de uniões assumia o valor 2. O caso era análogo para

terceiras ou quartas uniões (Lazo, 1988a). Por isso, essa variável foi substituída por uma nova (NUMUNIK) que corrigia o problema anterior.

Outro problema encontrado nos dados foi a falta de padronização de alguns códigos. Citando dois exemplos, temos primeiro o caso das categorias da variável estado civil ou conjugal atual da mulher. Elas são: solteira, casada no civil, no religioso, no civil e religioso, união consensual, viúva, desquitada ou divorciada e separada, com os códigos 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7 e 8, respectivamente. Mas esses códigos não coincidem com os códigos dados às mesmas categorias da variável estado civil ou conjugal da primeira, segunda, ou uniões sucessivas. Assim, a categoria casada no civil, que no primeiro caso tem código 1, no outro tem código 2; a categoria casada no civil e religioso tem código 5 no primeiro caso e código 4 no segundo; e a categoria união consensual tem código 7 no primeiro caso e 5 no último. A única exceção é a categoria casada no religioso, que aparece com código 3 em ambos os casos. Nesses casos a codificação foi unificada, utilizando um único código por categoria.

O segundo exemplo diz respeito às categorias ignorado ou sem declaração. Em quase todas as variáveis é utilizado o código 9 (ou 99, ou 999, ..., conforme o número de algarismos decimais reservados para a variável). Assim, no caso da variável grau de instrução, para quem frequenta ou não frequenta a escola, a categoria sem declaração corresponde o código 99, mas na variável anos de estudo é utilizado o código 13. Na variável classe de renda familiar foi utilizado o código 8 e na variável classes de rendimento familiar, um branco. (Lazo, 1988a)

Essa ambiguidade trouxe problemas na análise inicial de algumas variáveis onde não estava especificado, explicitamente, o código para a categoria sem declaração, no Dicionário para os Usuários dos Produtos de Pronta Entrega. Em muitos casos as categorias sem declaração com códigos numéricos têm que ser eliminadas, para poder criar corretamente as variáveis necessárias para certas análises. Por exemplo, para determinar a idade da mulher ao início da primeira união, ela tem que ser estimada através das variáveis mês e ano de início da primeira união e mês e ano de nascimento. Se os códigos correspondentes às categorias sem declaração ou ignorado não são identificados e eliminados, podem ser cometidos erros não detectáveis ou, na melhor das hipóteses, chegar a alguns resultados impossíveis (como foram alguns casos, quando se observaram idades negativas), o que força a realizar uma melhor verificação da informação disponível (Lazo, 1988a). Todos os casos sem declaração ou ignorado foram substituídos por um ponto ou um branco, que o sistema SAS identifica como dado faltante (ou "missing point").

2.1.8 O Arquivo Final de Dados

Por último, todas as variáveis específicas para cada união, por ordem da união, se referiam apenas às uniões que terminaram. Como em alguns casos precisaríamos destas informações para todas as uniões, foram criadas novas variáveis contendo informação para todas elas. É o caso das variáveis MESINC1K e ANOINC1K que representam o mês e ano de início da primeira união, independente dela ter terminado ou não.

Como dentro dos objetivos do projeto também estava considerada uma análise da endogamia dos casais, foi necessário criar um arquivo de dados adicional, que incluísse o mesmo tipo de informação, tanto para o marido como para a mulher. Neste caso somente poderiam ser incluídos os casais atualmente em união, já que não se dispunha de certas informações para os cônjuges de uniões que terminaram.

Como os registros estão colocados de forma concatenada, isto é, os dados sobre o marido estão numa linha do arquivo, anterior ou posterior aos dados da mulher, não se pode utilizar diretamente o sistema SAS para analisar esta informação, já que ele exige que os dados das variáveis em análise fiquem numa mesma linha. Ou seja, a informação completa de ambos os cônjuges deveria ficar armazenada em uma única linha do arquivo SAS. Este arquivo só pode ser criado com o uso dos comandos "first-last" do procedimento fonte do sistema SAS, e com o auxílio da variável CHAV2, que identifica cada pessoa dentro do domicílio. A composição final do arquivo dos casais (CASAL1) pode-se ver no Anexo 3.

2.2 O RECORTE ANALÍTICO

A análise se realiza a partir de duas perspectivas: uma transversal, que considera a informação de todas as mulheres no momento da entrevista, e a outra longitudinal que se baseia nas histórias retrospectivas de uniões.

Na primeira perspectiva, objetiva-se detectar, basicamente, os possíveis diferenciais nas principais variáveis de nupcialidade, como idade ao casar, diferença de idade entre os cônjuges, tipos de união, endogamia dos casais, duração e razão de término das uniões.

Na perspectiva longitudinal, pretende-se analisar a evolução ou tendência dos possíveis diferenciais observados na análise transversal, ao longo do tempo. Nessa perspectiva, foram escolhidas as coortes de nascimento das mulheres como referência temporal de comparação e trabalhou-se, mais detalhadamente, com as coortes das décadas de 1930, 1940 e 1950. A inclusão da coorte de 1930 é mais ou menos óbvia, já que se trata da coorte mais velha incluída na amostra, e será uma referência importante nas comparações realizadas com as coortes seguintes. O período escolhido para a coorte (10 anos), levou em consideração, entre outros aspectos, restrições amostrais, para se poder realizar os cruzamentos de interesse, sem que as estimativas perdessem validade estatística.

Por outro lado, somente foram incluídas mulheres nascidas até 31 de dezembro de 1959, porque na coorte seguinte, da década de 60, em 1984, grande parte ainda não tinha atingido 20 anos de idade. Portanto, do ponto de vista do estudo da nupcialidade, grande parte dessa coorte ainda não se teria unido, pelo simples fato de ser uma coorte muito jovem. Por isso, se acabou por incluir, na análise, somente as coortes de nascimento das mulheres das décadas de 1930, 1940 e 1950.

Na coorte da década de 50, por outro lado, apesar de ser uma coorte relativamente jovem, as mulheres nascidas no final da coorte, no momento da entrevista, tinham pelo menos 24 anos, uma idade até a qual mais de 50% das mulheres já se uniu, portanto, contava-se com uma informação relativamente grande para poder estudar os diferenciais e tendências da nupcialidade desta coorte.

2.3 ALGUNS CONCEITOS UTILIZADOS NA ANÁLISE DE SOBREVIVÊNCIA

2.3.1 Conceitos Gerais¹

A análise de sobrevivência envolve análise de dados que medem o tempo transcorrido para a ocorrência de um evento de interesse. Assim, por exemplo, no estudo da nupcialidade das mulheres residentes no Estado de São Paulo, é de interesse estudar o tempo de sobrevivência no estado de solteiro, que corresponde ao tempo transcorrido entre a nascimento e o início da primeira união. Analogamente, também é de interesse a análise da duração das uniões, que pode ser interpretado como o tempo de sobrevivência no estado de casado, ou seja, o tempo transcorrido entre o início e o término da união.

Esses tempos estão sujeitos a variações aleatórias e, como qualquer variável aleatória, têm uma distribuição. A distribuição dos tempos de sobrevivência se costuma descrever ou caracterizar através de três funções: (1) a função de sobrevivência, (2) a função de densidade de probabilidade e (3) a função de risco (ou função "hazard"). Essas três funções são matematicamente equivalentes, ou seja, se uma delas é conhecida, as outras duas podem ser calculadas.

Na prática, as três funções de sobrevivência podem ser utilizadas para ilustrar aspectos diferentes dos dados. Um problema básico em análise de dados de sobrevivência é estimar, a partir dos dados amostrais, uma ou mais dessas três funções e estabelecer inferências sobre o padrão de sobrevivência na população. Nesse caso, além de estabelecer inferências sobre os padrões de sobrevivência na população residente do Estado de São Paulo, deseja-se conhecer os diferenciais e tendências desses padrões.

1. Baseado em Lee, E. T. (1980), Capítulo 2.

Considerando-se o tempo de sobrevivência como T , a distribuição de T pode se caracterizar, então, pelas seguintes três funções equivalentes: a função de sobrevivência, a função de densidade de probabilidade e a função de risco.

1. A função de sobrevivência, denotada por $S(t)$, define-se como a probabilidade de um indivíduo sobreviver além do tempo t . Formalmente pode-se escrever como $S(t) = P(T > t)$. Ou seja, utilizando o conceito de função de distribuição acumulada de t , $F(t)$, pode-se reescrever formalmente a função de sobrevivência como $S(t) = 1 - F(t)$, ou 1 menos a probabilidade de um indivíduo "falhar" antes do tempo t .

Na prática, a função de sobrevivência se estima como a proporção de pessoas que sobrevivem além do tempo t :

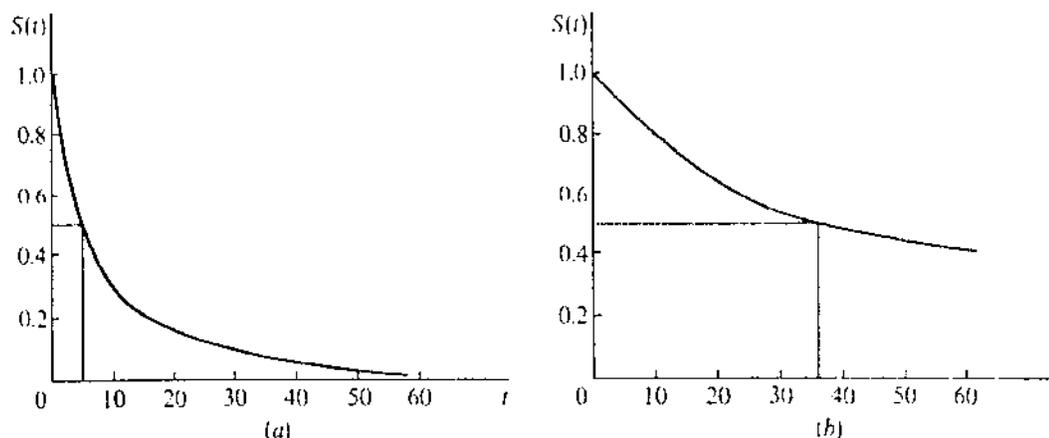
$$\hat{S}(t) = \frac{\text{Número de pessoas sobreviventes além do tempo } t}{\text{Total de pessoas consideradas}}$$

onde o símbolo " $\hat{}$ " indica que é uma estimativa da função de sobrevivência.

A função de sobrevivência $S(t)$ é uma função não crescente, com relação ao tempo (t), e satisfaz às seguintes propriedades: $S(t) = 1$ no ponto $t=0$ e $S(t) \rightarrow 0$ quando $t \rightarrow \infty$, ou seja, a probabilidade de sobrevivência, pelo menos ao tempo inicial ($t=0$) é igual a 1 e a probabilidade de sobrevivência a um tempo suficientemente grande, simbolizado por infinito, será zero.

$S(t)$ também é conhecida como a taxa de sobrevivência acumulada. Sua representação gráfica é chamada de curva de sobrevivência. (Ver Gráfico 2.1)

Gráfico 2.1 Curvas de sobrevivência



Fonte: Lee, E.T. (1980), p.10

Uma curva de sobrevivência do tipo do Gráfico 2.1(a), representa baixas taxas de sobrevivência ou tempos de sobrevivência curtos. Já o Gráfico 2.1(b) representa altas taxas de sobrevivência ou tempos de sobrevivência maiores.

A função ou a curva de sobrevivência pode ser utilizada para encontrar a sobrevivência mediana (ou aquela que corresponde à 50% dos tempos de sobrevivência da população) e outros percentis como o quartil inferior ou o quartil superior. Também é utilizada para comparar dados de tempos de sobrevivência de dois ou mais grupos, como será utilizada neste trabalho. Os tempos de sobrevivência mediana no Gráfico 2.1(a) e 2.1(b) são aproximadamente 5 e 36 unidades de tempo, respectivamente.

2. A função de densidade de probabilidade. Como qualquer outra variável aleatória, o tempo de sobrevivência T tem uma função de densidade de probabilidade, definida como o limite da probabilidade que um indivíduo "falhe" em um pequeno intervalo de

tempo t a $t+\Delta t$ por unidade de tempo Δt , ou simplesmente a probabilidade de "falha" num pequeno intervalo por unidade de tempo. Pode se expresar como:

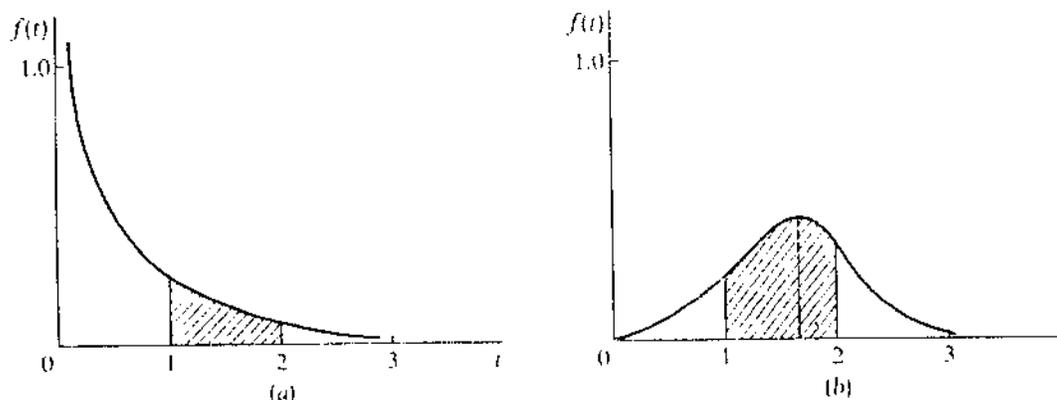
$$f(t) = \lim_{\Delta t \rightarrow 0} \frac{P(\text{um indivíduo "falhar" no intervalo } (t, t+\Delta t))}{\Delta t}$$

Na prática, a função de densidade de probabilidade $f(t)$ se estima como a proporção de pessoas que "falham" em um intervalo por unidade de tempo:

$$\hat{f}(t) = \frac{\text{Número de indivíduos que "falham" no intervalo que começa no tempo } t}{\text{Total de pessoas no intervalo}}$$

O gráfico de $f(t)$ se chama curva de densidade. O Gráfico 2.2 apresenta dois exemplos de curvas de densidade.

Gráfico 2.2 Dois exemplos de curvas de densidade.



Fonte: Lee, E.T. (1980), p.11.

A função de densidade de probabilidade tem as seguintes propriedades: 1) $f(t)$ é uma função não negativa, e 2) a área entre a curva de densidade e o eixo do tempo é igual a 1.

A proporção de pessoas que "falham" em qualquer intervalo de tempo e os picos de maior frequência de falha, podem ser obtidos da função de densidade de probabilidade. A curva de densidade no Gráfico 2.2(a) dá um padrão de grande número de altas taxas de falhas no começo do estudo e taxas de falhas decrescentes, à medida que o tempo aumenta. No Gráfico 2.2(b), o pico de altas proporções de "falhas" ocorre quando é próximo de 1,7 unidades de tempo. A proporção de indivíduos que "falham" entre 1 e 2 unidades de tempo, é igual à área hachurada entre a curva de densidade e o eixo do tempo t .

3. A função de risco do tempo de sobrevivência T , denotada por $h(t)$, define-se como a probabilidade de "falha" durante um intervalo de tempo muito pequeno, assumindo que a pessoa tem sobrevivido até o início do intervalo, ou como o limite da probabilidade de um indivíduo "falhar", num intervalo de tempo muito pequeno, t a $t+\Delta t$, dado que a pessoa tem sobrevivido até o tempo t .

$$h(t) = \lim_{\Delta t \rightarrow 0} \frac{P(\text{um indivíduo "falhar" no intervalo de tempo } (t, t+\Delta t) \text{ dado que ele sobreviveu até o tempo } t)}{\Delta t}$$

A função de risco também se pode definir em termos da função de distribuição acumulada $F(t)$ e da função de densidade de probabilidade $f(t)$:

$$h(t) = f(t) / \{1 - F(t)\} = f(t) / S(t)$$

Na prática, a função de risco se estima como a proporção de indivíduos que "falham" num intervalo por unidade de tempo, dado que eles sobreviveram até o início do intervalo:

$$\hat{h}(t) = \frac{\text{Número de pessoas que "falham" no intervalo por unidade de tempo}}{\text{Número de pessoas sobreviventes no tempo } t}$$

A função de risco também é conhecida como taxa instantânea de falha, força da mortalidade, taxa de mortalidade condicional e taxa de "falha" específica por idade. É uma medida da propensão à "falha", em função da idade do indivíduo, no sentido que a quantidade $\Delta t \times h(t)$ é a probabilidade de um indivíduo de idade t "falhar" num curto intervalo de tempo t a $t + \Delta t$. Tem um importante papel na análise de sobrevivência.

A função de risco pode ser crescente, decrescente, permanecer constante ou indicar um processo mais complexo. Um exemplo de função de risco constante é o caso de pessoas sadias entre 18 e 40 anos de idade, onde o principal risco de morte são os acidentes.

2.3.2 As Censuras¹

Na maioria dos dados de sobrevivência, alguns tempos de "falha" são censurados. Dados censurados surgem quando o tempo exato de ocorrência de um evento de interesse não é conhecido exatamente e só se sabe que ele ocorre, em determinado momento. Por exemplo, no caso do término das uniões, ele pode ocorrer depois da entrevista.

Na prática, é comum encontrar dois tipos de censura. Uma observação é considerada censurada à direita (ou à esquerda), quando só se conhece que o evento ocorre depois (ou antes) do tempo de observação T . No caso do presente trabalho, só haverá observações censuradas à direita, já que os eventos ocorridos antes do momento da entrevista se conhecem através das histórias retrospectivas.

1. Selecionado de Elandt-Johnson, R.C. e Johnson, N.L. (1980) e Finkelstein, D.M. e Wolfe, R.A. (1984).

No estudo dos tempos de sobrevivência de algumas variáveis de nupcialidade, por coorte de nascimento da mulher, teremos dados censurados à direita, que corresponderão, por exemplo, às mulheres que ainda não terminaram sua união na data referência da PNAD-84 (29.09.1984) ou em alguma outra data pré-estabelecida, necessária para constituir grupos homogêneos de análise.

Na análise por coorte que será realizada neste trabalho, o tempo de observação considerado será fixo e se utilizará uma metodologia análoga à chamada método do aniversário, onde o tempo de observação, além de ser fixo, é determinado pela última "entrada" (ou pelas mulheres mais jovens de cada coorte).

Na análise das curvas de sobrevivência que serão realizadas por coorte de nascimento das mulheres, em alguns pontos do trabalho, vale a pena enfatizar que será incluída toda a coorte e não somente as mulheres alguma vez unidas. Em segundo lugar, deve-se destacar que os dados serão censurados dentro de cada coorte, no tempo correspondente à idade das mulheres mais jovens da coorte. Isso significa que, no caso da coorte de 30, censuramos os dados aos 44 anos, na coorte de 40 aos 34 anos e na coorte de 50 aos 24 anos.

Isso restringe as comparações por coorte, para segmentos específicos da curva de sobrevivência. Assim, se se deseja comparar as curvas de sobrevivência no estado de solteira das coortes de 30 e 40, só poderá ser feito até os 34 anos; e se se deseja incluir a coorte de 50, só poderá ser analisada, conjuntamente, até a idade de 23 anos.

2.3.3 O Teste de Wilcoxon¹

Na análise das curvas de sobrevivência, também é de interesse verificar certas hipóteses como, por exemplo, saber se as curvas de sobrevivência de c estratos de uma amostra seguem a mesma distribuição. No caso concreto deste trabalho, deseja-se verificar, por exemplo, se existem evidências suficientes para concluir que a duração (sobrevivência) das uniões tem um comportamento semelhante para todos os tipos de união.

O teste de Wilcoxon generalizado é um dos testes não paramétricos utilizados para esse tipo de problema, que permite trabalhar com dados censurados. Utiliza postos ("ranks") ao invés dos dados originais e assume que a variável (tempo de sobrevivência) em estudo, sob a hipótese nula (de igualdade entre os c estratos), tem uma distribuição contínua comum.

Seja N o número total de observações independentes nos c estratos, n_p o número de observações no p -ésimo estrato, $p=1, \dots, c$ e t_{pq} a q -ésima observação no p -ésimo estrato. Estes dados podem ser reordenados de tal forma que $t_{(1)} \leq t_{(2)} \leq \dots \leq t_{(N)}$, então pode-se ter k valores diferentes de t , tal que $k \leq N$. A hipótese a ser testada seria: os c estratos têm a mesma distribuição? Ou, no caso do exemplo citado acima, a duração das uniões é a mesma para todos os tipos de união? Para testar esse tipo de hipótese, pode-se utilizar a estatística

$$W = \underset{\sim}{u}' \underset{\sim}{V}^{-1} \underset{\sim}{u}, \text{ onde}$$

$\underset{\sim}{u}'$ e $\underset{\sim}{u}$ são vetores de componentes u_j , e

$$u_j = \sum_{i=1}^k n_i \cdot (d_{ij} - n_{ij} d_i / n_i) = \sum_{i=1}^k (n_i \cdot d_{ij} - n_{ij} d_i), \text{ onde}$$

1. Baseado em Kalbfleisch, J.D. e Prentice, R.L. (1980).

i indica os distintos intervalos de tempo de falha. $i=1, \dots, k$ e $k \ll N$

j indica os distintas estratos. $j=1, \dots, c$

n_{ij} é o número de observações do estrato j no início do intervalo de tempo i .

d_{ij} é o número de falhas do estrato j durante o intervalo de tempo i .

$n_{i.}$ é o número de observações no início do intervalo tempo i .

$d_{i.}$ é o número de falhas durante o intervalo de tempo de i .

Observa-se que
$$\sum_{j=1}^c n_{ij} = n_{i.} \quad \text{e} \quad \sum_{j=1}^c d_{ij} = d_{i.}$$

V é a matriz de covariância da estatística u , e seus elementos são definidos da seguinte forma:

$$v_{jl} = \sum_{i=1}^k \frac{(n_{i.} n_{il} \delta_{jl} - n_{ij} n_{il}) d_{i.} s_{i.}}{(n_{i.} - 1)}, \quad \text{onde}$$

$j, l = 1, \dots, c$

$$\delta_{jl} = \begin{cases} 1, & \text{se } j=l \\ 0, & \text{caso contrário.} \end{cases}$$

$s_{i.} = n_{i.} - d_{i.}$ e corresponde ao número de sobreviventes no intervalo i .

Sob a hipótese nula, ou seja, se os estratos possuem a mesma distribuição, a estatística $W = \underline{u}' V^{-1} \underline{u}$, onde V^{-1} é a matriz inversa generalizada (de Penrose) da matriz V , segue uma distribuição Qui-Quadrado com $c-1$ graus de liberdade (X_{c-1}^2). Portanto, a estatística do teste de Wilcoxon será denotada por W_{c-1} . Se o valor de W_{c-1} excede o valor que corresponde a 95% da função de distribuição X_{c-1}^2 , a hipótese nula será rejeitada, ou seja, os dados mostrariam uma evidência de que existem diferenças significativas entre os c estratos, para o nível de significância $\alpha \geq 0,05$.

O teste de Wilcoxon generalizado será calculado utilizando o procedimento "PROC Lifetest" do sistema SAS.

2.4 ALGUMAS MEDIDAS DE ENDOGAMIA UTILIZADAS

O estudo estatístico da endogamia se realiza através da análise da tabela de casamento (ou, genericamente, tabela de contingência), na qual, cada casal é classificado pelas características do homem e da mulher, simultaneamente.

2.4.1 Principais Taxas de Endogamia

Os casamentos endogâmicos são os casamentos realizados entre membros da mesma categoria. Os casamentos realizados entre membros de categorias diferentes são chamados de casamentos exogâmicos. As taxas de endogamia (exogamia) vão medir a intensidade do comportamento endogâmico (exogâmico). Entre elas temos as seguintes:

a) Taxa Geral de Endogamia (TGE). É uma medida resumo da endogamia presente na tabela de casamento e se calcula como:

$$TGE = \frac{\sum_{i=1}^n n_{ii}}{n_{..}}$$

onde, $\sum_{i=1}^n n_{ii}$ = Soma dos valores da diagonal principal e

$n_{..}$ = Total de casais incluídos na tabela de casamento.

Varia entre 0 e 1. A TGE assume o valor zero quando não temos nenhum casamento endogâmico e 1 quando todos os casamentos se realizam dentro do mesmo grupo, supondo equilíbrio de sexos por categoria.

b) Taxa de Endogamia Ampliada (TEA). Mede a proporção de casamentos realizados entre membros da mesma categoria ou de categorias adjacentes, e se calcula como:

$$TEA = \frac{\sum_{i=1}^{n-1} \sum_{j=i+1}^n n_{ij} + \sum_{i=2}^n \sum_{j=i-1}^{n-1} n_{ij} + \sum_{i=1}^n n_{ii}}{n_{..}}$$

O sub-índice i sempre se referirá às categorias masculinas e o sub-índice j às categorias femininas.

c) Taxa de Exogamia Feminina Positiva (TEFP). Mede a proporção de mulheres que se casam com homens de categorias "superiores", se as categorias são ordenadas. Calcula-se como:

$$TEFP = \frac{\sum_{\substack{i=1 \\ i < j}}^n n_{ij}}{n_{..}}$$

d) Taxa de Exogamia Feminina Negativa (TEFN). Mede a proporção de mulheres que se casam com homens de categorias "inferiores", se as categorias são ordenadas. Calcula-se como:

$$TEFN = \frac{\sum_{\substack{i=1 \\ i > j}}^n n_{ij}}{n_{..}}$$

2.4.2 O Índice de Endogamia Kappa e um Teste de Comparação

Este índice proposto por Cohen (1960), focaliza o comportamento dos dados da diagonal principal de uma tabela de contingência, pensando na análise de concordância de diagnósticos médicos. Mas sua aplicação no estudo da endogamia é análoga, se partimos do suposto que, quando estudamos endogamia, espera-se um maior número de observações na diagonal principal do que no caso de um modelo ao acaso. A partir de uma tabela de casamento, o índice *kappa* pode ser calculado como segue:

$$k = \frac{\sum_{i=1}^n n_{ii} - (1/n_{..}) \sum_{i=1}^n (n_{i.} n_{.i})}{n_{..} - (1/n_{..}) \sum_{i=1}^n (n_{i.} n_{.i})} = \frac{(p_o - p_e)}{(1 - p_e)}$$

onde, $p_o = \sum_{i=1}^n n_{ii} / n_{..}$ representa a proporção de casamentos endogâmicos observados. E

$$p_e = (1/n_{..})^2 \sum_{i=1}^n (n_{i.} n_{.i}) \text{ representa a proporção de casamentos endogâmicos esperados, segundo um modelo ao acaso.}$$

Teoricamente, *kappa* pode assumir valores entre -1 e +1, mas do ponto de vista da análise da endogamia, deveria assumir valores entre 0 e 1. *Kappa* igual a zero significa que a tabela de casamento analisada apresenta um modelo ao acaso na diagonal, ou seja, não há nenhuma atração especial entre homens e mulheres da mesma categoria. No outro extremo, se *kappa* é igual a 1, significa que todos os casamentos se realizam dentro da mesma categoria, o que representa uma endogamia perfeita, quando a razão de sexos por categoria é a unidade.

É importante destacar que, se existe grande desequilíbrio de sexos por categoria na tabela de casamento, qualquer medida estatística de endogamia se torna pouco representativa do real comportamento endogâmico.

Supondo que os dados da tabela de casamento seguem uma distribuição multinomial, a medida *kappa* para grandes amostras tem distribuição normal e a variância assintótica pode ser estimada pela expressão seguinte. (Fleiss, Cohen e Everitt, 1969 e Agresti, 1990)

$$\hat{\sigma}^2(\hat{\kappa}) = \frac{1}{n_{..}} \left[\frac{p_{0.}(1-p_{0.})}{(1-p_{0.})^2} + \frac{2(1-p_{0.}) [2p_{0.}p_{.0.} - \sum p_{ii}(p_{i.} + p_{.i})]}{(1-p_{0.})^3} + \frac{(1-p_{0.})^2 [\sum \sum p_{ij}(p_{j.} + p_{.i})^2 - 4p_{.0.}^2]}{(1-p_{0.})^4} \right]$$

Para comparar dois ou mais *kappas*, Fleiss, Cohen e Everitt (1969) propuseram um teste que soma as diferenças quadráticas entre cada *kappa* e um *kappa* médio, ponderado pelas respectivas variâncias dos *kappas*, o qual tem distribuição Qui-quadrado com $(g-1)$ graus de liberdade, onde g representa o número de *kappas* que estão sendo comparados. Assim temos o seguinte teste χ^2 para verificar se g *kappas* provêm de uma mesma distribuição de probabilidade.

$$\chi^2_{\text{Kas iguais}} = \sum_{m=1}^g \frac{(\hat{\kappa}_m - \hat{\kappa}_{\text{médio}})^2}{\hat{\sigma}_m^2(\hat{\kappa}_m)}$$

onde,

$$\hat{\kappa}_{\text{médio}} = \frac{\sum_{m=1}^g \frac{\hat{\kappa}_m}{\hat{\sigma}_m^2(\hat{\kappa}_m)}}{\sum_{m=1}^g \frac{1}{\hat{\sigma}_m^2(\hat{\kappa}_m)}}$$

2.4.3 O Uso de um Método de Padronização

A principal variável considerada na análise da endogamia dos casais foi o nível de instrução. Essa variável, se observada por coorte de nascimento da mulher, apresenta mudanças importantes entre as coortes de 30 e 50. Se na primeira coorte, para mulheres

que se uniram antes dos 25 anos, pouco mais de 80% dos casais tinham até 4 anos de estudo, no grupo análogo da coorte de 50, menos de 60% se encontrava nesta categoria. Essa mudança, nas marginais das tabelas de casamento, introduz erros quando se comparam diretamente as medidas de endogamia das tabelas de casamento original. Portanto, como já tem sido utilizado por Silva (1987) e recomendado por Agresti (1990), utilizamos um método de ajuste proporcional iterativo (ou método de Newton-Raphson), para gerar tabelas com marginais constantes, sem alterar a estrutura original dos dados.

Neste caso foram fixadas as marginais das tabelas de casamento em 100 unidades, significando que a distribuição por instrução dos casais será considerada uniforme e a razão de sexos por categoria igual a 1. Assim, espera-se que estas tabelas de casamento padronizadas refletirão apenas a endogamia "intrínseca" da população analisada, controlando o efeito das mudanças nos níveis de instrução e do possível desequilíbrio de sexos por categoria de instrução.

O método de ajuste proporcional iterativo considera as frequências das caselas observadas na amostra (n_{ij}) como valores iniciais ($\hat{m}_{ij}^{(0)}$), para que a tabela padronizada de casamento mantenha a mesma estrutura dos dados da tabela original.

O método de ajuste proporcional iterativo se inicia com

$$\hat{m}_{ij}^{(0)} = n_{ij}$$

e para $t = 1, 3, 5, \dots$

$$\hat{m}_{ij}^{(t)} = \hat{m}_{ij}^{(t-1)} \left(\frac{100}{\hat{m}_{i.}^{(t-1)}} \right)$$

$$\hat{m}_{ij}^{(t+1)} = \hat{m}_{ij}^{(t)} \left(\frac{100}{\hat{m}_{i.}^{(t)}} \right)$$

No final de cada etapa, o total da linha e, depois, o total da coluna, igualam-se a 100. O processo converge para os valores 100 pré-fixados para as marginais. E pode-se dizer que os padrões de endogamia ficam mais claros numa tabela de casamento padronizada que na tabela original.

O programa para executar esta padronização foi escrito no módulo CM (Cálculos Matriciais) do Software Científico (SOC).

CAPÍTULO III

O INICÍO DAS UNIÕES

3.1 INTRODUÇÃO

Características do início das uniões, tais como, idade ao casar, diferença de idade entre os cônjuges e tipos de união na primeira união, têm sido estudadas quase que exclusivamente através de métodos indiretos, dada a pouca disponibilidade de informação a nível dos grandes agregados nacionais. Neste capítulo, pretende-se contribuir para dois aspectos ainda não muito explorados nos estudos de nupcialidade, no Brasil. O primeiro diz respeito a estimativas "reais" de idade ao casar, já que se trabalhará com a informação de idade ao casar declarada diretamente pelas mulheres de 15 a 54 anos, entrevistadas na PNAD de 1984. O segundo se refere à inclusão de uma análise longitudinal, considerando tres variáveis básicas, idade ao casar, diferença de idade entre os cônjuges e tipos de união, utilizando as histórias retrospectivas de uniões, levantadas na mesma pesquisa.

Quanto à apresentação dos resultados, inicia-se com uma síntese das características médias da população analisada no momento da entrevista, ou seja, analisa-se a coorte sintética observada em 1984, mostrando os diferenciais presentes no conjunto da população, quando se controlam algumas características da mulher, como cor e nível de instrução.¹ Nesta perspectiva, identifica-se certos padrões e diferenciais os quais são

1. No caso do nível de instrução da mulher, parte-se do suposto que esta característica não difere significativamente do nível de instrução da mulher no momento de início da união analisada.

reestudados, a seguir, em uma perspectiva logitudinal, utilizando três coortes de nascimento das mulheres entrevistadas (década de 1930, 1940 e 1950), para identificar suas tendências e os momentos de mudança.

Em primeiro lugar analisa-se a idade ao casar das mulheres e, posteriormente, considera-se a diferença de idade entre elas e seus cônjuges. Esta diferença é definida como a idade do marido menos a idade da mulher, calculada para cada casal, portanto, assume valores positivos quando o marido é mais velho que a mulher, negativos quando o marido é mais novo, e o valor zero quando o casal tem a mesma idade.

Neste caso, também se estudam as características da diferença de idade entre os cônjuges da coorte sintética de 1984, controlando a cor da mulher e seu nível de instrução. Primeiro se realiza uma análise na perspectiva transversal e, posteriormente, na perspectiva longitudinal, como considerada inicialmente.

Por último, apresenta-se a distribuição dos distintos tipos de união (civil, religioso, civil-religioso e consensual), no mesmo esquema de análise anterior.

É importante ressaltar que, apesar se ter informações sobre a influência da migração no comportamento das variáveis de nupcialidade (Madeira, F.R., 1970; Levy e Oliveira, 1977; Castro et alli, 1977), esta variável não pode ser considerada, porque não foi levantada na PNAD-84. Além disso, como as mulheres entrevistadas são somente as sobreviventes no momento da entrevista, supõe-se que não existe mortalidade diferencial por estado conjugal, apesar de que pesquisas recentes para o estado de São Paulo indicariam o contrário (Souza e Ortiz, 1990).

3.2 A IDADE AO CASAR

A idade ao casar tem sido a variável de nupcialidade mais estudada pelos demógrafos, mas, em geral, sua análise se refere a estimativas indiretas baseadas em dados censitários. Assim, resultados para o estado de São Paulo, indicam que a idade média ao casar da população feminina do estado (SMAM), tem variado de 22,2 anos em 1960, para 23,3 anos em 1970 e voltado para 22,9 anos em 1980. Isto mostra um leve aumento no período, mas sua tendência não parece muito clara. Estes resultados, certamente, incorporam mudanças que vêm ocorrendo no estado, que vão desde os efeitos migratórios, passando pelas flutuações no mercado de trabalho, até diferenciais relativos a características próprias dos casais, como seu nível de instrução e seu grupo racial, que podem resumir aspectos sociais e culturais particulares.

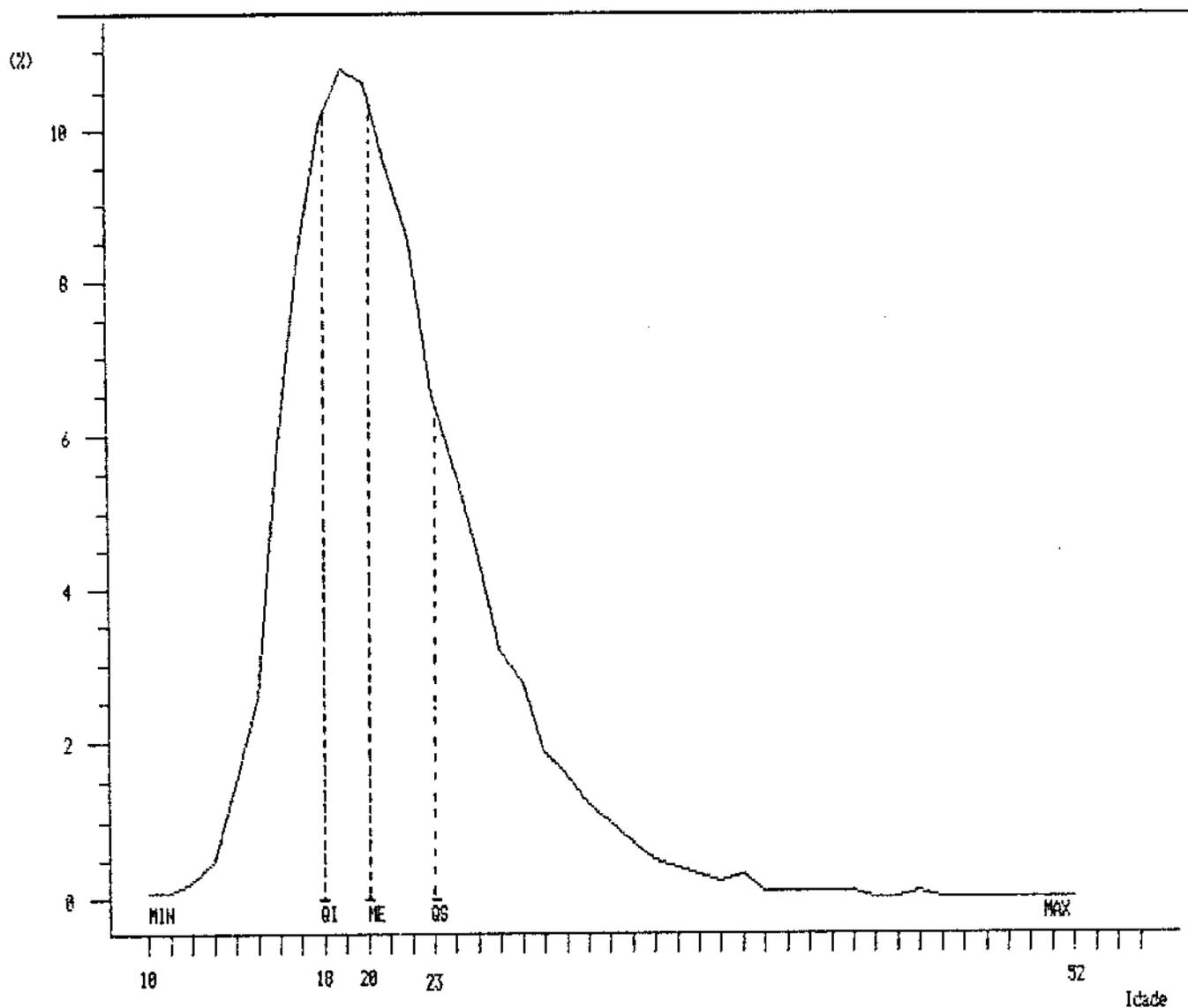
Neste item se aprofunda a análise desta variável através de estimações diretas, considerando como idade ao casar a idade ao início da primeira união, independente do tipo de união, incluindo-se tanto as uniões legais como as uniões de fato.

Trabalhos anteriores já apontavam para relações entre a idade ao início da primeira união e outras variáveis sociais, econômicas, demográficas ou culturais no Brasil, (Castro e outros, 1977; Levy e Oliveira, 1977; Monteiro, 1977; Madeira, 1978; Silva, 1979; Altman e Wong, 1981; Berquó, 1987; Goldani, 1989). Destas variáveis, somente serão consideradas aquelas disponíveis na pesquisa e que correspondam ao momento do início da união. Neste sentido se verifica a falta de informação sobre importantes variáveis associadas à idade ao casar, como local de início da união, local de origem dos cônjuges, ordem da união do marido, grupo racial do marido, etc.; e as informações disponíveis sobre o cônjuge somente se referem a casais em união, no momento da entrevista. Portanto, a análise a seguir se restringe às informações disponíveis exclusivamente nesta pesquisa.

3.2.1 Análise Transversal

Na perspectiva transversal, estimou-se que a idade média ao casar na primeira união, da população feminina residente no estado de São Paulo em 1984, era de 21,2 anos. Também se estimou que 50% desta população se uniu entre 18 e 23 anos (quartil inferior e superior, respectivamente), 25% entre 10 e 18 anos (valor mínimo e quartil inferior, respectivamente), e os 25% restantes o fez com mais de 23 anos. (Ver Gráfico 3.1 e Tabela 3.1, linha do total)

Gráfico 3.1 Distribuição da idade ao casar.
Estado de São Paulo, 1984.



Fonte: Fita de dados da PNAD-84.

Considerando estes resultados iniciais como base¹, verifica-se também que, para os distintos tipos de união, eles quase não apresentam variações. A Tabela 3.1 mostra que, com exceção das uniões só religiosas, para qualquer outro tipo de união a idade média ao casar da mulher, na sua primeira união, é 21 anos, e em 50% dos casos elas se unem entre 18 e 23 anos. Somente as uniões só religiosas apresentam resultados significativamente menores em termos estatísticos², da ordem de um ano (idade média ao casar de 20,0 anos), associadas ao fato de serem uniões mais antigas, o qual será discutido com mais detalhe na análise longitudinal.

Tabela 3.1 Idade da mulher ao início da primeira união, por tipo de união. Estado de São Paulo, 1984.

Tipo de União	Observações		Min	QI	Me	QS	Max	X	D. P.
	Total	%							
Civ/Rel	9.353	71,1	10	18	21	23	49	21,3	4,2
Civil	2.253	17,2	10	18	20	23	51	20,9	4,9
Relig.	326	2,5	10	16	19	22	45	20,0	5,6
Consens.	1.214	9,4	10	17	20	24	52	21,2	5,8
Total	13.146	100,0	10	18	20	23	52	21,2	4,5

Fonte: Fita de dados da PNAD-84. Estado de São Paulo.

Nota: Min=Valor Mínimo, QI=Quartil Inferior, Me=Mediana, X=Média, QS=Quartil Superior, Max=Valor Máximo, D.P.=Desvio Padrão.

1. O resultado da idade média ao casar, calculado diretamente da declaração de cada mulher alguma vez unida, difere em 2 anos da estimativa indireta obtida pelo método de Hajnal (23,2 anos). Isto se explica facilmente, já que o método estima uma idade média ao casar partindo do suposto de que exista uma coorte hipotética que apresente as proporções de solteiros por faixa etária estimadas no momento da entrevista, as quais são a base do cálculo.

2. Para testar a igualdade entre as médias se utilizou o teste de Scheffé, com nível de significância de 5%, seu cálculo foi realizado utilizando o procedimento PROC GLM do sistema SAS. Este teste será utilizado em todos os casos análogos.

Observando a idade mediana ao casar, as uniões civil-religiosas mantêm o mesmo resultado da média (21 anos), e no caso das uniões de tipo só civil e consensual este valor se reduz para 20 anos. As uniões só religiosas novamente apresentam um valor menor que o resto das uniões, correspondente a 19 anos.

Por outro lado, ao considerar-se a cor da mulher, somente o grupo amarelo mantêm um padrão de casamento tardio, já apontado por Monteiro (1977), para o Brasil. O autor concluiu que a população branca se casa mais cedo que o grupo pardo, ficando com os casamentos mais tardios os grupos preto e amarelo.

Este padrão apresenta algumas alterações, no caso do estado de São Paulo em 1984, e elas já se insinuam nos dados apresentados por Berquó (1987), para o Brasil, baseada no censo de 1980. Eles mostravam uma leve redução da idade média ao casar das mulheres pretas e pardas, ficando estas últimas em uma posição levemente inferior a das mulheres brancas. O grupo de mulheres brancas, por sua vez, mostrava um leve aumento na idade média ao casar, no período considerado (1950-1980). (Ver Tabela 1.9).

Nas estimativas para o estado de São Paulo em 1984, fica mais claro que a idade média ao casar das mulheres pardas é levemente inferior a das brancas (20,7 e 21,2 anos, respectivamente), mas esta diferença não chega a ser significativa do ponto de vista estatístico. O quartil inferior e superior, coincidem para ambos os grupos e, correspondem a 18 e 23 anos, respectivamente, indicando que 50% das mulheres desses grupos de cor se unem nessa faixa etária. As idades extremas ao casar são 10 e 51 anos para brancas e, 10 e 52 anos para pardas. Um padrão muito próximo da média geral, dado que a soma destes dois grupos corresponde a 93,1% da população feminina considerada. (Ver Tabela 3.2)

Tabela 3.2 Idade da mulher ao início da primeira união, por cor.
Estado de São Paulo, 1984.

Cor	Observações Total	%	Min	QI	Me	QS	Max	\bar{X}	D. P.
Branco	9.637	73,3	10	18	20	23	51	21,2	4,4
Pardo	2.606	19,8	10	18	20	23	52	20,7	4,7
Preto	632	4,8	10	18	21	25	41	21,7	5,3
Amarelo	271	2,1	12	21	24	27	45	24,5	4,9
Total	13.146	100,0	10	18	20	23	52	21,2	4,5

Fonte: Fita de dados da PNAD-84. Estado de São Paulo.

Nota: Min=Valor Mínimo, QI=Quartil Inferior, Me=Mediana, \bar{X} =Média, QS=Quartil Superior, Max=Valor Máximo, D. P.=Desvio Padrão.

Analogamente, a idade média ao casar, das mulheres pretas é levemente superior a das brancas (21,7 e 21,2 anos, respectivamente), mostrando uma diferença menor que a observada por Berquó (1987) para o total do Brasil, em 1980. Assim, a comparação destes dois grupos não mostra diferenças significativas. O grupo de mulheres pretas, somente apresenta diferenças significativas com a idade média ao casar do grupo pardo e amarelo. O quartil inferior e superior correspondem a 18 e 25 anos, respectivamente, mostrando uma variabilidade maior na idade ao casar das mulheres pretas, que das pardas ou brancas. Isto pode ser consequência, também, do reduzido tamanho amostral, relativo aos outros dois grupos de cor.

Finalmente, as mulheres de cor amarelo se confirmam como o grupo de maior idade média ao casar, dos quatro grupos considerados (24,5 anos). Apresentam diferenças significativas com todos os outros grupos de cor, apesar de ter um reduzido tamanho amostral (271 mulheres), menor que o grupo de mulheres pretas (632). Aparentemente, as mulheres amarelas mantêm o padrão de idade ao casar de seu grupo de origem e se casam quase três anos e

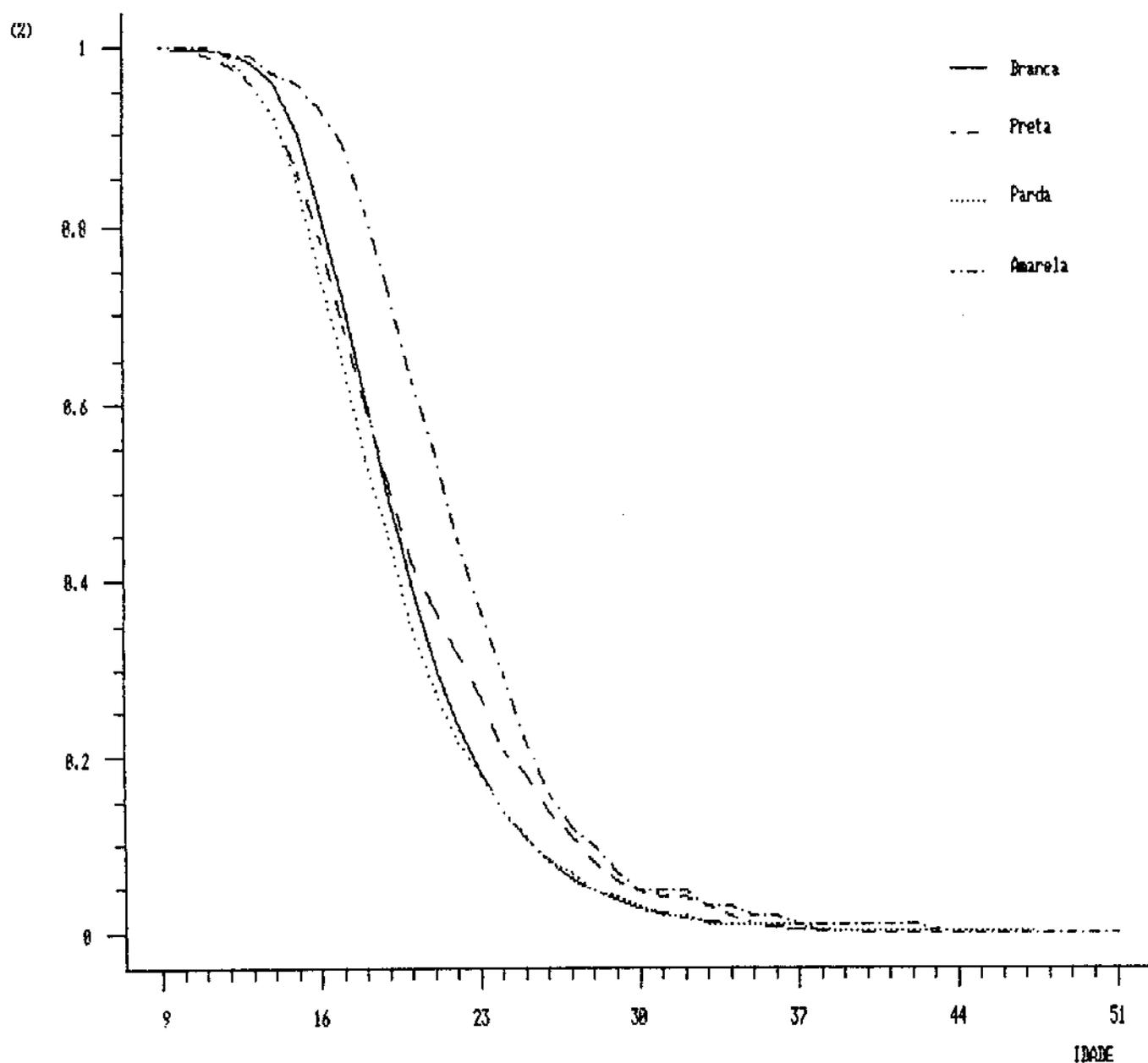
meio mais tarde que a média dos três grupos anteriores. Cabe notar que as estimativas de Monteiro (1977) para o Brasil, em 1980, apontavam para uma diferença de menos de um ano entre a idade média ao casar do grupo amarelo e a média do resto dos outros grupos. Isto significa que, diferencialmente do que ocorreu com os grupos branco, pardo e preto, que apresentaram pequenas variações na idade média ao casar, o grupo amarelo, pelo contrário, acentuou seu padrão tardio de idade ao casar. Com relação ao quartil inferior e superior de idade ao casar, podemos afirmar que 50% das mulheres amarelas se unem entre 21 e 27 anos, e a idade ao casar máxima observada para este grupo foi de 45 anos.

Graficamente, as curvas de sobrevivência no estado de solteira das mulheres que se casam, por cor, mostram mais claramente os resultados anteriores (ver Gráfico 3.2). E a partir da análise estatística destas curvas pode-se concluir, também, que elas apresentam diferenças significativas, entre si. O teste de Wilcoxon, por exemplo, chega a um valor da estatística W de 169,1 com 3 graus de liberdade ($W_g = 169,1$), o que não permite aceitar a hipótese de igualdade entre as curvas de sobrevivência por cor, porque $P(X_g^2, W_g) = 0,0001$.¹ Testes análogos, considerando somente três grupos de cor, ou dois a dois, rejeitaram, em todos os casos, a hipótese de igualdade entre as curvas de sobrevivência no estado de solteira.

Portanto, pode-se concluir que a idade média ao casar da mulher forma um gradiente, quando se consideram os grupos de cor. As mulheres pardas se unem mais cedo que as brancas, que por sua vez se unem mais cedo que as pretas e estas mais cedo que as amarelas.

1. Para maiores detalhes do teste de Wilcoxon, ver item II.3.3 do Capítulo II.

Gráfico 3.2 Curvas de sobrevivência no estado de solteira das mulheres brancas, pardas, pretas e amarelas, alguma vez unidas. Estado de São Paulo, 1984.



Fonte: Fita de dados da PNAD-84. Estado de São Paulo.

A segunda característica individual analisada no padrão de idade ao casar é o nível de instrução da mulher. Já é conhecido que mulheres com menor instrução tendem a se casar mais cedo que as mulheres com maior instrução (Mc Carthy, 1982). Na Tabela 3.3, verifica-se este resultado: a medida que aumenta o nível de instrução da mulher, também aumenta sua idade ao casar. Assim, se as mulheres com menor instrução (menos de 4 anos de estudo) apresentam uma idade média ao casar de 20 anos, as mulheres com 12 anos de estudo ou mais se casam, em média, 4,5 anos mais tarde (24,5 anos). A metade do primeiro grupo se casa entre 17 e 22 anos, diferente do último, que o faz entre 22 e 27 anos (5 anos mais tarde).

Considerando os grupos de instrução classificados por anos de estudo, em detalhe, vemos que existem comportamentos semelhantes entre certas categorias. É o caso das mulheres com menos de 8 anos de estudo, salvo o grupo com 4 anos de estudo (ou primário completo). Elas apresentam um padrão de idade ao casar muito próximo, e não apresentam diferenças significativas: a idade média ao casar fica ao redor dos 20 anos, metade das mulheres se unem entre 17 e 23 anos e a idade mediana é de 20, salvo no caso das mulheres com menos de 1 ano de estudo, em que a idade mediana ao casar é de 19 anos. (Ver Tabela 3.3)

É importante destacar que o grupo com 4 anos de estudo não apresenta diferenças significativas entre sua idade média ao casar (21,1 anos) e a idade média ao casar do grupo com 8 anos de estudo (21,5 anos). Isto sugere que as mulheres com primário completo e ginásio completo, têm um padrão de união muito próximo, e que as primeiras se diferenciam das categorias de instrução adjacentes, como é o caso das mulheres com primário incompleto (1 a 3 anos de estudo) e ginásio incompleto (5 a 7 anos de estudo).

Os três grupos de maior instrução (8 anos, 9 a 11 e 12 e mais), são os que apresentam as maiores diferenças, entre si. Se bem que as diferenças entre os grupos com 8 e 9 a 11 anos de estudo seja menor que a diferença entre estes grupos e o grupo com 12 anos de estudo e mais, os três grupos apresentam diferenças significativas, entre si. É importante destacar, também, que entre os dois primeiros grupos há uma diferença de um ano, tanto na idade média ao casar (21,5 e 22,5 anos, respectivamente), como na idade mediana (21 e 22, respectivamente). (Ver Tabela 3.3)

Mas, sem dúvida, o grupo que mais se diferencia do resto da população é o grupo com 12 anos de estudo ou mais. Ele apresenta uma mudança de nível que, com relação ao grupo de 8 anos de estudo, representa um acréscimo de 3 anos, tanto na idade média ao casar, como na mediana, quartil inferior, quartil superior e valor mínimo.

Tabela 3.3 Idade da mulher ao início da primeira união, por nível de instrução. Estado de São Paulo, 1984.

Anos Estudo	Observações		Mín	QI	Me	QS	Max	\bar{X}	D. P.
	Total	%							
< 1	1.661	12,5	10	17	19	22	52	20,3	4,9
1-3	2.745	20,9	10	17	20	22	51	20,4	4,6
4	3.873	29,5	10	18	20	23	51	21,1	4,5
5-7	1.356	10,4	11	18	20	22	46	20,2	3,8
8	1.088	8,3	11	19	21	24	45	21,5	4,2
9-11	1.501	11,4	10	20	22	24	49	22,4	4,0
12 e +	922	7,0	13	22	24	27	43	24,5	4,1
Total	13.146	100,0	10	18	20	23	52	21,2	4,5

Fonte: Fita de dados da PNAD-84. Estado de São Paulo.

Nota: Mín=Valor Mínimo, QI=Quartil Inferior, Me=Mediana, X=Média, QS=Quartil Superior, Max=Valor Máximo, D.P.=Desvio Padrão.

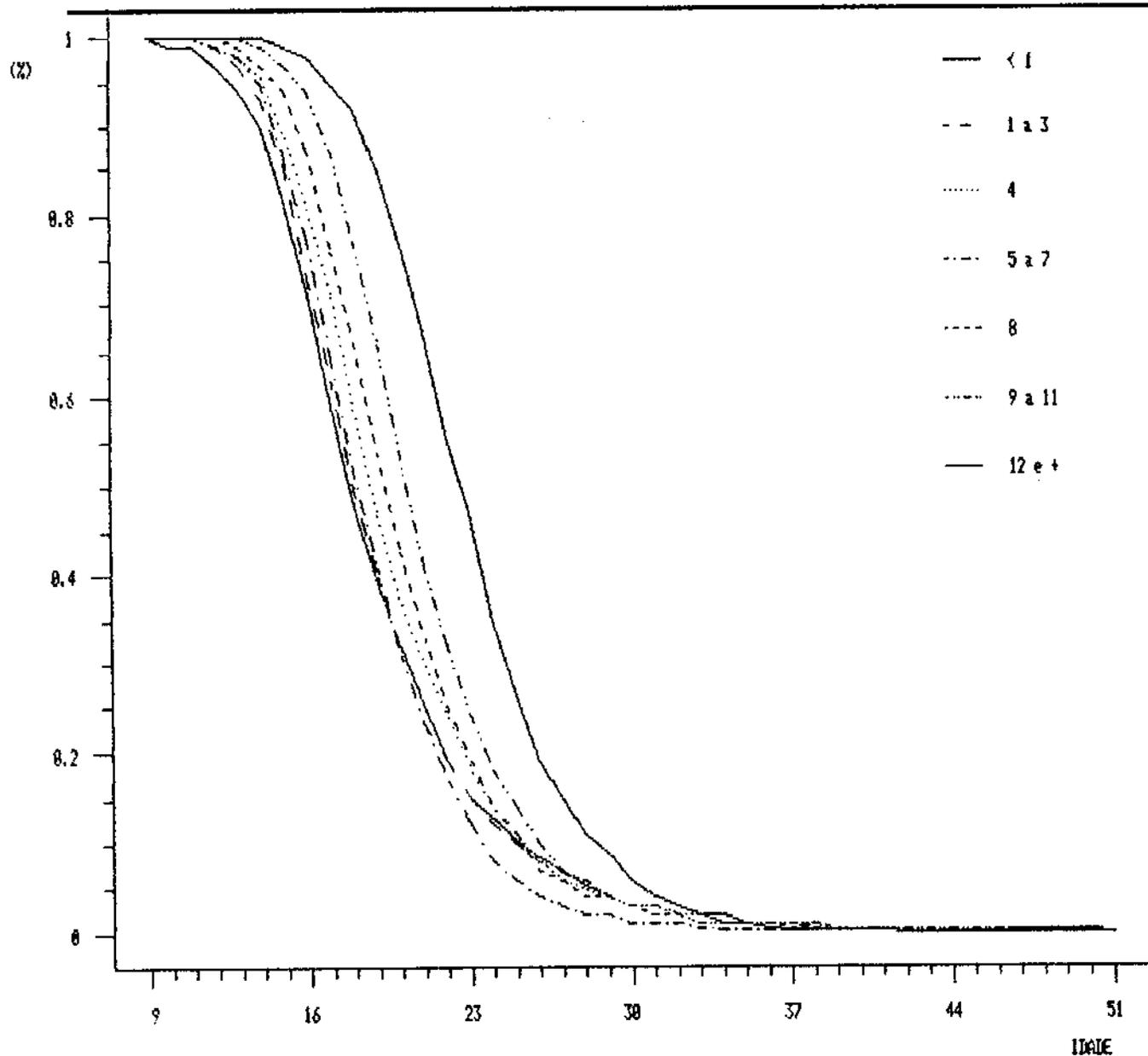
Por outro lado, as curvas de sobrevivência no estado de solteira de cada um destes grupos de instrução mostram diferenças significativas ($W_0 = 976,3$ e $P(X_0^2 > W_0) = 0,0001$), se casando mais tarde as mulheres com maior nível de instrução. Estas diferenças se mantêm, inclusive quando se considera um menor número de grupos de instrução, ou simplesmente dois a dois. Estas curvas estão representadas no Gráfico 3.3.

Se o nível de instrução refletisse o "status" da mulher, estes resultados poderiam estar associados aos diferentes significados do trabalho da mulher para cada classe ou grupo social. Assim, com a extensão do trabalho assalariado a um grande número de mulheres, cujas rendas podem ser somadas às do marido, torna-as aptas precocemente ao casamento (Madeira, 1978). Isto ocorreria nos grupos de menor instrução, que estariam associados às classes de menor renda.

Mas, tradicionalmente, no capitalismo ficou reservado a mulher, primordialmente, a produção de valores de uso e ao homem a produção de bens e serviços, o qual necessita de alguma especialização para conseguir um preço melhor pelo seu trabalho (Madeira, 1978). Assim, o homem ficaria apto para o casamento mais tardiamente, quanto maior seja sua especialização. Isto associado a tradicional tendência endogâmica dos casais, inclusive por nível de instrução, como observado por Levy e Oliveira (1977), tenderia, em geral, a adiar os casamentos dos grupos associados a maiores níveis de instrução e renda, tanto para os homens como para as mulheres.

Por último, cabe indagar até que ponto o padrão de idade ao casar, por cor, estaria relacionado com o nível de instrução de cada grupo. A tabela seguinte (Tabela 3.4) mostra o resultado da idade média ao casar por cor e grupos de instrução. Reflete que, para as mulheres do grupo branco, pardo e preto, não haveria uma interação entre as duas variáveis, já que a idade média ao casar

Gráfico 3.3 Curvas de sobrevivência no estado de solteira das mulheres alguma vez unidas, por nível de instrução. Estado de São Paulo, 1984.



Fonte: Fita de dados da PNAD-84. Estado de São Paulo.

está dependendo, de um lado, da cor e, do outro, do nível de instrução, uma vez controlada a cor. Ou seja, dentro de cada um destes três grupos de cor considerados, a idade média ao casar segue o padrão geral apresentado por nível de instrução.

Tabela 3.4 Idade média ao casar, por grupos de cor e instrução. Estado de São Paulo, 1984.

Anos de Estudo	Grupos de Cor				Total
	Branco	Pardo	Preto	Amarelo	
< 1	20,0	20,7	21,4	25,4	20,3
1-3	20,4	21,4	20,4	22,1	20,4
4	21,0	22,2	20,8	25,0	21,1
5-7	20,2	20,7	20,2	23,0	20,2
8	21,3	21,7	21,6	24,9	21,5
9-11	22,4	23,8	21,7	23,9	22,4
12 e +	24,4	26,3	24,9	26,1	24,5
Total	21,2	21,7	20,7	24,5	21,2

Fonte: Fita de dados da PNAD-84.

A análise da variância com dois critérios de classificação mostrou que não há interação entre as variáveis cor e nível de instrução, quando se consideram os grupos branco, pardo e preto. A interação aparece, somente, quando se inclui o grupo amarelo, já que, como se verifica na Tabela 3.4, ele não segue o padrão geral de idade média ao casar observado por nível de instrução. Aparentemente, mulheres com menor instrução se uniriam mais tarde que as mulheres com nível de instrução intermediário. Além disso, este grupo é de mais difícil análise neste nível de desagregação, pelo reduzido tamanho amostral.

3.2.2 Análise Longitudinal

Na perspectiva longitudinal, pretende-se verificar se os padrões diferenciais de idade ao casar, observados no corte transversal por cor e nível de instrução, se mantêm ou apresentam modificações no tempo.

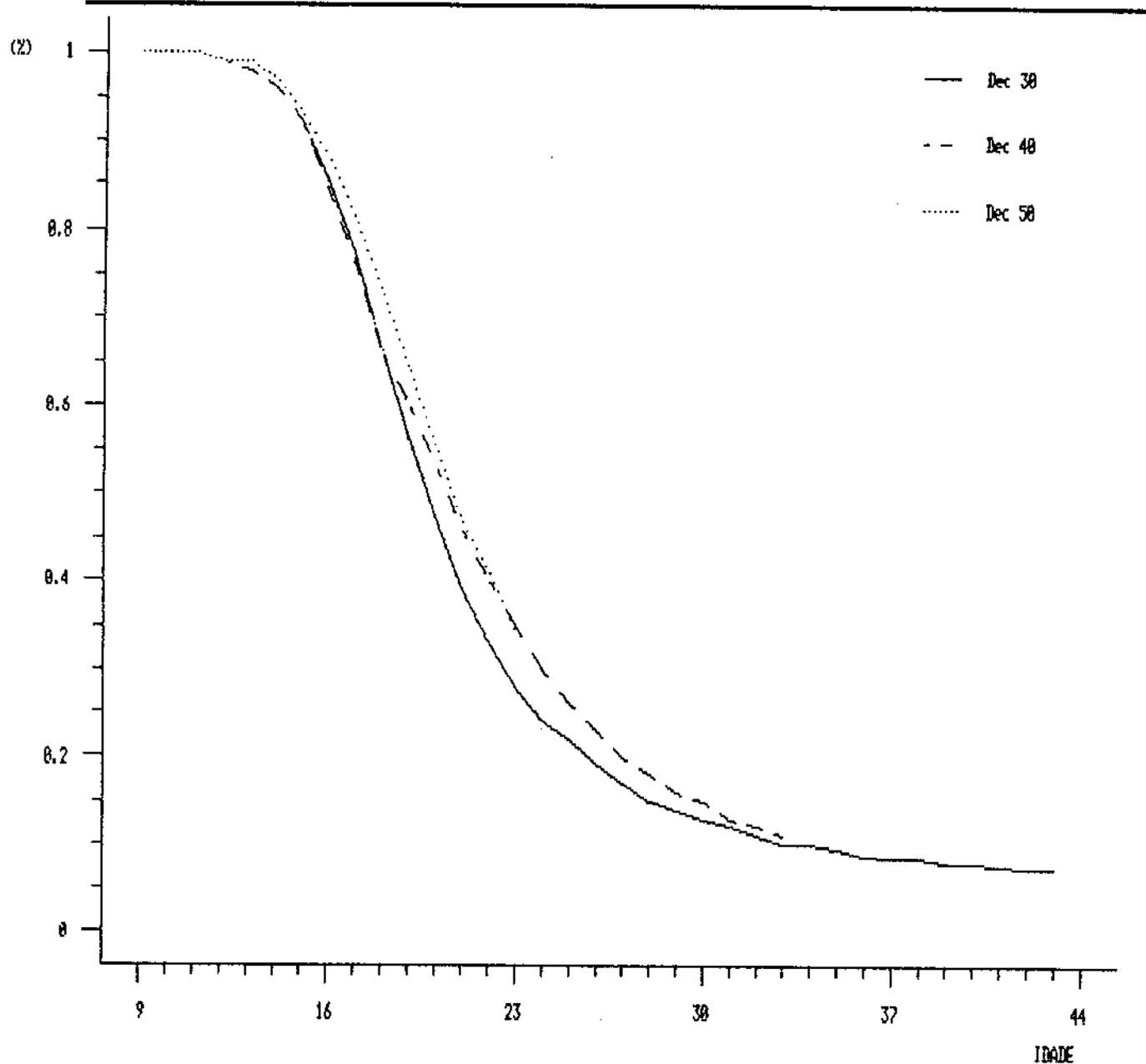
Analisando-se, em primeiro lugar, as curvas de sobrevivência no estado de solteira das coortes de nascimento das décadas de 1930, 1940 e 1950, mostram que a coorte mais jovem se casa mais tarde que as coortes anteriores, e existem diferenças significativas entre as três curvas, até a idade de 23 anos [$W_2 = 61,6$ e $P(X_2^2, W_2) = 0,00011$]. A seguir se analisam as curvas de sobrevivência das coortes de 30 e 40 até os 33 anos, e se obtém resultado análogo. A coorte de 40 se casa mais tarde que a coorte de 30, existindo diferença significativa entre as duas [$W_1 = 14,9$ e $P(X_1^2, W_1) = 0,00011$].¹ (Ver Gráfico 3.4)

Estes resultados mostram que as mulheres residentes no estado de São Paulo se casam cada vez mais tarde, o que não ficava claro quando se considerava a idade média ao casar estimada pelo método de Hajnal, baseado nos resultados dos últimos censos e a própria PNAD-84 (22,2, 23,3, 22,9 e 23,2 anos, para os anos 1960,

1. Deve-se destacar primeiro que, na análise das curvas de sobrevivência no estado de solteira, considera-se a coorte completa e não somente as mulheres alguma vez unidas, como nos casos anteriores, já que se está observando cada coorte através do tempo. Em segundo lugar, deve-se censurar os dados na idade mínima pela qual já passou toda a coorte, para se poder fazer as comparações desejadas. Isto significa que, no caso da coorte de 30, censuram-se os dados aos 44 anos, na coorte de 40 aos 34 anos e na coorte de 50 aos 24 anos.

Esta censura, por sua vez, restringe as comparações por coorte para segmentos específicos da curva de sobrevivência. Assim, se se deseja comparar as curvas de sobrevivência no estado de solteira da coorte de 30 e 40, isto só pode ser feito até os 34 anos; e se se deseja incluir a coorte de 50, só podem ser analisadas, conjuntamente, até a idade de 23 anos.

Gráfico 3.4 Curvas de sobrevivência no estado de solteira das mulheres das coortes de 1930, 1940 e 1950. (Dados censurados) Estado de São Paulo, 1984.



Fonte: Fita de dados da PNAD-84. Estado de São Paulo.

1970, 1980 e 1984, respectivamente).¹

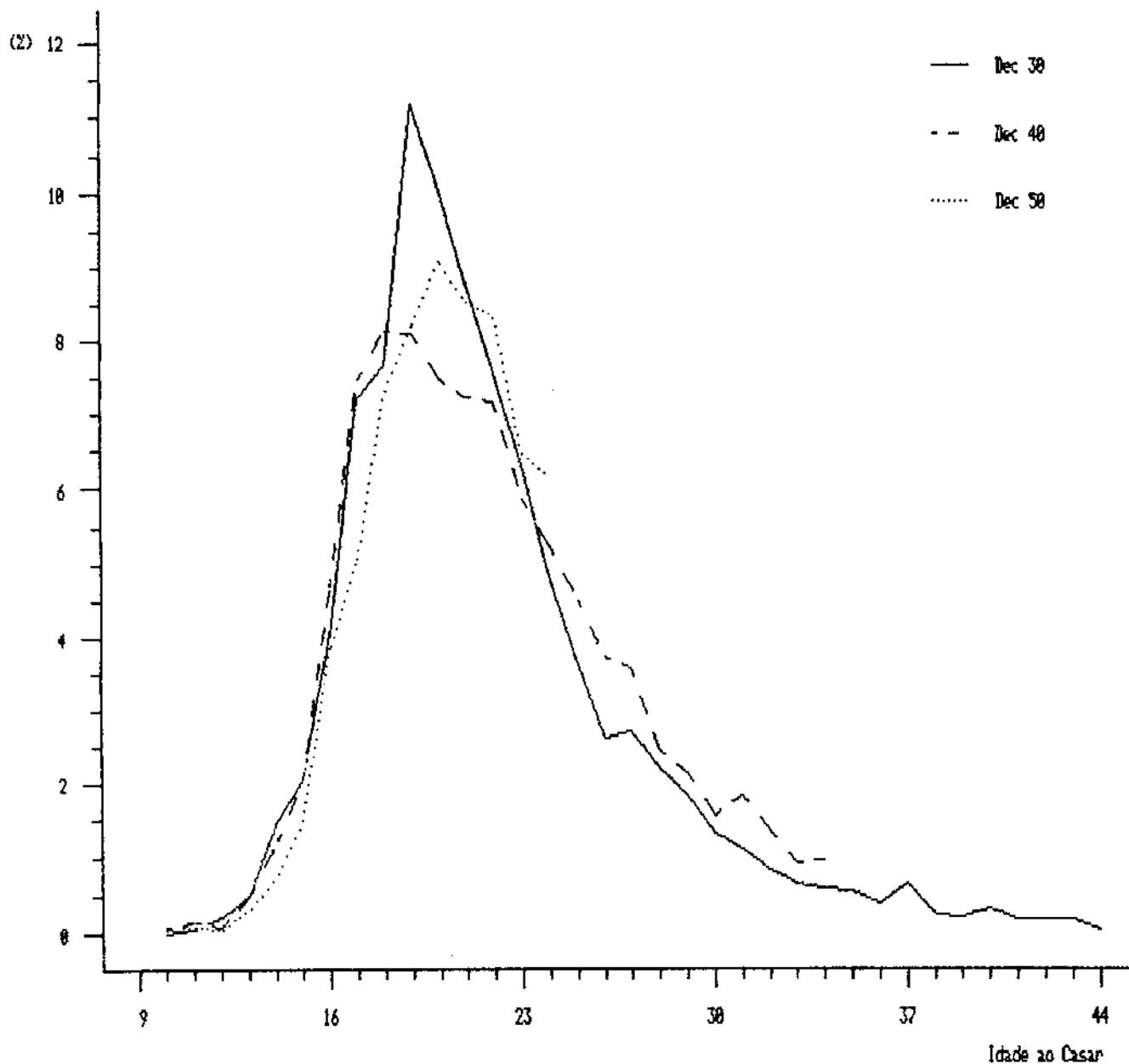
Também se pode visualizar o resultado anterior através do gráfico de distribuição da idade ao casar das coortes consideradas. O Gráfico 3.5 mostra claramente como se tem deslocado as curvas, através do tempo. Na distribuição da coorte de 40, apesar de se manter a idade ao casar concentrada próxima dos 18,5 anos, aumenta sua dispersão, tendo uma maior proporção de uniões acima dos 23 anos do que no caso da coorte de 30. Já na coorte da década de 50, a distribuição da idade ao casar se concentra próxima dos 20 anos, representando um aumento da idade modal de quase um ano e meio.

O que se pode concluir da análise das curvas apresentadas nos Gráficos 3.4 e 3.5 é que, na coorte de 40, há uma diminuição da proporção de casamentos nas idades de 18 a 23 anos, os quais são adiados para as idades seguintes. Analogamente, se se comparam as curvas das coortes de 1940 e 1950, verifica-se, na última coorte, uma diminuição da proporção de casamentos nas idades anteriores aos 20 anos, os quais são adiados para as idades seguintes, o que pode ser visto até os 24 anos, que é o ponto de censura dos dados desta coorte.

Estes resultados mostram que se produziram mudanças na distribuição da idade ao casar entre as coortes de 1930, 40 e 50, mas elas são muito suaves. Podem-se verificar certos câmbios de padrão na idade ao casar no período estudado, mas novamente eles não ficam em evidência na simples análise das medidas estatísticas de posição. Portanto, introduzir as técnicas de análise de sobrevivência, neste caso, foi de grande utilidade e permitiu avaliar as mudanças ocorridas no período, sob uma outra ótica, deixando em evidência mudanças significativas, do ponto de vista estatístico.

1. O método indireto de Hajnal, para estimar a idade média ao casar, não é apropriado em períodos onde o padrão de idade ao casar está mudando. Por isso, seus resultados não permitem visualizar claramente as tendências desta variável, ao longo do tempo.

Gráfico 3.5 Distribuição da idade ao casar das mulheres das coortes de 1930, 1940 e 1950. (Dados censurados) Estado de São Paulo, 1984.

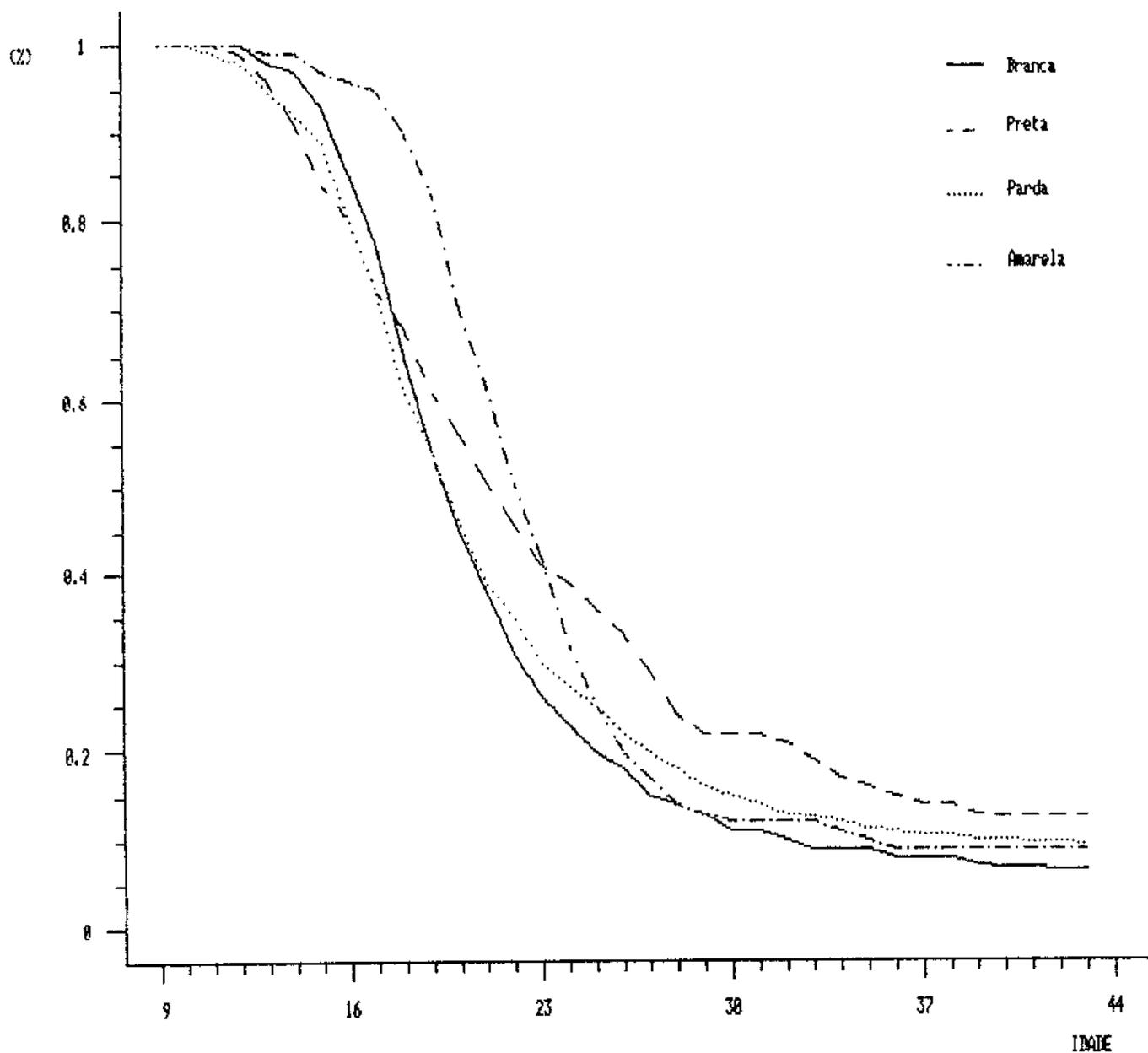


Fonte: Fita de dados da PNAD-84. Estado de São Paulo.

A seguir, estudam-se as curvas de sobrevivência no estado de solteira para cada coorte de nascimento, considerando a cor da mulher. Os resultados da coorte de 1930 estão apresentados no Gráfico 3.6. Neste caso, pode-se verificar que 50% das mulheres brancas e pardas se unem antes dos 21 anos e, do grupo preto e amarelo, antes dos 23 e 24 anos, respectivamente. Isto mostra a aproximação existente entre o padrão de idade ao casar das mulheres brancas e pardas, o padrão mais tardio, característico das mulheres amarelas, e a situação intermediária das mulheres pretas. Mas a comparação estatística das curvas de sobrevivência, dos grupos de cor branco, pardo e preto, não detecta diferenças significativas entre eles. As diferenças estatísticas só se verificam com o grupo amarelo. Esta característica da coorte de 30, já foi apresentada por Goldani (1989) quando observa a esperança de vida no estado de solteira das mulheres sobreviventes aos 15 anos, para o Brasil. Nesse caso, a esperança de vida no estado de solteira é 6,9 anos para o grupo pardo, 7,9 anos para o grupo branco e 8,5 anos para o grupo preto (ver Tabela 1.15), mostrando a característica das mulheres pretas passarem mais tempo no estado de solteira que os outros dois grupos de cor considerados.

Além disso, as curvas apresentadas no Gráfico 3.6 permitem, ainda, analisar o nível do celibato nos quatro grupos de cor, aos 43 anos. A maior proporção de solteiras se verifica entre as mulheres do grupo preto (12,6%), seguida de pardas e amarelas (9,5% e 7,6%, respectivamente), e as mulheres brancas ficam com a menor proporção de solteiras dos quatro grupos (6,7%). Este padrão corresponde aos resultados observados por Monteiro (1979) e Berquó (1987) para o Brasil (sem incluir o grupo amarelo), quando os autores consideram a proporção de solteiros aos 50 anos (PNM, abrangendo o período 1950-1980 (ver Tabela 1.9). Isto significa que as mulheres de cor branca, parda e preta, residentes no estado de São Paulo em 1984 e nascidas na década de 50, têm, aproximadamente, o mesmo padrão de celibato observado para o Brasil, em 1980.

Gráfico 3.6 Curvas de sobrevivência no estado de solteira das mulheres da coorte da década de 1930, por cor. (Dados censurados) Estado de São Paulo, 1984.



Fonte: Fita de dados da PNAD-84. Estado de São Paulo.

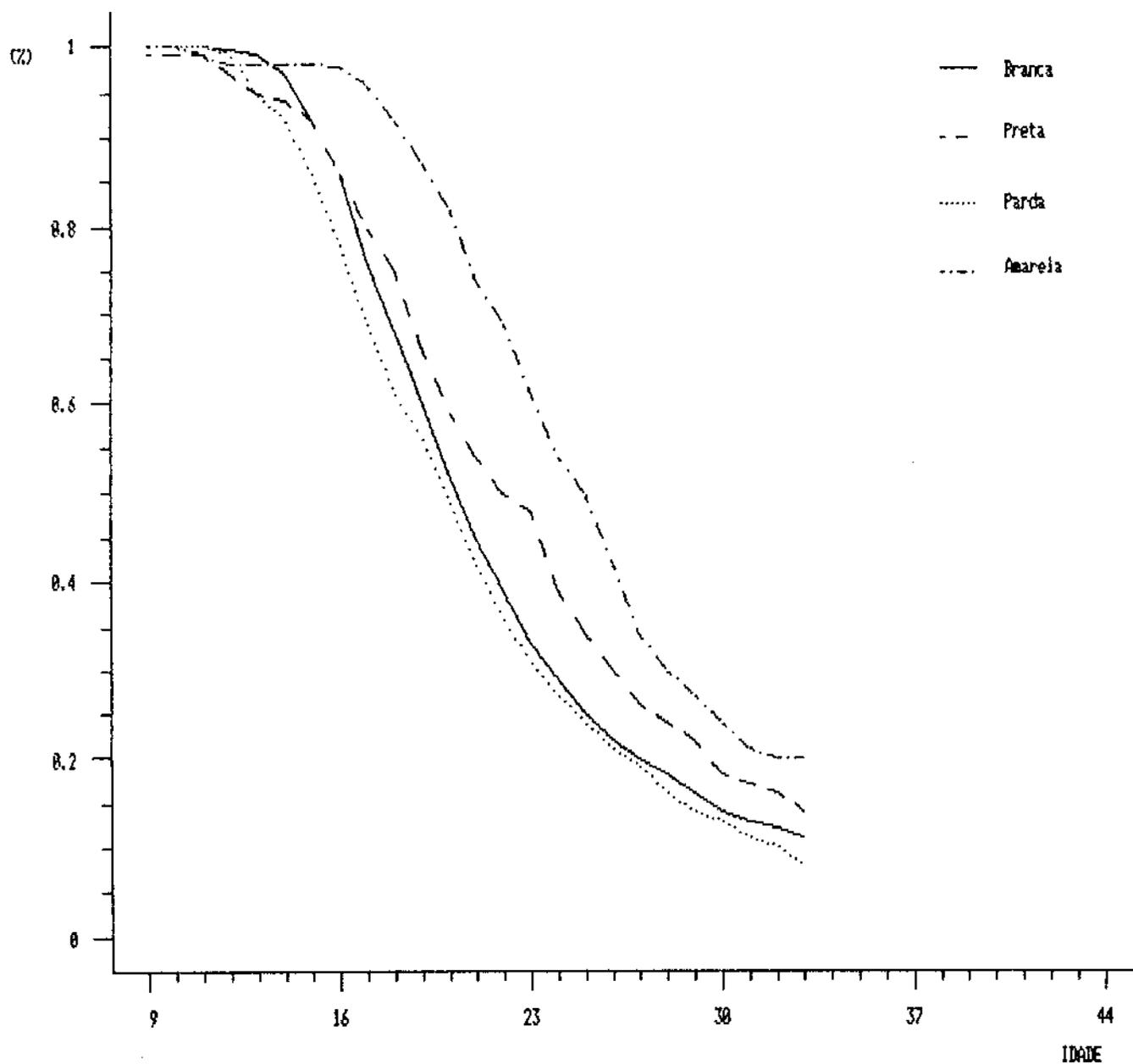
Para a coorte da década de 1940, mantém-se o padrão relativo das mulheres do grupo amarelo, que continuam se casando mais tarde e apresentando uma maior sobrevivência no estado de solteira que os outros três grupos de cor (ver Gráfico 3.7). Mas, neste caso, observam-se diferenças significativas entre todas as curvas de sobrevivência.

Dentro dos grupos de cor, as mulheres brancas e amarelas apresentam mudanças significativas na sua curva de sobrevivência entre a coorte da década de 30 e 40, consideradas até os 34 anos de idade [$W_1 = 14,76$ e $P(X_1^2 > W_1) = 0,0001$ para brancas e $W_1 = 10,40$ e $P(X_1^2 > W_1) = 0,0013$ para amarelas]. Em ambos os grupos há um adiamento dos casamentos com relação à coorte de 30 e sua idade ao casar mediana passa de 21 para 22 anos e de 24 para 27 anos, no caso de brancas e amarelas, respectivamente.

Outro fato importante é que a probabilidade de sobrevivência no estado de solteira até os 34 anos, é sempre superior para as amarelas, o que não acontecia na década de 30 depois dos 23 anos, caso em que a curva das mulheres do grupo preto ficava com as maiores probabilidades. Esta alteração na curva parece mostrar uma tendência a uma maior proporção de celibatárias definitivas entre as mulheres do grupo amarelo, no futuro. Esta tendência se observou no caso do Japão no período 1960-1980 (ver Tabela 1.1). No caso das mulheres do grupo branco, aumenta a probabilidade no estado de solteira para idades acima de 16 anos, passando a ocupar a segunda posição depois das pardas, que se mantém numa situação quase inalterada, com relação à coorte de 30.¹

1. Ao se comparar as curvas de sobrevivência no estado de solteira das mulheres pardas e pretas, das coortes de 30 e 40, até os 34 anos, não se verificam mudanças significativas [$W = 0,006$ e $P(X^2 > W) = 0,80$ para pardas e $W = 0,34$ e $P(X^2 > W) = 0,56$ para pretas].

Gráfico 3.7 Curvas de sobrevivência no estado de solteira das mulheres da coorte da década de 1940, por cor. (Dados censurados) Estado de São Paulo, 1984.



Fonte: Fita de dados da PNAD-84. Estado de São Paulo.

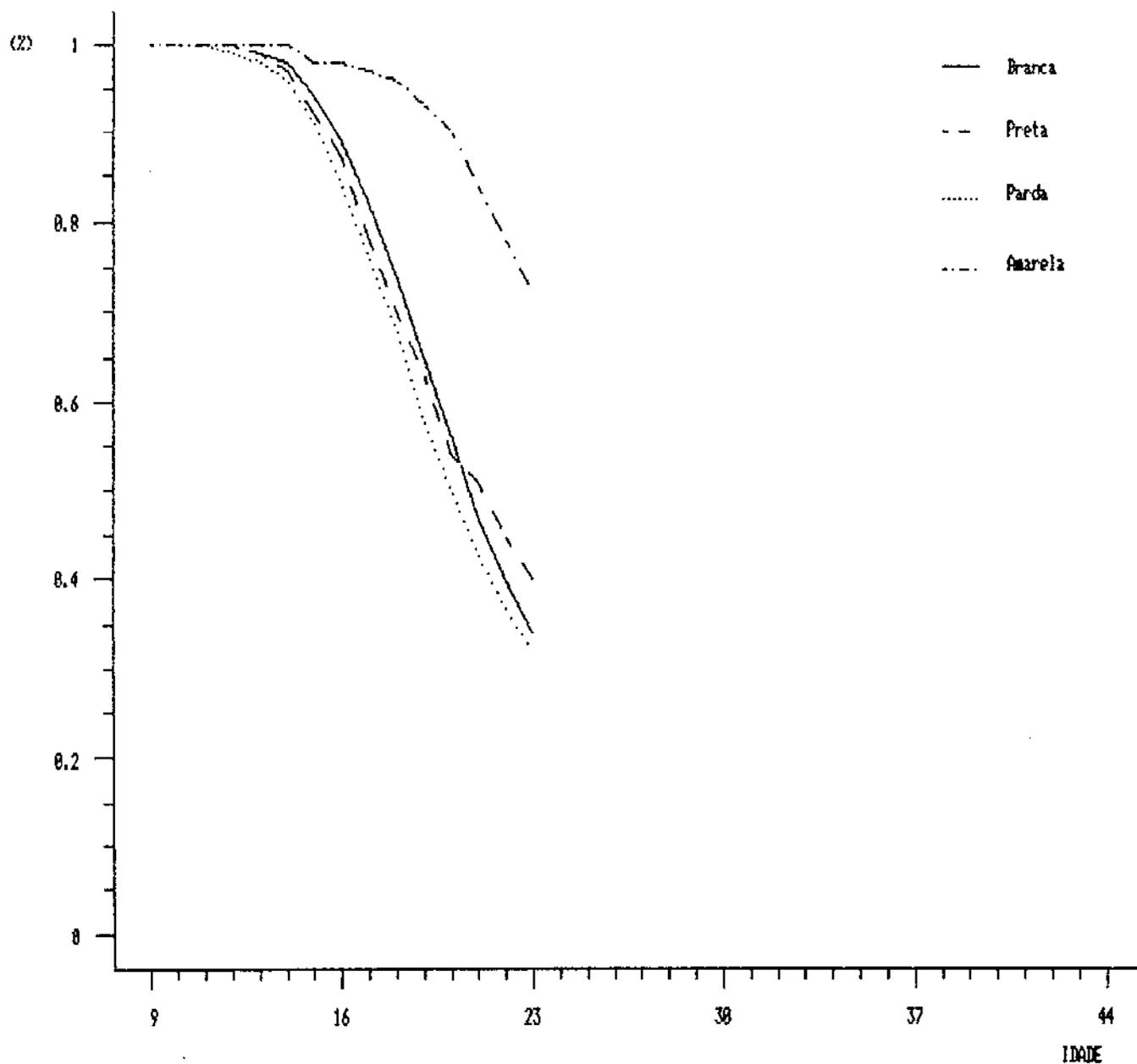
Com relação aos níveis de celibato dos quatro grupos de cor, as modificações observadas, nas curvas de sobrevivência da coorte de 40, alteram sua posição relativa. Assim, nesta coorte, o maior nível de celibato aos 34 anos fica com o grupo das mulheres amarelas (19,8%), seguidas das mulheres pretas (13,8%), que não apresentaram mudanças significativas entre as duas coortes.¹ E as mulheres brancas mudam sua posição com relação às pardas, ficando com maiores níveis de celibato aos 34 anos que estas últimas (11,4% e 8,5%, respectivamente).

No caso da coorte de 50, observando-a até os 24 anos, caracteriza-se por uma grande aproximação das curvas de sobrevivência dos grupos branco, pardo e preto, e sua nítida diferenciação com o grupo amarelo (ver Gráfico 3.8). Não se verificam diferenças significativas entre as curvas de sobrevivência das mulheres brancas e pretas [$W_1 = 0,13$ e $P(X_1^2 > W_1) = 0,72$] e a diferença entre pretas e pardas é pouco significativa [$W_1 = 4,33$ e $P(X_1^2 > W_1) = 0,04$]. Somente há diferença significativa entre brancas e pardas [$W_1 = 15,6$ e $P(X_1^2 > W_1) = 0,0001$], e entre cada um dos grupos branco, pardo, preto e, o grupo amarelo.

As mulheres dos grupos preto e pardo não apresentam mudanças significativas no seu padrão de sobrevivência no estado de solteira ao longo das três coortes consideradas, com dados censurados aos 24 anos [$W_2 = 2,44$ e $P(X_2^2 > W_2) = 0,29$ para pretas e $W_2 = 5,50$ e $P(X_2^2 > W_2) = 0,06$ para pardas]. As mudanças ocorrem nos grupos branco e amarelo. Nestes grupos, continua havendo um adiamento na idade ao casar, refletido, no caso das mulheres amarelas, pela "idade mediana ao casar" que passa de 24 anos na coorte de 30, para 27 anos na coorte de 40 e 30 anos na coorte de 50. No caso das mulheres brancas, esta mudança na "idade mediana ao casar" é mais suave: de 21 anos na coorte de 30, passa para 22 anos da coorte de 40 e se mantém na coorte de 50.¹

1. A "idade mediana ao casar" citada neste parágrafo, se refere à idade na qual 50% da coorte completa se uniu. Em geral, quando se menciona a idade mediana ao casar, se refere a um grupo de mulheres que efetivamente se casou, sem considerar as solteiras.

Gráfico 3.8 Curvas de sobrevivência no estado de solteira das mulheres da coorte da década de 1950, por cor. (Dados censurados) Estado de São Paulo, 1984.



Fonte: Fita de dados da PNAD-84. Estado de São Paulo.

Portanto, as mudanças observadas na distribuição de idade ao casar das mulheres residentes no estado de São Paulo em 1984, das coortes de 1930, 1940 e 1950, estão afetadas pelas mudanças que experimentaram as mulheres dos grupos de cor branco e amarelo, e que refletem uma clara tendência para um adiamento dos casamentos, ao longo das coortes analisadas.

Por outro lado, já foi visto na análise transversal, o grande diferencial que existe no padrão de idade ao casar pelo nível de instrução da mulher. Esta característica será analisada a seguir, considerando as coortes de nascimento da mulher.

No caso da coorte de 30, observam-se quatro padrões básicos de idade ao casar da mulher, com diferenças significativas entre eles, que correspondem às mulheres com menos de 3, 4 a 8, 9 a 11 e 12 e mais anos de estudo¹ (ver Gráfico 3.9). A idade até a qual 50% da coorte já se uniu, corresponde a 20, 21, 23 e 25 anos, para cada um dos grupos de instrução citados acima, respectivamente. (Ver Tabela 3.5).

Tabela 3.5 Idade Médiana ao casar das coortes de mulheres nascidas nas décadas de 1930, 1940 e 1950, Estado de São Paulo, 1984.

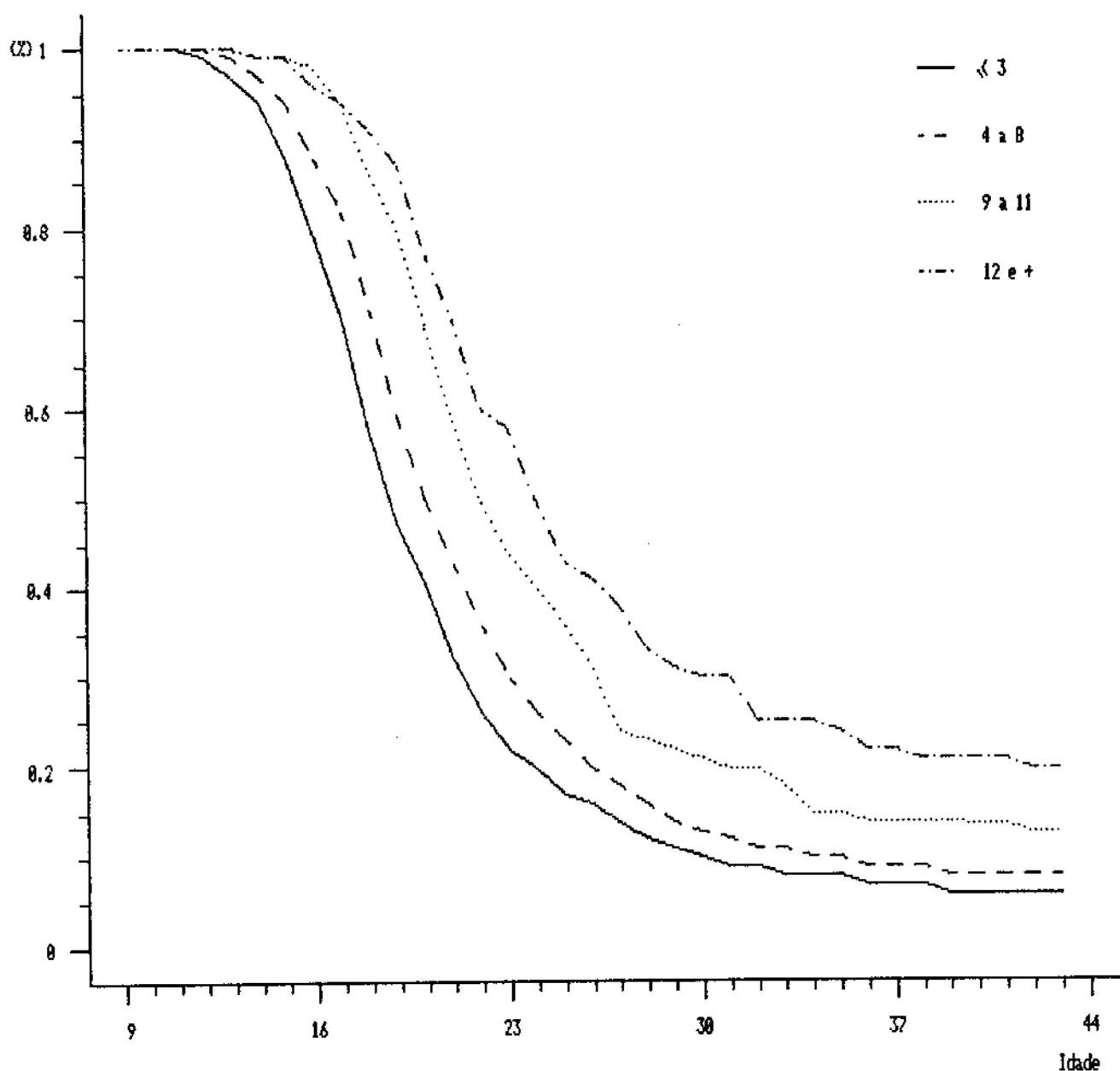
Coorte de Nasc.	Anos de Estudo							
	< 3	4	5	6	7	8	9 - 11	12 e +
1930	20	-----	21	-----	23	-----	25	
1940	20	21	-----	23	-----	24	27	
1950	20	-----	21	-----	22	24	*	

Fonte: Fita de dados da PNAD-84. Estado de São Paulo.

Nota: (*) Não se tem um número de uniões suficientes para estimar a idade mediana ao casar da coorte da década de 50.

1. Estes padrões e os das coortes seguintes foram definidos através da comparação das curvas de sobrevivência no estado de solteira e utilizando os resultados do teste de Wilcoxon. Os grupos de instrução foram agregados, quando se aceitava a hipótese de igualdade entre as curvas de sobrevivência.

Gráfico 3.9 Curvas de sobrevivência no estado de solteira das mulheres da coorte de 1930, por nível de instrução. (Dados censurados) Estado de São Paulo, 1984.



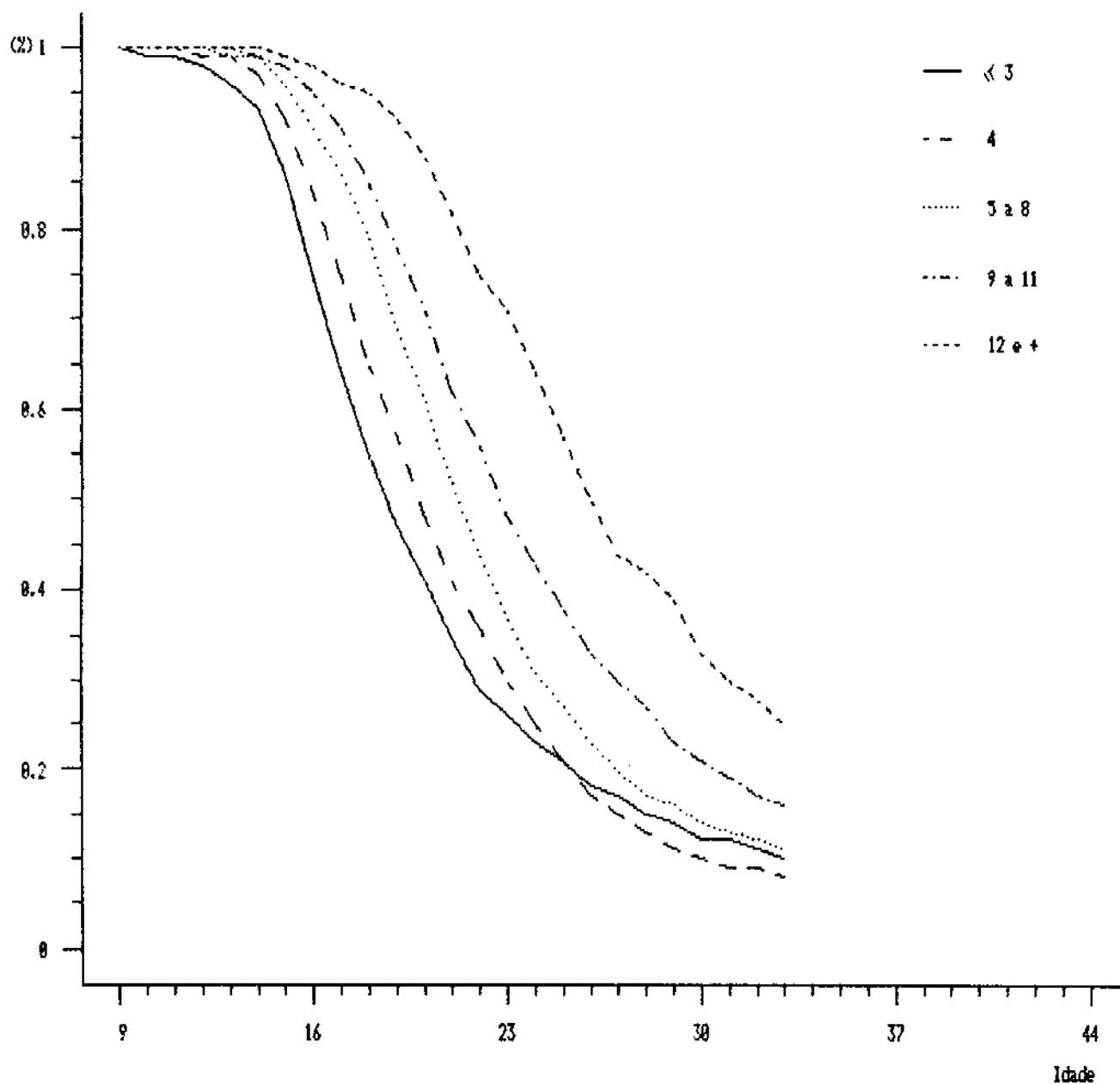
Fonte: Fita de dados da PNAD-84. Estado de São Paulo.

No caso da coorte de 40, mantém-se os padrões diferenciais entre o primeiro e os dois últimos grupos de instrução da década de 30, mas, no grupo com 4 a 8 anos de estudo, surgem dois novos padrões: o do grupo com 4 anos de estudo, que fica mais próximo do padrão das mulheres com menor instrução e o do grupo com 5 a 7 anos de estudo, que se aproxima mais do padrão do grupo com 9 a 11 anos de estudo. (ver Gráfico 3.10)

Este desdobramento está associado ao próprio crescimento do grupo com 5 a 7 anos de estudo da coorte de 40 que, com relação à coorte de 30, aumenta mais de duas vezes, passando de 2,9% das mulheres da coorte de 30, para 6,4% das mulheres da coorte de 40. A idade, até a qual se casa 50% da coorte, mantém-se em 20 anos para o grupo com menos de 3 anos de estudo, fica em 21 anos para as mulheres com 4 anos de estudo, e aumenta para 23 anos para as mulheres com 5 a 8 anos de estudo (ver Tabela 3.5). No caso das mulheres com 9 anos de estudo e mais, o grupo com 9 a 11 anos de instrução aumenta em um ano a idade mediana ao casar da coorte, passando de 23 anos (na coorte de 30) para 24 anos na coorte de 40. Analogamente, o grupo com maior instrução (12 anos de estudo e mais) aumenta em dois anos a idade mediana ao casar entre a coorte de 30 e 40, passando de 25 para 27 anos (ver Tabela 3.5).

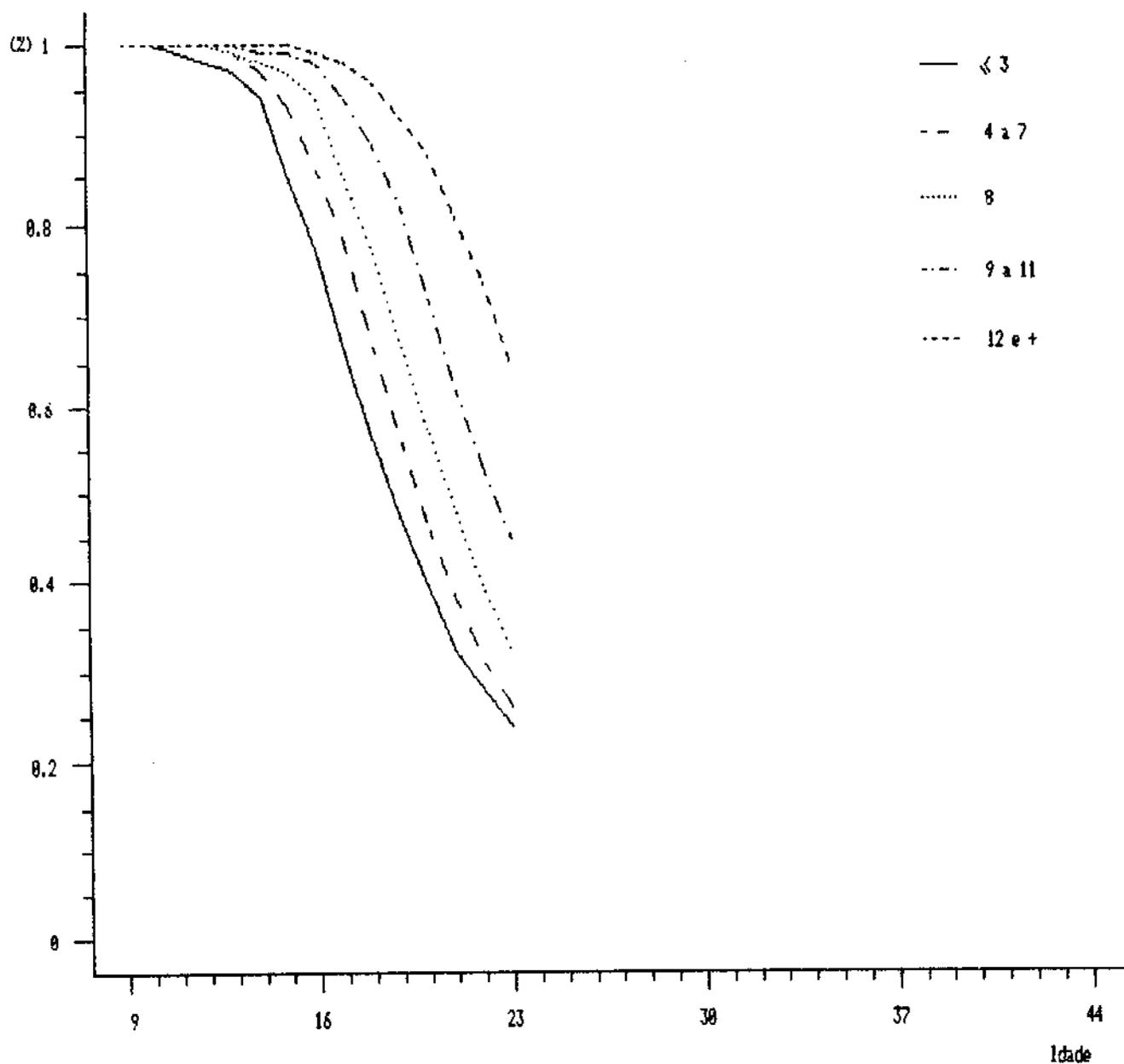
Para a coorte de 50, também se mantém os padrões diferenciais entre o primeiro e os dois últimos grupos de instrução, mas, novamente no grupo intermediário que corresponde às mulheres com 4 a 8 anos de estudo, redefinem-se dois tipos de padrões, correspondentes às mulheres com 4 a 7 e 8 anos de estudo. O primeiro grupo sempre fica mais próximo do grupo com menor instrução (idade mediana ao casar da coorte de 21 anos) e o grupo com 8 anos de estudo, mais próximo do grupo com 9 a 11 anos de estudo (neste caso, a idade mediana ao casar da coorte fica em 22 anos). E a distância entre estes dois novos grupos é relativamente menor que a distância existente entre eles e os outros dois grupos adjacentes. (Ver Gráfico 3.11)

Gráfico 3.10 Curvas de sobrevivência no estado de solteira das mulheres da coorte de 1940, por nível de instrução. (Dados censurados) Estado de São Paulo, 1984.



Fonte: Fita de dados da PNAD-84. Estado de São Paulo.

Gráfico 3.11 Curvas de sobrevivência no estado de solteira das mulheres da coorte de 1950, por nível de instrução. (Dados censurados) Estado de São Paulo, 1984.



Fonte: Fita de dados da PNAD-84. Estado de São Paulo.

Também é de interesse observar as possíveis mudanças ocorridas nos grupos de instrução ao longo das três coortes consideradas. Como já se pode imaginar pelos resultados da Tabela 3.5, as curvas de sobrevivência no estado de solteira do grupo com menor instrução (menos de 3 anos de estudo) não se altera no período [$W_2 = 0,58$ e $P(X_2^2 > W_2) = 0,75$ para dados censurados aos 25 anos]. Os grupos de 4 a 8 anos de estudo apresentam algumas flutuações no período, mas o grupo com 9 a 11 anos de estudo também não apresenta mudanças significativas entre as três coortes [$W_2 = 0,45$ e $P(X_2^2 > W_2) = 0,80$ para dados censurados aos 25 anos]. Mas o grupo com 12 anos de estudo ou mais é o que apresenta as maiores mudanças no período, quando se comparam as curvas de sobrevivência das coortes de 1930, 40 e 50 até 24 anos [$W_2 = 9,36$ e $P(X_2^2 > W_2) = 0,01$].

Portanto, pode-se concluir que as mudanças observadas nos padrões de idade ao casar, no período, podem estar afetadas, basicamente, pelas mudanças nos níveis de instrução da população, associado a uma maior qualificação, exigida pelo mercado de trabalho. As mudanças dentro dos grupos de instrução só ocorrem no grupo com 12 anos de estudo e mais, o qual representa, aproximadamente, 10% da população analisada.

Por último, é importante destacar que, dentro dos grupos de instrução, mantém-se o padrão das curvas de sobrevivência no estado de solteira, por cor. Ou seja, independente do grupo de instrução, as mulheres do grupo amarelo se mantêm com as uniões mais tardias, seguidas do grupo preto. Pardas e brancas estão no outro extremo, sem uma clara posição para cada grupo.¹

1. A análise estatística apropriada para verificar a interação das variáveis cor e nível de instrução, ao longo das três coortes estudadas, exige modelos de sobrevivência com covariáveis, que ficaram fora de alcance para serem utilizadas, pela falta de programas computacionais adequados e, a complexidade de seus cálculos.

Com relação ao celibato, as curvas de sobrevivência no estado de solteira mostram claramente que há maior incidência de solteiras nos grupos com maior instrução e menores proporções nos grupos com menor instrução. Na coorte da década de 30, verifica-se que a proporção de solteiras aos 44 anos, no grupo com 12 anos de estudo ou mais (19,8%), é quase três vezes e meio maior que no caso do grupo com menos de 4 anos de estudo (5,8%) (ver Gráfico 3.9). Os grupos com 4 a 8 e 9 a 11 anos de estudo, ficam numa situação intermediária com 7,5% e 13,0% de solteiras aos 44 anos, respectivamente.

Este padrão se repete se se observa a proporção de solteiras aos 34 anos na coorte de 40 (ver Gráfico 3.10) e a proporção de solteiras aos 24 anos na coorte de 50 (ver Gráfico 3.11). Estes resultados mostram que há uma relação direta entre o nível de instrução da mulher e a proporção de solteiras. Na medida que os grupos de maior nível de instrução adiam seus casamentos, as mulheres destes grupos enfrentam a desvantagem do mercado matrimonial, na medida que os homens "disponíveis", sob o padrão tradicional de união (o homem sendo alguns anos mais velho que a esposa), será cada vez mais restrito (Berquó, 1986).

3.3 DIFERENÇA DE IDADE ENTRE OS CÔNJUGES

Será estudado, em detalhe, o padrão apresentado pela diferença de idade entre os cônjuges. A magnitude desta diferença depende desde aspectos culturais, incluindo os grupos raciais, o nível de instrução e outros, até a situação de residência, o grupo social a que pertence o casal, ou a ordem da união do casal (Atkinson e Glass, 1985; Vera, Bernardo e Bernardo, 1985; e Casterline, Williams e McDonald, 1986).

Como pode ser visto na Tabela 1.1, para anos próximos a 1980, a diferença entre a idade média ao casar dos cônjuges, varia de 1,9 anos na região norte da América, 2,9 na região Sul, 3,1 na Europa, 4,3 na Ásia e 5,2 anos na região norte da África; mostrando grandes diferenças ao redor do mundo.

No caso do trabalho de Casterline et alli (1986), os autores também observam diferenças regionais, quando analisam a mediana da diferença de idade entre os cônjuges, baseados em dados levantados pela Pesquisa Mundial sobre Fecundidade (W.F.S.) em 28 países. Neste caso os países considerados da África são os que mostram as maiores diferenças medianas (acima de 7 anos, em média) e os países do leste e sudeste da Ásia, como os países da América do Sul, apresentam diferenças medianas menores e próximas a 4 anos, em média, no último caso (ver Tabela 1.8).

Este padrão coincide com o que foi observado na Tabela 1.1, para estas mesmas regiões, mas, certamente, os níveis são diferentes, já que se utilizaram medidas distintas (diferenças entre SMAM no primeiro caso e diferenças medianas no último), e nem sempre foram considerados os mesmos países, por região.

Neste item será analisada diretamente a variável diferença de idade entre os cônjuges, calculada a partir da idade ao início da união, declarada diretamente pelas entrevistadas da PNAD-84.

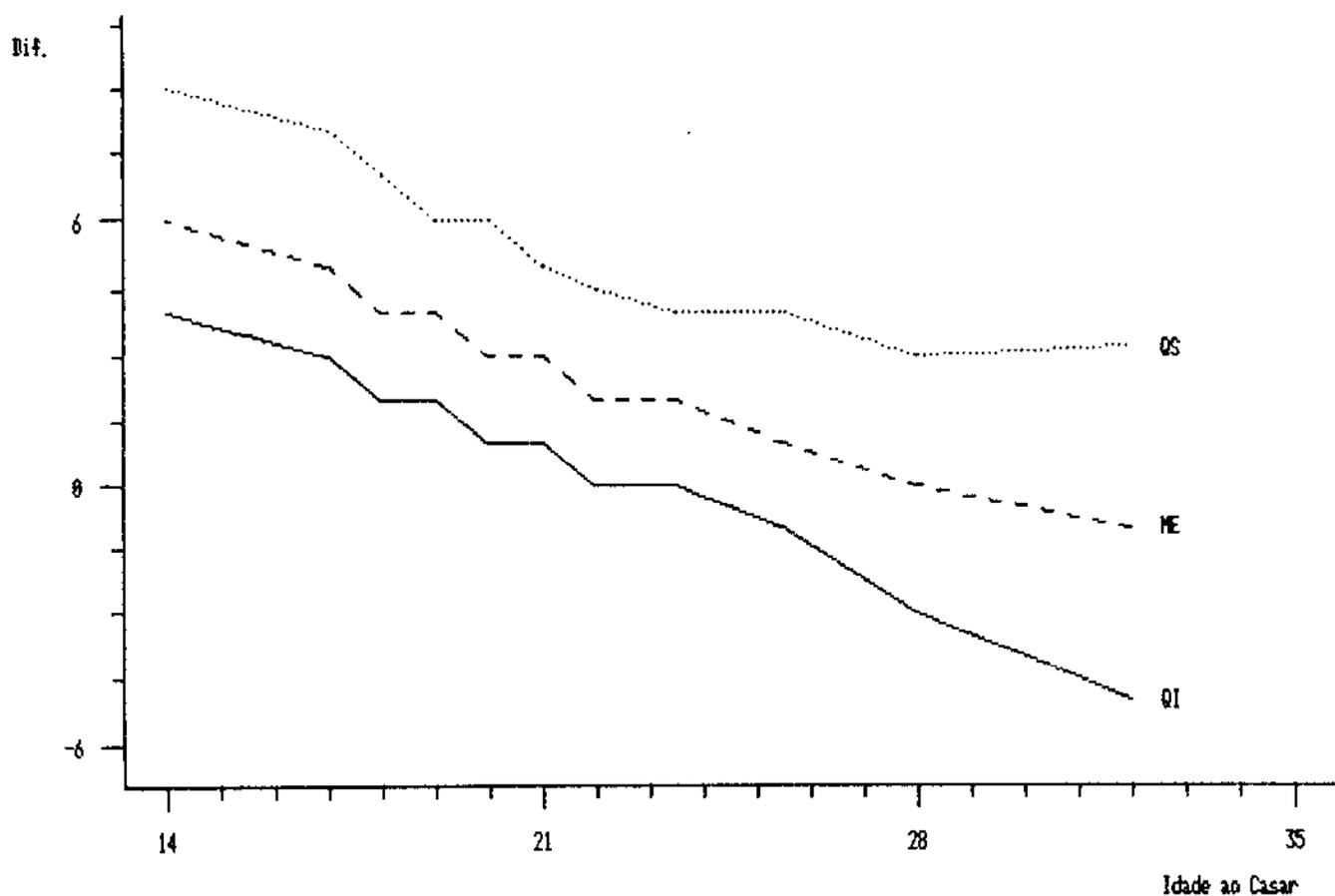
A análise se restringirá às primeiras uniões das mulheres (já que se desconhece a ordem da união do marido) e se controlará a cor da mulher (porque também não foi levantada a informação sobre a cor do marido) e seu nível de instrução.

3.3.1 Análise Transversal

Na perspectiva transversal, o resultado obtido, inicialmente, é a verificação de um fato já conhecido: a diferença de idade entre os cônjuges depende basicamente da idade ao casar da mulher. Seguindo o padrão tradicional, onde as mulheres se unem a homens alguns anos mais velhos do que elas, quanto mais jovem é a mulher, maior será o número de opções possíveis. Mas, na medida em que a mulher se une mais tarde, a parcela da população masculina "disponível" vai diminuindo, dado que se trata de uma sociedade monogâmica. Isto acentua-se, ainda, pela mortalidade diferencial por sexo e pela concorrência de todas as mulheres solteiras mais jovens. (Berquó, 1986 e 1987)

No Gráfico 3.12 pode-se ver claramente, através da diferença de idade mediana entre os cônjuges que, quanto mais jovem a mulher inicia sua união, maior tende a ser a diferença de idade com seu cônjuge. Esta diferença mediana se torna próxima de zero quando as mulheres se unem próximas aos 28 anos e, daí em diante, a diferença de idade mediana se torna negativa, indicando a faixa de idade ao casar onde será mais frequente a união de mulheres com homens mais jovens do que elas.

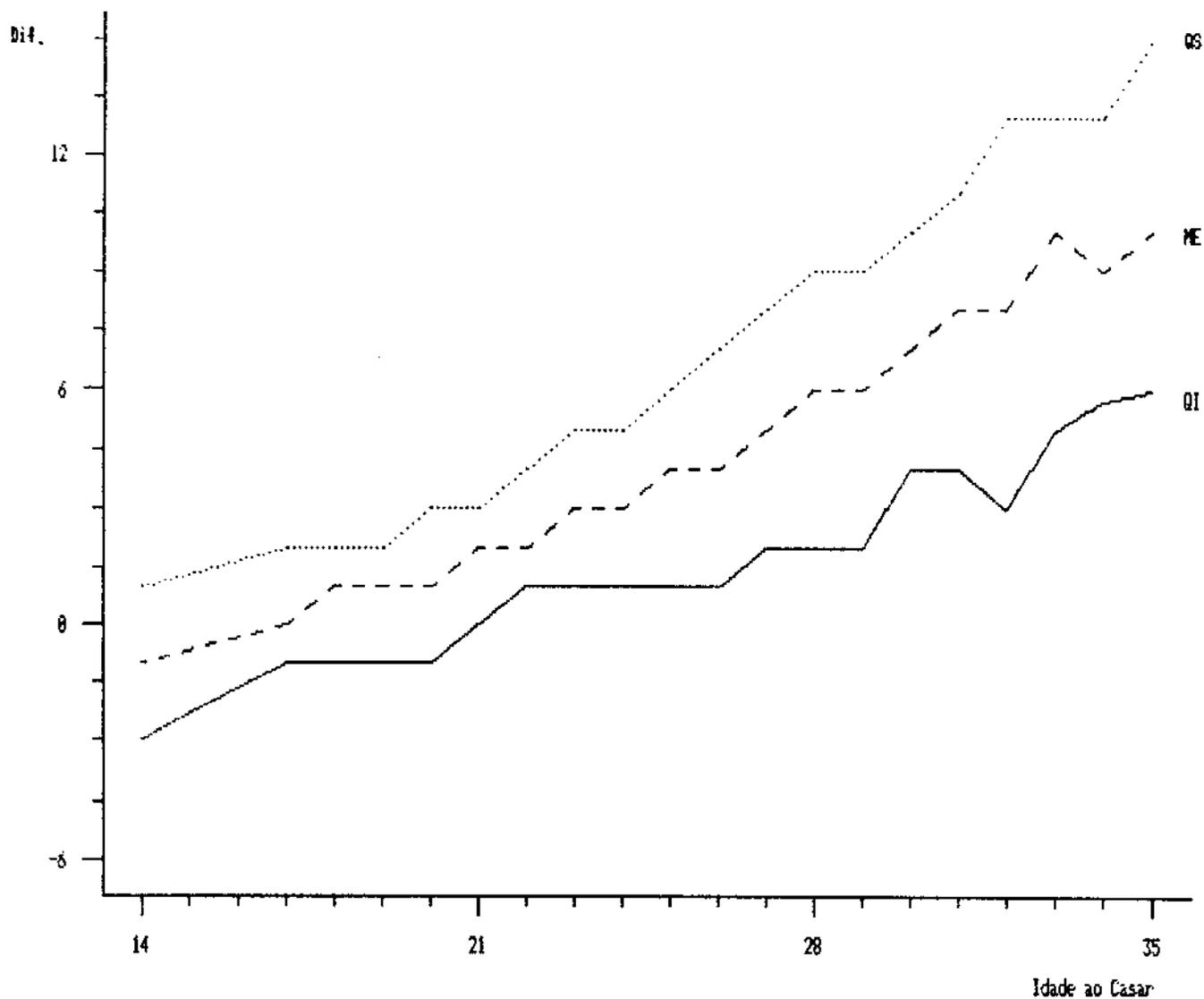
Gráfico 3.12 Diferença de idade entre os cônjuges (em anos), considerando a idade ao casar da mulher. Estado de São Paulo, 1984.



Fonte: Fita de dados da PNAD-84. Estado de São Paulo.

Nota: QI = Quartil Inferior, Me = Mediana, QS = Quartil Superior.

Gráfico 3.13 Diferença de idade entre os cônjuges (em anos), considerando a idade ao casar do homem. Estado de São Paulo, 1984.



Fonte: Fita de dados da PNAD-84. Estado de São Paulo.

Nota: QI = Quartil Inferior, Me = Mediana, QS = Quartil Superior.

Por sua vez, se se observa a diferença de idade mediana entre os cônjuges, considerando agora a idade ao casar dos homens, a relação é inversa: quanto mais velho se une o homem, maior é a diferença de idade entre ele e seu cônjuge.¹ Neste caso, o mercado matrimonial lhes é completamente favorável, contando com o contingente de mulheres mais jovens do que eles para escolher. (Ver Gráfico 3.13)

Uma característica da curva dos homens é apresentar uma variabilidade um pouco menor que a das mulheres, principalmente nas idades mais jovens (menores de 25 anos), onde a distância interquartilica chega a 3 anos, sendo a das mulheres, na mesma faixa etária, de 5 anos. Isto é, mais uma vez, o reflexo do mercado matrimonial que, nesta faixa etária, favoreceria mais às mulheres, ficando os homens com menor número de opções, segundo o padrão tradicional de escolha.

Complementando estes dados, pode-se dizer, também, que a diferença média de idade entre os cônjuges é de 3,8 anos, com um desvio-padrão de 5,4 no total da população estudada. Sua mediana corresponde a 3 anos e em 50% dos casos a diferença de idade entre os cônjuges varia entre 1 e 6 anos (quartil inferior e superior, respectivamente). (Ver Tabela 3.6) Considerando-se a proporção de uniões onde o marido é mais novo que a mulher, corresponde a 15,4%, só que na grande maioria dos casos (10,9%) a diferença não ultrapassa 3 anos. Somente 3,1% dos casais apresentam diferença de idade maior de que 5 anos.

Estes resultados colocam o estado de São Paulo, dentro do padrão de diferença de idade entre os cônjuges observado por Casterline et alii (1986) para a América Latina, próximo de

1. Este resultado deve ser observado com cuidado, já que no caso das mulheres, trata-se de sua primeira união, mas no caso dos homens, não se tem esta informação. Portanto, no caso deles, somente foram graficados seus resultados até os 35 anos, já que para uniões que os homens iniciam depois dos 35 anos, acredita-se que há uma probabilidade cada vez maior de se tratar de recasamentos, e, neste caso, trata-se das primeiras uniões, em geral.

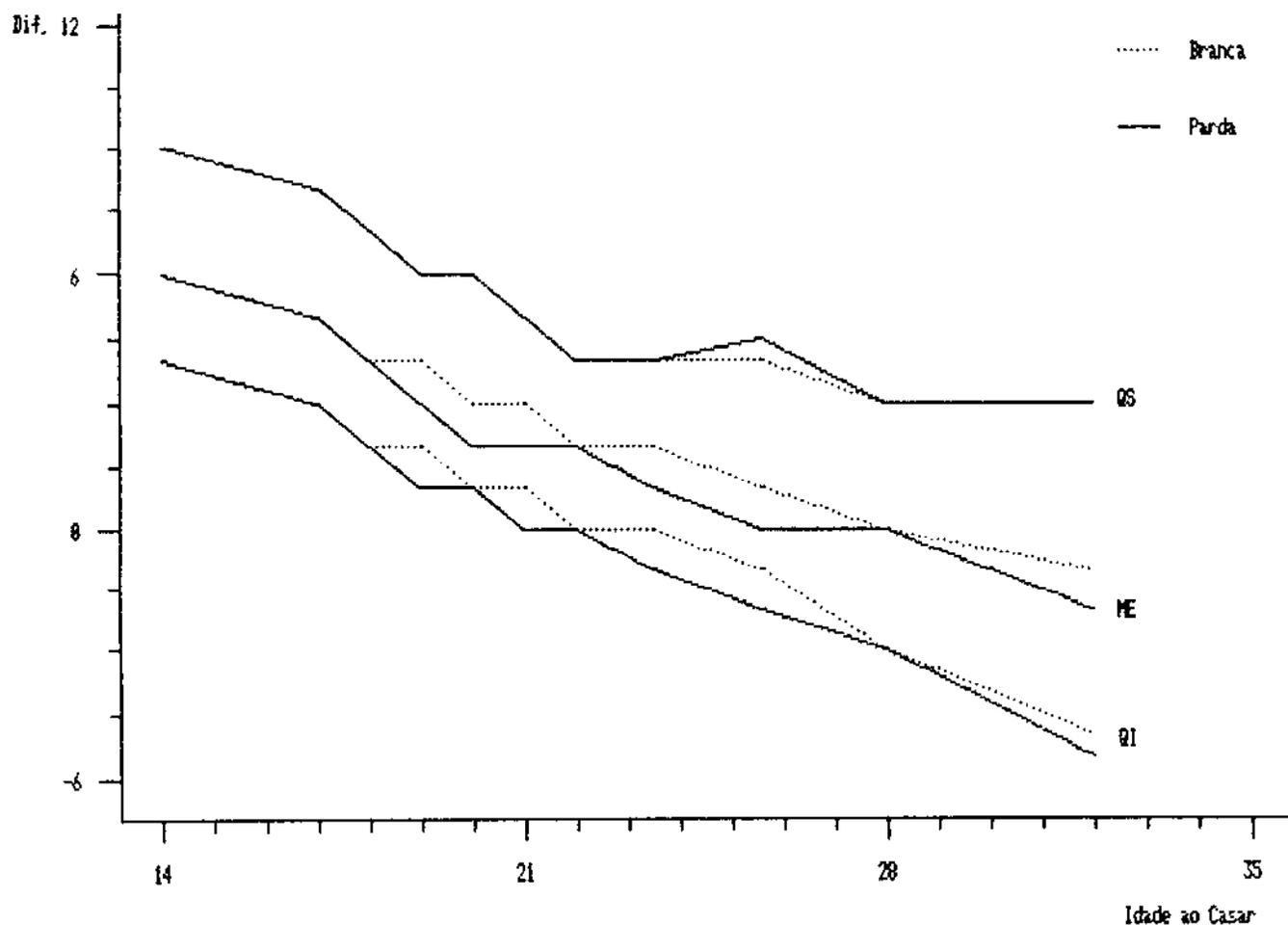
países como Costa Rica e México, que apresentam as menores diferenças medianas, alta proporção de uniões onde o marido é mais novo que sua esposa e as menores distâncias interquartílicas (ver Tabela 1.8).

Analisando a diferença de idade entre os cônjuges por cor (da mulher), vê-se que há muita pouca diferença entre eles. Graficamente, são apresentados os resultados para as mulheres brancas e pardas.¹ O Gráfico 3.14 mostra que o comportamento de brancas e pardas é muito semelhante, apesar de não serem significativamente iguais. As pardas mostram menores diferenças de idade entre os cônjuges que as brancas, desde os 19 anos de idade, salvo no caso das uniões iniciadas aos 22 e 28 anos, em cujo caso a diferença de idade entre os cônjuges coincide, para ambos grupos de cor. A situação é análoga se observada a diferença quartílica inferior, na qual as pardas continuam com menor diferença do que as brancas. Já no caso da diferença quartílica superior, observa-se um comportamento quase idêntico entre os dois grupos de cor, salvo para as uniões iniciadas aos 25 anos, onde as pardas apresentam uma diferença de idade levemente superior à das brancas.

A seguir observam-se na Tabela 3.6 as medidas estatísticas resumo para cada grupo de cor da mulher, que também mostra a pouquíssima diferença entre eles. A diferença de idade mediana entre os cônjuges é de 3 anos (independente da cor), a média varia entre 4,1 anos para pardas e 3,2 anos para amarelas, como era de esperar, já que as mulheres amarelas costumam se casar mais tarde e, portanto, apresentam menor diferença entre os cônjuges. As médias de pardas e amarelas apresentam uma diferença estatisticamente significativa, mas as médias de brancas, pardas e pretas ou brancas, pretas e amarelas não são estatisticamente diferentes.

1. O tamanho da amostra para as mulheres pretas e amarelas foi insuficiente para estudar seu comportamento neste nível de desagregação.

Gráfico 3.14 Diferença de idade entre os cônjuges (em anos), considerando a idade ao casar das mulheres brancas e pardas. Estado de São Paulo, 1984.



Fonte: Fita de dados da PNAD-84. Estado de São Paulo.

Nota: QI = Quartil Inferior, Me = Mediana, QS = Quartil Superior.

Tabela 3.6 Diferença de idade entre os cônjuges.
Medidas resumo por cor.
Estado de São Paulo, 1984.

Cor da Mulher	Observações Total	%	Min	QI	Me	QS	Max	\bar{X}	D. P.
Branca	9.637	73,3	-24	1	3	6	52	3,8	5,2
Parda	2.806	19,8	-21	0	3	7	40	4,1	6,0
Preta	632	4,8	-12	0	3	6	38	3,6	6,0
Amarela	271	2,1	-17	1	3	6	26	3,2	4,9
Total	13.146	100,0	-24	1	3	6	52	3,8	5,4

Fonte: Fita de dados da PNAD-84. Estado de São Paulo.

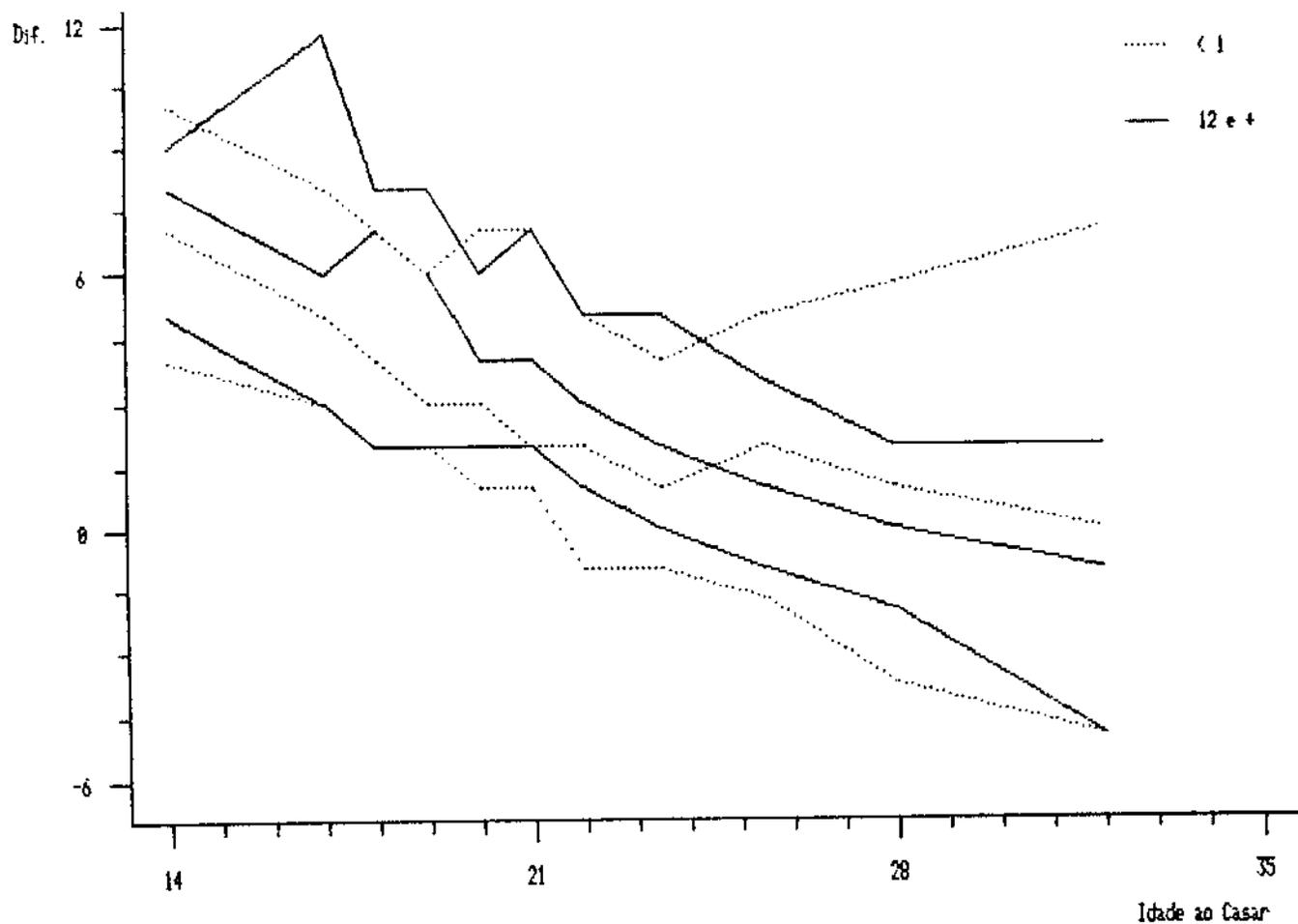
Nota: Min=Valor Mínimo, QI=Quartil Inferior, Me=Mediana, \bar{X} =Média, QS=Quartil Superior, Max=Valor Máximo, D.P.=Desvio Padrão.

Por outro lado, a diferença de idade entre os cônjuges apresenta maior variabilidade entre pardas e pretas, representada por uma distância interquartílica de 7 e 6 anos, respectivamente, e um desvio-padrão de 6. Brancas e amarelas têm uma variabilidade menor, com uma distância interquartílica de 5 anos e um desvio-padrão próximo do mesmo valor.

Com relação a proporção de uniões onde o marido é mais novo que a mulher, verifica-se que esta proporção é levemente inferior que a média da população para as mulheres brancas (14,7%) e um pouco superior para pardas (17,9%), pretas (18,0%) e amarelas (18,4%); mostrando uma maior aceitação das mulheres não brancas por este tipo de união.

Por último, considerando o nível de instrução da mulher, tem-se no Gráfico 3.15, as diferenças de idade entre os cônjuges para os dois grupos extremos: menos de 1 ano de estudo e 12 anos de estudo ou mais.

Gráfico 3.15 Diferença de idade entre os cônjuges (em anos), considerando a idade ao casar das mulheres com menos de 1 ano de estudo e 12 anos de estudo e mais. Estado de São Paulo, 1984.



Fonte: Fita de dados da PNAD-84. Estado de São Paulo.
 Nota: QI = Quartil Inferior, Me = Mediana, QS = Quartil Superior.

Este gráfico mostra que, considerando a diferença mediana, as mulheres com menor instrução, que se unem antes dos 24 anos, apresentam menor diferença de idade entre os cônjuges do que as mulheres com 12 anos de estudo e mais (esta diferença é de aproximadamente 1 ano). Após esta idade, a relação se inverte, sendo agora a diferença mediana de idade entre os cônjuges, superior em 1 ano, para o grupo com menor instrução.

Com relação à diferença quartílica inferior, as uniões de mulheres com menos de 1 ano de instrução, que se iniciam após os 19 anos, apresentam menor diferença que no caso de mulheres com 12 anos de estudo ou mais (esta diferença é de aproximadamente 1 ano).

Por último, a diferença quartílica superior apresenta três tipos de padrão: no caso de uniões que se iniciam até os 19 anos, há uma maior diferença de idade entre os cônjuges, no caso de mulheres com 12 anos de estudo ou mais. As diferenças se aproximam para os dois grupos de instrução, na faixa de início das uniões que vai de 20 a 25 anos. E, para as uniões que se iniciam após os 25 anos, a diferença de idade com o cônjuge se inverte: no grupo com menor instrução esta diferença é crescente e no caso do grupo com mais de 12 anos de estudo, segue a tendência decrescente, mais próxima do padrão geral observado no Gráfico 3.12.

Estes resultados mostram que, controlando a idade ao casar da mulher, observam-se poucas diferenças no padrão de diferença de idade entre os cônjuges, tanto se se consideram os grupos de cor ou o nível de instrução da mulher. Estes resultados parecem interessantes, já que estudo realizado por Atkinson e Glass (1985) nos Estados Unidos, no período 1900-1980, mostrava que, em geral, se observava maior heterogamia de idade nos grupos com menor instrução e de cor negra.

Por outro lado, a Tabela 3.7 apresenta dados resumo da diferença de idade entre os cônjuges por nível de instrução da mulher, e o resultado parece contraditório, já que o grupo com menor instrução apresenta maior diferença de idade entre os cônjuges (mediana de 4 anos e média de 4,8 anos) e para o grupo com maior instrução estas diferenças são 2 e 2,4 anos para a mediana e média, respectivamente. A explicação está no fato de que as mulheres com menor instrução se casam mais cedo, e quanto mais cedo a mulher inicia a união, maior tende a ser a diferença de idade com seu cônjuge, como se verifica no Gráfico 3.15.¹

Tabela 3.7 Diferença de idade entre os cônjuges. Medidas resumo por grupos de instrução da mulher. Estado de São Paulo, 1984.

Anos de Estudo	Observações Total	%	Mín	QI	Me	QS	Max	\bar{X}	D.P.
< 1	1.661	12,6	-17	1	4	7	49	4,8	6,7
1 - 3	2.745	20,9	-21	1	3	6	40	4,0	5,4
4	3.873	29,5	-17	1	3	6	52	3,8	5,3
5 - 7	1.356	10,3	-20	1	3	6	32	3,9	5,1
8	1.088	8,3	-22	1	3	6	37	3,5	5,0
9 - 11	1.501	11,4	-24	0	3	5	31	3,3	4,9
12 e +	922	7,0	-13	0	2	5	24	2,4	4,7
Total	13.146	100,0	-24	1	3	6	52	3,8	5,4

Fonte: Fita de dados da PNAD-84. Estado de São Paulo.

Nota: Min=Valor Mínimo, QI=Quartil Inferior, Me=Mediana, \bar{X} =Média, QS=Quartil Superior, Max=Valor Máximo, D.P.=Desvio Padrão.

Isto permite concluir que se a diferença de idade entre os cônjuges depende basicamente da idade ao casar da mulher (ou do homem), em última instância depende do mercado matrimonial. Portanto, a idade ao casar é um fator que deve ser levado em

1. A nível geral, 85% das mulheres com menos de 1 ano de estudo se unem antes dos 25 anos, ao passo que somente 53,5% das mulheres com 12 anos de estudo e mais o fazem neste intervalo de idade.

consideração na análise da diferença de idade entre os cônjuges, para que não se chegue a conclusões ambíguas ou contraditórias.

A diferença de idade entre os cônjuges, quando as mulheres têm 1 a 11 anos de estudo, fica numa situação intermediária, entre os dois grupos extremos analisados. E, as médias não apresentam diferenças significativas entre si.

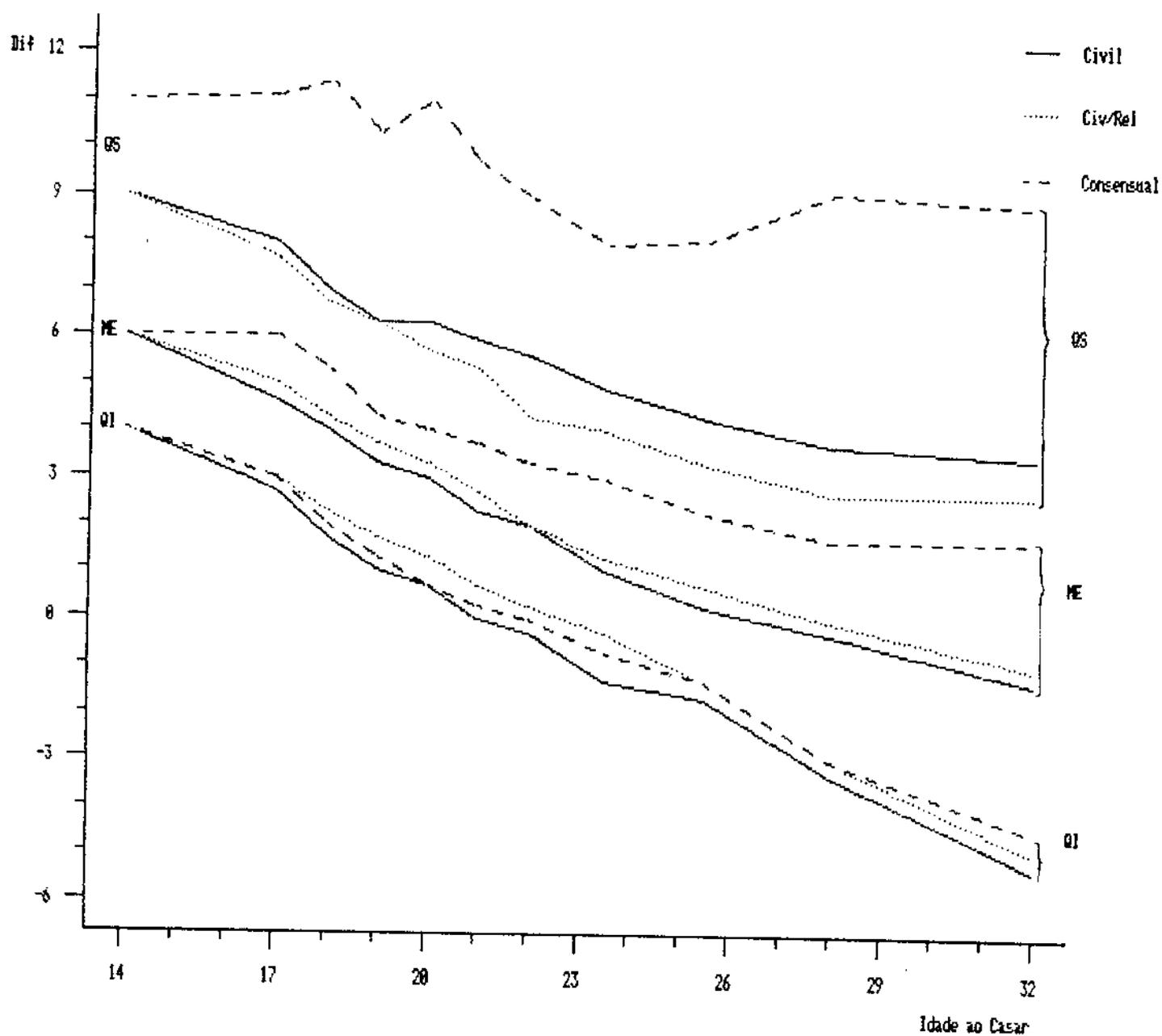
Em geral, pode-se concluir que, ao analisar a diferença de idade entre os cônjuges, considerando os grupos de instrução da mulher, a diferença média somente mostra três padrões estatisticamente distintos: o das mulheres com menos de 1 ano de estudo, com 1 a 11 e com 12 anos de estudo ou mais. E este padrão está associado à idade ao casar da mulher, em cada caso.

Por último, se considera-se a proporção de uniões onde o marido é mais novo que a mulher, varia entre 13,7% no caso das mulheres com menos de 1 ano de estudo e 18,0% com 9 a 11 anos de estudo. O grupo que se destaca neste caso é o das mulheres com 12 anos de estudo ou mais. Neste caso, quase 1/4 das uniões (24,0%) correspondem a uniões onde o marido é mais novo que a mulher, mas somente 3,6% ultrapassam uma diferença de 5 anos.

Finalmente, destaca-se a relação entre os tipos de união e a diferença de idade entre os cônjuges. No Gráfico 3.18, pode-se ver que a diferença mediana de idade entre os cônjuges é menor no caso das uniões civis, seguida de perto das uniões civil-religiosa.¹ O caso que chama a atenção é o da união consensual, porque sempre apresenta uma maior diferença de idade entre os cônjuges, com relação à união civil ou civil-religiosa. Esta diferença é de quase 1,5 anos a mais na mediana, com relação à união civil, independente da idade ao casar da mulher, salvo no caso de uniões que se iniciaram antes dos 15 anos.

1. A união religiosa, pela sua reduzida frequência, apresenta oscilações, mas em níveis superiores às diferenças anteriores.

Gráfico 3.16 Tipos de união e diferença de idade entre os cônjuges (em anos), fixada a idade ao casar da mulher. Primeiras uniões. Estado de São Paulo, 1984.



Fonte: Fita de dados da PNAD-84. Estado de São Paulo.

Analogamente, se se observam os quartis, no Gráfico 3.16, pode-se ver que, no caso do quartil inferior, aparecem poucas variações entre os tipos de união; as diferenças se apresentam nos valores do quartil superior. Neste último caso, as uniões consensuais novamente são as que apresentam as maiores diferenças de idade entre os cônjuges e elas são quase 4 anos superiores ao caso de uniões civil-religiosa ou só civil, em média.

Isto leva a pensar, novamente, na hipótese de que quando as mulheres se casam em união consensual, na sua primeira união, tratar-se-ia, na sua grande maioria, de uniões com homens separados, com os quais não poderiam realizar uma união legal. Além disso, poder-se-ia levantar uma segunda hipótese, no que diz respeito aos homens separados que se recasam: eles prefeririam mulheres mais jovens do que sua esposa anterior, e isto poderia explicar a maior diferença de idade entre os cônjuges em união consensual, que se observa sistematicamente e independente da idade ao casar da mulher.

Os resultados da Tabela 3.8, também confirmam o comportamento das uniões consensuais. Apesar das restrições indicadas para estes resultados no caso da Tabela 3.7, neste caso já sabemos que não há grandes diferenças na distribuição da idade ao casar por tipo de união (ver Tabela 3.1), portanto, os resultados da Tabela 3.8 confirmam que os casais em união consensual apresentam as maiores diferenças de idade entre os cônjuges e, também, a maior variabilidade (desvio-padrão de 8,1 anos).

Tabela 3.8 Diferença de idade entre os cônjuges.
Medidas resumo por tipos de união
Estado de São Paulo, 1984.

Tipos de União	Observações Total	%	Min	QI	Me	QS	Max	\bar{X}	D. P.
Civ/Rel	9.353	71,1	-22	1	3	6	49	3,4	4,6
Civil	2.253	17,2	-17	1	3	7	52	4,0	5,9
Relig.	326	2,5	-11	1	4	9	32	5,4	6,8
Consens.	1.214	9,4	-24	1	5	10	40	6,1	8,1
Total	13.146	100,0	-24	1	3	6	52	3,8	5,4

Fonte: Fita de dados da PNAD-84. Estado de São Paulo.

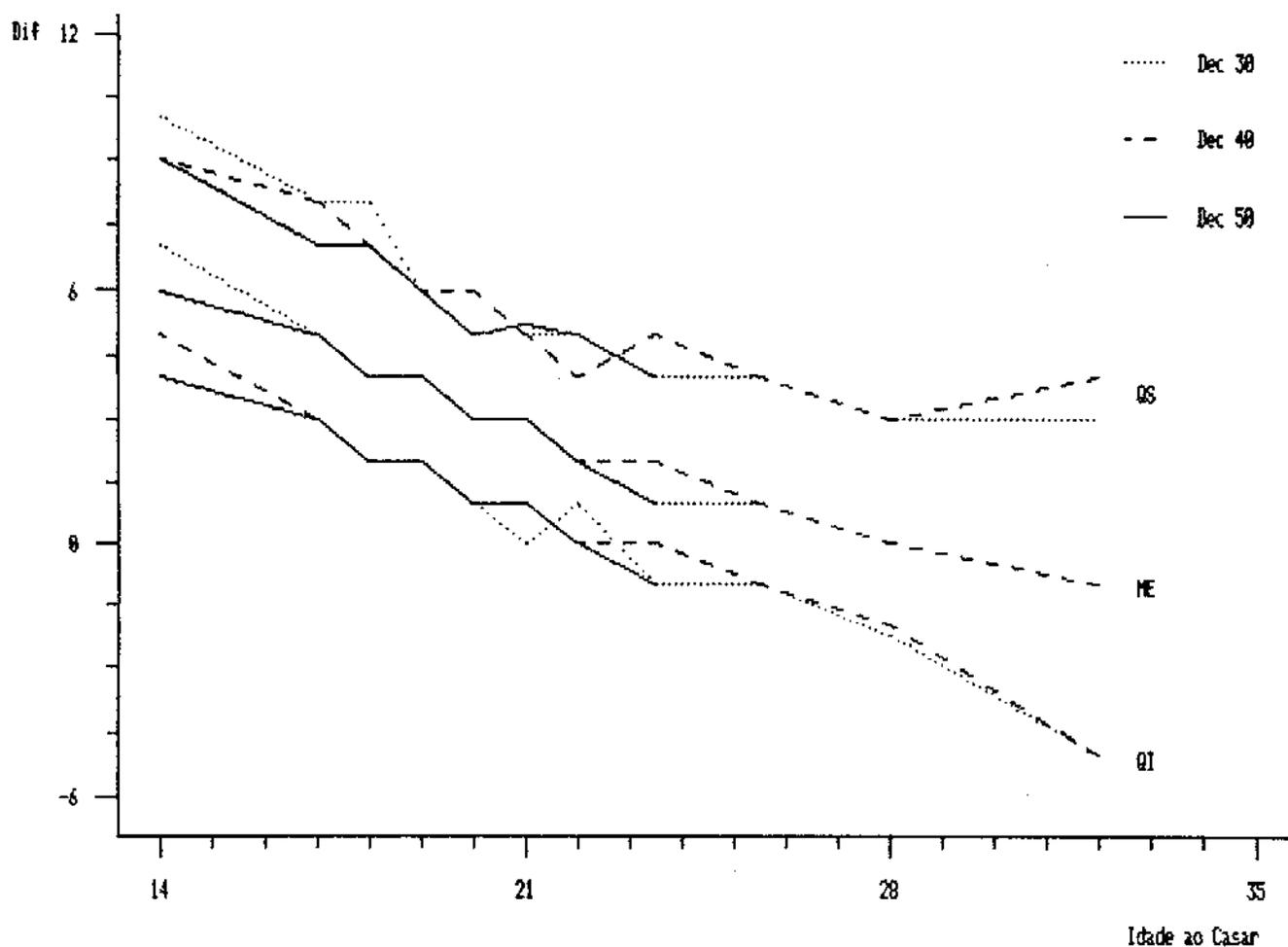
Nota: Min=Valor Mínimo, QI=Quartil Inferior, Me=Mediana, \bar{X} =Média, QS=Quartil Superior, Max=Valor Máximo, D.P.=Desvio Padrão.

Utilizando o teste de Scheffé se verifica que a diferença média de idade entre os cônjuges das uniões consensuais e religiosas (6,1 e 5,4 anos, respectivamente), são significativamente maiores que a diferença média de idade entre os cônjuges das uniões civil ou civil-religiosa (4,0 e 3,4 anos, respectivamente).

3.3.2 Análise Longitudinal

Finalmente, na análise longitudinal dos dados, retoma-se o estudo das coortes de nascimento das mulheres. Considerando os dados censurados aos 44, 34 e 24 anos para as coortes de 1930, 40 e 50 respectivamente, apresentam-se os resultados da diferença mediana, quartil superior e quartil inferior de idade entre os cônjuges, considerando a idade ao casar da mulher, na sua primeira união (ver Gráfico 3.17).

Gráfico 3.17 Diferença de idade entre os cônjuges (em anos), considerando a idade ao casar das mulheres da coorte de 1930, 1940 e 1950. (Dados censurados)
Estado de São Paulo, 1984.



Fonte: Fita de dados da PNAD-84. Estado de São Paulo.

Nota: QI = Quartil Inferior, Me = Mediana, QS = Quartil Superior.

O gráfico anterior mostra que praticamente não se produz nenhuma mudança no padrão de diferença de idade entre os cônjuges no período considerado, no intervalo de idade onde é maior a intensidade de início de uniões (de 17 e 23 anos). As diferenças ficam nos extremos, afetadas também pela pequena frequência destas faixas etárias, na amostra.

Portanto, pode-se concluir que o padrão geral, já descrito no início desta seção, mantém-se, havendo muita pouca diferença por nível de instrução da mulher, por grupos de cor ou pela sua coorte de nascimento.

Isto mostra que a diminuição na diferença de idade entre os cônjuges, estimada pela diferença entre a idade média ao casar de homens e mulheres, estimada indiretamente através da SMAM nos últimos censos, deve estar refletindo o efeito do aumento da idade ao casar na diferença de idade entre os cônjuges, mas não uma verdadeira mudança no padrão da diferença de idade ao casar.

3.4 OS TIPOS DE UNIÃO

Este aspecto da nupcialidade - os tipos de união - tem sido amplamente estudado, no Brasil, através das informações levantados nos três últimos censos (1960, 1970 e 1980), nos quais finalmente se definiu e se manteve uma mesma classificação para o estado civil ou conjugal da população com 15 anos e mais (Silva, 1979; Albuquerque, Martins e Dias, 1981; Altman, 1981, Berquó, 1987; e outros). Há também, estudos baseados em outras fontes, como a Pesquisa Nacional de Reprodução Humana (PNRH) utilizada por Berquó e Loyola (1984).

Esses estudos mostraram a evolução dos tipos de união na população brasileira, a nível nacional, de grandes regiões e de estados, indicando tendências, hoje confirmadas de aumento das uniões legais, diminuição das uniões só religiosas e grande aumento relativo das uniões consensuais.

O estado de São Paulo, neste caso, mostra uma tendência um pouco diferente para as uniões legais, já que o censo de 1980 indica um leve declínio deste tipo de união, com relação aos censos de 60 e 70. Em 1960, o censo acusava que 92,1% da população em união estava casada legalmente, passando a 92,8% no censo de 70 e diminuindo para 89,1% no censo de 80.

Nesta seção, pretende-se analisar, com maior detalhe, as características e tendências das formas de união no estado, destacando-se os diferenciais por cor e nível de instrução da mulher. Também serão identificados os momentos de mudança, através da análise longitudinal, utilizando as três coortes de nascimento das mulheres (décadas de 1930, 40 e 50), já consideradas nas seções anteriores.

3.4.1 Análise Transversal

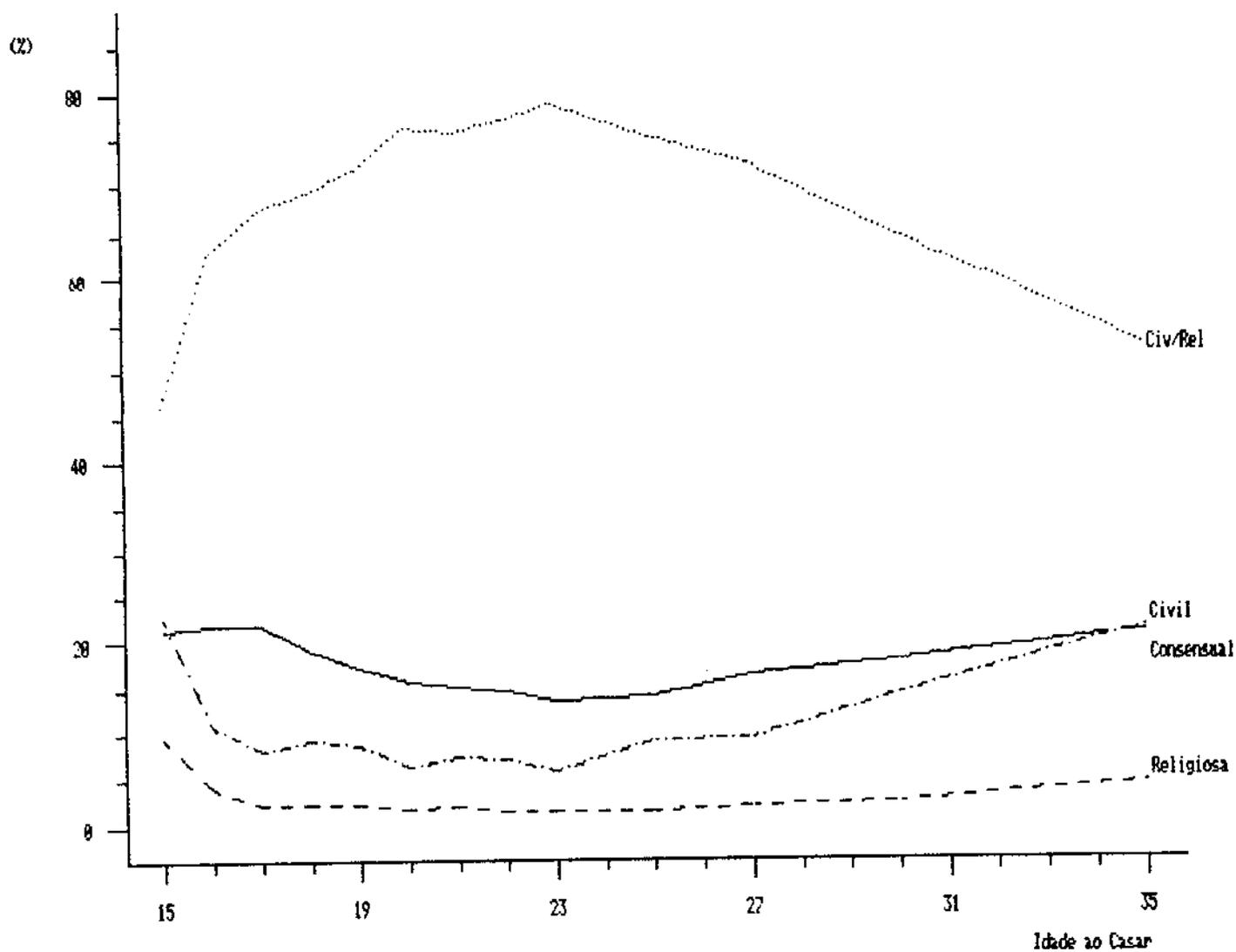
Na perspectiva transversal, observa-se que a primeira união da população feminina residente no estado de São Paulo em 1984, distribui-se entre os distintos tipos de união da seguinte maneira: 88,2% são uniões legais, 71,1% correspondem a uniões civil-religiosas e 17,1% a uniões só civis. A união consensual representa 9,2% dos casos e os 2,5% restantes correspondem a uniões só religiosas. (Ver Tabela 3.9)

Independente da idade ao casar, a união civil-religiosa é sempre predominante em relação aos demais tipos. A curva etária das uniões civil-religiosas, entretanto, parte de valores mais baixos para os casamentos precoces, ascendendo até atingir um máximo para as uniões iniciadas aos 23 anos, começando então a declinar. As curvas referentes às uniões só civis e consensuais, principalmente estas últimas, têm, por outro lado, comportamento inverso: prevalência maior para casamentos precoces, declinando em seguida para atingir um mínimo em correspondência aos 23 anos, ascendendo a partir daí. As uniões do tipo só religioso se mantêm num patamar relativamente baixo e constante, a partir dos 17 anos e até os 31. (Ver Gráfico 3.18)

Com relação às uniões consensuais, o aumento verificado a partir dos 23 anos pode ser interpretado pelo fato de que as mulheres que iniciam sua primeira união, após esta idade, devem ter maior probabilidade de se unir a homens separados somente de fato, ficando impedidas de optar por uma união legal.¹

1. Como já se observou anteriormente, a PNAD-84 não tem informação sobre a ordem de união do marido, por isso não pode-se verificar esta hipótese.

Gráfico 3.18 Tipos de união segundo a idade ao casar da mulher na primeira união.
Estado de São Paulo, 1984.



Fonte: Fita de dados da PNAD-84. Estado de São Paulo.

Por outro lado, ao serem considerados os grupos de cor, observam-se algumas variações. As mulheres brancas e amarelas optam pela união legal, em média, em 90,7% e 96,7% dos casos, respectivamente; sendo que quase 76% correspondem a uniões civil-religiosas. (Ver Tabela 3.9)

No caso das mulheres pardas e pretas, estas porcentagens caem para 80,7% e 75,6% no caso das uniões legais e para 56% e 51% no caso das uniões civil-religiosas, respectivamente. Estas diferenças entre os dois grupos é preenchida com a maior proporção de uniões consensuais (15,2% e 19,5% das uniões de mulheres pardas e pretas, respectivamente, contra 7,2% e 2,2% no caso de brancas e amarelas) e a maior proporção de uniões de tipo só religioso (mais de 4,0% nas pardas e pretas, e menos de 2,0% no caso de brancas e amarelas).

Tabela 3.9 Tipos de união na primeira união da mulher, por cor. Estado de São Paulo, 1984.

Grupos de Cor	Total Geral	União Legal			União Não Legal		
		Total	Civ/Rel.	Só Civil	Total	Consens.	Só Rel
Branca	9.637	90,7	76,3	14,6	9,1	7,2	1,9
Parda	2.606	80,7	56,4	24,3	19,3	15,2	4,1
Preta	632	75,6	51,1	24,5	24,4	19,5	4,9
Amarela	271	96,7	76,4	20,3	3,3	2,2	1,1
Total	13.146	88,2	71,1	17,1	11,7	9,2	2,5

Fonte: Fita de dados da PNAD-84. Estado de São Paulo.

Se se considera, também, a idade ao casar, verifica-se que os quatro grupos de cor seguem o padrão descrito no Gráfico 3.18, respeitando-se o nível de preferência de cada tipo de união por cor; ou seja, no caso de brancas e amarelas, tem-se uma maior proporção de uniões de tipo civil-religioso, mas seguindo o padrão geral por idade ao casar, já observado anteriormente. (Lazo, 1988)

Ao considerar o nível de instrução da mulher, verificou-se que o padrão de união é relativamente próximo para as mulheres com até 7 anos de estudo. Neste caso, elas optam pela união legal em 86,7% dos casos, sendo que 67,1% são uniões civil-religiosas. O grupo com 8 anos de estudo ou ginásio completo, se apresenta como um grupo intermediário, com 91% de uniões legais e 78,1% de uniões civil-religiosas. Por último, no grupo com 9 anos de estudo e mais, verifica-se uma maior preferência por uniões legais (93,1% dos casos) e civil-religiosa (84,1% dos casos). Estes resultados confirmam que há uma associação entre o tipo de união escolhido e o nível de instrução da mulher, como observaram Berquó e Loyola (1984) ao afirmar que as uniões legais predominam nos estratos economicamente mais elevados e mais escolarizados.¹

Por outro lado, dentro das uniões não legais, o nível das uniões só religiosas é baixo em todos os casos (inferior a 2,5%), salvo no grupo de menos de 1 ano de estudo, onde 7,1% das mulheres declararam ter optado por este tipo de união, na sua primeira união.

As uniões consensuais aparecem em maior proporção nos grupos com menos de 8 anos de estudo, onde atingem níveis superiores a 10% (salvo o caso das mulheres com primário completo ou 4 anos de estudo, onde a porcentagem chega somente a 8,4% dos casos), e esta preferência decresce à medida se observam as mulheres com maior instrução, chegando a 5% das primeiras uniões de mulheres com 12 anos de estudo ou mais.

1. Deve-se lembrar que as informações disponíveis sobre renda, somente correspondem ao momento da entrevista e não ao momento do início das uniões.

Nesse caso, também se observou a distribuição dos tipos de união por idade ao início da primeira união da mulher, em cada grupo de instrução (menos de 8 anos de estudo, 8 anos, e 9 anos de estudo ou mais). O que se verifica é novamente análogo ao que se observa no caso dos grupos de cor. O padrão que segue cada grupo de instrução é muito semelhante ao padrão geral observado no Gráfico 3.18. Somente mudam os níveis das curvas, conforme o nível de preferência de cada grupo de instrução pelo tipo de união particular. Assim, no caso das mulheres mais escolarizadas, observam-se as maiores proporções de uniões civil-religiosas, verificando-se sempre, porém, uma menor preferência por este tipo de união nas mulheres que iniciam suas primeiras uniões antes dos 18 anos de idade. (Ver Tabela 3.10)

Tabela 3.10 Tipos de união na primeira união da mulher, por grupos de instrução. Estado de São Paulo, 1984.

Anos de Estudo	Total Geral	União Legal			União Não Legal		
		Total	Civ/Rel.	Só Civil	Total	Consens.	Só Rel
Até 7	9.635	86,7	57,1	19,6	13,2	10,3	2,9
8	1.088	91,0	78,1	13,0	8,9	7,5	1,4
9 e +	2.423	93,1	84,1	9,0	6,8	5,6	1,2
Total	13.146	88,2	71,1	17,1	11,7	9,2	2,5

Fonte: Fita de dados da PNAD-84. Estado de São Paulo.

É importante destacar, também, que o padrão de união observado para as mulheres por cor, pode estar afetado pelo nível de instrução de cada grupo. Se se controla o nível de instrução em cada caso, considerando dois grandes grupos de instrução (até 7, e 8 anos de estudo e mais), verifica-se que cada grupo de cor mantém seu nível de preferência relativo observado inicialmente (ver Tabela 3.11). Assim, as mulheres brancas e amarelas têm uma maior

proporção de uniões de tipo civil-religiosa que pardas e pretas, nos dois grupos de instrução considerados. Relações análogas podem-se verificar nos demais grupos de cor.

Tabela 3.11 Distribuição dos tipos de união, na primeira união da mulher, por cor e nível de instrução. Estado de São Paulo, 1984.

Tipos de União	Anos de Estudo							
	Até 7				8 e mais			
	Grupos de Cor				Grupos de Cor			
	Branco	Amar.	Pardo	Preto	Branco	Amar.	Pardo	Preto
Civ/Rel	73,0	65,1	54,2	49,0	83,6	86,2	71,3	68,1
Civil	17,0	31,7	25,3	25,6	9,3	10,3	17,5	15,9
Legal	90,0	96,8	79,5	74,6	92,9	96,5	88,8	84,0
Consens.	7,7	2,3	15,8	20,4	5,8	2,1	10,6	11,6
Relig.	2,2	0,8	4,6	5,0	1,3	1,4	0,6	4,3
Ñ Legal	9,9	3,1	20,4	25,4	7,1	3,5	11,2	15,9
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Nº de Casos	6.671	126	2.275	563	2.966	145	331	69

Fonte: Fita de Dados da PNAD-84. Estado de São Paulo.

Outro aspecto interessante a ser destacado, a partir dos resultados da Tabela 3.11, é que as diferenças por cor diminuem no grupo com maior instrução. Assim, por exemplo, se a proporção de uniões consensuais das mulheres pardas e pretas, com até 7 anos de estudo, era 15,8% e 20,4%, respectivamente, mostrando uma diferença de 4,6%, nos mesmos grupos de cor, as mulheres com 8 anos de estudo ou mais, apresentam porcentagens correspondentes a 10,6% e 11,6%, mostrando uma diferença quase quatro vezes menor.

Analogamente, os grupos extremos, mulheres brancas e pretas, apresentam 90,0% e 74,6% de uniões legais, no grupo com até 7 anos de estudo. Já no grupo com 8 anos de estudo e mais, essas porcentagens mudam para 92,9% e 84,0%, mostrando uma redução na diferença entre brancas e pretas, de quase 15% no primeiro grupo de instrução, para quase 9% no segundo. Assim, nos grupos de maior instrução, observam-se padrões de união mais homogêneos, indicando que maiores níveis de instrução poderiam constituir um elemento homogenizador de padrões de união, ao menos por grupos de cor. (Ver Tabela 3.11)

Pode-se concluir, portanto, a cor da mulher e seu nível de instrução têm uma relação importante com o tipo de união escolhido pelos casais.

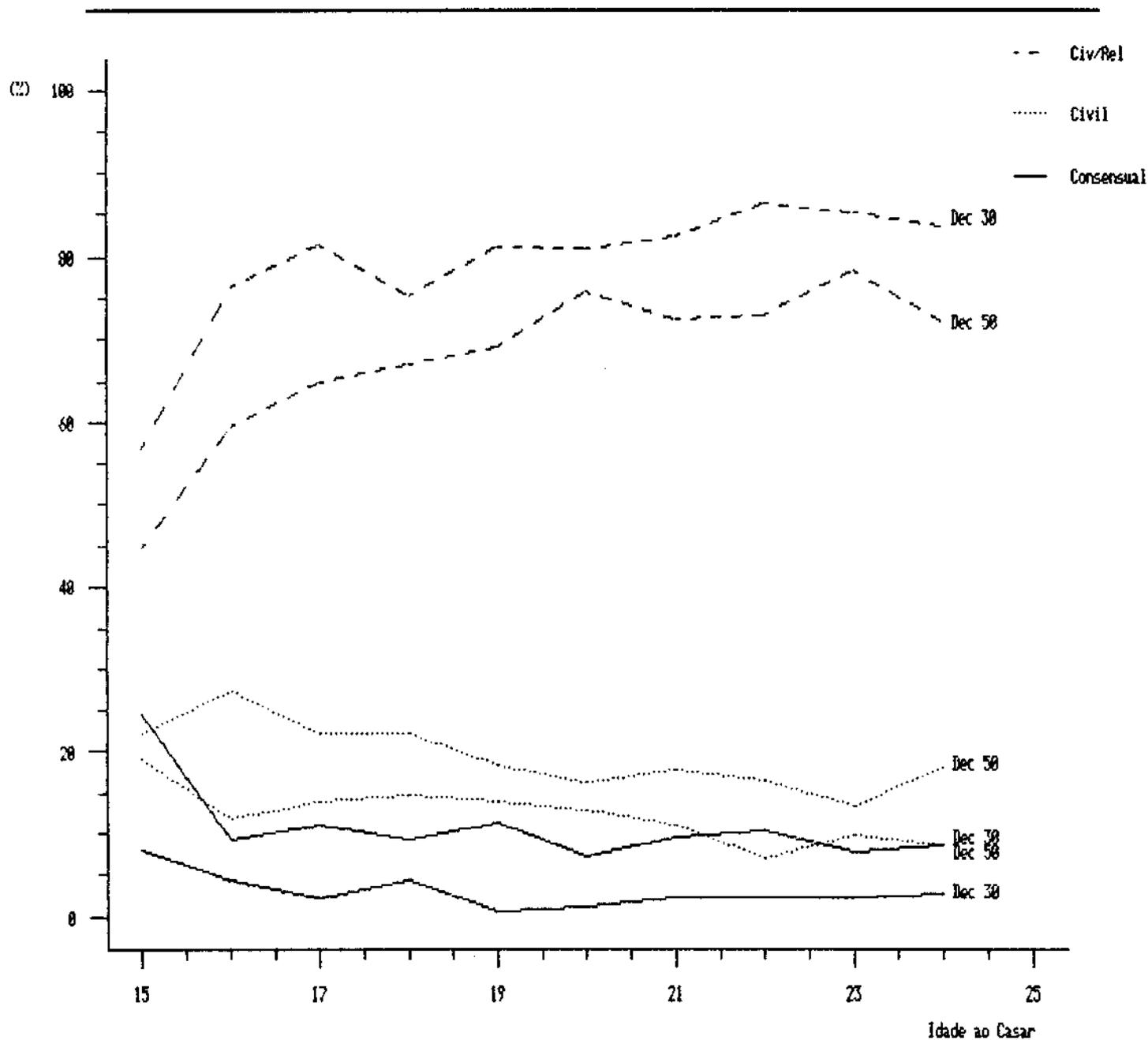
Por outro lado, a idade ao casar parece não ter um efeito muito importante sobre os tipos de união, salvo nas uniões mais precoces e mais tardias, mas como elas não representam um percentual muito elevado, não chegam a afetar significativamente os resultados.

3.4.2 Análise Longitudinal

Na perspectiva longitudinal, considera-se inicialmente a distribuição dos tipos de união por coorte de nascimento da mulher (década de 1930, 1940 e 1950).¹ Analisando-se as curvas por tipo

1. Como as três coortes apresentam um gradiente, para simplificar a apresentação gráfica dos dados, somente se inclui a informação correspondente às coortes das décadas de 30 e 50. É importante destacar que as curvas da coorte da década de 40 ficam muito mais próximas do padrão da coorte de 30 que da coorte de 50. Analogamente, as curvas correspondentes às uniões só religiosas ficam próximas da curva das uniões consensuais, nas coortes das décadas de 30 e 40, e atingem seu menor nível na coorte de 50. Como elas representam uma proporção muito reduzida, não foram incluídas, para simplificar a apresentação gráfica. Maiores informações estão incluídas na Tabela 3.12.

Gráfico 3.19 Distribuição dos tipos de união das mulheres nascidas nas décadas de 1930 e 1950, considerando sua idade ao casar. (Dados censurados) Estado de São Paulo, 1984.



Fonte: Fita de dados da PNAD-84. Estado de São Paulo.

de união e idade ao casar, correspondentes às coortes das décadas de 1930 e 1950 (considerando as uniões iniciada até os 24 anos), pode-se observar que, independente da idade ao casar, a união civil-religiosa é sempre predominante em relação aos demais tipos de união (ver Gráfico 3.19). Inicia-se com valores mais baixos para os casamentos precoces, ascendendo até atingir um máximo para as uniões que se iniciam entre 22 e 23 anos, começando então o declínio. Este comportamento é análogo ao observado para o conjunto da população do estado e somente se modificam seus níveis. Na coorte da década de 30, chega-se a um máximo de 86,3% de uniões civil-religiosas das uniões iniciadas aos 22 anos, e na coorte de 50 esta proporção corresponde a 78,2% aos 23 anos (8,1% menor).

As curvas referentes às uniões só civis e consensuais, principalmente estas últimas, têm, por outro lado, comportamento inverso: prevalência maior para casamentos precoces, declinando em seguida, para atingir um mínimo aos 22 e 23 anos em correspondência com o máximo da união civil-religiosa de cada coorte respectiva, ascendendo a partir daí. Os níveis para cada um desses tipos de união estão em correspondência com a queda de importância das uniões civil-religiosas entre as coortes das décadas de 30 e 50, mantendo-se uma relação quase proporcional entre as uniões só civil e consensual, entre as duas coortes.

É importante destacar que as curvas por tipo de união e idade, da coorte de 40, está muito mais próxima dos resultados da coorte de 30 que da coorte de 50. Se se considera a distribuição média por tipo de união em cada coorte (ver Tabela 3.12), pode-se observar que, para as uniões iniciadas antes dos 25 anos na coorte da década de 30, 80,0% corresponde a uniões civil-religiosas. Esta proporção cai 2,6% na coorte de 40, correspondendo a 77,4% das uniões. Mas a grande diminuição aparece na coorte de 50, onde esta proporção é 10% inferior à observada na coorte de 30: somente 70% são uniões civil-religiosas. As uniões só civis, por outro lado, apresentam aumentos de 3,6% e 6,4% para as coortes de 40 e 50, com

relação à coorte de 30, respectivamente; mas, em termos de uniões legais, estes aumentos não conseguem manter o nível, caindo de 92,2% na coorte de 30 para 88,6% na coorte de 50.

E o maior crescimento relativo se observa para as uniões consensuais que aumentam 1,3% e 7,4% na coorte de 40 e 50, com relação à coorte de 30, mostrando que, além de poder constituir uma forma alternativa de união para as uniões que no passado eram de tipo só religioso, parte das uniões legais estariam deixando de se concretizar e passariam a optar por esta forma de união.

Tabela 3.12 Distribuição média dos tipos de união, por coorte de nascimento da mulher (década de 1930, 1940 e 1950), para uniões iniciadas até os 24 anos. Estado de São Paulo, 1984.

Tipos de União	Coorte de Nascimento da Mulher					
	Década de 30		Década de 40		Década de 50	
	Total	(%)	Total	(%)	Total	(%)
Civ/Rel.	1.673	80,0	2.003	77,4	2.705	70,0
Civil	256	12,2	408	15,8	720	18,6
Legal	1.929	92,2	2.411	93,2	3.425	88,6
Consens.	55	2,6	100	3,9	385	10,0
Relig.	107	5,1	77	3,0	55	1,4
Não Legal	162	7,7	177	6,9	440	11,4
Total	2.091	100,0	2.588	100,0	3.865	100,0

Fonte: Fita de dados da PNAD-84. Estado de São Paulo.

Esses resultados mostram que as mudanças entre as coortes de 30 e 40 foram relativamente pequenas, se comparadas às mudanças observadas no padrão de união, por tipo de união, na coorte de mulheres nascidas na década de 1950. Esta coorte, como o observado na Europa Ocidental por Sardon (1986), seria a precursora de um novo padrão de união, no estado de São Paulo.

De forma análoga à anterior, estudam-se as tendências dos tipos de união nas três coortes, mas considerando também a cor da mulher. Observou-se que as curvas por idade e tipos de união são análogas às apresentadas no Gráfico 3.18, mas mantendo os níveis característicos de cada grupo de cor.

As mudanças nos níveis médios de cada tipo de união, ao longo das três coortes consideradas, apresentam características específicas, segundo a cor da mulher (ver Tabela 3.13). No caso das mulheres brancas, acompanham o padrão observado para a média da população nas três coortes, mas com níveis mais elevados de uniões legais, as quais chegam, na coorte de 50, a 91,0% das uniões iniciadas antes dos 25 anos. O grupo de mulheres amarelas, pelo pequeno tamanho amostral, fica de difícil análise, mas sugere um padrão também próximo da média geral por coorte, apresentado na Tabela 3.12, mas com níveis mais elevados de uniões legais.

Os grupos que apresentam comportamentos originais, ao longo das três coortes consideradas, são as mulheres pardas e pretas. Nestes dois casos, praticamente mantém um mesmo padrão de preferência por uniões legais e não legais, no seu conjunto, com algumas flutuações, que se acentuam na coorte de 40 para as mulheres pardas, quando 87,0% de uniões iniciadas antes dos 25 anos são de tipo legal e somente 13,0% não são legais.

Com relação às uniões legais, em ambos os grupos se verifica um decréscimo da proporção de uniões civil-religiosas e um aumento relativo das uniões só civis, as quais, praticamente, se compensam e mantém o nível das uniões legais quase inalterado. No grupo das mulheres pardas, a proporção de uniões legais fica próxima de 82% e, no caso das mulheres pretas, corresponde a 78%.

Tabela 3.13 Distribuição média dos tipos de união, por coorte de nascimento da mulher (década de 1930, 1940 e 1950), para uniões iniciadas até os 24 anos, por cor, Estado de São Paulo, 1984.

Tipos de União	Brancas			Amarelas		
	Coorte de Nascimento			Coorte de Nascimento		
	30	40	50	30	40	50
Civ/Rel.	85,2	82,6	75,1	56,6	82,3	83,3
Civil	9,8	12,9	15,9	41,5	13,7	10,0
Legal	95,0	95,5	91,0	98,1	96,1	93,3
Consens.	1,5	2,6	7,8	1,9	2,0	3,3
Relig.	3,5	1,9	1,1	0,0	2,0	3,3
Não Legal	5,0	4,5	9,0	1,9	3,9	6,7
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Nº de Casos	1.634	1.929	2.795	53	51	30

(Continuação)

Tipos de União	Pardas			Pretas		
	Coorte de Nascimento			Coorte de Nascimento		
	30	40	50	30	40	50
Civ/Rel.	63,9	60,9	57,1	55,0	58,8	49,5
Civil	17,3	26,1	25,6	22,5	20,2	29,1
Legal	81,2	87,0	82,7	77,5	78,9	78,6
Consens.	6,5	6,5	14,9	11,3	14,0	20,3
Relig.	12,3	6,5	2,3	11,3	7,0	1,1
Não Legal	18,8	13,0	17,2	22,5	21,0	21,4
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Nº de Casos	324	494	858	80	114	182

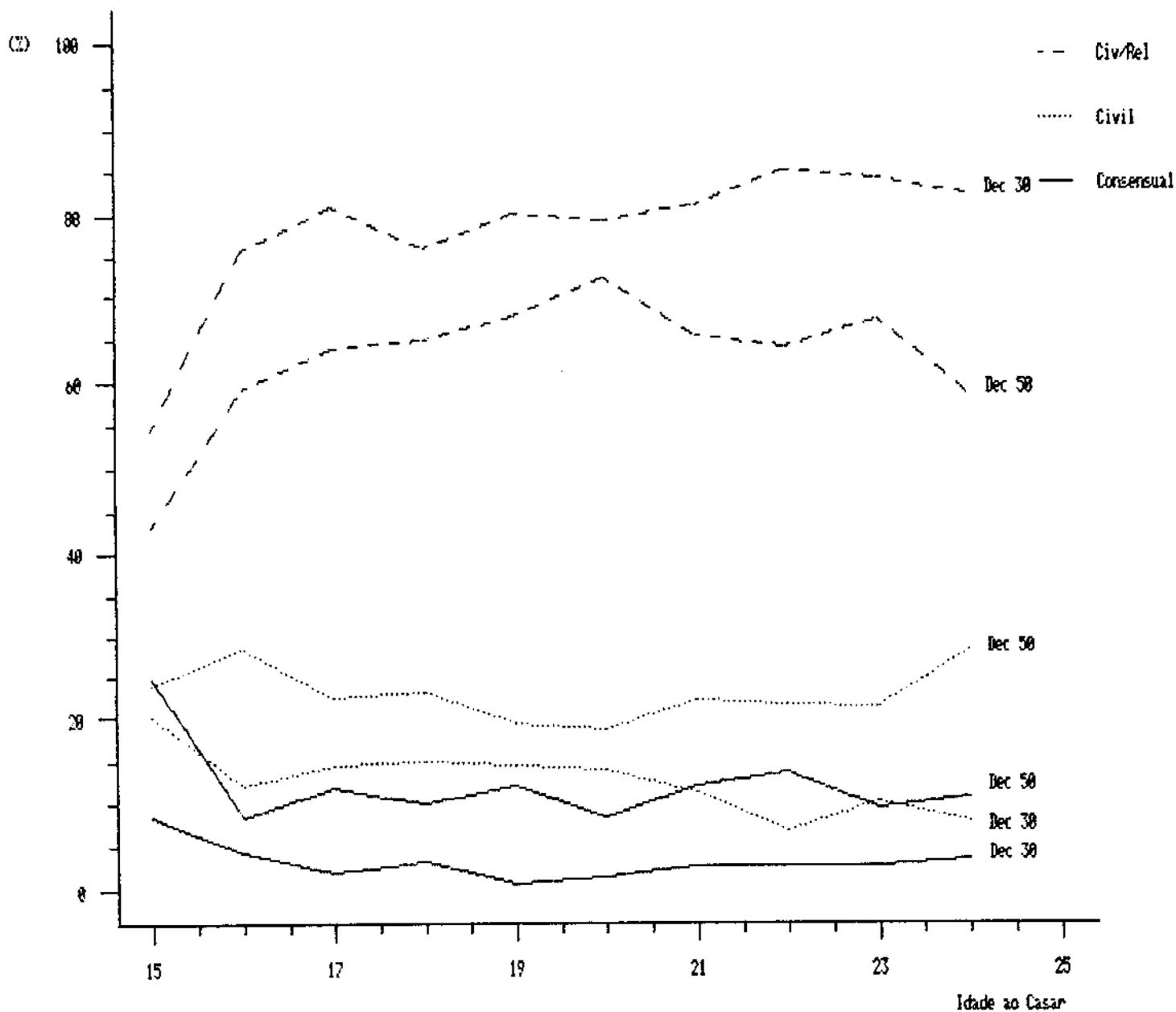
Fonte: Fita de dados da PNAD-84. Estado de São Paulo.

No caso das uniões não legais, a tendência das uniões consensuais e só religiosas é análogo ao que se observou anteriormente: um decréscimo das uniões só religiosas e um aumento das uniões consensuais, produzindo-se, também, uma compensação: as uniões que deixariam de ser só religiosas passariam a se constituir como uniões consensuais, e, com isto, manteriam-se os níveis das uniões não legais ao longo das três coortes consideradas (em torno de 18% e 22% no caso das mulheres pardas e pretas, respectivamente). (Ver Tabela 3.12)

Esse resultado deve ser destacado, já que não segue o padrão observado para o Brasil. Nesse caso, as uniões legais dos grupos pardo e preto, apresentaram um aumento significativo entre 1960 e 1980 (baseado em dados dos censos), que passaram de 53,5% e 56,5% em 1960, para 70,8% e 66,6% em 1980, respectivamente (Berquó, 1987). Isso mostraria que as mulheres dos grupos pardo e preto, residentes no estado de São Paulo, apresentariam um padrão de união diferente do que se observaria para o país como um todo. Infelizmente, ainda não foi possível desenvolver uma melhor análise dos dados da PNAD-84 para o Brasil, para se chegar a conclusões mais precisas.

Considerando o nível de instrução da mulher, o Gráfico 3.20 mostra as mudanças ocorridas entre a coorte de 30 e 50, para as mulheres com até 7 anos de estudo, para as uniões civil-religiosa, só civil e consensual. A coorte de 40 e as uniões só religiosas não foram incluídas pelo mesmo motivo apontado com relação ao Gráfico 3.19: simplificar a apresentação gráfica. O padrão observado é muito semelhante aos resultados apresentados no gráfico geral por coorte (Gráfico 3.19), já que as mulheres com até 7 anos de estudo representam quase 80% das coortes consideradas.

Gráfico 3.20 Distribuição dos tipos de união das mulheres com até 7 anos de estudo, por década de nascimento (1930 e 1950) e por idade ao casar. Estado de São Paulo, 1984.



Fonte: Fita de dados da PNAD-84. Estado de São Paulo.

Nesse caso é interessante analisar, também, os dados das mulheres com 8 anos de estudo ou mais, através dos dados médios para cada coorte, apresentados na Tabela 3.14. Mostram que, apesar dos níveis das uniões legais serem mais elevados no grupo com 8 anos de estudo ou mais do que no grupo com até 7 anos de estudo, o comportamento, dentro dos grupos de união legal e não legal, apresenta-se com certas particularidades. No primeiro caso, pode-se observar que a redução das uniões de tipo civil-religioso é bem mais reduzido, passando de 88,7% das uniões da coorte 30 iniciadas antes dos 25 anos, para 83,3% na coorte da década de 50. Isso mostra uma redução de apenas 5,4% contra uma redução de 14,4% no grupo de mulheres com até 7 anos de estudo. Por outro lado, o crescimento das uniões de tipo só civil mostra um aumento de apenas 1,7% entre as mesmas coortes, nas décadas de 30 e 50, para o grupo com 8 anos de estudo e mais, sendo que, no grupo com até 7 anos de estudo, este aumento foi da ordem de 10%.

Tabela 3.14 Distribuição média dos tipos de união, por coorte de nascimento da mulher (década de 1930, 1940 e 1950), para uniões iniciadas até os 24 anos, por nível de instrução. Estado de São Paulo, 1984.

Tipos de União	Até 7 anos de estudo			8 anos de estudo e mais		
	Coorte de Nascimento			Coorte de Nascimento		
	30	40	50	30	40	50
Civ/Rel.	78,8	74,6	64,4	88,7	90,1	83,3
Civil	12,8	17,7	22,3	8,1	6,9	9,8
Legal	91,6	92,3	86,7	96,8	97,0	93,1
Consens.	2,8	4,3	11,7	1,6	1,7	5,9
Relig.	5,6	3,3	1,6	1,6	1,3	1,0
Não Legal	8,4	7,6	13,3	3,2	3,0	6,9
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Nº de Casos	1.843	2.121	2.718	248	467	1.147

Fonte: Fita de dados da PNAD-84. Estado de São Paulo.

Este comportamento mais conservador das mulheres com maior instrução também pode ser observado entre as uniões não legais. As uniões só religiosas sempre representaram pouco mais de 1% das uniões em todas as coortes, e as uniões consensuais que apresentavam níveis muito baixos nas coortes de 30 e 40 (1,65% em média), conseguem crescer mais de 3 vezes na coorte de 50, acompanhando as mudanças gerais. Já no caso das mulheres com até 7 anos de estudo, as uniões consensuais crescem pouco mais de 4 vezes (de 2,8% na coorte de 30 para 11,7% na coorte de 50).

Esses resultados também indicam que as maiores mudanças no padrão de união ocorrem na coorte da década de 50 e, principalmente, nos grupos de menor instrução. À medida que se observam as mulheres com maior instrução, essas mudanças tendem a ser relativamente menores, mantendo-se um padrão mais conservador e homogêneo ao longo das coortes consideradas.

Pode-se concluir, portanto, que o tipo de união das mulheres residentes no estado de São Paulo, está associado a sua cor, seu nível de instrução e sua coorte de nascimento (salvo no caso das mulheres pardas e pretas), além de haver uma certa associação com a idade ao início da união.

CAPÍTULO IV

CARACTERÍSTICAS ENDOGÂMICAS DOS CASAIS

4.1 INTRODUÇÃO

No estudo dos casamentos e das escolhas matrimoniais no mundo ocidental, uma regra dominante é a endogamia com relação às características geográficas, sociais, étnicas e culturais dos cônjuges, com consequências importantes do ponto de vista da reprodução social.

Neste capítulo será dada ênfase à análise da endogamia dos casais por nível de instrução, já que esta variável pode ser considerada como um indicador que resume um conjunto de características socio-econômicas dos cônjuges.

Na análise, a seguir, será utilizada a variável anos de estudo, disponível na PNAD-84, agregada nas sete categorias seguintes: menos de 1 ano de estudo, incluindo os analfabetos, 1 a 3, 4, 5 a 7, 8, 9 a 11 e 12 e mais anos de estudo. De 1 a 8 anos corresponde ao atual 1º grau, 9 a 11 anos de estudo corresponde ao 2º grau e, 12 anos ou mais inclui pessoas frequentando vestibular, curso superior, cursos de pós-graduação, etc.

Nesta análise, será considerada uma sub-amostra da PNAD-84 do Estado de São Paulo, que corresponde a 10.269 casais vivendo em união no momento da entrevista. Os casais desta sub-amostra correspondem somente a mulheres em primeira união, cujos maridos sempre se declararam chefe do domicílio e a mulher seu cônjuge.

Apesar de não se contar com o nível de instrução dos casais no momento do início da união, far-se-á o suposto de que o prosseguimento dos estudos depois do casamento seria relativamente pouco frequente ou não alteraria significativamente sua classificação.

A análise se inicia com a corte transversal no momento da entrevista e, posteriormente, tornam-se a considerar as três coortes de nascimento das mulheres, para realizar a análise longitudinal. A análise da endogamia dos casais, por nível de instrução, também levará em consideração a cor da mulher e o tipo de união do casal.

As medidas de endogamia utilizadas neste capítulo foram descritas no Capítulo II (Aspectos Metodológicos), item 2.4 (Algumas Medidas de Endogamia Utilizadas).

4.2 HOMOGAMIA E INSTRUÇÃO

4.2.1 Análise Transversal

Uma primeira visão da distribuição dos casais por nível de instrução se apresenta na Tabela 4.1. Nela se destaca uma grande concentração ao redor da diagonal principal. A taxa geral de endogamia (TGE), apesar de não ser muito elevada, indica que 43% dos 10.269 casais da amostra estão unidos dentro do mesmo grupo de instrução. Da maioria que está em uniões exogâmicas (57%), 32% das mulheres estão unidas com homens mais instruídos do que elas.¹ Os 25% restantes correspondem a uniões onde o marido tem menor instrução do que a mulher.²

1. Esta proporção será chamada de Taxa de Exogamia Feminina Positiva (TEFP).

2. Esta proporção será chamada de Taxa de Exogamia Feminina Negativa (TEFN).

Tabela 4.1 Número de casais por anos de estudo dos cônjuges.
Estado de São Paulo, 1984.

Anos Estudo Homem	Anos de Estudo da Mulher							Total
	< 1	1-3	4	5-7	8	9-11	12 e +	
< 1	494	319	179	25	15	5	1	1038
1 - 3	383	879	587	114	41	31	5	2040
4	202	656	1526	316	180	149	34	3063
5 - 7	17	120	278	294	108	118	27	962
8	13	65	266	139	228	132	42	885
9 - 11	2	43	186	114	208	447	125	1125
12 e +	0	5	83	45	110	368	545	1156
Total	1111	2087	3105	1047	890	1250	779	10289

Fonte: Fita de dados da PNAD-84. Estado de São Paulo.

Se se consideram as duas sub-diagonais adjacentes à diagonal principal como indicativas de casamento quase-endogâmico, verifica-se que 35% dos casais se concentram nestas caselas que, somados à TGE, chegam a 78% dos casos.¹ Isto indica que o conjunto dos casais apresentam pouca exogamia de fato.

Ou seja, os dados verificam o mesmo padrão previamente observado por Silva (1987) e Berquó e Loyola (1987): um padrão endogâmico diferencial por sexo, onde as mulheres se casam em maior proporção "para cima" do que os homens.

1. Este novo total será chamado de Taxa de Endogamia Ampliada (TEA) e pretende refletir uma endogamia mais real, já que apesar da TGE não ser tão elevada no conjunto dos casais, os casos de exogamia que se concentram nas categorias adjacentes é, em geral, muito grande.

Resultado análogo já tinha sido observado por Levy e Oliveira (1977), quando estudaram os casais residentes no município de São Paulo, em 1965. Considerando as mesmas sete categorias de instrução incluídas na Tabela 4.1, elas obtiveram a mesma taxa geral de endogamia (43%) e resultado levemente inferior para a taxa de endogamia ampliada (74%). A proporção de mulheres unidas com homens menos instruídos era levemente inferior (18%, contra 25% observado para o estado, em 1984) e, conseqüentemente a proporção de uniões com homens mais instruídos era levemente superior (39% contra 32% observado para o estado, em 1984).

Este resultado parece surpreendente já que, guardadas as devidas restrições quanto à sua comparação, seria indicativo de que o padrão de endogamia dos casais por instrução, praticamente, não mudou nos últimos 20 anos.

O padrão de homogamia por nível de instrução, segundo a cor que declararam as mulheres incluídas na PNAD-84, está resumido na Tabela 4.2. Infelizmente a PNAD-84 não indagou sobre a cor do marido, portanto, com base nesta fonte de dados, somente se pode considerar a endogamia por instrução do casal levando em consideração, apenas, a cor da mulher.

Tabela 4.2 Endogamia por anos de estudo, segundo a cor da mulher. Estado de São Paulo, 1984.

Cor da Mulher	Taxa Geral Endog. (TGE)	Taxa Endog. Ampl. (TEA)	T. Exog. Fem. Posit. (TEFP)	T. Exog. Fem. Negat. (TEFN)	Índice Kappa (K)	Desvio Padrão Kappa σ	Total de Casais
Preta	39,3	72,5	33,9	26,7	22,7	3,2	389
Parda	41,4	78,6	30,9	27,7	25,4	1,4	1.921
Branca	43,4	78,3	32,4	24,2	31,1	0,7	7.769
Amarela	47,0	81,8	33,0	19,9	34,3	3,9	236
Total	43,0	78,2	32,2	24,9	30,4	0,6	10.269

Fonte: Fita de dados da PNAD-84. Estado de São Paulo.

Os dados anteriores mostram que, do ponto de vista da taxa geral de endogamia, haveria dois grupos extremos: as mulheres pretas e as mulheres amarelas. No primeiro grupo, 39,3% delas se unem com homens dentro do mesmo grupo de instrução; e, no segundo grupo, esta proporção chega a 47,0% dos casos. As pardas e brancas ficam como grupos intermediários, com 41,4% e 43,4% das uniões se realizando dentro dos mesmos grupos de instrução. Analogamente, se se consideram as taxas de endogamia ampliada, mantém-se a mesma ordenação.

No caso das taxas de exogamia feminina, verifica-se muita pouca diferença entre os grupos de cor, mas poderiam ser destacadas as pardas, já que apresentam uma taxa de exogamia feminina positiva levemente inferior às demais: 30,9%; ou seja, somente 30,9% das mulheres pardas residentes no estado de São Paulo, se uniram com homens com maior instrução do que elas, sendo que a média para os outros três grupos de cor foi de 32,5%. No caso da taxa de exogamia feminina negativa, destacam-se as mulheres amarelas, que apresentam uma taxa de exogamia feminina negativa (TEFN) de quase 20%, contra uma taxa média dos outros três grupos de cor, de, aproximadamente, 25,0%, indicando um padrão mais acentuado, das primeiras, de evitar uniões com homens menos instruídos do que elas.

A análise estatística baseada nos índices kappa, conforme mencionado no Capítulo Metodológico (Capítulo II), por restrições amostrais, somente foi feita para brancas e pardas. O teste de igualdade foi rejeitado, podendo-se concluir que, com base neste índice, há padrões endogâmicos diferentes entre pardas e brancas, havendo maior nível de endogamia nestas últimas.

Mas todos esses resultados têm o efeito da distribuição desigual dos níveis de instrução dos casais. A Tabela 4.3.a e 4.3.b mostram como se distribui o nível de instrução dos cônjuges

Tabela 4.3.a Distribuição do nível de instrução dos casais, para cada grupo de cor da mulher.
Estado de São Paulo, 1984.

Anos de Estudo	Cor da Mulher							
	Preta		Parda		Branca		Amarela	
	H	M	H	M	H	M	H	M
< 1	73	76	331	354	630	678	4	3
1 - 3	89	116	504	519	1.423	1.435	24	17
4	129	106	606	568	2.281	2.367	47	64
5 - 7	46	44	187	205	717	780	12	18
8	25	25	141	127	700	704	19	34
9 - 11	19	14	107	122	933	1.055	66	59
12 e +	8	8	45	26	1.039	704	64	41
Total	389	389	1.921	1.921	7.723	7.723	236	236

Fonte: Fita de dados da PNAD-84. Estado de São Paulo.

Tabela 4.3.a Distribuição do nível de instrução dos casais, para cada grupo de cor da mulher. (Em porcentagem)
Estado de São Paulo, 1984.

Anos de Estudo	Cor da Mulher							
	Preta		Parda		Branca		Amarela	
	H	M	H	M	H	M	H	M
< 1	18,8	19,5	17,2	18,4	8,2	8,8	1,7	1,3
1 - 3	22,9	29,8	26,2	27,0	18,4	18,6	10,2	7,2
4	33,2	27,2	31,6	29,6	29,5	30,6	19,9	27,1
5 - 7	11,8	11,3	9,7	10,7	9,3	10,1	5,1	7,6
8	6,4	6,4	7,3	6,6	9,1	9,1	8,0	14,4
9 - 11	4,9	3,6	5,6	6,4	12,1	13,7	28,0	25,0
12 e +	2,1	2,1	2,3	1,4	13,5	9,1	27,1	17,4
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Fita de dados da PNAD-84. Estado de São Paulo.

pela cor da mulher. Esta distribuição varia significativamente, tanto dentro dos grupos como entre os grupos de cor. Dentro de cada grupo, há diferença na proporção de homens e mulheres por nível de instrução, a qual se mostra mais acentuada nos grupos minoritários de mulheres pretas e amarelas. Por exemplo, no caso das mulheres pretas, 33,2% dos homens e 27,2% das mulheres têm 4 anos de estudo, dando uma diferença de 6,0%. No caso do grupo das amarelas, 19,9% dos homens e 27,1% das mulheres têm este nível de instrução, portanto a diferença corresponde a -7,2%.

Também há diferenças entre os grupos de cor. Assim, por exemplo, nos casais de grupo pardo, aproximadamente 15% dos cônjuges têm 8 anos de estudo e mais, mas esta proporção ultrapassa 30% no caso dos casais do grupo branco. Essas diferenças afetam os níveis de endogamia na medida que a disponibilidade de parceiros é desigual entre os grupos de instrução, portanto é importante analisar os resultados anteriores na ausência destes efeitos, para poder observar mais claramente quais seriam as diferenças intrínsecas existentes por cor.

Para isso, utilizaram-se dados padronizados por instrução e sexo. Ou seja, supondo que todas as categorias de instrução de homens e mulheres fossem iguais a uma constante (que neste caso foi considerado igual ao valor 100), qual seria o nível de endogamia de cada grupo de cor? Utilizando a metodologia sugerida em Agresti (1990) e o método de Newton-Raphson já utilizado por Silva (1987) obtiveram-se os resultados apresentados na Tabela 4.4.

Tabela 4.4 Endogamia por anos de estudo, segundo a cor da mulher.
Estado de São Paulo, 1984.
(Dados padronizados e em porcentagem)

Cor da Mulher	Taxa Geral Endog. (TGE)	Taxa Endog. Ampl. (TEA)	T. Exog. Fem. Posit. (TEFP)	T. Exog. Fem. Negat. (TEFN)	Índice Kappa (K)	Desvio Padrão Kappa σ (K)	Total de Casais
Preta	38,8	68,3	28,8	32,3	28,6	2,1	389
Parda	44,2	76,5	28,9	26,9	34,9	2,2	1.921
Branca	43,7	77,6	29,1	27,2	34,3	2,2	7.723
Amarela	44,2	82,7	27,8	28,0	35,0	2,2	238
Total	43,6	77,4	29,0	27,4	34,2	2,2	10.269

Fonte: Fita de dados da PNAD-84. Estado de São Paulo.

Neste caso são observadas algumas mudanças interessantes. Se no conjunto dos casais houvesse igual proporção de homens e mulheres por categoria de instrução, verificar-se-ia uma homogeneização de padrões. Os diferenciais por cor praticamente desapareceriam entre pardas, brancas e amarelas, e se confirmaria o grupo das mulheres pretas como o grupo de menor endogamia, resumida pela taxa geral de endogamia de 38,8% e o índice kappa igual a 28,6%. Os outros três grupos de cor, em média, apresentariam uma taxa geral de endogamia de 43,8% e um índice kappa de 34,4%. Ou seja, as mulheres pretas, ainda que tivessem uma distribuição por instrução equilibrada entre os possíveis casais, manteriam um padrão de endogamia, por instrução, mais baixo que o resto da população.

As taxas de exogamia feminina positiva ficam muito próximas da média dos casais (29,0%), mas, no caso da taxa de exogamia feminina negativa, destacar-se-iam, de novo, as mulheres pretas, com uma taxa de 32,3%, superior à média dos outros três grupos de cor (27,2%). Ou seja, as mulheres pretas teriam menores chances de se unirem com parceiros do mesmo nível de instrução ou

níveis superiores ao delas; teriam, portanto, menores chances de mobilidade social via casamento do que os outros grupos de cor.

Assim, pode-se concluir que o atual padrão de endogamia tem o efeito combinado da distribuição desigual dos níveis de instrução por sexo, e, entre a população de homens e mulheres atualmente unidos. Que os padrões observados podem mudar na medida em que se altere a distribuição da população por instrução. E que, se esta distribuição fosse uniforme, haveria uma tendência para uma maior homogeneização, aproximando-se do padrão inicial do grupo das mulheres brancas, que é o grupo que apresenta a distribuição por instrução mais próxima da distribuição uniforme proposta. A exceção fica com o grupo das mulheres pretas, as quais continuariam com um padrão menos homogâmico que o resto da população.

Outro aspecto que se levou em consideração, na análise da endogamia por instrução dos casais, foi sua relação com os tipos de união. Considerando as uniões civil-religiosa, só civil, só religiosa e consensual, apresentam-se os resultados na Tabela 4.5.

Tabela 4.5 Endogamia por anos de estudo, segundo o tipo de união. Estado de São Paulo, 1984.

Tipo de União	Taxa Geral Endog. (TGE)	Taxa Endog. Ampl. (TEA)	T. Exog. Fem. Posit. (TEFP)	T. Exog. Fem. Negat. (TEFND)	Índice Kappa (K)	Desvio Padrão Kappa σ (K)	Total de Casais
Civ. e Rel.	43,8	78,7	32,1	24,1	31,7	0,7	7.843
Só Rel.	43,6	72,6	29,1	27,4	30,8	5,6	117
Só Civil	40,7	77,3	32,9	28,4	25,2	1,5	1.635
Consens.	39,2	75,5	31,4	29,4	24,5	2,4	674
Total	43,0	78,2	32,2	24,9	30,4	0,8	10.269

Fonte: Fita de dados da PNAD-84. Estado de São Paulo.

Aqui pode-se ver, através da taxa geral de endogamia e do próprio índice kappa, que existiriam dois sub-grupos diferenciais: os casais em união civil-religiosa ou só religiosa, e o grupo de casais em união só civil ou consensual. O primeiro grupo apresenta taxa geral de endogamia próxima a 43,5% e índice kappa próximo de 31,0%, enquanto que o segundo tem taxas e índices próximos a 40,0% e 25,0%, respectivamente.

Aplicado o teste para verificar se haveria diferenças significativas entre os índices kappa, no caso das uniões civil-religiosa e só civil, rejeita-se a hipótese de igualdade com um nível de significância de 5%. Resultado análogo obteve-se ao comparar os índices kappa para as uniões civil-religiosa e consensual. Por tanto, pode-se considerar que os casais em união civil-religiosa e só religiosa apresentam maiores níveis de endogamia que os casais em união só civil ou consensual, e esta diferença é da ordem de 5,0%.

Por outro lado, ao analisar-se a endogamia por tipo de união considerando a taxa de endogamia ampliada, verifica-se que as diferenças anteriormente citadas desaparecem entre as uniões de tipo civil-religioso e só civil. Isto quer dizer que elas apresentam pouca exogamia de fato, já que a grande maioria das uniões exogâmicas estão restritas a grupos de instrução adjacentes. Menores níveis da taxa de endogamia ampliada se verificam para uniões só religiosas e consensuais.

Com relação às taxas de exogamia, também se verificam poucas diferenças entre os casais em união civil-religiosa e só civil, mas poder-se-ia destacar que, no caso da taxa de exogamia feminina negativa, o grupo de casais que apresenta a menor taxa é o grupo em união civil-religiosa (24,1%), e, em oposição, destaca-se o grupo em união consensual, com 29,4% dos casais em uniões onde a mulher tem maior instrução que seu cônjuge.

Quando consideram-se os tipos de união do casal, também observa-se que a distribuição dos cônjuges, por instrução, varia.

Assim pode-se ver na Tabela 4.6 que, no caso das uniões civil-religiosas, pouco mais de 30% dos cônjuges têm 8 anos de estudo ou mais, mas, no caso das uniões só civis, esta porcentagem não chega a 20%. E, considerando-se as diferenças por sexo dentro de cada tipo de união, pode-se ver grandes diferenças nos grupos minoritários, como é o caso dos cônjuges em união só religiosa ou consensual. Pode-se citar como exemplo, que nas uniões só religiosas, 19,7% dos homens e 25,6% das mulheres têm até 4 anos de estudo, ficando uma diferença de 5,9% entre ambos os sexos. No caso das uniões consensuais têm-se resultado análogo, sendo que, neste caso, a proporção de homens supera à de mulheres (32,9% e 28,0%, respectivamente), com uma diferença de 4,9%.

Tabela 4.6 Distribuição do nível de instrução dos casais, por tipo de união. (Em porcentagem)
Estado de São Paulo, 1984.

Anos de Estudo	Tipo de União							
	Civ/Rel		Relig.		Civil		Consens.	
	H	M	H	M	H	M	H	M
< 1	9,2	9,7	22,2	27,4	13,0	13,5	11,6	14,1
1 - 3	18,5	19,0	28,2	17,9	24,3	25,7	23,6	23,0
4	29,2	30,2	19,7	25,6	32,2	31,8	32,9	28,0
5 - 7	9,0	9,3	10,3	10,3	10,1	12,5	12,0	15,0
8	8,9	9,3	5,1	6,0	7,8	6,5	7,7	7,6
9 - 11	12,1	13,7	8,5	7,7	7,3	6,5	6,8	8,5
12 e +	13,1	8,8	6,0	5,1	5,2	3,4	5,3	3,9
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Nº de Casos	7.843	7.843	117	117	1.635	1.635	674	674

Fonte: Fita de dados da PNAD-84. Estado de São Paulo.

Esses dados mostram a necessidade de verificar, através da padronização dos níveis de instrução, qual seria o comportamento homogâmico dos casais dos distintos tipos de união,

se se eliminam estas diferenças. Utilizando-se a mesma metodologia empregada anterior, foram obtidos os resultados apresentados na tabela seguinte.

Tabela 4.7 Endogamia por anos de estudo segundo o tipo de união. Estado de São Paulo, 1984. (Dados padronizados e em porcentagem)

Tipo de União	Taxa Geral Endog. (TGE)	Taxa Endog. Ampl. (TEA)	T. Exog. Fem. Posit. (TEFP)	T. Exog. Fem. Negat. (TEFND)	Índice Kappa (K)	Desvio Padrão Kappa σ (K)	Total de Casais
Só Rel.	41,2	70,6	29,2	29,6	31,4	2,2	117
Civ. e Rel.	44,1	78,2	28,9	27,0	34,7	2,2	7.843
Só Civil	42,9	76,3	29,1	28,0	33,4	2,2	1.638
Consens.	42,6	75,3	28,7	28,7	33,0	2,2	674
Total	43,6	77,4	29,0	27,4	34,2	2,2	10.269

Fonte: Fita de dados da PNAD-84. Estado de São Paulo.

Nesse caso, também se verifica que, se não houvesse desequilíbrio entre os sexos por categoria de instrução e a distribuição dos cônjuges por grupos de instrução fosse uniforme, praticamente não haveria diferenças nos níveis de endogamia por tipo de união, salvo no caso das uniões de tipo só religioso. Haveria uma distribuição quase simétrica das taxas de exogamia feminina positiva e negativa, próximas de 30%, ficando pouco mais de 40% dos casais em uniões dentro do mesmo grupo de instrução e pouco mais de 75% dentro do mesmo grupo ou em grupos adjacentes.

É importante destacar que este resultado difere muito pouco do resultado obtido para os grupos de mulheres pardas, brancas e amarelas, o que permite concluir que o padrão de endogamia, sob formas mais uniformes de distribuição por instrução da população, tenderia, muito provavelmente, para formas mais homogêneas de união, onde tipos de união ou cor da mulher não seriam elementos diferenciadores de um padrão endogâmico de união.

4.2.2 Análise Longitudinal

Resta ver como evoluíram os padrões endogâmicos por instrução, através do tempo. Considerando-se as três coortes de nascimento das mulheres, previamente definidas, e calculando-se as medidas de endogamia já utilizadas no item anterior, apresentam-se os primeiros resultados na Tabela 4.8. Nela se consideram coortes de nascimento da mulher da década de 1930, 1940 e 1950, com dados censurados a partir dos 45, 35 e 25 anos de idade da mulher ao início da união, respectivamente. Também se acrescentam os resultados para as três coortes com dados censurados a partir dos 25 anos, para poder comparar os resultados das três coortes. É importante destacar que, dentro de cada coorte, as taxas de endogamia variam muito pouco se se considera uma ou outra censura. Assim, esta análise se restringirá exclusivamente aos dados censurados a partir dos 25 anos.

Tabela 4.8 Endogamia por anos de estudo, segundo a coorte de nascimento da mulher. (Dados censurados)
Estado de São Paulo, 1984.

Coorte de Nasc. (Década)	Taxa Geral Endog. (TGE)	Taxa Endog. Ampl. (TEA)	T. Exog. Fem. Posit. (TEFP)	T. Exog. Fem. Negat. (TEFN)	Índice Kappa (K)	Desvio Padrão Kappa σ (K)	Total de Casais
1930 (a)	48,4	82,8	31,9	19,7	31,6	1,7	1.425
(b)	47,4	80,5	33,1	19,5	31,8	1,5	1.880
1940 (a)	43,0	79,3	34,7	22,3	27,6	1,4	1.971
(c)	43,5	78,0	34,0	22,5	29,5	1,2	2.769
1950 (a)	41,8	76,0	31,7	26,4	29,0	1,1	3.156

Fonte: Fita de dados da PNAD-84. Estado de São Paulo.

(a) Dados censurados a partir dos 25 anos de idade da mulher ao início da união.

(b) Dados censurados a partir dos 45 anos de idade da mulher ao início da união.

(c) Dados censurados a partir dos 35 anos de idade da mulher ao início da união.

Ao se comparar a endogamia entre as três coortes para os casais cujas esposas iniciaram suas uniões antes dos 25 anos, verifica-se que ela diminuiu entre a coorte de 30 e a coorte de 50. No primeiro caso, a TGE corresponde a 48,4% e, na coorte de 50, chega a 41,8%. A taxa de endogamia ampliada também apresenta uma redução no período, passando de 82,8% na coorte de 30 para 78,0% na coorte de 50. Mas a menor variação fica por conta do índice kappa: no mesmo período passa de 31,6% para 29,0%, acrescido de uma maior redução na coorte de 40 (27,6%) que se recupera na coorte de 50, não apresentando mudanças significativas, do ponto de vista estatístico, no período.

Por outro lado, se o nível das taxas de exogamia feminina positiva praticamente não mudam no período, ficando em 32% na coorte de 50, as taxas de exogamia feminina negativa, apresentam um acréscimo da ordem de 5%, passando de níveis que ficavam entre 20% e 22% nas coortes de 30 e 40, para 26,4% na coorte de 50.

Se se observam os resultados dos dados padronizados na Tabela 4.9, pode-se ver que os maiores níveis da coorte de 30 estão influenciados pela maior concentração da população nos primeiros grupos de instrução (ver Tabela 4.10) e se houvesse uma distribuição uniforme da população por nível de instrução e sexo, seu comportamento seria menos endogâmico que no caso da coorte de 50. Ou seja, os primeiros resultados têm um efeito importante da composição da população por instrução, a qual "oculta" os padrões de endogamia intrínseca da população. À rigor, o que se pode concluir destes últimos resultados é que, se a distribuição da população fosse uniforme com relação ao nível de instrução e sexo, a coorte de 50 se apresentaria como mais endogâmica que as coortes de 30 e 40, mas essa diferença não chegaria a ser estatisticamente significativa; portanto, pode-se concluir que o padrão de endogamia intrínseco da população residente no estado de São Paulo, em 1984, não mudou realmente entre as coortes de nascimento do período 1930-1959.

Tabela 4.9 Endogamia por anos de estudo, segundo a coorte de nascimento da mulher. (Dados censurados e padronizados)
Estado de São Paulo, 1984.

Coorte de Nasc. (Década)	Taxa Geral Endog. (TGE)	Taxa Endog. Ampl. (TEA)	T.Exog. Fem. Posit. (TEFP)	T.Exog. Fem. Negat. (TEFN)	Índice Kappa (K)	Desvio Padrão Kappa σ (K)	Total de Casais
1930 (a)	39,0	73,3	30,9	30,1	28,9	2,2	1.425
1940 (a)	40,6	75,2	31,7	27,7	30,7	2,2	1.971
1950 (a)	43,4	77,7	28,9	27,6	34,0	2,2	3.156

Fonte: Fita de dados da PNAD-84. Estado de São Paulo.

Nota:(a) Dados censurados a partir dos 25 anos de idade da mulher.

Tabela 4.10. Distribuição do nível de instrução dos casais, por coorte de nascimento da mulher. (Dados censurados e em porcentagem)
Estado de São Paulo, 1984. (a)

Anos de Estudo	Coorte de Nascimento					
	Década de 30		Década de 40		Década de 50	
	H	M	H	M	H	M
< 1	21,0	25,3	13,7	13,5	6,8	7,1
1 - 3	27,9	26,5	24,3	27,4	18,8	18,1
4	32,6	33,9	32,5	33,8	29,8	31,5
5 - 7	2,8	2,3	5,1	6,2	11,8	12,4
8	4,1	4,4	6,8	6,8	10,6	9,9
9 - 11	6,2	5,3	8,8	8,4	11,3	13,7
12 e +	5,4	2,4	8,8	3,8	10,9	7,3
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Nº de Casos	1.425	1.425	1.971	1.971	3.156	3.156

Fonte: Fita de dados da PNAD-84. Estado de São Paulo.

Nota:(a) Dados censurados a partir dos 25 anos de idade da mulher.

Essa análise longitudinal também se estendeu aos grupos de cor, mas, por motivos amostrais, a coorte de 30 e os grupos de casais cujas mulheres se declararam pretas ou amarelas, não foram suficientes para serem incluídas. Portanto a análise se restringirá aos casais de mulheres brancas e pardas das coortes de 40 e 50.

Tabela 4.11 Endogamia por anos de estudo, segundo a coorte de nascimento e cor da mulher. (Dados censurados)
Estado de São Paulo, 1984.

Coorte de Nasc. (Década) e cor	Taxa Geral Endog. (TGE)	Taxa Endog. Ampl. (TEA)	T.Exog. Fem. Posit. (TEFP)	T.Exog. Fem. Negat. (TEFN)	Índice Kappa (K)	Desvio Padrão Kappa σ (K)	Total de Casais
1940 (a)							
Brancas	42,1	79,4	35,5	22,3	26,5	1,6	1.533
Pardas	46,7	80,5	29,9	23,4	28,1	3,6	338
1950 (a)							
Brancas	42,5	78,3	31,8	25,7	30,0	1,2	2.324
Pardas	40,5	78,6	31,0	28,5	23,1	2,4	648

Fonte: Fita de dados da PNAD-84. Estado de São Paulo.

Nota: (a) Dados censurados a partir dos 25 anos de idade da mulher.

O que se pode observar na Tabela 4.11 é, relativamente, pouca diferença nos níveis de endogamia de brancas e pardas, na coorte da década de 40, apesar destas últimas terem uma TGE levemente superior (46,7% contra 42,1% das brancas). As mulheres brancas, em compensação, apresentam maiores taxas de exogamia feminina positiva (35,5%) que supera em mais de 5% a das pardas (29,9%). Na coorte da década de 50, a diferença se reduz entre brancas e pardas, como consequência de uma diminuição do nível de endogamia das pardas e um pequeno aumento da endogamia das brancas, observado no incremento do índice kappa que passa de 26,5% na coorte de 40 para 30,0% na coorte de 50.

A redução da endogamia das pardas está associada à melhor distribuição (ou uma distribuição menos desigual) por nível de instrução desse grupo de casais. Na tabela 4.12, pode-se ver que, para os casais cujas mulheres são pardas, nascidas na década de 40 e que se uniram antes dos 25 anos, 86,1% dos homens e 88,4% das mulheres têm até 4 anos de estudo (ou o antigo primário completo). Para os casais correspondentes a mulheres pardas da coorte de 50 e que se uniram antes dos 25 anos, estas proporções se reduziram para 72,0% e 75,3%, para homens e mulheres respectivamente. Isto aumenta as alternativas de escolha dos casais, por grupos de instrução, o que implica numa redução das taxas de endogamia, que passaram de 46,7% para 40,5% no caso da TGE e de 28,1% para 23,1% no caso do índice kappa. Nestes casos, dado o grande valor que assume o desvio-padrão, não chegam a representar uma mudança significativa do ponto de vista estatístico.

Tabela 4.12 Distribuição do nível de instrução dos casais, por coorte de nascimento e cor da mulher. (Dados censurados e em porcentagem) Estado de São Paulo, 1984.

Anos de Estudo	Coorte de 1940 (a)				Coorte de 1950 (a)					
	Civ/Rel		Civil		Civ/Rel		Civil		Consens	
	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M
< 1	12,5	11,6	18,1	21,2	5,8	5,5	10,0	10,9	9,5	15,2
1 - 3	23,2	27,0	30,5	31,3	16,6	15,8	26,0	27,0	22,9	20,9
4	32,6	33,8	33,2	33,6	28,4	30,7	32,4	34,6	38,6	32,4
5 - 7	5,3	6,1	5,0	6,9	12,2	12,5	11,3	12,0	8,1	11,9
8	7,3	7,8	4,2	1,5	11,1	10,5	9,3	7,3	9,5	9,5
9 - 11	9,4	9,4	5,0	3,9	12,8	16,2	6,6	5,3	6,7	6,7
12 e +	9,8	4,2	3,9	1,5	13,0	8,7	4,4	2,9	4,8	3,3
Total	100,0		100,0		100,0		100,0		100,0	
Nº de Casos	1.654		259		2.378		549		210	

Fonte: Fita de dados da PNAD-84. Estado de São Paulo.

Nota:(a) Dados censurados a partir dos 25 anos de idade da mulher.

No caso dos dados padronizados, ou seja, supondo uma distribuição uniforme por nível de instrução e sexo, o que se observa é uma mudança análoga à indicada anteriormente: um aumento da endogamia das brancas e uma redução da endogamia das pardas, diminuindo a diferença entre os dois grupos (ver Tabela 4.13). Assim, se na coorte da década de 40, há diferenças significativas nos dois indicadores de endogamia já citados anteriormente (taxa geral de endogamia e índice kappa), na coorte de 1950 esta diferença cai e é aceita a hipótese de nulidade, ou seja, estatisticamente não haveria diferença significativa entre os níveis de endogamia por instrução dos casais de mulheres pardas e brancas da coorte de 50.

Tabela 4.13 Endogamia por anos de estudo, segundo a coorte de nascimento e cor da mulher. (Dados censurados e padronizados) Estado de São Paulo, 1984.

Coorte de Nasc. (Década) e cor	Taxa Geral Endog. (TGE)	Taxa Endog. Ampl. (TEA)	T. Exog. Fem. Posit. (TEFP)	T. Exog. Fem. Negat. (TEFN)	Índice Kappa (K)	Desvio Padrão Kappa σ (k)	Total de Casais
1940 (a)							
Brancas	39,9	75,5	31,7	28,3	29,9	2,2	1.533
Pardas	55,9	77,3	25,9	18,2	48,6	2,2	338
1950 (a)							
Brancas	43,6	78,3	29,1	27,3	34,2	2,2	2.324
Pardas	39,5	73,0	31,9	28,7	29,4	2,2	648

Fonte: Fita de dados da PNAD-84. Estado de São Paulo.

Nota:(a) Dados censurados a partir dos 25 anos de idade da mulher.

Na análise longitudinal por tipos de união, também houve problemas amostrais com as uniões só religiosas e consensuais da coorte de 40. Portanto, somente se incluiu na análise as uniões de tipo civil-religioso e só civil para a coorte de 40 e 50, e, na última coorte, também foram incluídas as uniões consensuais.

Para os dois primeiros tipos de união, observa-se um movimento análogo ao que aconteceu com brancas e pardas (ver Tabela 4.14). Os casais em união civil-religiosa tendem a aumentar levemente seu nível de endogamia se se compararam os índices kappa das coortes femininas de 40 e 50, enquanto os casais em união só civil apresentam uma queda no mesmo período. Isto provoca, neste caso, uma maior diferenciação entre os níveis de endogamia dos casais nestes dois tipos de união, para a coorte de 50, ficando o primeiro com uma taxa geral de endogamia de 42,4% e um índice kappa de 30,1%, e os casais em união só civil com 39,0% e 21,9%, respectivamente.

Tabela 4.14 Endogamia por anos de estudo, segundo a coorte de nascimento da mulher e tipos de união.
(Dados censurados)
Estado de São Paulo, 1984.

Coorte de Nasc. (Década) e união	Taxa Geral Endog. (TGE)	Taxa Endog. Ampl. (TEA)	T. Exog. Fem. Posit. (TEFP)	T. Exog. Fem. Negat. (TEFN)	Índice Kappa (K)	Desvio Padrão Kappa σ (K)	Total de Casais
1940 (a)							
Civ/Rel	42,6	79,4	34,9	22,4	27,5	1,5	1.654
Civil	45,2	79,9	34,0	20,8	26,7	4,0	259
1950 (a)							
Civ/Rel	42,4	78,5	31,1	26,5	30,1	1,2	2.376
Civil	39,0	75,8	34,8	26,2	21,9	2,7	549
Consen.	43,3	78,6	31,9	24,8	28,1	4,4	210

Fonte: Fita de dados da PNAD-84. Estado de São Paulo.

Nota:(a) Dados censurados a partir dos 25 anos de idade da mulher.

Esse movimento acompanha mudanças dos níveis de instrução dos casais, que como se pode ver na Tabela 4.12, no caso dos casais em união só civil, reduz-se a proporção de pessoas com até 4 anos de estudo na coorte de 40, de pouco mais de 80%, para perto de 70% na coorte de 50. No caso dos casais em união

civil-religiosa, da coorte de mulheres da década de 40, aproximadamente 70% se encontravam neste grupo e ele passa a representar pouco mais de 50%, na coorte de 50. E esta mudança provocou muito menos variações nos níveis de endogamia deste tipo de união.

Por último, pode-se mencionar o padrão de endogamia dos casais em união consensual na coorte de 50. Ele se confirma como um padrão de endogamia um pouco mais elevado que os dois tipos de união anteriormente analisados (sua TGE é 50,5% e o índice kappa atinge 42,3%). Analogamente, sua taxa de endogamia ampliada atinge quase 80% e suas taxas de exogamia positiva e negativa estão muito próximas (25,2% e 24,3%, respectivamente).

Finalmente, serão analisadas as tabelas de casamento padronizadas, onde fica mais claro o que aconteceria com os níveis de endogamia dos casais ao se controlar as mudanças na distribuição por instrução da população.

Se a distribuição por instrução fosse uniforme por categorias de instrução e sexo, ter-se-ia observado uma homogeneização de padrões na coorte de 50, entre as uniões de tipo civil-religioso e só civil. Os diferenciais observados na coorte de 40, entre os casais destes dois tipos de união, de quase 10% na taxa geral de endogamia e no índice kappa, praticamente teriam desaparecido na coorte de 50, como mostram os resultados da Tabela 4.15.

E teria surgido como novo o padrão dos casais em união consensual. Sob as mesmas hipóteses anteriores, estes casais teriam apresentado níveis de endogamia por instrução significativamente superiores aos casais em união civil e civil-religiosa, chegando a uma taxa geral de endogamia de 50,5% e a um índice kappa de 42,0%, o maior observado na coorte de 50.

Tabela 4.15 Endogamia por anos de estudo, segundo a coorte de nascimento da mulher e tipos de união.
(Dados censurados e padronizados)
Estado de São Paulo, 1984.

Coorte de Nasc. (Década) e união	Taxa Geral Endog. (TGE)	Taxa Endog. Ampl. (TEA)	T. Exog. Fem. Posit. (TEFP)	T. Exog. Fem. Negat. (TEFN)	Índice Kappa (K)	Desvio Padrão Kappa σ (K)	Total de Casais
1940 (a)							
Civ/Rel	40,7	75,6	31,4	27,9	30,8	2,2	1.654
Civil	32,7	75,1	38,7	28,6	21,4	2,1	259
1950 (a)							
Civ/Rel	43,9	78,6	28,7	27,4	34,6	2,2	2.376
Civil	44,5	75,3	28,9	28,5	35,3	2,2	549
Consen.	50,5	79,9	25,2	24,3	42,3	2,2	210

Fonte: Fita de dados da PNAD-84. Estado de São Paulo.

Nota: (a) Dados censurados a partir dos 25 anos de idade da mulher.

Dessa análise por coorte pode-se concluir que, se por um lado se observa uma certa diminuição dos níveis de endogamia por instrução, esta diminuição seria consequência de um aumento das uniões "para baixo" das mulheres, já que os níveis das taxas de exogamia feminina positiva praticamente não mudam no período.

Quanto aos grupos de cor branca e parda, observa-se que o último mostra maior redução do nível de endogamia que o primeiro, quando se comparam os resultados das coortes de 40 e 50. O grupo pardo apresenta uma redução da taxa geral de endogamia de 48,7% para 40,5%, como consequência de um aumento da taxa de exogamia feminina negativa, já que a taxa de exogamia positiva praticamente não se altera (30% e 31% nas coortes de 40 e 50, respectivamente).

Por outro lado, quando se considera o tipo de união, tem-se como grupo mais conservador os casais em união civil-religiosa, já que os casais de mulheres da coorte de 50, apresentam poucas variações com relação à coorte de 40. Mas os casais em união só civil acompanham melhor as mudanças observadas para a média da população: redução dos níveis de endogamia e ampliação da exogamia negativa, já que novamente a exogamia feminina positiva, praticamente, permanece constante neste grupo, entre as coortes de 40 e 50.

Portanto, ao que tudo indica, as mudanças nos níveis de endogamia dos casais estariam mais evidentes nos grupos de mulheres de cor parda que branca e nas uniões de tipo civil do que civil-religioso. Ou seja, o grupo de mulheres brancas e em união civil-religiosa, seria um grupo mais conservador, com relação a possíveis mudanças no padrão de endogamia.

Por último, quando se consideraram os casais em união consensual (somente da coorte de 50), eles apresentaram um padrão relativamente mais "conservador" que as uniões de tipo só civil. Isto deve ser destacado, já que, na análise transversal, os casais em união só civil e consensual apresentavam padrões muito próximos (ver Tabela 4.7).

A análise das tabelas de casamento padronizadas, conforme explicado anteriormente, mostraram um comportamento da endogamia diferente do que se observou na realidade: os índices de endogamia tenderiam a aumentar, os diferenciais observados na década de 40 entre os grupos branco e pardo, e entre os casais em uniões de tipo civil-religioso e só religioso, se ampliariam, mas a coorte de 50 seria muito mais homogênea, tanto considerando-se os grupos por cor (branco e pardo) como por tipo de união (civil-religiosa e só civil).

Ou seja, uma distribuição equitativa do nível de instrução da população, poderia levar a crescer as uniões endogâmicas, se outros fatores não se alterassem durante a mudança. Supondo o padrão observado, se houvesse uma situação hipotética, em que a distribuição da população por nível de instrução e sexo fosse uniforme, observar-se-ia um aumento nos níveis de endogamia entre as coortes de 40 e 50 e, nesta última, chegar-se-ia a padrões mais homogêneos, tanto por cor da mulher (branco e pardo), como por tipos de união (civil-religiosa ou só civil). E as uniões consensuais da coorte de 50, seriam mais endogâmicas que o resto das uniões (mais de 50% destas uniões se realizariam dentro do mesmo grupo de instrução) e os grupos exogâmicos (positivo e negativo) ficariam quase que igualmente divididos. Isto sugere a ideia de que as mulheres em união consensual desejariam mais uma união com um "igual", ao menos do ponto de vista do seu nível de instrução, do que as mulheres que optariam por outros tipos de união mais formal.

CAPÍTULO V

O TÉRMINO DAS UNIÕES

5.1 INTRODUÇÃO

Neste capítulo serão tratados dois aspectos relativos às primeiras uniões que terminaram: sua duração e a razão de término. Ambos serão analisados nas perspectivas transversal e longitudinal, tendo como referência temporal as três coortes de nascimento das mulheres alguma vez unidas (décadas de 1930, 1940 e 1950), já consideradas nos capítulos anteriores.

Vale ressaltar que a faixa etária das mulheres consideradas na amostra (15 a 54 anos) tem um efeito direto nos resultados observados na razão de término das uniões. Assim, a viuvez aparece em uma proporção bem menor do que as separações, divórcios ou desquites. Das primeiras uniões estudadas, correspondentes a 13.146 mulheres, somente 5,0% terminaram em viuvez, enquanto que 13,3% corresponderam a divórcios, desquites ou separações.

Em que pese o fato de que, em última análise, tanto a viuvez quanto a separação estejam associadas a um conjunto amplo de causas que mobilizam dimensões demográficas, sociais, econômicas, culturais e comportamentais, a quebra de vínculo nas separações, ao contrário da viuvez, resulta de um ato voluntário da mulher, do homem ou de ambos (Ojeda de la Peña, 1986). Daí porque o peso relativo destes fatores, no estudo de cada uma das duas razões de término, obedeça a ordenamentos próprios e distintos. A análise da viuvez feminina não será aqui incluída por depender de um exame aprofundado da mortalidade masculina, no

tempo e espaço apropriados ao estudo em foco, o que foge dos objetivos deste trabalho. No que se refere às separações, *lato sensu*, estas serão aqui analisadas segundo a coorte de nascimento das mulheres, o seu nível de instrução e o tipo de união, que são as características que podem ser estudadas através da informação disponível nas histórias retrospectivas de uniões da PNAD-84.

5.2 ANÁLISE TRANSVERSAL

Na perspectiva transversal serão analisadas as uniões que terminaram por divórcio, desquite ou separação das 13.148 primeiras uniões consideradas neste estudo. A Tabela 5.1 mostra que, até o momento da entrevista, 13,3% destas uniões já tinham terminado (1749 casos). Desse total, apenas um quarto se refere a separações legais, isto é, divórcios ou desquites. Este índice parece bastante reduzido, quando se leva em conta que o desquite existe no Brasil por um longo período de tempo e mesmo o divórcio já está em vigor no país a partir de 1978. Deve concorrer para explicar este baixo valor o fato de que a separação de corpos se constitui em etapa quase necessária entre o casamento e uma separação legal, esta última ficando na dependência de sentenças que requerem tempo bastante longo para serem promulgadas. Além disso, o término de uniões consensuais conduz, necessariamente, a separações de fato e não de direito. O custo para conseguir um desquite, num passado recente, ou um divórcio atualmente, pode se constituir em obstáculo para uma separação legal, no caso de casais de baixa renda.

Considerando o tipo de união, observa-se na Tabela 5.1 que a proporção de uniões que terminaram é diferente para cada tipo. Destacam-se as uniões civil-religiosas, as quais apresentam a menor proporção de término (8,5%). Esta proporção se duplica no caso das uniões só civis (17,6%), quadruplica-se para as uniões consensuais (34,8%) e quintuplica-se nas uniões só religiosas

(42,0%). Isto confirma o caráter diferencial da duração das uniões, com relação aos tipos de união.

Tabela 5.1 Primeiras uniões que terminaram em divórcio, desquite ou separação, por tipos de união. Estado de São Paulo, 1984.

Tipos de União	Total Primeiras Uniões	Div./Desq.		Separação		Total	(%)
		Total	(%)	Total	(%)		
Civ./Rel.	9.353	332	3,5	460	4,9	792	8,5
Civil	2.253	94	4,2	303	13,4	397	17,5
Consens.	1.214	-	-	423	34,8	423	34,8
Relig.	326	-	-	137	42,0	137	42,0
Total	13.146	426	3,2	1.323	10,1	1.749	13,3

Fonte: Fita de dados da PNAD-84. Estado de São Paulo.

No caso das uniões só religiosas, é importante destacar que elas correspondem a uniões mais antigas (quase 40% delas se referem a mulheres nascidas na década de 30). No caso das uniões civil-religiosa, só civil e consensual, somente 23%, 16% e 10% das mulheres são dessa coorte, respectivamente. Portanto, as mulheres em união religiosa estiveram mais tempo expostas ao risco de terminar suas uniões, o que justifica, em parte, a maior incidência de separações nesse tipo de união.

As uniões consensuais, por outro lado, apresentam a segunda maior proporção de separações (34,8%), apesar de se tratarem das uniões mais jovens. Mas, como será verificado mais adiante, este tipo de união apresenta, de fato, grande incidência de separações e sua duração é sempre menor que a dos outros tipos considerados. Autores como Berquó e Loyola (1984) já apontavam para este fato na sua análise baseada em informações para diversos contextos brasileiros, ressaltando o caráter menos estável das uniões consensuais.

As uniões civil-religiosas, por sua vez, mostraram-se mais estáveis, já que, apesar de serem relativamente antigas (23% correspondem a mulheres nascidas na década de 1930), apresentaram a menor prevalência de término. Enquanto isso, os divórcios ou desquites, foram menos frequentes do que as separações de fato para este tipo de união legalizada.

As uniões civis, apesar de apresentarem uma proporção de divórcios ou desquites levemente superior à de uniões civil-religiosas (4,2% contra 3,5%, respectivamente), têm uma incidência quase três vezes maior de separações (13,4% contra 4,9% das uniões civil-religiosas). Assim, ficam com uma proporção de término duas vezes maior que a das uniões civil-religiosas.

Um segundo aspecto que se considera para as uniões que terminaram é a sua duração. A Tabela 5.2 mostra que a duração média destas uniões foi de 7,7 anos, com um desvio padrão de 6,9 anos. A duração mediana ficou em 8 anos e, em 50% dos casos, as uniões tiveram uma duração que variou entre 2 e 11 anos (quartil inferior e superior, respectivamente). A duração máxima observada foi de 36 anos.

Como era esperado, as uniões civil-religiosas apresentam a maior duração, ou seja, em média, 9,4 anos. As terminadas em separação, tiveram uma duração média de quase 10 anos, valor este significativamente maior do que a duração daquelas que acabaram por divórcio ou desquite (8,7 anos).

São as uniões de tipo só religioso as que exibiram a segunda maior duração, ou seja, 8,6 anos. Apesar da grande incidência de separações observada anteriormente, a duração média dessas não apresenta diferença significativa em relação ao tempo médio de permanência nas uniões de tipo civil-religioso.

Tabela 5.2 Duração das primeiras uniões que terminaram em divórcio, desquite ou separação, por tipo de união. Estado de São Paulo, 1984.

Tipo de União	Razão de Término	Total de Casos	Anos de Duração						
			Min	QI	Me	QS	Max	\bar{X}	D.P.
Civ/Rel.	Div/Des.	332	0	3	7	13	29	8,7	6,5
	Separ.	460	0	4	8	15	36	9,9	7,9
	D/D/S.	792	0	3	8	14	36	9,4	7,4
Civil	Div/Des.	94	0	2	5	10	26	6,8	6,2
	Separ.	303	0	2	5	10	34	7,4	7,0
	D/D/S.	397	0	2	5	10	34	7,2	6,8
Relig.	Separ.	137	0	3	7	12	30	8,6	7,3
Consens.	Separ.	423	0	1	3	7	30	4,7	4,7
Total		1.749	0	2	6	11	36	7,7	6,9

Fonte: Fita de dados da PNAD-84. Estado de São Paulo.

Nota: Min=Valor Mínimo, QI=Quartil Inferior, Me=Mediana, \bar{X} =Média, QS=Quartil Superior, Max=Valor Máximo, D.P.=Desvio Padrão.

Por sua vez, as uniões civis tiveram uma duração média de 7,3 anos, inferior em quase dois anos, em relação às uniões civil-religiosas, e, em pouco mais de um ano, com relação às uniões só religiosas. Esta diferença é significativamente menor no primeiro caso, mas não significativa no segundo.¹

O tempo médio nas uniões civis que terminaram em separação é levemente superior ao das que terminaram em divórcio ou desquite (7,4 e 6,8 anos, respectivamente), mas esta diferença não chega a ser estatisticamente significativa. Já a duração mediana, o quartil inferior e o superior, coincidem, para as duas razões de término, e correspondem a 5, 2 e 10 anos, respectivamente.

1. Foi utilizado o teste de Scheffe para comparar a duração média entre os quatro tipos de união.

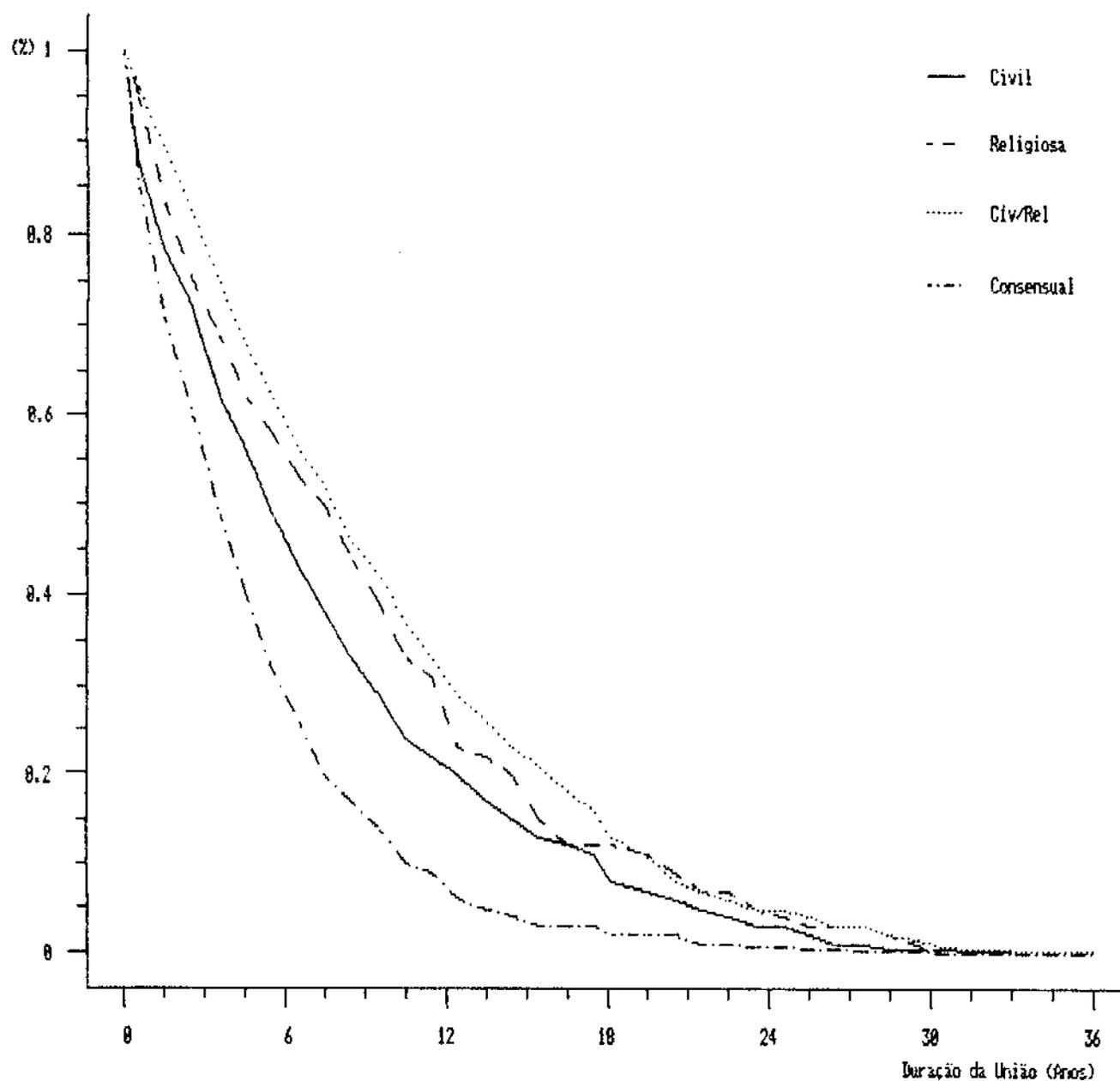
Quanto às uniões consensuais, são as que apresentam a menor duração média de todos os tipos de união (4,7 anos), e correspondendo à metade daquela exibida pelas uniões civil-religiosas (9,4 anos). Considerando-se a duração mediana, esta diferença fica ainda maior, já que ela corresponde a 3 e 8 anos, respectivamente. Isto confirma, em princípio, que as uniões consensuais são as uniões de maior incidência de separações e de menor duração.¹ Esta característica já era esperada a partir das conclusões de Berquó e Loyola (1984), citadas anteriormente.

O Gráfico B.1 mostra o comportamento das curvas de sobrevivência das uniões que terminaram por tipo de união. Nele, visualiza-se mais claramente a maior duração das uniões civil-religiosas, assim como, o gradiente que se produz com os outros tipos de união. Neste caso, o teste de Wilcoxon indica que não há diferença significativa entre as curvas das uniões civil-religiosa e só religiosa [$W_1=1,97$ e $P(X_1^2 > W_1)=0,161$], mas há diferenças significativas entre essas curvas e as curvas das uniões civil e consensual. Também verificam-se diferenças significativas entre as curvas das uniões civil e consensual [$W_1=27,98$ e $P(X_1^2 > W_1)=0,0001$].

Portanto, pode-se concluir que, quando ocorrem rupturas nas uniões, a duração tem uma relação direta com o tipo de união. As separações, divórcios e desquites de uniões de tipo civil-religioso e só religioso tiveram uma duração maior do que no caso de uniões civis e estas, por sua vez, uma duração maior do que no caso das uniões consensuais. Assim, as durações extremas se encontram nas uniões civil-religiosa e consensual.

1. Novamente, deve-se ressaltar que as uniões consensuais e só religiosas são as uniões mais novas e mais antigas, respectivamente, portanto, têm as menores e maiores chances de uma duração mais prolongada. Isto significa que, antes de poder concluir sobre a duração deste tipo de união, deve-se esperar os resultados da análise longitudinal, que leva em consideração a coorte de nascimento da mulher, e permitirá controlar a temporalidade destas uniões.

Gráfico 5.1 Curvas de sobrevivência das primeiras uniões que terminaram em divórcio, desquite ou separação, por razão de término. Estado de São Paulo, 1984.



Fonte: Fita de dados da PNAD-84. Estado de São Paulo.

Passando à análise do término das uniões segundo a cor da mulher, pode-se ver na Tabela 5.3 que as mulheres classificadas como de cor amarela constituem o grupo com menor proporção de divórcios, desquites ou separações (5,2%). Esta proporção aumenta mais de duas vezes nas mulheres brancas (11,5%), mais de 3 vezes nas mulheres pardas (17,9%) e quase 5 vezes nas mulheres pretas (25,0%).

Tabela 5.3 Primeiras uniões que terminaram em divórcio, desquite ou separação, por cor da mulher. Estado de São Paulo, 1984.

Grupos de Cor	Total Primeiras Uniões	Div. / Desq.		Separação		Total	C%
		Total	C%	Total	C%		
Branco	9.637	335	3,5	775	8,0	1.110	11,5
Pardo	2.606	69	2,6	398	15,3	467	17,9
Preto	632	15	2,4	143	22,6	158	25,0
Amarelo	271	7	2,6	7	2,6	14	5,2
Total	13.146	426	3,2	1.323	10,1	1.749	13,3

Fonte: Fita de dados da PNAD-84. Estado de São Paulo.

A incidência de separações, contrastada com a de divórcios ou desquites, mostra que as primeiras sempre têm um peso maior do que as separações legalizadas (10,1% e 3,2%, respectivamente). Em geral, o peso do divórcio e desquite apresenta poucas variações por cor: próximo de 2,5% nos grupos pardo, preto e amarelo, e levemente superior no caso de mulheres brancas (3,5%). Portanto, o que marca as diferenças nos níveis das uniões terminadas por cor, é a incidência diferencial das separações não legalizadas. Se no grupo de mulheres brancas elas representam 69,8% do total das rupturas, no grupo pardo correspondem a 85,2% e atingindo o nível máximo de 90,5% no grupo

preto. Para o grupo amarelo, esta proporção se manteve na mesma proporção dos divórcios ou desquites, ou seja, 50,0%.¹

Estes resultados podem ser complementados com as informações disponíveis na Tabela 5.4, que se referem à duração da união, por cor da mulher e por tipo de união. Os resultados, quanto a duração, mostram poucas diferenças entre os grupos de cor, apresentando médias que correspondem a 8,1, 7,6, 7,0 e 7,0 anos para os grupos branco, amarelo, pardo e preto, respectivamente. O teste de Scheffe mostrou que não há diferença significativa entre estas médias.

Mas as diferenças se mantêm por tipo de união. Para o grupo de mulheres brancas e pardas, as uniões civil-religiosas sempre apresentam a maior duração, próxima das uniões só religiosas. As de tipo só civil se mantêm com uma duração um pouco menor e, por último, as uniões consensuais sempre apresentam a menor duração.

Assim, o teste de Scheffe para a duração média das uniões, por tipo de união e cor, não mostra diferenças significativas entre eles. A análise de variância com dois critérios de classificação (grupos de cor e tipo de união), mostrou que não há interação entre estas duas variáveis.

Incluindo-se na análise o nível de instrução das mulheres cujas uniões já terminaram, serão considerados apenas três grandes grupos de instrução: mulheres com até 3 anos de estudo, com 4 anos e com 5 e mais anos de estudo.²

1. Deve-se observar que a amostra das mulheres amarelas é muito pequena, para chegar a resultados conclusivos.

2. O teste de Scheffe mostrou que não há diferenças significativas entre a duração média das uniões que terminaram, para mulheres com até 3 anos de estudo e para as mulheres com 5 anos de estudo e mais. Por isso, na análise das uniões que terminaram, se consideram três grandes grupos de instrução: até 3, 4 e 5 e mais anos de estudo.

Tabela 5.4 Duração das primeiras uniões que terminaram em divórcio, desquite ou separação, por cor da mulher e tipos de união.
Estado de São Paulo, 1984.

Grupos de Cor e Tipos de União	Observações		Anos de Duração						
	Total	%	Min	QI	Me	QS	Max	\bar{X}	D.P.
Branco	1110	100,0	0	2	6	12	36	8,1	7,2
Civ/Rel	590	53,1	0	3	8	14	36	9,5	7,5
Relig.	75	6,7	0	2	8	12	30	8,9	7,9
Civil	228	20,5	0	2	5	11	34	7,3	7,0
Consens.	217	19,5	0	1	4	7	27	4,8	4,9
Pardo	467	100,0	0	2	5	10	31	7,0	6,5
Civ/Rel	152	32,5	0	4	8	14	31	9,5	7,3
Relig.	45	9,6	0	3	8	12	29	8,5	6,7
Civil	133	28,5	0	2	5	10	25	7,0	6,3
Consens.	137	29,3	0	1	3	6	25	3,9	4,0
Preto	158	100,0	0	3	5	10	31	7,0	6,1
Civ/Rel	41	25,9	0	3	7	13	25	8,0	5,6
Relig.	17	10,8	1	2	6	13	21	7,6	6,0
Civil	33	20,9	0	2	5	11	31	7,9	7,6
Consens.	67	42,4	0	2	4	7	30	5,7	5,4
Amarelo	14	100,0	2	3	5	12	18	7,6	5,4
Civ/Rel	9	64,3	2	4	7	15	18	9,1	5,8
Relig.	0	-	-	-	-	-	-	-	-
Civil	3	21,4	3	3	3	5	5	3,6	1,1
Consens.	2	14,3	3	3	7	11	11	7,0	5,6
Total	1.749		0	2	6	11	36	7,7	6,9

Fonte: Fita de dados da PNAD-84. Estado de São Paulo.

Nota: Min=Valor Mínimo, QI=Quartil Inferior, Me=Mediana, \bar{X} =Média, QS=Quartil Superior, Max=Valor Máximo, E.P.= Desvio Padrão.

A Tabela 5.5 mostra que 16,6% das primeiras uniões de mulheres com até 3 anos de estudo já haviam terminado na época da entrevista. Esta proporção reduz-se para 12,1% no caso das mulheres com 4 anos de estudo e, para 11,3% no grupo com 5 anos de estudo ou mais. Os resultados para o primeiro grupo estão associados à maior proporção de mulheres da coorte de 30 no grupo com até 3 anos de estudo, em relação aos outros grupos de instrução. Assim, elas estiveram, em média, expostas mais tempo ao risco de terminar suas uniões.

Tabela 5.5 Primeiras uniões que terminaram em divórcio, desquite ou separação, por nível de instrução da mulher. Estado de São Paulo, 1984.

Anos de Estudo	Total Primeiras Uniões	Div. / Desq.		Separação		Total	(%)
		Total	(%)	Total	(%)		
Até 3	4.406	90	2,0	642	14,6	732	16,6
4	3.873	108	2,8	359	9,3	467	12,1
5 e mais	4.867	228	4,7	322	6,6	550	11,3
Total	13.146	426	3,2	1.323	10,1	1.749	13,3

Fonte: Fita de dados da PNAD-84. Estado de São Paulo.

Com relação à duração das uniões que já terminaram, tem-se um gradiente, onde, as mulheres com até 3 anos de estudo, apresentam uma duração média de 9,4 anos, e os grupos com 4 e 5 anos de estudo e mais, uma duração de 7,5 e 5,7 anos, respectivamente. (Ver Tabela 5.6). Estes resultados também podem ter o efeito da coorte de nascimento das mulheres, o que será analisado posteriormente.

Ao analisar-se a duração média das uniões, por instrução e tipo de união, observam-se padrões diversos em cada caso. Assim, nas uniões de mulheres com até 3 anos de estudo, verifica-se que as uniões civil-religiosas apresentam a maior duração (12,1 anos)

seguidas das uniões só religiosa e só civil, as quais têm uma duração relativamente próxima (9,5 e 8,5 anos, respectivamente). Por último, as uniões consensuais apresentam a menor duração (5,7 anos).

Tabela 5.6 Duração das primeiras uniões que terminaram em divórcio, desquite ou separação, por nível de instrução da mulher e tipos de união. Estado de São Paulo, 1984.

Anos de Estudo e Tipos de União	Observações		Anos de Duração						
	Total	%	Mín	QI	Me	QS	Max	\bar{X}	D.P.
Até 3	732	100,0	0	3	7	14	36	9,4	7,8
Civ/Rel	287	39,2	0	5	11	18	36	12,1	8,2
Relig.	89	12,1	0	4	8	14	30	9,5	7,4
Civil	183	25,0	0	2	7	13	34	8,5	7,7
Consens.	173	23,6	0	1	4	7	27	4,8	4,9
4	467	100,0	0	3	6	11	33	7,5	6,5
Civ/Rel	205	43,9	0	4	8	15	33	9,6	6,9
Relig.	25	5,3	0	4	9	15	29	10,3	7,3
Civil	115	24,6	0	2	5	9	28	6,4	6,0
Consens.	122	26,1	0	1	3	7	27	4,5	4,3
5 e mais	550	100,0	0	2	4	8	36	5,7	5,4
Civ/Rel	300	54,5	0	2	5	10	36	6,8	5,8
Relig.	23	4,2	0	1	2	4	12	3,3	3,5
Civil	99	18,0	0	1	4	9	26	5,8	5,5
Consens.	128	23,3	0	1	2	5	15	3,4	3,5
Total	1.749		0	2	6	11	36	7,7	6,9

Fonte: Fita de dados da PNAD-84. Estado de São Paulo.

Nota: Mín=Valor Mínimo, QI=Quartil Inferior, Me=Mediana, \bar{X} =Média, QS=Quartil Superior, Max=Valor Máximo, E.P.= Desvio Padrão.

Para as mulheres com 4 anos de estudo, as uniões civil-religiosa e só religiosa novamente apresentam uma duração maior do que no caso de uniões civis (9,6, 10,3 e 6,4, respectivamente) e as uniões consensuais continuam sempre com a menor duração (4,6 anos).

Por último, o grupo com 5 ou mais anos de estudo apresenta a menor duração, relativa aos outros dois grupos de instrução. Dentro desse grupo são as uniões civil-religiosa e só civil as que mostram maior duração (6,8 e 5,8 anos, respectivamente), ficando cotejadas com uniões só religiosa e consensual, as quais apresentam uma duração quase idêntica (3,3 e 3,4 anos, respectivamente). Portanto, pode-se concluir que o papel das uniões só religiosas, neste grupo, é diferente do que ocorre nos outros grupos de instrução, onde a duração das uniões religiosas é muito próxima das uniões civil-religiosa e só civil, para as mulheres com até 3 e 4 anos de estudo, respectivamente.

Assim, pode-se ver que a duração das uniões depende tanto do nível de instrução das mulheres como do tipo de união. A análise da variância com dois critérios de classificação (nível de instrução e tipo de união) confirma este resultado, já que se verifica uma interação entre as duas variáveis.

5.3 ANÁLISE LONGITUDINAL

Antes de iniciar a análise da duração das uniões das mulheres das coortes das décadas de 30, 40 e 50, será necessário fazer algumas observações de caráter metodológico:

a) Ao fazer as comparações por coorte de nascimento da mulher, não serão consideradas aquelas uniões que já terminaram e cuja duração ultrapassou os 44 anos de idade das mulheres da coorte de 1930, os 34 anos na coorte de 40 e os 24 anos na coorte de 50. Elas serão censuradas. Isto diminui sensivelmente o número de uniões disponíveis para análise (ver dados não censurados na Tabela 5.7).

b) Tratamento análogo será dado às uniões que terminaram por viuvez. Isto implica no suposto de que os eventos viuvez e separação, divórcio ou desquite, ocorrem de forma independente. Isto não seria válido, mas apesar de se tratar de riscos competitivos, quando se deseja comparar as coortes, tem-se a restrição de diferentes taxas de separação por coorte. Além disso, não se conta com programas computacionais adequados. Dadas estas limitações, decidiu-se censurar as uniões que terminaram por viuvez, para facilitar a análise e a interpretação dos resultados. Para ter um certo controle dos resultados, foram calculadas curvas de sobrevivência das uniões incluindo os casos de viuvez. Este procedimento leva a resultados quase idênticos, mantendo-se as mesmas relações entre as curvas de sobrevivência para cada coorte, conforme assinalado por Goldman e Pebley (1981) em estudo análogo.

c) Na análise longitudinal se faz estritamente necessário levar em consideração os tipos de união, já que, como foi visto na seção anterior, a sobrevivência das uniões mostra-se diferencial por tipo de união. Portanto, na análise da evolução da duração das uniões no tempo, considerar-se-á, além da coorte de nascimento da mulher, os tipos de união.

d) Além disso, foi visto que a incidência dos distintos tipos de união sofreu modificações ao longo das 3 coortes de nascimento consideradas. A união civil e religiosa passa de 80% das uniões da coorte de 30, para 70% na coorte de 50 (considerando os dados censurados aos 24 anos de idade ao casar da mulher). Analogamente, verificou-se uma queda das uniões religiosas de 5% para 1,4%, entre as mesmas coortes, e acréscimos de 12,0% para 18,6% nas uniões só civil, e de 2,6% para 10,0% nas uniões consensuais, entre as coortes de 30 e 50 respectivamente. Isto reforça, ainda mais, a necessidade estrita de considerar os tipos de união através de uma análise longitudinal de duração das uniões.

Tabela 5.7 Número de primeiras uniões que terminaram por divórcio, desquite ou separação, por coorte de nascimento da mulher, segundo censura. Estado de São Paulo, 1984.

Coorte de Nasc.	Dados	Tipo de União				Total
		Civ/Rel	Civil	Relig.	Consens.	
1930	Não censur. (a)	187	63	48	48	346
	Censurados	1.925	289	78	67	2.359
	Total	2.113	352	126	115	2.705
1940	Não censur. (a)	201	102	38	63	404
	Censurados	2.525	469	57	136	3.187
	Total	2.726	572	95	199	3.591
1950	Não censur. (a)	101	84	16	96	297
	Censurados	3.203	785	56	414	4.458
	Total	3.304	869	72	510	4.755

Fonte: Fita de dados da PNAD-84. Estado de São Paulo.

Nota: a) Os dados não censurados correspondem às uniões que terminaram em divórcio, desquite ou separação, antes das mulheres da coorte da década de 1930 completarem 45 anos, das mulheres da coorte de 40 completarem 35 anos e das mulheres da coorte de 50 completarem 25 anos de idade. Os dados censurados correspondem ao resto das uniões, incluídas as primeiras uniões que ainda não terminaram.

Inicialmente, será analisada a incidência de separações, divórcios ou desquites em cada uma das três coortes consideradas. A Tabela 5.8 mostra que a taxa de separações, *lato sensu*, é de 2,4% na coorte da década de 30, 4,0% na coorte de 40 e 8,5% na coorte de 50, quando se consideram os dados censurados aos 24 anos. Isto mostra que o aumento das separações, divórcios ou desquites se mantêm em torno de 60,0% entre as coortes de 30, 40 e 50, mostrando uma tendência crescente das separações ao longo do tempo.

Tabela 5.8 Taxas de separação, divórcio ou desquite, das coortes de mulheres das décadas de 1930, 1940 e 1950. Dados censurados. Estado de São Paulo, 1984.

Coorte de Nasc.	Tamanho da Coorte	Razão de Término	Censura 24 anos		Censura 34 anos	
			Total	Taxa	Total	Taxa
1930	2.705	Separação	54	2,0%	153	5,6%
		Div/Desq.	11	0,4%	56	2,1%
		Total	65	2,4%	209	7,7%
1940	3.591	Separação	104	2,9%	300	8,3%
		Div/Desq.	39	1,1%	104	2,9%
		Total	143	4,0%	502	11,2%
1950	4.755	Separação	231	4,9%	-	-
		Div/Desq.	66	1,4%	-	-
		Total	297	6,3%	-	-

Fonte: Fita de dados da PNAD-84. Estado de São Paulo.

Analogamente, quando se comparam as coortes de 30 e 40, com dados censurados aos 34 anos, observa-se que a diferença entre as taxas de separações é bem maior do que com dados censurados aos 24 anos. Neste caso, as taxas aumentam 45,4% entre as duas coortes (7,7% e 11,2%, respectivamente). Estes resultados confirmam a tendência crescente das separações, divórcios ou desquites, ao longo das três coortes, o que ratifica a tendência observada no país, das taxas brutas de divórcio ou desquite nas últimas décadas e a incidência de separações observadas nos últimos censos (Berquó, 1989).

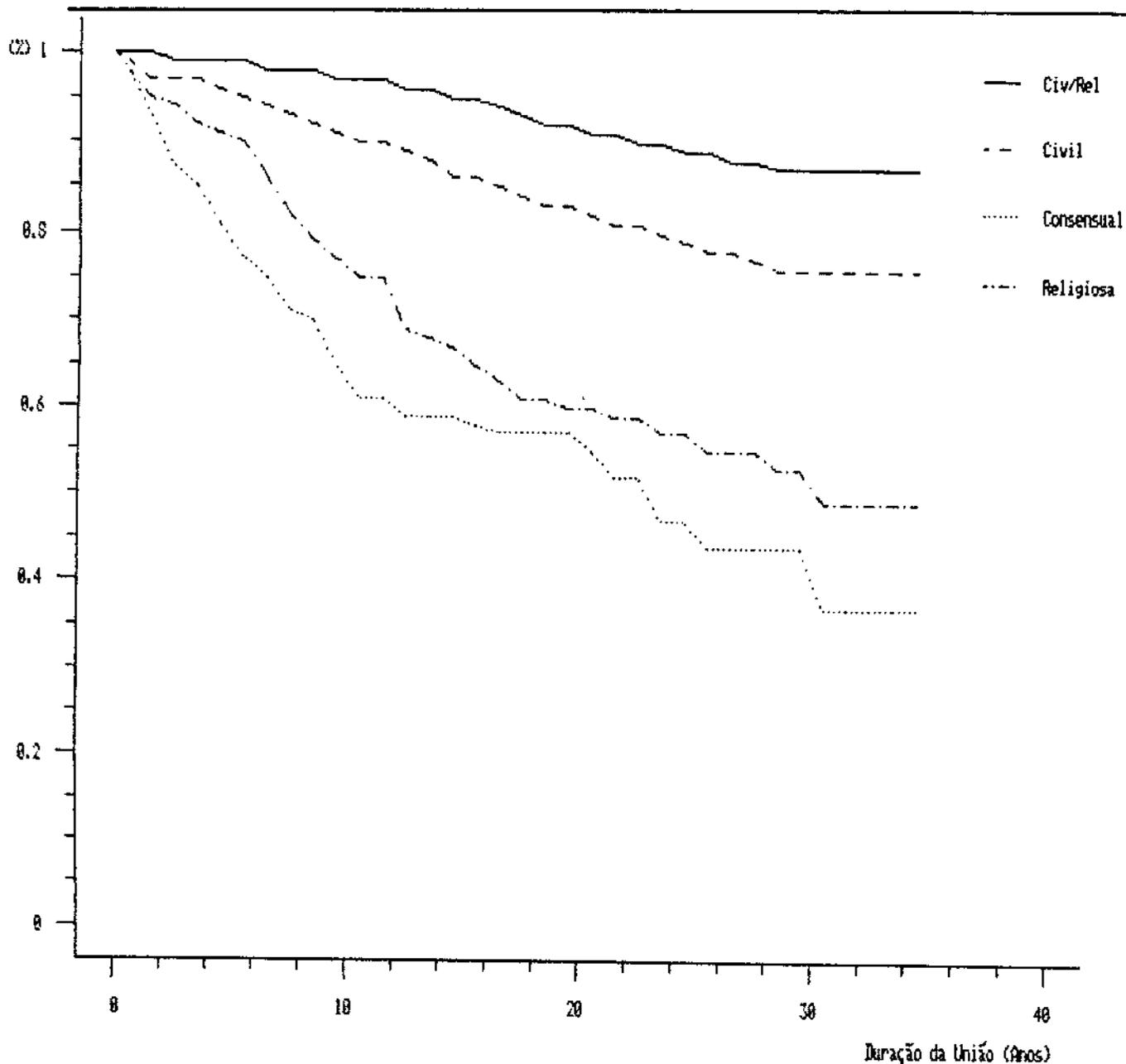
Para a análise de sobrevivência das uniões das mulheres das coortes das décadas de 1930, 1940 e 1950, as curvas de sobrevivência de cada coorte, por tipo de união, encontram-se nos Gráficos 5.2, 5.3 e 5.4, respectivamente. Estes gráficos confirmam que a sobrevivência das uniões civil-religiosas é maior que todas as outras uniões, nas três coortes. Mas os outros resultados observados na análise transversal modificam-se significativamente. É o caso das uniões só civil e só religiosa. Estas últimas apareciam como as uniões de maior duração, depois das uniões civil-religiosas, mas analisadas por coorte de nascimento da mulher, elas passam a apresentar uma curva de sobrevivência inferior a das uniões só civis e muito mais próxima a das uniões consensuais.

Do ponto de vista estatístico, pode-se verificar que na coorte de 30 há pouca diferença entre as curvas de sobrevivência das uniões religiosa e consensual [$W_1=3,06$ e $P(X_1^2>W_1)=0,08$]. As diferenças ficam significativas entre as curvas de sobrevivência das uniões civil-religiosa e só civil [$W_1=39,12$ e $P(X_1^2>W_1)=0,0001$], entre as uniões civil-religiosa e só religiosa [$W_1=185,64$ e $P(X_1^2>W_1)=0,0001$], e entre as uniões civil-religiosa e consensual [$W_1=279,29$ e $P(X_1^2>W_1)=0,0001$]. Relações análogas verificam-se para as uniões só civis.

Na coorte da década de 40, mantém-se a mesma relação entre as curvas de sobrevivência das uniões, por tipos de união, observada na coorte de 30. Mas as curvas correspondentes às uniões civil-religiosa e só civil, mudam de nível, apresentando menores taxas de sobrevivência do que na década de 30.¹ Por outro lado, as uniões consensuais e só religiosas, não apresentam mudanças significativas entre as duas coortes [$W_1=0,013$ e $P(X_1^2>W_1)=0,91$, e $W_1=3,33$ e $P(X_1^2>W_1)=0,07$, respectivamente].

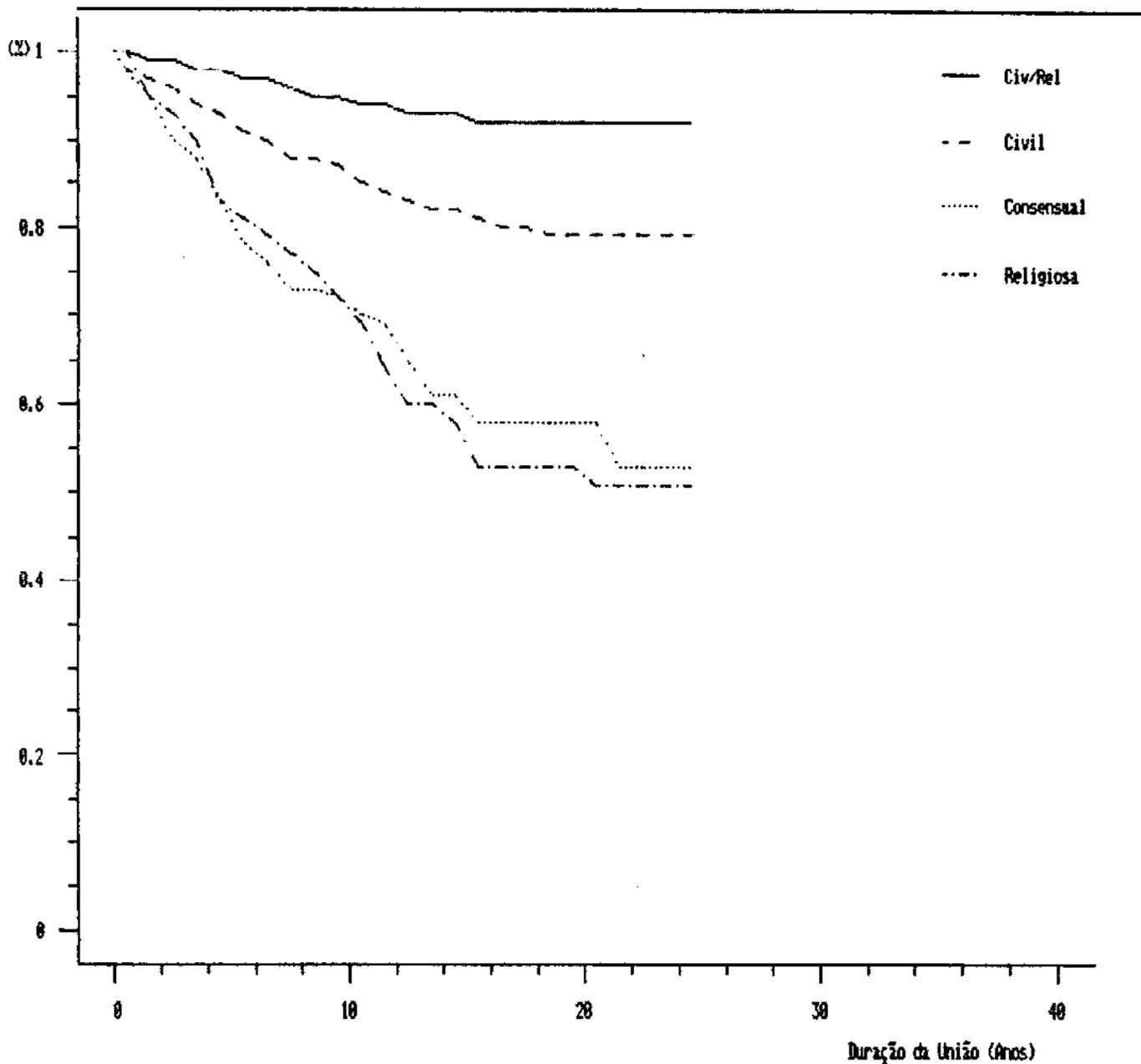
1. O resultado do teste de Wilcoxon para as uniões civil-religiosa e só civil, quando se comparam as curvas das coortes de 30 e 40, com dados censurados segundo o critério utilizado na coorte de 40, em ambos os casos, foi [$W_1=26,95$ e $P(X_1^2>W_1)=0,0001$] e [$W_1=8,79$ e $P(W_1>X_1^2)=0,0030$], respectivamente.

Gráfico 5.2 Curvas de sobrevivência das primeiras uniões que terminaram das mulheres da coorte da década de 1930, por tipos de união. (Dados censurados)
Estado de São Paulo, 1984.



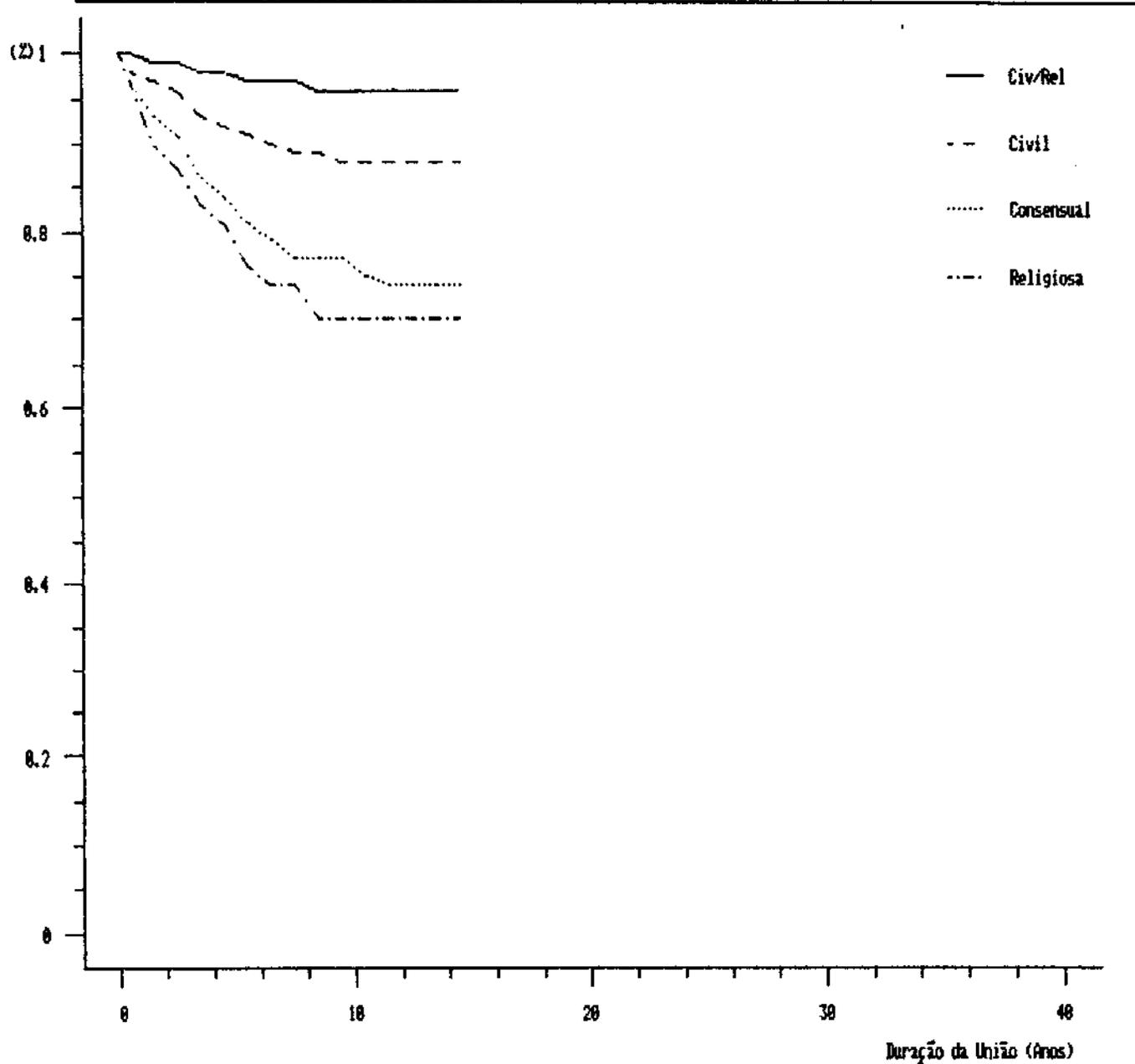
Fonte: Fita de dados da PNAD-84. Estado de São Paulo.

Gráfico 5.3 Curvas de sobrevivência das primeiras uniões que terminaram das mulheres da coorte da década de 1940, por tipos de união. (Dados censurados)
Estado de São Paulo, 1984.



Fonte: Fita de dados da PNAD-84. Estado de São Paulo.

Gráfico 5.4 Curvas de sobrevivência das primeiras uniões que terminaram das mulheres da coorte da década de 1950, por tipos de união. (Dados censurados)
Estado de São Paulo, 1984.



Fonte: Fita de dados da PNAD-84. Estado de São Paulo.

Na coorte da década de 50, observa-se a maior mudança na curva de sobrevivência das uniões consensuais, que se coloca em uma nova posição, mais próxima das uniões só civis e acima da curva de sobrevivência das uniões consensuais.¹ Por outro lado, quando se comparam as curvas de sobrevivência das coortes de 40 e 50 (ambas censuradas com o critério utilizado para a coorte de 50), as uniões só religiosas permanecem sem modificações [$W_1=1,38$ e $P(X_1^2 > W_1)=0,24$], mas os outros três tipos de união apresentam menor duração na coorte de 50 do que na coorte de 40.

Assim, pode-se concluir que os diferenciais observados na duração das uniões, por tipos de união, tendem a reduzir-se, ao longo do período analisado, sugerindo no futuro, certa expectativa de um novo padrão de duração das uniões, com menor diferenciação entre os tipos de união.

Na análise da relação entre o nível de instrução e a duração das uniões por coorte e tipos de união, serão analisadas exclusivamente para as uniões civil-religiosas, pelo reduzido tamanho da amostra para certos cruzamentos. Serão considerados os três grupos de instrução já analisados no item anterior (até 3, 4 e 5 e mais anos de estudo).

Quando se comparam as curvas de sobrevivência das uniões civil-religiosas, tanto da coorte de 30, como das coortes de 40 e 50, considerando os três grupos de instrução citados anteriormente, não se verificam diferenças significativas por instrução [$W_2=3,08$ e $P(X_2^2 > W_2)=0,215$; $W_2=3,67$ e $P(X_2^2 > W_2)=0,16$; e, $W_2=1,42$ e $P(X_2^2 > W_2)=0,49$; para as coortes de 30, 40 e 50, respectivamente]. Isto significa que, para as uniões civil-religiosas das coortes de 30, 40 e 50, não há diferenças na duração das uniões por nível de instrução da mulher.

1. Mas esta mudança ainda não chega a ser estatisticamente significativa, já que o teste de Wilcoxon não acusa diferenças entre as curvas das uniões consensuais e só religiosas nessa coorte [$W_1=0,654$ e $P(X_1^2 > W_1)=0,410$].

Assim, a relação observada entre o nível de instrução e a duração das uniões civil-religiosas, na análise transversal, não se apresenta como significativa caso considere-se a coorte de nascimento da mulher. Isto significa que controlando-se a coorte de nascimento da mulher, seu nível de instrução não contribui na explicação das mudanças na duração das uniões.

Portanto, pode-se concluir que, na análise da duração das primeiras uniões, os diferenciais realmente importantes dizem respeito ao tipo de união e coorte de nascimento da mulher. As uniões civil-religiosas da coorte de 30 apresentaram-se como as uniões mais duradouras e as uniões só religiosas da coorte de 50, como as menos duradouras. As diferenças que se verificam entre as curvas de sobrevivência por tipo de união, para cada coorte, tendem a se reduzir à medida que se passa da coorte mais antiga à mais nova, reduzindo-se as taxas de sobrevivência das uniões civil-religiosa e só civil, mantendo-se as taxas das uniões só religiosas e aumentando a sobrevivência das uniões consensuais. Esses resultados seriam indicativos de uma tendência para menores diferenças entre os tipos união, que permitiria esperar por padrões mais homogêneos nas coortes futuras.

CAPÍTULO VI

RESUMINDO OS RESULTADOS

O principal objetivo desta tese foi identificar os diferenciais e tendências da nupcialidade no Estado de São Paulo. Para tanto, foram utilizadas as histórias retrospectivas de uniões da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 1984. Elas foram estudadas em duas perspectivas: uma transversal, através da corte do momento da entrevista e, a outra longitudinal, considerando três coortes de nascimento (década de 1930, 1940 e 1950). As variáveis consideradas foram a idade ao casar, o celibato, a diferença de idade entre os cônjuges, o tipo de união, a razão de término, a duração das uniões e a endogamia nos casamentos e seus diferenciais por cor e nível de instrução das mulheres.

IDADE AO CASAR

Com relação à idade ao casar, os principais diferenciais encontrados na perspectiva transversal, referem-se ao nível de instrução da mulher. As mulheres com até 7 anos de estudo se casam mais cedo (próximo dos 20 anos, em média), e as mulheres com maior instrução o fazem entre 21,5 anos, 22,4 e 24,5 anos em média, para os grupos com 8, 9 a 11 e 12 e mais anos de estudo, respectivamente. Por outro lado, quando se consideram os grupos de cor, destacam-se as mulheres amarelas com a maior idade ao casar (24,5 anos, em média), quase três anos mais tarde do que as pretas (21,7 anos, em média) e três anos e meio mais tarde do que as mulheres pardas e brancas, conjuntamente (21,1 anos em média).

Na perspectiva longitudinal, as curvas de sobrevivência no estado de solteira e a distribuição da idade ao casar das mulheres das coortes das décadas de 1930, 1940 e 1950 mostram um pequeno adiamento quando se passa da coorte de 30 para a de 50, e este adiamento seria o reflexo do comportamento das mulheres brancas e amarelas, já que as mulheres pardas e pretas mantêm seu padrão de idade ao casar ao longo das três coortes consideradas. Assim, o padrão de idade ao casar homogeniza-se entre as mulheres brancas, pardas e pretas, e aumenta o diferencial entre esses grupos e o grupo amarelo.

Quando se considera o nível de instrução da mulher somente se verifica um adiamento claro dos casamentos no grupo com 12 anos e mais de estudo, quando se passa da coorte de 30 à de 50. Portanto, pode-se concluir que as mudanças observadas no padrão de idade ao casar, ao longo das coortes analisadas, pode ser consequência básica das mudanças nos níveis de instrução da população.

CELIBATO

Na análise do celibato, destaca-se o padrão diferencial por nível de instrução. As curvas de sobrevivência no estado de solteira mostram claramente que há uma maior incidência de solteiras nos grupos com maior instrução e menores proporções nos grupos com menor instrução. Na coorte da década de 30, verifica-se que a proporção de solteiras aos 44 anos, no grupo com 12 anos de estudo ou mais (19,8%), é quase três e meia vezes maior do que no caso do grupo com menos de 4 anos de estudo (6,8%). Este padrão repete-se na coorte de 40 e de 50, quando se considera a proporção de solteiras aos 34 e 24 anos, respectivamente. Assim, na medida em que os grupos de maior instrução adiam seus casamentos, estariam enfrentando as desvantagens do mercado matrimonial sob o padrão tradicional de união.

DIFERENÇA DE IDADE ENTRE OS CONJUGES

Na análise da diferença de idade entre os cônjuges, na perspectiva transversal, observa-se que, controlando a idade ao casar da mulher, há poucas diferenças nos padrões encontrados, considerando tanto a cor da mulher, como o seu nível de instrução. As maiores diferenças observadas são por tipo de união, as uniões consensual e só religiosa apresentam maior diferença de idade entre os cônjuges, o que leva à hipótese de se tratar, na grande maioria dos casos, de recasamento dos homens.

Com relação à proporção de uniões onde o marido é mais jovem do que a mulher, destaca-se o grupo com menos de 1 ano de estudo, o qual apresenta a menor proporção desta situação (13,7%); por outro lado, o grupo com 12 anos de estudo e mais é o que apresenta a maior proporção de mulheres mais velhas do que seus cônjuges (24,0%). Estes dois grupos coincidem com aqueles que se casam mais cedo e mais tarde, respectivamente. É importante destacar que no grupo com 12 anos de estudo e mais, a grande maioria das uniões onde o marido é mais jovem do que sua mulher, essa diferença não ultrapassa 5 anos, a não ser em apenas 3,6% dos casais.

Na análise longitudinal, observa-se que praticamente não se produz nenhuma mudança no padrão de diferença de idade entre os cônjuges ao longo do período estudado.

TIPOS DE UNIÃO

Verifica-se que há diferenças importantes entre os grupos de cor e seu nível de instrução, quanto aos tipos de união. As mulheres pardas e pretas têm maior porcentagem de uniões não

legais, mas nos grupos de maior instrução, estes padrões tendem a se homogeneizar para os quatro segmentos de cor. Por outro lado, quando se considera a análise longitudinal, verifica-se que as maiores mudanças, por tipo de união, ocorrem na coorte de 50 e, principalmente, nos grupos de menor instrução, onde, por exemplo, as mulheres com até 7 anos de estudo aumentam a proporção de uniões consensuais de 2,8% para 11,7%, entre as coortes de 30 e 50. Já os grupos de maior instrução mantêm um padrão mais conservador e homogêneo ao longo das coortes consideradas.

ENDOGAMIA DOS CASAIS

Na análise da endogamia dos casais por nível de instrução, verifica-se uma taxa geral de endogamia relativamente baixa, inferior a 50%. Considerando-se, entretanto, as uniões que se realizaram entre pessoas cujos níveis de instrução diferem por apenas uma categoria da classificação adotada, essa proporção se eleva para quase 80%. Assim, pode-se considerar que os casais apresentam, de fato, pouca exogamia. Na análise longitudinal, observam-se pequenas modificações ao longo das três coortes, tanto para os dados reais como para os dados padronizados, sendo que os menores níveis de endogamia estão na coorte de 50.

Quando se consideram os grupos por cor, os casais nos quais as mulheres são pardas ou pretas apresentam menor endogamia, mas no caso de dados padronizados, os grupos branco, pardo e preto se homogeneizam, ficando somente o grupo preto com menores taxas de endogamia por instrução. A endogamia por cor, vista longitudinalmente (o que só foi possível estudar para brancas e pardas nas coortes de 40 e 50, por restrições amostrais) apresenta tendências opostas para cada um dos dois grupos. No caso de mulheres brancas, verifica-se um leve aumento das taxas de

endogamia, enquanto que para pardas, a tendência é oposta. Este comportamento também observa-se no caso de dados padronizados.

A análise da endogamia considerando os tipos de união, não mostra diferenças importantes, mas quando se estudam os dados padronizados da coorte de 50, observa-se um padrão mais endogâmico dos casais em união consensual.

TERMINO DAS UNIÕES

Por último, o estudo do término das uniões, da perspectiva longitudinal, mostra que a incidência de separações, divórcios e desquites é crescente e a taxa de separação, *lato sensu*, praticamente mantém seu nível de crescimento entre uma e outra coorte, quando se consideram dados censurados aos 24 anos. Por outro lado, verificam-se diferenças importantes por tipo de união; à medida que se passa da coorte de 30 à coorte de 50, as uniões formam um gradiente, sendo as de tipo civil-religioso mais duradouras, em contraste com as uniões consensuais e só religiosas que são as mais curtas. As curvas de sobrevivência das uniões mostram que as uniões duram cada vez menos, quando se passa da coorte de 30 à de 50, com exceção das uniões consensuais, que na coorte de 50 mostram uma sobrevivência maior que na coorte de 40. Assim, os diferenciais na duração das uniões, por tipo de união, tendem a se reduzir ao longo do período estudado.

4 PARA A MULHER QUE TEVE FILHO NASCIDO VIVO
(código 2 no quesito 9 da parte 3)

ORDEM DE REGISTRO	NOME DO FILHO	① Sexo 1- Homem 3- Mulher (sigla 2)	② Qual a data de nascimento deste filho? (sigla 3)			③ Este filho está vivo? 2- Sim (Se nasceu entre 30 de setembro de 78 e 29 de setembro de 84, passe ao 5. Caso contrário, encerre para este filho) 4- Não (sigla 4)	④ Em que data este filho faleceu? (Se nasceu entre 30 de setembro de 78 e 29 de setembro de 84, sigla 5. Caso contrário, encerre para este filho)			⑤ Amaneceu este filho? 1- Sim (sigla 6) 3- Não (encerre para este filho)	⑥ Por quantos meses deu leite materno a este filho?
			Dia	Mês	Ano		Dia	Mês	Ano		
01											
02											
03											
04											
05											
06											
07											
08											
09											
10											
11											
12											
13											
14											
15											
16											
17											
18											
19											
20											

5 PARA A MULHER QUE JÁ TEVE MAIS DE UMA UNIÃO E PARA AQUELA QUE NÃO VIVE EM UNIÃO, MAS JÁ VIVEU
(quesito 8 da parte 3, com registro)

ORDEM DE REGISTRO	ORDEM DA UNIÃO	① Qual era o seu estado civil ou conjugal na união? 1- Casada no civil 3- Casada no religioso 5- Casada no civil e religioso 7- União consensual (sigla 2)	② Em que mês e ano iniciou esta união? (sigla 3)		③ Qual a idade do seu cônjuge nos ta união? (sigla 4)	④ Quanto tempo durou esta união? (sigla 5)		⑤ Qual a razão do término desta união? 2- Morte do cônjuge 4- Divórcio ou desquite 6- Separação
			Mês	Ano		Meses	Anos	
1	PRIMEIRA							
2	SEGUNDA							
3	TERCEIRA							
4	QUARTA							
5	QUINTA							
6	SEXTA							

OBSERVAÇÕES

.....

.....

.....

.....

ANEXO II

LISTA DE VARIÁVEIS INCLUIDAS NO ARQUIVO FINAL NUP1

MESNASC	Mês de nascimento da pessoa.
ANONASC	Ano de nascimento da pessoa. Esta variável foi utilizada para definir as coortes de nascimento das mulheres incluídas na amostra.
GRIDADE	Grupos de idade.
ANOSESTU	Anos de estudo. A classificação é feita em função da série que estavam frequentando ou haviam frequentado os entrevistados. De 1 a 8 anos de estudo corresponderia ao atual primeiro grau, de 9 a 11 anos ao segundo grau e 12 anos e mais ao nível superior ou pós-graduação.
COR	Grupo de cor da mulher: branco, pardo, negro, amarelo.
ESTCIVIL	Estado civil ou conjugal em 29.09.84, data de referência da PNAD-84.
MESINIC	Mês de início da união atual.
ANOINIC	Ano de início da união atual.
IDADCONJ	Idade do cônjuge ao início da união atual.
NUMUNIO	Número de uniões.
ESTCIV01	Estado civil ou conjugal na primeira união que terminou.
MESINC01	Mês de início da primeira união que terminou.
ANOINIC01	Ano de início da primeira união que terminou.
RTERMO1	Razão de término da primeira união que terminou.
.	.
ESTCIV04	Estado civil ou conjugal na quarta união que terminou.
MESINC04	Mês de início da quarta união que terminou.
ANOINIC04	Ano de início da quarta união que terminou.
RTERMO4	Razão de término da quarta união que terminou.
PESOPESS	Inverso da fração amostral para as pessoas.

ANEXO III

LISTA DE VARIÁVEIS INCLUIDAS NO ARQUIVO FINAL CASAL1

ALFABET1	Alfabetização do chefe do domicílio.
ALFABET2	Alfabetização do cônjuge do chefe do domicílio.
ANOSESTU1	Anos de estudo do chefe do domicílio.
ANOSESTU2	Anos de estudo do cônjuge do chefe do domicílio.
GRIDADE1	Grupo de idade para o chefe do domicílio.
GRIDADE2	Grupo de idade para o cônjuge do chefe do domicílio.
NUMUNIK	Número de uniões da mulher.
ESTCIVIL	Estado civil ou conjugal atual da mulher.
IDADINIC	Idade da mulher ao início da união atual.
IDADCONJ	Idade do cônjuge ao início da união.
DECNASC	Década de nascimento da mulher.
COR	Cor da mulher.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGRESTI, A. (1990) *Categorical Data Analysis*. John Wiley and Sons.
- ALBUQUERQUE, F.R.P., MARTINS, M. E DIAS, V.R.S. (1981) Padrões e Tendências da Nupcialidade e Algumas Características da Fecundidade. *Boletim Demográfico*, Vol.12, N.2, pp. 15-81.
- ALTMANN, A.M.G. (1982) Situação dos Estudos de Nupcialidade. *Informe Demográfico N.5*, São Paulo.
- ALTMANN, A.M.G. e WONG, L.R. (1980) Padrões e Tendências da Nupcialidade no Brasil. Anais II Encontro Nacional de Estudos Populacionais. Aguas de São Pedro, S.P.
- ARIAS, A.R. (1985) Observaciones sobre las Encuestas Domiciliares Continuas en Brasil. Trabalho apresentado no Seminários sobre Mejoramiento del Sistema de Estadísticas sobre el Mercado de Trabajo en América Latina. Org. PREALC/OIT, Santiago, Chile. Agosto de 1985.
- BERCOVICH, A.M. (1988) Fecundidade Marital e Cor dos Cônjuges: Uma Hipótese Revisitada. Anais VI Encontro Nacional de Estudos Populacionais. Olinda. Pe. 16-20 de outubro.
- BERQUÓ, E. (1986) Pirâmide da Solidão. Comunicado apresentado no V Encontro Nacional de Estudos Populacionais. Aguas de São Pedro, S.P.
- _____ (1987) Nupcialidade da População Negra no Brasil. *Textos Nepe N.11*, Nepe-Unicamp.
- _____ (1989) A Família Revisitada do Ponto de Vista Demográfico. Trabalho apresentado no Simpósio "A Família no Século XXI.", promovido pela Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) e realizado durante a 41ª Reunião Anual. Fortaleza, Ce. 9 a 15 de julho.
- BERQUÓ, E. e LOYOLA, M.A. (1984) União dos Sexos e Estratégias Reprodutivas no Brasil. *Revista Brasileira de Estudos de População* Vol.1, N.1-2.
- _____ (1987) Nupcialidade e Reprodução Social no Estado de São Paulo. Relatório de Pesquisa, NEPO-UNICAMP.
- CAMISA, Z. (1977) La Nupcialidad de las Mujeres Solteras en la América Latina. *CELADE, Série A*, N.1034, San José de Costa Rica.

- CASTERLINE, J.B., WILLIAMS, L. e Mc DONALD, P. (1986) The Age Difference Between Spouses: Variations Among Developing Countries. *Population Studies* N.40 .
- CASTRO, M. et alii (1977) O Quadro das Famílias em Domicílios de Chefe Migrante e Natural: Um Estudo Censitário dos Diferencias nas Regiões Metropolitanas Brasileiras. Fund. IBGE (Versão preliminar para discussão). Citado por Altmann (1982)
- COALE, A.J. (1971) Age Patterns of Marriage. *Population Studies* Vol.25, N.2 .
- COHEN, J. (1960) A Coefficient of Agreement for Nominal Scales. *Educational and Psychological Measurement*, N.20, pp. 37-46. Citado em Fleiss, J.L., Cohen, J. e Everitt, B.J. (1969)
- DIXON, R.B. (1971) Explaining cross-cultural variation in age at marriage and proportions never marrying. *Population Studies*, N.25 .
- _____. (1978) Late Marriage and Non-Marriage as Demographic Responses: Are They Similar ? *Population Studies*, V.32, N.3.
- ELANDT-JOHNSON, R.C. e JOHNSON, N.L. (1980) *Survival Models and Data Analysis*. John Wiley and Sons.
- FESTY, P. (1971) Évolution de la Nuptialité en Europe Occidentale, Depuis la Guerre. *Population*, N.2 .
- FINKELSTEIN, D.M. e WOLFE, R.A. (1984) Methods of Survival Analysis. In *Statistical Methods for Cancer Studies*. Ed. Cornell, R.G. Marcel Dekker Inc., N.York.
- FLEISS, J.L., COHEN, J. e EVERITT, B.S. (1969) Large Sample Standard Errors of Kappa and Weighted Kappa. *Psychological Bulletin*, Vol.72, N.5, pp. 323-327.
- GLICK, P.C. e SPANIER, G.B. (1980) Married and Unmarried Cohabitation in the United States. *Journal of Marriage and the Family*, Vol.42, N.1 .
- GOLDANI, A.M. (1989) Women's Transitions: The Intersection of Female Life Course, Family and Demographic Transition in Twentieth Century Brazil. Tese de Doutorado. University of Texas at Austin.
- GOLDMAN, N. e PEBLEY, A.R. (1981) Legalization of Consensual Unions in Latin America. *Social Biology* Vol.28 N.1-2 .

- HAJNAL, J. (1953) Age at Marriage and Proportions Marrying. *Population Studies*, Vol. 7, N.2.
- _____. (1965) European Marriage Patterns in Perspective. In *Population in History*. Ed. Glass, D.V. e Eversley, D.E.C. Editora Edward Arnold Ltda., Londres.
- HAREWOOD, J. (1984) Mating and Fertility: Results from Three W.F.S. Surveys in Guyana, Jamaica and Trinidad and Tobago. *WFS Scientific Report*, N.67. Int. Stat. Inst., Voorburg, Netherlands
- _____. (1987) Consensual Unions in Latin America (including the West Indies). *Seminar on Changing Family Structures and Life Courses in LDC's*. IUSSP-UIESP, Honolulu, Hawai.
- HÖPFLINGER, F. (1985) Changing Marriage Behaviour: Some European Comparisons. *GENUS*, Vol.41, N.3-4 .
- IBGE (1981) Metodologia da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios na Década de 70. *Séries Relatórios Metodológicos*, Vol.1.
- _____. (1985) Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - 1984. Vol.8, Tomo 5.
- JOSE, M. (1988) Brancas e Pretas Diante da Solidão. VI Encontro Nacional de Estudos Populacionais. Olinda, Pe. 16-20 de Outubro
- KALBFLEINSCH, J.D. e PRENTICE, R.L. (1980) *The Statistical Analysis of Failure Time Data*. John Wiley and Sons.
- KRISHNAMOORTHY, S. (1979) Classical Approach to Increment-Decrement Life Tables: An Application to the Study of Marital Status of Unites States Females, 1970. *Mathematical Biosciences* Vol.44, N.1-2.
- _____. (1982) Marital Status Life Table for Australian Women, 1971. *GENUS*, Vol.38, N.1-2.
- _____. (1987) Changing Marriage and Divorce Patterns in Australia 1921-81: An application of multi-state life table analysis. *Genus*, Vol. 43, N.3-4 .
- LAZO, A.C.G.V. (1988 a) Avaliação das Histórias de Uniões do Suplemento de Fecundidade da PNAD-84 do Estado de São Paulo. In *PNADs em Foco, Anos 80*. Org. D.O. Sawyer. Publicação ABEP.
- _____. (1988 b) A Nupcialidade da População Feminina Negra. Estado de São Paulo. Anais VI Encontro Nacional de Estudos Populacionais. Olinda, Pe. 16-20 de outubro.

- LEE, E. T. (1980) *Statistical Methods for Survival Data Analysis*. Wadsworth, Belmont, California.
- LEVY, M. S. F. e OLIVEIRA, M. C. A. F. de (1977) Considerações sobre Tipo de União: Aspectos Institucionais e Demográficos. In. *A Fecundidade em São Paulo: Característica Demográficas, Biológicas e Socio-econômicas*. Org. Brequó, E.S. et alli, CEBRAP, Ed. Bras. de Ciências, São Paulo.
- MADEIRA, F. R. (1970) Estatísticas de Casamento no Município de São Paulo. Relatório CEDIP (Mimeo). Citado por Levy, M.S. e Oliveira, M. C. F. A. (1977).
- _____ (1978) Notas Preliminares sobre a Evolução da Idade Média ao Casar no Estado de São Paulo neste Século: Algumas Contribuições à Perspectiva Histórica-Estrutural. *Anais I Encontro Nacional de Estudos Populacionais*. Campos de Jordão, S. P.
- MCCARTHY, J. (1982) Differentials in Age at First Marriage. *W.F.S. Comparative Studies, Cross National Summaries* N.19.
- MCDONALD, P. (1985) Social Organization and Nuptiality in Developing Societies. Em *Reproductive Change in Developing Countries, Insights from the World Fertility Survey*. Ed. Cleland, J e Hobcraft, J. Em colaboração com Dinesen, B. Oxford University Press.
- MONNIER, A. (1988) La Conjonture Démographique: L'Europe et Les Pays Développés D'Outre-Mer. *Population*, Vol.43, N.4-5.
- _____ (1990)
- MONTEIRO, R. J. (1979) Analyse de la Nupcialité Brésilienne entre 1940 et 1970. (Tese de mestrado não publicada), Université Catholique de Louvain, Dep. de Demographie, Louvain - La-Neuve.
- MORTARA, G. (1948) Determinação da Nupcialidade Feminina, Segundo a Idade, no Brasil, com Base na Apuração Censitária do Estado Conjugal, e Aplicações ao Cálculo da Taxa de Nupcialidade Geral e à Construção de uma Tábua de Nupcialidade. *Revista Brasileira de Estatística*, N. 33.
- NAÇÕES UNIDAS (1969) *Demographic Yearbook, 1968*. Department of Economic and Social Affairs. Statistical Office.
- _____ (1977) *Demographic Yearbook, 1976*. Department of Economic and Social Affairs. Statistical Office.

_____ (1983) Indirect Techniques for Demographic Estimation (Manual X). Department of International Economic and Social Affairs. *Population Studies N. 81* (ST/ESA/SER.A/81).

_____ (1986) Nuptiality: Selected Findings From the World Fertility Survey Data. Versão preliminar do capítulo 4 do livro *Fertility Behavior in the Context of Development; Evidence from the World Fertility Survey*, a ser publicado.

_____ (1988) First Marriage: Patterns and Determinants. Department of International Economic and Social Affairs. (ST/ESA/SER.R/76).

NORTON, A.J. e MOORMAN, J.E. (1987) Current Trends in Marriage and Divorce among American Women. *Journal of Marriage and the Family*, Vol.49, N.1.

OJEDA de la PEÑA, N. (1986) Separación y Divorcio en México: Una Perspectiva Demográfica. *Estudios Demográficos y Urbanos*, Vol.1, N.2, pp. 227-265.

OLIVEIRA, L.A.P. e SIMÕES, C.C. de s. (1988) As Informações sobre Fecundidade, Mortalidade e Anticoncepção nas PNADs. In *PNADs em Foco, Anos 80*. Org. D.O. Sawyer. Publicação ABEP.

QUINTEIRO, M.da C. (1987) Casados não Casados: Uniões Consensuais nas Camadas Médias e Populares. Dissertação de Mestrado, Depto. de Sociologia, FFLCH, USP.

SARDON, J.P. (1986) Évolution de la Nuptialité et de la Divortialité en Europe Depuis la Fin des Années 1960. *Population*, Vol.41, N.3.

SILVA, N. do V. (1979) Padrões de Nupcialidade no Brasil, 1940-1970. *Revista Brasileira de Estatística*, Vol.40, N.160.

_____ (1987) Distância Social e Casamento Inter-Racial no Brasil. *Estudos Afro-Asiáticos* N.14.

SMITH, D. (1980) Age at First Marriage. *W.F.S. Comparative Studies, Cross National Summaries* N.7.

SOUZA, M.R. de e ORTIZ, L.P. (1990) As Chances de Sobrevivência de Homens e Mulheres Frente ao Estado Conjugal. *Anais VII Encontro Nacional de Estudos Populacionais*, Vol.1, pp. 371-383.

SOUZA e SILVA, R. de (1986) O Panorama da Nupcialidade Brasileira no Período 1960-1980. *Relatório de Pesquisa*, CLACSO-CEBRAP, São Paulo, Dez. 1986.

- TROST, J. (1975) Married and Unmarried Cohabitation: The Case of Sweden, with some Comparisons. *Journal of Marriage and the Family*, Vol.37, N.3 .
- WEITZMAN, L. J. (1986) *The Divorce Revolution. The Unexpected Social and Economic Consequences for Women and Children in America*. The Free Press, New York.
- WILLEKENS, F. J., SHAH, I., SHAH, J. M. e RAMACHANDRAN, P. (1982). Multi-state Analysis of Marital Status Life Tables: Theory and Application. *Population Studies*, Vol.36.